

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

BRUNO FABRIS ESTEFANES

A MURALHA DE BRONZE:
**A FORMAÇÃO DO LIGA PROGRESSISTA NO IMPÉRIO DO
BRASIL.
REPRESENTAÇÃO, SOBERANIA E REARTICULAÇÃO
PARTIDÁRIA, 1857-1862**

SÃO PAULO

2017

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

A MURALHA DE BRONZE:
A FORMAÇÃO DA LIGA PROGRESSISTA NO IMPÉRIO DO
BRASIL.
REPRESENTAÇÃO, SOBERANIA E REARTICULAÇÃO
PARTIDÁRIA, 1857-1862

BRUNO FABRIS ESTEFANES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para a obtenção do título de Doutor em História

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MONICA DUARTE DANTAS

SÃO PAULO

2017

**Ao Alides e os Fabris,
elos entre dois tempos e dois mundos;**

**Ao Carlos,
espelho que eu espero não quebrar.**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	06
RESUMO/ABSTRACT.....	08
Introdução:	09
Capítulo 1 – As exéquias da Conciliação: o “renascer liberal” entre a polêmica bancária e as eleições de 1860.....	16
As hidras do sistema representativo: <i>escola liberal</i> contra <i>oligarquia</i>	28
Responsabilidade ministerial como questão partidária.....	52
Capítulo 2 – “Constituição e progresso”: protagonismo eleitoral, articulação e propostas de arranjos parlamentares.....	70
“O homem do povo seja pelo povo”: novas práticas e espaços da política nas eleições de 1860 na Corte.....	80
As lideranças parlamentares e a disputa pela legitimação das eleições: a sustentação da liga e a proposta de um centro.....	95
Capítulo 3 – “Nós que formamos hoje o partido progressista do Império”: polêmicas em torno da soberania, responsabilidade política e ascensão oposicionista.....	130
Soberania, representação e responsabilidade: o papel ativo do Parlamento no sistema representativo.....	141
A estátua equestre e a estatueta parlamentar: delimitando a soberania popular.....	160
O brado da tribuna dos anciãos e o riso dos vencidos.....	178
Epílogo - Entre a cilada e a muralha: o primeiro ministério da liga.....	194
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	212

AGRADECIMENTOS

[...]Tudo poderia ter mudado, sim/ Pelo trabalho que fizemos – tu e eu/ Mas o dinheiro é cruel/E um vento forte levou os amigos/Para longe das conversas, dos cafés e dos abrigos/ E nossa esperança de jovens não aconteceu

Palavra e som são meus caminhos pra ser livre/ E eu sigo, sim/ Faço o destino com o suor de minha mão/Bebi, conversei com os amigos ao redor de minha mesa/E não deixei meu cigarro se apagar com a tristeza/Sempre é dia de ironia no meu coração.

Belchior. “Não leve flores”. Disco *Alucinação* (1976)

Ao olhar para o Oitocentos – século da política e do Estado-nação, como definiram grandes historiadores – o pesquisador em 2017 ainda traça muitas aproximações e recolhe frustrações. Mesmo estudando alguns anos de profundas transformações de ideias e práticas, apontar permanências torna-se, por vezes, mais do que ossos, um vício de ofício. Agradeço a todos que, mais próximos de mim, me demonstram que o novo vem, e vem movido por suor, ideais, contestações, lutas e companheirismo. Pela consideração, paciência e ensinamentos, eterna dívida com todos: André Nicacio; Alain El Youssef; Bruno Medeiros; Chris Goldenbaum; Danilo e Tarcicio Camargo; Emília Ito; Giovane Rodrigues; Gláucia e Laura Fraccaro; Fábio Morales; Felipe Azevedo e Souza; Leandro Calbente; Lindener Pareto Jr.; Karina Pêra; Luis Biondo; Marília e Paula Winkler; Mario Monteiro do Prado; Pedro e Júlio Cattai (eterno chefe); Pedro Aubert; Rafaella Pitanga; Rosangela Gonçalves; Takeo Kondo; Talita Kobayakawa. Velhos amigos ou novos, mas todos com alguma contribuição determinante durante o tempo de preparação desta tese – que é um trabalho, que é uma vida.

Em especial, ao Lindener, tão amigo que é irmão, e ao Caramelo, tão adorável que é gato, por abrirem o Solar de Barão para a minha rabugice e premência em terminar o trabalho.

E à Karina, por me abrir sua casa e sua vida. “Esses campos não tardam em florir”.

Em tempos de teto de gastos, agradecimento especial aos que fazem a CAPES funcionar, pelo financiamento da bolsa que possibilitou dedicação total à última fase de pesquisa e de escrita. Igualmente, aos que trabalham em bibliotecas e acervos, físicos ou virtuais, facilitando tanto o trabalho do pesquisador.

Em tempos de imediatismo acadêmico, gratidão às professoras Gabriela Nunes Ferreira e Miriam Dolhnikoff, pelas leituras atentas, ponderadas e pela paciência em apontar alternativas para meu trabalho, no momento do Exame de Qualificação.

Por último, para ser, mais uma vez, minha ponte aos estudos do nosso século XIX, Monica Duarte Dantas, entendedora dos códigos, mas sobretudo das revoltas que movem esse nosso país. Orientadora em todas as horas, identificando e antevendo problemas, sempre com uma solução certa, há muito dela no que as próximas páginas mostrarem de bom.

São Paulo, São Carlos, Campinas – 2013-2017

RESUMO

Definido em muitos estudos como uma tentativa frustrada de organização política na década de 1860 do Império do Brasil, nesta tese o Partido Progressista é interpretado como resultado de inovadoras práticas eleitorais e de articulação parlamentar. A pesquisa abrangeu a experiência de sua formação, entre a polêmica bancária de 1857 e a queda do primeiro gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em maio de 1862. A análise dos discursos políticos desse período revela profundas transformações no debate partidário e na compreensão do funcionamento do sistema representativo brasileiro, um rearranjo que, a despeito de surpreender os coevos, foi capaz de manter a esfera do Parlamento distanciada daqueles que os haviam elegido.

Palavras-chaves: Império do Brasil; sistema representativo; partidos políticos; liga progressista.

ABSTRACT

In this dissertation – contrary to most historiography, where the “Liga Progressista” is usually mentioned as a 1860s’ failed attempt of a new political organization – we analyze the “Partido Progressista” as a direct result of innovative electoral practices and an important offspring of parliamentary reconfigurations. The research encompasses a period of five years, starting with the discussions regarding the new financial policy, in 1857, until the downfall of Zacarias de Goes e Vasconcelos first cabinet, in 1862. Discourses uttered in the period reveal the depth of disputes regarding not only transformations in the political-parties’ scenery at the time, but also parliamentary debates concerning the understanding of the Brazilian representative system itself. A discussion, with clear consequences, that despite astonishing many contemporaries, was, at the end, able to secure a sequestered sphere for the Legislative Power, maintaining its historical distance from those entitled to choose their representatives.

Key-words: Brazilian Empire; representative system; political parties; Progressive League.

INTRODUÇÃO

O *grande* partido progressista, em quase totalidade na câmara dos deputados; o ministério algoz dos liberais sinceros; o orgulhoso e onipotente Sejano que o presidia; todos esses instrumentos de descrédito da ideia liberal caíram – sob a conspiração do desprezo de palácio... Os instrumentos, completada a obra da traição e do extermínio, foram arrojados ao pó da ignomínia! Coitados!... Será este, pois, o epitáfio do pobre *progressismo*, que acaba de sepultar-se na vala do ridículo: VIVERAM DOS FAVORES DO REI, MORRERAM DE DESPREZO DO REI.¹

Conta a história de Roma Antiga que Sejano foi um soldado de origem humilde, alçado ao principal posto da Guarda Pretoriana e que se tornou braço direito do imperador Tibério, isso no ano 14 da era cristã. Sempre ambicioso, Sejano quis mais e almejou entrar para a família imperial ao casar-se com a viúva do filho de Tibério. Como não encontrasse o apoio que esperava no máximo governante, passou a alimentar um profundo rancor e, nessas voltas que a vida dá, ao ser nomeado cônsul no ano 31, preparou uma conspiração para matá-lo e tomar seu lugar. Não foi difícil, porém, que o plano fosse descoberto e Sejano, executado. Viveu de favor do imperador, morreu de desprezo do imperador.

Em um contexto histórico e social totalmente outro – mas, ainda assim, em um Império –, a trajetória do soldado arrivista servia de provocativa analogia, uma arma política em meio a discussões e intrigas, dessas que pelos séculos afora envolvem a disputa pelo poder. Aos brasileiros que conhecessem a história romana e se interessassem minimamente pela política de seu país, a referência era evidente e deveria causar nos rostos aquele riso ácido da ironia: tratava-se de Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do ministério que caíra havia dois dias, aquele que fora “algoz dos liberais sinceros”, de acordo com o jornal *Opinião Liberal* de 18 de julho de 1868.

¹ Jornal *Opinião Liberal*, n. 72, 18/07/1868. Apud ROAHNY, Lucas. *A Liga Progressista e a construção do Estado Imperial, 1860-1868*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2013; p. 98.

Político baiano nascido em 1815, deputado conservador sem grande destaque até o fim da década de 1850, mas que, na esteira das controvérsias sobre a responsabilidade do poder moderador, acabou se aproximando da oposição liberal que se avolumou em 1860, tornando-se um dos grandes nomes do “progressismo” que se queria enterrar oito anos depois. Era esse o Sejano apontado pelos editores do periódico. Logo ele, que escrevera *Da natureza e limites do Poder Moderador*, referência para os liberais, acusado agora de ter vivido à sombra do monarca e de morrer de seu desprezo, juntamente com o todo o Partido Progressista. Zacarias que fora figura central na queda do Gabinete Caxias, em 1862, sendo incumbido então de formar o primeiro ministério do Império chefiado por um simples deputado. O despeito era tão grande ao final da década, que fazia parecer um problema menor o fato de que a queda do último gabinete progressista significasse o retorno dos conservadores ao governo.

Ao ler-se as linhas do *Opinião*, ironizando e decretando o epitáfio do “progressismo” na “vala do ridículo”, fica fácil compreender por que a tendência geral dos estudos políticos sobre o Império do Brasil foi sempre a de diminuir e desvalorizar a experiência da Liga e do Partido Progressista. Estão nessas linhas os tópicos que até hoje são usados nessa desvalorização: a incompatibilidade entre progressistas e antigos liberais, o personalismo de políticos como Zacarias, somados à influência indevida do imperador na política.

Fato é que a atuação da Liga/Partido Progressista e os debates reformistas ocorridos em sua duração – normalmente balizada pelos historiadores entre o início do 18º gabinete do Império, em 24 de maio de 1862, e o fim do 23º, em 16 de julho de 1868 – não foram até hoje devidamente investigados pela historiografia. Mesmo os poucos trabalhos que a tomaram como questão central não se aprofundaram na investigação documental relativa ao período, ou mesmo na interpretação de suas especificidades. As referências e a preocupação com a Liga estão, grosso modo, limitadas a análises que se pretendem mais gerais, cobrindo um recorte temporal mais amplo, sem maior atenção à pesquisa documental sobre o período em questão.

Essa falta de atenção com a experiência política na formação e no decurso da Liga/Partido Progressista fez com que se tornasse assunto mais recorrente nos trabalhos de história econômica que, ao abordarem as discussões sobre meio

circulante e sistema bancário no Império, se viram na contingência, incontornável, de abordar as querelas que dividiram grupos entre 1857 e 1864.²

No que tange à história política, uma grande questão para os trabalhos que, direta ou indiretamente, preocuparam-se com a Liga sempre foi explicar se ela significou, ou não, uma continuação da Conciliação iniciada em 1853. Geralmente, a continuidade destacada é a influência de d. Pedro II, que, ao encampar cada vez mais uma política própria, teria possibilitado a aproximação de moderados de ambos os partidos. Certos autores, tendem a insistir na centralidade da influência, colocando como fator (des)estabilizador do sistema partidário do Império.³ Outros, ainda que sem desconsiderar o papel do monarca, dividem-se em relação à prevalência dos polos partidários em cada período; isto é, diferentes estudiosos tendem a reforçar a prevalência de conservadores ou liberais em um ou outro período, ou mesmo na tônica geral da política em boa parte das décadas de 1850 e 1860.⁴ O que une todos esses trabalhos, no entanto, é a maneira circunstancial e o viés negativo pelos quais abordam a existência do Partido Progressista.

² Cf., por exemplo, GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia*(1854-1866). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997; GAMBÍ, Thiago F. Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro* (1853-1866). Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2010; SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *O tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 e 1866 nas principais instâncias decisórias*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2013.

³Para uma interpretação que destaca d. Pedro II como fator de estabilidade, ver BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Por sua vez, Needell interpreta a interferência do monarca como fator que atrapalha o arranjo proposto pelos saquaremas, vistos como legítimos defensores da Constituição, cf. NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁴ São raros, na verdade, os textos que não apontam uma ligação entre os dois períodos. Sérgio Buarque afirma que a Liga seria outro tipo de aliança, reunindo os membros moderados dos dois partidos e que não contava com a intervenção direta do imperador, como fora o caso de 1853. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A letra e o espírito do regime”. In: _____ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª ed. Tomo II, vol. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; p. 34-37. Do mesmo autor, ver *Capítulos de história do Império: manuscritos* (organização de Fernando A. Novais). São Paulo: Cia. das Letras, 2010; Cap. 3 – Entre a Liga e o Progresso. Para Iglesias, a Liga Progressista foi “uma nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças, em que se compõem liberais e conservadores moderados”. A despeito das aproximações, para o autor existiu uma influência liberal na Liga que não existiu no período anterior, o que se refletia na posição dos principais líderes progressistas, cf. IGLESIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 8ª ed. Tomo II, vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; p. 107. São exemplos que abordam as continuidades entre os períodos, sem deixar de apontar diferenças: ROAHNY, Lucas. *A Liga Progressista e a construção do Estado Imperial, op. cit.* CARVALHO, José Murilo de. “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove.” Working Paper number 87. Centre of

Em artigo mais recente, Silvana Mota Barbosa focou-se diretamente na política progressista e renovou a questão a partir das antigas controvérsias historiográficas.⁵ Para a autora, a comparação do período progressista com o da Conciliação só é válida para diferenciar os dois momentos, e não para aproximá-los, como sugerido por outros historiadores. Sua intenção é, assim, evitar que a organização da Liga seja interpretada como uma decorrência quase natural da década anterior, ressaltando, ao contrário, que sua formação causou profunda estranheza aos contemporâneos e demandou muita negociação e esforço por parte de seus defensores.

Para os objetivos deste trabalho, o essencial é justamente a delimitação das particularidades do momento progressista: suas dificuldades e as tentativas de respostas a elas. Assim, esta tese aponta, ainda, para outra lacuna dos estudos de história política do Império do Brasil: a compreensão do período de formação do Partido Progressista, delimitado entre os debates acerca da questão bancária, em 1857, e a ascensão e queda do primeiro Gabinete Zacarias, em maio de 1862. Nesses cinco anos, percebe-se o refortalecimento do discurso partidário, que, conforme parte dos próprios coevos, fora relativizado durante o Ministério da Conciliação; gabinete que, como se sabe, fora o primeiro a tentar aprovar um programa de reformas com a participação mais ativa do imperador Pedro II.

Mais do que simples retomada de velhas identidades, o que ocorreu foi uma rearticulação de alianças, processo que se inicia no interior da legislatura de 1857-1860, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, e que, no âmbito da sociedade, pode ser claramente identificado nos discursos da imprensa política. Jornais liberais e conservadores, cada um a seu modo, diagnosticavam as transformações por que passava a política nacional frente a questões financeiras, eleitorais e do funcionamento geral do sistema político.

Nesse contexto de profundas transformações das concepções políticas, passa a ser cada vez mais comum os discursos referirem-se à liga; partido da liga; liga constitucional; liga ou partido progressista. Eram diversas formas de tornar

Brazilian Studies, University of Oxford, 2007; SALLES, Ricardo. “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

⁵ BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860”. In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 295-324.

inteligível e legítimo um processo que derrubava, pela primeira vez na história do Império, as barreiras partidárias, possibilitando reconfigurações não apenas no Parlamento, mas na política que se fazia nas ruas também. Colocava-se, então, em primeiro plano, a questão dos limites que deveriam (ou não) existir entre o povo e a política, entre representantes e representados, entre deputados e a galeria. Certa vez, em 1861, em meio à discussão da verificação de poderes dos deputados recém-eleitos, Teófilo Ottoni se referiu a esses limites como sendo a “muralha de bronze”, imagem que qualificava a distância existente entre os cidadãos brasileiros e os poderes que os representavam, especialmente o Parlamento.

Se, em 1857, as críticas ao sistema político ainda não indicavam uma terceira via, três anos depois, quando das eleições, já se colocava no horizonte a formação de um novo agrupamento político-partidário. Daí, até 1862, o que antes parecia uma quimera tornou-se não só realidade, como uma força capaz de derrubar um gabinete chefiado por ninguém menos que o então marquês de Caxias.

Ainda que estejamos falando de apenas cinco anos, fato é que foi um período especialmente tumultuoso, pleno de reviravoltas e rearticulações. Entre 1857 e 1859, houve uma aproximação entre conservadores dissidentes e liberais no que tangia à política financeira dos gabinetes no poder; ou seja, aos projetos de restrição de emissão e centralização bancária dos ministros Francisco Sales Torres Homem e, principalmente, Angelo Muniz da Silva Ferraz. Uma das consequências de tal aproximação foi, já nas eleições de 1860, o surgimento de candidatos que, utilizando-se das controvérsias relativas à questão bancária, bem como dos impactos da reforma eleitoral recém aprovada, declaravam não comungar nem bem com os dogmas do partido conservador, nem tampouco com as ideias dos liberais mais radicais.

Contudo, se alguns assim o fizeram – postulando uma posição moderado entre os partidos –, outros tantos cerraram fileira, reafirmando antigos postulados de seus partidos; caso exemplar, o do mineiro Teófilo Ottoni, cuja circular escrita à época tornou-se um eterno manifesto do lado mais radical do partido liberal. Se Ottoni foi um dos mais assíduos devotos a novidades dos *meetings* eleitorais, ele não foi o único. Doravante, não seria incomum, ao menos na Corte, que aspirantes ou políticos da gema, se dirigissem diretamente aos cidadãos votantes e eleitores. Tal mudança, contudo, não foi ignorada por seus opositores.

Em 1861, nas sessões preparatórias, conservadores mostraram-se claramente incomodados com a eleição de três deputados oposicionistas – todos eles sufragados na Corte -, cujas eleições deviam-se claramente à mudança das relações entre o Parlamento e as ruas. Teófilo Ottoni, Francisco Otaviano e Joaquim Saldanha Marinho, os três referidos deputados, diziam-se então representantes da nova “liga constitucional”.

Pouco a pouco, a “liga” de Ottoni, Otaviano e Saldanha Marinho, na Câmara, juntamente com os senadores Souza Franco, d. Manoel e Diogo Vasconcelos, passou a ganhar importância no Parlamento. Não demoraria muito para que moderados de ambos os grupos, especialmente conservadores, chamassem a si a função de constituir uma liga mais ampla entre os partidos. Mas de acordo com tais convertidos de última hora, fazia-se central deixar para trás certos arroubos, delimitando de maneira mais circunscrita as ideias de soberania e representação, afastando-a das ruas e constituindo o Parlamento como seu *locus* privilegiado.

O grupo que alcançou os ministérios em 1862 não seria formada por aqueles que primeiro haviam levantado a bandeira pelas freguesias da Corte, dois anos antes, como “constitucionais”. Ao contrário, tratava-se de um agrupamento que, se, por um lado, afastava conservadores vermelhos, por outro, também colocava a escanteio liberais como Teófilo Ottoni. Como bem declarado por um de seus principais arautos, a coligação buscava alcançar um “justo meio”, garantindo que a “muralha de bronze” permanecesse intacta.

Os capítulos desta tese abordam os momentos distintos do processo de formação da liga progressista durante esses cinco anos, aprofundando em cada um deles as questões referentes à representação política e à soberania.

O primeiro trata da reconfiguração dos discursos partidários ensejada pelas polêmicas bancárias. Acompanha-se, principalmente por meio da imprensa, como se articula uma oposição aos ministérios Abaeté e Ferraz, aproximando, inclusive, conservadores dissidentes e liberais. Na segunda parte, mostra-se como o tema da responsabilidade ministerial é retomado como bandeira partidária e combate às reformas do ministro Ferraz. Esse contexto, de discussões que importavam aos grandes proprietários capitalistas, mas que também mobilizava o grosso da população em torno da expectativa de melhorias econômicas, possibilita a ascensão

da figura de Teófilo Ottoni, empresário frustrado com as reformas conservadoras e, ao mesmo tempo, representante de uma tradição de liberalismo popular.

O segundo trata principalmente do aparecimento da “liga constitucional” nas eleições de 1860, na Corte. Destaca-se as novas lideranças, espaços e práticas da política que a experiência eleitoral possibilitou. Após o sucesso da aliança e da campanha, a participação de Teófilo Ottoni junto ao “povo”, ou à “canalha”, como preferiam os conservadores, passará a ser profundamente estigmatizada no interior do Parlamento. A segunda parte do capítulo aponta a disputa pela legitimação das eleições nos debates da verificação dos poderes dos deputados eleitos, ao mesmo tempo em que desvela o fortalecimento de lideranças moderadas contrapostas ao sempre referido quadro de recente e preocupante agitação eleitoral. É o tempo de se fiar na muralha.

No terceiro, acompanha-se a construção do protagonismo de Zacarias de Góis e Vasconcelos que, em meio a debates sobre a responsabilidade pelos atos do Poder Moderador, colocou-se como defensor do protagonismo do Parlamento no funcionamento do sistema representativo, como legítimo representante da soberania nacional. Sua estratégia de responsabilização política do ministério, juntamente com a capacidade de apresentar-se como liderança de um “justo meio”. Nesse momento, houve um intenso debate sobre o lugar da soberania e da representação política, que Teófilo Ottoni insistia em levar para a rua, como é analisado no caso da inauguração da estátua equestre de Pedro I, no Rio de Janeiro. Um episódio aparentemente trivial revela profundas convicções políticas em confronto. O final do capítulo acompanha a vitória da liga oposicionista parlamentar sobre o Gabinete Caxias em uma votação relacionada à Resposta à Fala do Trono de 1862. À essa altura, Ottoni, mesmo dentro da Câmara, está do outro lado da muralha.

Por fim, no epílogo, discute-se os alcances e as limitações da experiência do primeiro Gabinete Zacarias. Os dilemas desse período são, de alguma forma, uma constante na política brasileira. Este é um estudo sobre um momento importante de sua formação.

Capítulo 1

As exéquias da Conciliação: o *renascer liberal* entre a polêmica bancária e as eleições de 1860

Os ministros, se bem que conselheiros da coroa, são ministros da nação; e a ela devem responder por todos os seus atos, sem que jamais se possam acobertar com a *vontade irresponsável* porquanto esta não pode ter ação, sem que livre e autenticamente seja aceita e recebida por quem por ela se obrigue perante a lei. [...]

Todos esses males, porém, se tem pretendido ocultar sob as flores enganadoras de um pretendido sistema político, criado pelas conveniências de momento, e alcunhado – conciliação!

Nós a detestamos, como ela foi inventada, - nós a abominamos, como ela tem sido praticada; - nós a repelimos, conhecendo a necessidade que houve dela para criar a situação atual, elevando para isto um instrumento, a quem, usurpadas faculdades que muitos compartiam, se deu toda a força e ação, tornando-o também irresponsável, e cercado-o de satélites – conciliados – colhidos deste ou daquele partido político a troco de abjeções, a troco de mais ou menos imorais transações, dando-se-lhes assento à mesa do banquete geral, cujas iguarias se compunham de honras e dinheiros públicos que sem lei nem fundamento se baratearam. **Jornal Diário do Rio de Janeiro, 25/03/1860.**

A conciliação está morta; a situação vai se aclarando; os partidos se arregimentam.

A época da transação está terminada; surge uma nova era, que não é a reprodução do antigo estado de coisas, que herda do passado as lições da experiência, mas que não aceita os ódios, as exagerações e o exaltamento que caracterizavam as lutas de outrora.

No caos criado pela conciliação vai-se fazendo a luz.

O partido liberal nasce cheio de vida e esperança, com um programa simples, limpo de exagerações, nobre pelas ideias e grandioso pelos fins.

Realidade do sistema representativo, emancipação do parlamento da tutela do governo, circunscrição do executivo dentro dos limites de suas atribuições constitucionais, descentralização administrativa tendente a dar mais força e vida às províncias, criação e desenvolvimento do elemento municipal, liberdade de crédito e de indústria, economia severa dos dinheiros públicos. Eis as ideias capitais do novo partido liberal. **Jornal A Atualidade, 10/10/1860.**

Entre os dias três e quatro de maio de 1861, circulou nos jornais cariocas uma notícia sobre violação de túmulo no cemitério São João Batista. O *Diário do Rio de Janeiro* frisava que “este ato de profanação sem nome é já o terceiro que se dá dentro de pouco tempo sem que ao crime tenha seguido a pena severa que ele merece”.⁶ Por sua vez, a folha *O Regenerador* citava o *Correio da Tarde*, lembrando que lamentavelmente não se tratava do primeiro caso ocorrido no mesmo recinto. Seu redator preocupava-se, ademais, ao constatar que os habitantes da capital do Império poderiam simplesmente estar perdendo o respeito pelo descanso eterno:

Será essa já a primeira consequência dessas práticas fatais que se introduziram nos nossos costumes, depois da febre amarela, e que fazem com que os corpos dos finados sejam arrancados à guarda da religião e sepultados com a mais completa exclusão das grandes e salutares ideias que devem presidir aos enterramentos?⁷

Na década que ficara para trás, a população do Rio teve que lidar com uma inaudita escala de mortandade, que começou com o alastramento da febre amarela no verão de 1850 e agravou-se com a cólera-morbo, cinco anos depois. De forma incontrolável, as infecções, os corpos contaminados e os isolamentos passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, o que, na opinião de alguns, como o jornalista citado, tinha implicações que iam muito além da saúde pública. A banalização da morte e dos ritos religiosos ligados a ela estaria levando à degradação dos costumes sociais.

Em meio a esse cenário apresentado como desolador, o caso da violação em questão tinha ainda uma particularidade que o tornava mais sério, como deixou claro o *Jornal do Comércio*, ao afirmar contundentemente que

o desalmado que assim profanou a religião dos túmulos, neste caso ainda reforçada pela religião da pátria, pois aquele corpo pertencia mais do que à família à nação, a quem o espírito que nele morou tanto serviu, era uma relíquia que o país todo prezava, o desalmado que a troco de um punhado de ouro calcou aos pés o que todos os povos reputam sagrado, torna-se réu de exemplar castigo.⁸

Quatro anos e oito meses após enterrar seu marido, a viúva de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, resolvera reunir familiares e amigos para presenciarem juntos, após uma missa, a transladação do corpo do túmulo em que

⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 03/05/1861, n. 120.

⁷ *O Regenerador*, 03/05/1861, n. 24.

⁸ *Jornal do Comércio*, 03/05/1861, n. 121.

estava a outro encomendado da Europa. Tudo transcorreria como a pretendida homenagem à memória do estadista e à grandeza da família, se não encontrassem o vidro do caixão quebrado e o cadáver despojado das insígnias e condecorações com as quais fora sepultado. Reforçando o destaque dado ao ocorrido pelos outros jornais, o *Correio Mercantil* clamava que a autoridade competente iniciasse as “diligências necessárias a fim de descobrir o autor desse sacrilégio!”.⁹ Todavia, como fossem poucos o insulto e o prejuízo causados pelo roubo dos ornamentos, o que mais surpreendeu algumas pessoas foi o estado dos restos mortais do marquês. “Verificou-se também que apesar de todo o cuidado que houve no embalsamento o corpo não pôde resistir à corrupção”, lamentou o jornal *Atualidade*.¹⁰ No *Diário*, lê-se: “Sentimos ter de acrescentar que o invólucro terrestre daquela grande alma apesar do cuidado com que fora embalsamado, se acha em estado de putrefação completa”.¹¹

Diante dessas observações, aos leitores poderia ocorrer prontamente um paralelo entre a situação do defunto e a da atualidade política. Os jornais citados estavam todos comprometidos com a cobertura da política imperial dos últimos anos. Não seria exagero, portanto, supor que a intenção de jornalistas e editores fosse justamente sugerir a concomitância entre os processos de deterioração do corpo de Honório Hermeto e o de sua mais propalada herança deixada à pátria: a conciliação partidária. Por coincidência, o primeiro dia em que se noticiaram os desdobramentos da exumação do marquês – três de maio – era o início dos trabalhos regulares da 11ª Legislatura do Império, em um clima carregado pela polarização que marcara a recente corrida eleitoral, sobretudo na capital, e colocara definitivamente em questão o significado e o funcionamento da Conciliação. No cemitério ou nos debates políticos, o estadista e a ideia encontravam-se remexidos por completo.

Quando faleceu, em setembro de 1856, Honório Hermeto Carneiro Leão estava no ápice de sua carreira de estadista. Alcançara um patamar diferenciado aos olhos do imperador Pedro II por cumprir missões de extrema confiança em momentos críticos do país. Primeiramente, foi presidente da província do Rio de

⁹ *Correio Mercantil*, 03/05/1861, n. 120.

¹⁰ *Atualidade*, 04/05/1861, n.

¹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 03/05/1861, n. 120.

Janeiro em 1842, justamente quando paulistas e mineiros pegaram em armas para contestar as recém-aprovadas reformas do Regresso conservador e o que consideravam influência indevida desse grupo parlamentar nas decisões da Corte. Colaborou ativamente, nessa função, para a defesa e o sucesso militar da noção de ordem imperial vinculada aos interesses políticos e econômicos dos regressistas e da cafeicultura fluminense, que tanta importância já tinha para os cofres nacionais. Comandando essa tessitura entre poder e dinheiro, teve função preponderante na transformação dos saquaremas em líderes do partido conservador. É verdade que, no ano seguinte, elevado a chefe de ministério, desentendeu-se gravemente com o jovem imperante, o que acabou por ensejar o afastamento do grupo da formação dos gabinetes por meia década. Nada tão definitivo, no entanto, que o impedisse de ser lembrado para resolver outra encrência provincial.

Como presidente de Pernambuco, ajudou a debelar a Rebelião Praieira, conduzindo com habilidade, durante 1849 e 1850, dois processos eleitorais em meio às mais ressentidas suscetibilidades políticas. Contrariou muitos interesses, inclusive os do núcleo duro de seus correligionários, para resguardar uma imagem de neutralidade da qual não abria mão naquele momento. Em uma importante negociação de anistia com o último líder rebelde, sentiu-se desautorizado e traído pelo ministério que o nomeara, no qual figuravam aqueles mesmos correligionários, a trindade saquarema. Essa solidão imposta pelo poder, ele deixava transparecer em cartas pessoais que narravam seus dilemas e o profundo desgaste psicológico e físico a que se submetia. Não obstante os desgostos e o agravamento de seus problemas hepáticos, saíria do Recife em alta conta no Paço de São Cristóvão, qualificado a assumir o posto de representante plenipotenciário na conturbada região do rio da Prata e, logo em seguida, em 1853, tornar-se o presidente de um ministério cujas divisas “conciliação e melhoramentos” vinham sendo acalentadas cuidadosamente por Pedro II.¹² Essa confiança, sempre reiterada pelo monarca, atingiu um grau de cumplicidade que ficou registrada em carta particular ao seu cunhado, na qual dimensionou a perda de Carneiro Leão:

A política que julgo a mais útil por ora ao país perdeu o seu principal sustentáculo, e talvez tenho [sic] de intervir mais imediatamente nos

¹² Sobre as duas presidências de Honório e sua aproximação do imperador ao final da década, ver ESTEFANES, Bruno F.. *Conciliar o Império: o Marquês de Paraná e a política imperial*. São Paulo: Annablume, 2013; p. 132-169.

negócios públicos, pois que não vejo outro que tenha a energia do que era dotado o defunto Marquês reunindo a esta talentos pouco comuns ainda que mal cultivados: como dialético ninguém o excedera facilmente.¹³

Enfatizada pelos biógrafos, tal cumplicidade acabou delineando o mito. Apenas dois dias depois do falecimento, José de Alencar, um novato escritor à época, assinou extenso necrológio nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, em que identificava laços particulares entre o marquês, o imperador e a Conciliação, uma “nova política” que, longe de importar somente aos dois, ganhava significado para a história do Império como um todo. Para o autor, com o início do gabinete de seis de setembro de 1853

termina a biografia de Honório Hermeto Carneiro Leão, o ministro enérgico, o parlamentar ilustre; começa porém a história do visconde e marquês de Paraná, o estadista profundo, que, dominando a situação, inaugurou no país uma nova política, e realizou o benéfico pensamento da coroa no meio das lutas e dificuldades que só a sua coragem e energia seriam capazes de vencer.¹⁴

Em pleno exercício da presidência ministerial, envolto nas discussões parlamentares e intrigas eleitorais que formariam a nova legislatura do ano seguinte, Paraná morreu enquanto defendia a política que a Coroa considerava “a mais útil”. Havia aí uma receita de estadista-mártir, com apelo suficiente para continuar propagandeando a ideia de Conciliação, da qual Pedro II logo se valeu.

Publicada com incentivo imperial, a *Galeria dos brasileiros ilustres* foi obra grandiosa e ousada de encômio à política conciliatória. Editada pelo litógrafo francês radicado no Rio de Janeiro Sébastien Auguste Sisson, consistiu em um conjunto de 90 retratos de pessoas escolhidas como representativas da trajetória do Brasil independente, sem distinção partidária ou de ocupação: liberais e conservadores, antigos rebeldes e militares legalistas, homens de negócios terrenos e celestes, além de quatro membros da família real, todos reunidos pela comunhão nacional e política. A partir de 1857, as pranchas litográficas foram lançadas em fascículos periódicos, sempre acompanhadas de breves textos biográficos, anônimos, em sua maioria. Dezenas de estadistas e brasileiros inveterados saíram

¹³ Citado em BARMAN, Roderick. *Imperador cidadão e a construção do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012; p. 245.

¹⁴O artigo de José de Alencar foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul/set. 1957, p. 255-274, com o título “O Marquês de Paraná. Traços biográficos.”. *Apud* ESTEFANES, Bruno. *Conciliar o Império*, *op. cit.*

das prensas de Sisson até que, em 1861, juntou-se e encadernou-se todo o material em dois imponentes volumes.¹⁵ Chamado mais uma vez para representar o projeto preferido pela Coroa, era a litografia do marquês de Paraná que inaugurava a *Galeria*, acompanhada por estas palavras: “O último Ministério do Marquês de Paraná é a história contemporânea que todos conhecem. Ele realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do Trono e foi o iniciador de uma nova política”.¹⁶

Para muitos, entretanto, essa imagem irretocável não correspondia à realidade. Com efeito, seria difícil encontrar alguém disposto a sustentar essa ideia de um plácido desenrolar político vendida pela obra. O túmulo violado do marquês, nesse caso, simbolizaria melhor a situação do país do que seu altivo retrato litográfico, como se a audácia dos profanadores – e sobretudo a dos vermes – tivesse consumido não apenas resquícios materiais, mas também o simbólico véu de suposta neutralidade da política de Conciliação, que obliterava um movimento no sentido de uma nova relação entre o imperador e os ministérios. Em outros termos, a Conciliação seria uma “nova política” que, “proclamada do alto do Trono”, colocava no centro da discussão os usos do Poder Moderador e de suas funções ligadas ao Poder Executivo. Principalmente entre os conservadores, não faltaram os que logo questionaram – indiretamente, na maioria das vezes, afinal estava em jogo o decoro em relação ao monarca – esse uso genérico do termo conciliação para justificar um projeto na verdade bem específico de governo do Estado.

Durante cerca de uma década desde a declaração de sua maioridade, Pedro II mantivera-se afastado dos assuntos políticos, limitando-se a usar suas atribuições constitucionais de convocar ministérios e dissolver Câmaras toda vez que um empecilho travasse a relação dos dois poderes. Essa prática, entretanto, em vez de garantir um rodízio partidário tranquilo e eleições equilibradas, acabou ajudando a alimentar as revoltas liberais de paulistas, mineiros e pernambucanos. O giro do poder por meio de dissoluções causava sérios desgastes institucionais que devem ter preocupado o imperador especialmente em 1848, quando jornadas revolucionárias

¹⁵ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres: os contemporâneos*. Rio de Janeiro: Litografia de S. A. Sisson, 1861, 2 vols. Para informações sobre a composição e o contexto de publicação, ver PARRON, Tâmis. “A ‘Galeria dos brasileiros ilustres’: Sisson e a elite imperial”. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/node/101>

¹⁶ SISSON. *Galeria dos brasileiros ilustres*, vol. 1, p. 2.

abalaram monarquias europeias e seus sistemas parlamentares.¹⁷ Um de seus mais minuciosos biógrafos não chega a citar qualquer menção que tenha feito, em cartas particulares ou declarações públicas, sobre os desdobramentos da “primavera dos povos” no Velho Continente. Porém, sugere que ele tenha sentido de perto o drama da família real francesa, já que um de seus cunhados, o príncipe de Joinville, era herdeiro de Luís Felipe de Orléans.¹⁸ Além disso, o liberalismo radical da época não deixou de reverberar nas revoltas do Império brasileiro, fomentando o imaginário dos mais aguerridos rebeldes prairieiros, justamente no momento em que um novo giro do poder na capital do país causava alterações significativas na distribuição dos cargos públicos provinciais.¹⁹ Diante de mais uma convulsão interna, é difícil não supor que a ameaça rondando as cabeças coroadas do Ocidente tenha assumido peso definitivo nos cálculos de Pedro II, prestes a completar 23 anos, naquele que era o oitavo de seu reinado. A força e a maturidade, tanto dele como de seu governo, deveriam passar necessariamente pelo tratamento da questão eleitoral e das nomeações políticas feitas pelos ministérios.

Pensada como garantia para a estabilidade, a Conciliação se consubstanciou em listas de propostas a serem realizadas e em novas regras de relacionamento com os gabinetes: as decisões conjuntas dos ministros não poderiam ser decretadas sem a presença imperial; cargos públicos deveriam ser distribuídos conforme o mérito, sem preferência partidária, e com a chancela do monarca; os gabinetes deveriam ser imparciais nas eleições para a Câmara dos Deputados; os ministros receberiam do imperador uma lista de propostas como programa de governo e, se algum ministro discordasse delas, bastaria pedir demissão, sem nunca acusá-lo publicamente de induzir reformas. O historiador Hélio Vianna identificou instruções imperiais preparadas entre 1853 e 1864, sendo o marco inicial o gabinete do marquês de

¹⁷ Sobre o assunto, ver TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011; e MARX, Karl. *Luta de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012. Além desses documentos, ver os estudos de RAPPORT, Mike. *1848: year of revolution*. New York: Basic Books, 2008; e AGULHON, Maurice. *1848 ou l'apprentissage de la République*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

¹⁸ Francisco Fernando de Orléans, príncipe de Joinville, terceiro filho de Luis Felipe I e da princesa de Nápoles, casou-se em 1843 com D. Francisca de Bragança, irmã do monarca brasileiro. Cf. BARMAN. *Imperador Cidadão*; p. 164.

¹⁹ O ano de 1848 no Brasil é marcado pelo fim do quinquênio liberal e o retorno dos conservadores, o que provoca profundas alterações nas províncias. No primeiro dia de 1849, em Recife, Borges da Fonseca publica seu *Manifesto ao mundo*, de inspiração republicana. Um mês depois, a capital pernambucana vira palco de sangrenta batalha entre os rebeldes e as forças imperiais. Para o contexto, ver ESTEFANES. *Conciliar o Império*, Capítulo 3 – Conflitos do Norte ao Prata.

Paraná, que assumiu o compromisso de combater o partidarismo desde a escolha dos componentes, misturando políticos consagrados e neófitos, antigos liberais e conservadores.²⁰ No entanto, há indícios de que o imperador tentava emplacar “seu programa” desde a virada da década de 1840 para a de 1850, aproveitando o embalo de importantes conquistas.

Pedro II não hesitou em chamar os conservadores de volta ao poder quando os problemas internos e externos do Império se avolumaram: a situação era complicada em Pernambuco; os conflitos do Prata ameaçavam os interesses brasileiros na região; os conflitos relacionados com a posse da terra e o trabalho escravo desestabilizavam uma economia sustentada pela produção agrícola. No que tange à escravidão, entre revoltas negras e conluios brancos para a manutenção da instituição e do tráfico ilegal, avolumava-se um enorme entrevero diplomático e militar com a Grã-Bretanha, talvez o mais delicado dos problemas naquele fim de década. Com os canhões ingleses apontados para o Rio de Janeiro, a conveniência de senhores e políticos não podia ser a única coisa a ser considerada. Está muito bem tratado na historiografia o papel preponderante que a administração conservadora de 29 de setembro de 1848 teve no tratamento dessas questões. Eusébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza, valendo-se de seu capital social e político entre os fazendeiros que compunham sua base eleitoral, bem como entre a Câmara majoritariamente conservadora, alinhavaram a aprovação da lei de supressão do contrabando negreiro.²¹ Ainda no âmbito dos acordos parlamentares, o Império ganhou um Código Comercial e a Lei de Terras, enquanto que, nos assuntos bélicos, viu-se o completo triunfo sobre os praieiros e a ascensão de uma nova política em relação aos conflitos entre Argentina e Uruguai, de efetiva intervenção a fim de derrotar Rosas e colocar seus adversários definitivamente na esfera de influência imperial.²² Na condução dessa política mais

²⁰ VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, parte “Ideias políticas e administrativas de D. Pedro II (1853/1881)”, p. 134-181.

Sobre a composição do ministério da Conciliação, vale lembrar que Honório falava em ministerialistas e não em liberais e conservadores, cf. ESTEFANES, *Conciliar o Império*, p. 264-265.

²¹ Sobre o contexto de aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e o papel saquarema na condução da “política do tráfico negreiro”, ver PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²² Sobre o Código Comercial, ver BENTIVOGLIO, Julio Cesar. *O Império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. A Lei de Terras e os conflitos envolvendo a posse no Império são tratados por MOTTA, Marcia M. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998. Para o entendimento da relação entre o

agressiva, despontariam os futuros visconde do Uruguai e marquês de Paraná, o primeiro como ministro e o segundo como representante responsável pela assinatura de importantes tratados para o Brasil no decorrer de 1851.²³ Tudo isso foi, como se afirmou, muito bem tratado pela historiografia, cada assunto rendendo mais de um estudo específico. O que não foi tão notado é que a Conciliação como nova política da Coroa já era um assunto em pauta e foi responsável pelo maior abalo do ministério saquarema.

Depois das conquistas entre o fim de 1848 e 1851, o monarca certamente se regozijava com as escolhas feitas. As ameaças à estabilidade começavam a ficar de vez para trás e era hora de cobrar dos ministros ações que visassem a nomeações apartidárias e eleições livres, para que os descontentes nunca mais pegassem em armas. Na prática, isso significaria basicamente não fazer uso partidário da lei de três de dezembro de 1841, que municiaava o governo central com vários cargos que eram usados como moeda de troca por apoio político nas localidades.²⁴ Acontece que esse uso era um verdadeiro dogma para os conservadores, como deixaram claro na carta demissionária que entregaram a Pedro II em novembro de 1851. Não davam espaço para um meio-termo: ou eram as intenções do monarca, ou eles no comando do Estado:

Vossa Majestade Imperial, com aquela alta razão que felizmente possui, sempre foi oposto a este sistema, sempre o embarçou quando foi possível, concedendo somente, ou quando motivos, que impossível era de livrar, o reclamavam, porque ninguém possui em mais elevado grau do que Vossa Majestade Imperial verdadeiro amor da Pátria e as noções do justo e do honesto. Os Ministros de Vossa Majestade Imperial compreenderam o seu pensamento e que Vossa Majestade Imperial tinha resolvido, em Sua Alta Sabedoria, pôr termo a um sistema de reações e concessões que pode sim, dar temporariamente um acréscimo de força factícia a um Ministério ou a um Partido, mas cuja continuação abismaria por fim o País. E isto quando o mundo está em agitação, na época revolucionária em que vivemos, quando em vez de irritar, convém acalmar! Os Ministros de Vossa Majestade Imperial porém, não deixaram de ver também, que esta mudança lhes faria perder muita força, e desgostaria grande parte daqueles que os podiam apoiar, em épocas de eleições, principalmente. [...]

Império e as repúblicas platinas, a bibliografia é vasta. Pela retomada que faz de importantes estudos, acrescentando novas questões ao tema, citamos aqui: FERREIRA, Gabriela Nunes, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

²³ Cf. ESTEFANES, Bruno. *Conciliar o Império*, capítulo 3.

²⁴ ESTEFANES, Bruno; EL YOUSSEF, Alain Youssef; PARRON, Tâmis. “Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil”. *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p. 137-159. 1º semestre de 2014.

Para essa nova luta são necessários espíritos mais repousados, é preciso mais calor, mais ânimo, mais vida do que tem os atuais Ministros de Vossa Majestade Imperial. [...] Os abaixo-assinados pensam que com sua retirada não terá de sofrer a política atualmente seguida, quando Vossa Majestade Imperial entenda em sua sabedoria que a não deve mudar.²⁵

Em pleno período tantas vezes reconhecido como o “apogeu do Império” colocava-se, então, um impasse que separava o imperador e importantes políticos saquaremas. Contudo, o pedido parecia não poder ser aceito de imediato. Era inegável a importância da administração no trato das mais complicadas questões de Estado do momento e, ao darem a cartada demissionária, os conservadores provavelmente calcularam que prevaleceria a importância da manutenção da imagem de um governo forte e afinado com a Coroa, principalmente diante da delicada conjuntura das relações exteriores. Mesmo quando resolveu acatar o pedido, seis meses depois, Pedro II o fez em parte, mantendo Paulino Soares de Souza na condução da política internacional, enquanto Rodrigues Torres acumularia com a pasta da Fazenda a presidência do gabinete de 11 de maio de 1852. Não é à toa que desde os coevos existe a percepção de que esses dois gabinetes, que perfazem mais de cinco anos de exercício, formam na verdade uma única administração.²⁶ Ao imperador, parecia impor-se a necessidade de contar com os saquaremas, os quais, por sua vez, pareciam dispostos a fazer valer a predição da carta de novembro: “Males inveterados não se curam de pronto, e Vossa Majestade Imperial terá de gastar uns poucos Ministérios antes de ser realizado completamente o seu grandioso pensamento”.²⁷ Finalmente, em setembro de 1853, Pedro II conseguiu articular seu trunfo: convenceu Honório Hermeto Carneiro Leão a assumir um gabinete conciliador nos termos da Coroa, o que acabou por afastá-lo das posições políticas de seus antigos aliados saquaremas – uma relação que já vinha abalada desde a presidência de Pernambuco.²⁸ O que para uns era problema, para outros era possibilidade de se explorar divergências até então impensáveis no

²⁵ “O pedido de exoneração coletiva do Ministério de 29 de setembro de 1848”. In: VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968; p. 151-153. Assinaram o documento: visconde de Monte Alegre, Eusébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza Manuel Felizardo de Souza e Melo e Manuel Vieira Tosta, em 15 de novembro de 1851.

²⁶ NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006; p. 123.

²⁷ VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*, op. cit.; p. 151.

²⁸ Sobre o Ministério da Conciliação, ver FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos* (1848-1857). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

partido conservador em busca de reformas, como a judiciária e a eleitoral. Com a extinção do tráfico de escravos e os debates da Conciliação, pode-se dizer, com Joaquim Nabuco, que “já havia modos de ser Conservador”.²⁹ A homogeneidade ideológica, mas principalmente a coesão e fidelidade parlamentar, ficavam mais complicadas de serem mantidas.³⁰

Após a morte do marquês de Paraná, aceitar a presidência de um gabinete equivaleria a tomar uma posição política próxima às intenções do imperador. Por isso, o visconde de Uruguai recusou-se a suceder Honório em um novo gabinete conciliatório.³¹ Alegou problemas de saúde e, de toda forma, manteve-se coerente em sua oposição à política inaugurada em 1853, o que já não se pode dizer de Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda. Privilegiando ainda a seara de líderes conservadores, Pedro II lembrou-se do veterano pernambucano, ex-regente, apoiador do Regresso, e que naquele momento poderia emprestar seu capital político a favor da Conciliação nos debates com os renitentes saquaremas. O que para alguns poderia parecer um defeito de caráter – afinal ele havia sido um dos mais fortes opositores da Conciliação de Paraná³² - para outros aparecia como habilidade de um político calejado. Joaquim Nabuco cravou que Olinda “era de uma ductilidade extrema; se ninguém o torcia, ele mesmo achava sempre as razões as mais

²⁹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. 3 Vols. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897; vol. 2; p. 40.

³⁰ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão*, op. cit.; p. 276-286.

³¹ Em SILVA, João Manuel Pereira da... encontramos o relato de que o convite foi feito e recusado, em *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003 [1897]; p. 261. Em um escrito do fim da década de 1860, o imperador comentou a demissão do gabinete de 1857 e confirmou o convite aos saquaremas: “A oposição do Senado, de que aliás se arrependeram depois alguns que a fizeram, foi causa da mudança do ministério, e essa oposição era, sobretudo, dirigida às ideias do Sousa Franco. O Olinda não me propôs a dissolução da Câmara para consultar a nação, e essa medida não deve ser tomada sem muita cautela. Todos sabem que pela sobredita razão chamei primeiro o Eusébio e o Uruguai, que não aceitaram a comissão, apesar de concordarem com as ideias, que lhes expendi sobre as minhas relações com os ministros. Se não foram sinceros, eu o fui. Provavelmente julgaram que ainda não era chegada a época dos conservadores puritanos”. In: ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história contemporânea* [Com Notas do Imperador]. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944 [1867]; p. 90-91 (Nota 43).

Entre três de setembro de 1856, data de falecimento de Paraná, e maio de 1857, assumiu interinamente o marquês de Caxias.

³² Há, inclusive, um relato de que uma alteração que houve entre Honório e Pedro de Araújo Lima no Senado foi fatal para o primeiro. Acusado de “ceticismo político” pelo adversário, o marquês de Paraná removeu a briga até o último suspiro. Joaquim Manuel de Macedo a consagrou no *Ano biográfico brasileiro* de 1875: “Em derradeira quebra de lanças o marquês de Paraná reagira ofendido contra a acusação de ceticismo que lhe lançara um dos principais chefes conservadores. Poucos dias depois o marquês de Paraná já vencedor caiu no leito. [...] Na noite de 2 de setembro o marquês de Paraná abatido de forças e delirante pronunciou suas últimas palavras já entrecortadas e sem nexos: Ceticismo... o nobre senador... pátria... liberdade... Na madrugada do dia 3 de setembro morreu”. Citado em ESTEFANES. *Conciliar o Império*, op. cit.; p. 44.

inesperadas e sutis para mudar com o Imperador ou com a opinião; ninguém soube também melhor acompanhar os seus amigos”.³³ Em maio de 1857, ele mudou com o imperador, e a montagem de seu ministério seria um significativo resultado dos espaços que a Conciliação abria. Do lado conservador, Olinda escolheu nomes que estavam fora do círculo saquarema e que nunca haviam sido ministros: entregou a sempre visada pasta da Justiça ao mineiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos e a da Marinha ao baiano José Antônio Saraiva. A nomeação de maior destaque, entretanto, seria a do liberal Bernardo de Souza Franco, ex-ministro do gabinete de Paula Souza de 1848, e que ficou com a Fazenda.

Cuidar do erário, definir os rumos da economia já seria importante em qualquer ocasião, ainda mais na década de 1850, um contexto pós-contrabando em que se viu todos os investimentos atrelados ao infame comércio precisarem de novas destinações. A abertura de empresas e bancos, investimentos em infraestrutura agrícola, ferroviária e urbana eram partes dos *melhoramentos* previstos para dominarem a agenda do país ao lado da conciliação partidária. Diante da necessidade de fomento, a questão bancária e creditícia se impôs aos estadistas e endinheirados brasileiros, assuntos que os saquaremas já haviam encaminhado ao seu modo, principalmente durante a gestão fazendária de Rodrigues Torres, entre 1849 e agosto de 1853. Nesse tempo, estabeleceram-se as diretrizes da economia imperial que acabaram sendo objeto de disputa durante a década de cinquenta: restrição bancária, com a criação do Segundo Banco do Brasil, e metalismo. Entretanto, na esteira da Conciliação, com a possibilidade de um liberal cuidar da Fazenda, nomeado por um ícone conservador, o que aconteceu durante 1857 foi a confrontação da ortodoxia financeira até então implementada: pluralidade bancária e liberdade de crédito entraram na ordem do dia.³⁴ Estava posta a grande questão do fim da década, digna de dividir partidos e fazer rodarem novas prensas jornalísticas na capital do Império.

³³ NABUCO. *Um Estadista do Império*, op. cit., vol. 2; p. 2.

³⁴ **Restrição bancária** significa a defesa da unidade emissora, que apenas um banco autorizado pelo governo tenha o direito de emitir notas. Já o **metalismo** tem a ver com o tipo de conversibilidade da moeda, refere-se ao tipo de lastro que deve servir para as emissões. Grosso modo, o metalismo defende que as notas emitidas devam ser lastreadas exclusivamente em ouro. Para detalhes sobre o contraponto liberal e o debate da época, ver o artigo de GAMBÍ, Thiago. “O debate político e o pensamento econômico no Império brasileiro: centralização de poder e monopólio de emissão no segundo Banco do Brasil (1852-1853)”. *Almanack*. Guarulhos, n. 09, p. 176-189, abril de 2015.

As hidras do sistema representativo: *escola liberal contra oligarquia*

Na opinião de Joaquim Nabuco, os gabinetes que se sucederam de 1857 a 1861 não passaram de “gabinetes financeiros”, e destaca: “O Ministério Olinda-Souza Franco assinala em nossa história constitucional antes uma fase financeira que uma fase política: é a *conciliação* aplicada aos Bancos”.³⁵ Todavia, nada poderia ser mais político naquele momento que essa mistura de conciliação e finanças. Aos saquaremas, desagradava ver suas diretrizes desmontadas sob o véu neutral de uma política conciliatória. Urgia para eles desmascarar essa associação, então partiram para a imprensa e os debates legislativos.

Tão logo se abriu a sessão parlamentar de 1858, passou a circular na Corte um jornal intitulado *Tres de Maio*, com o declarado propósito de atacar o entendimento de Conciliação e as decisões de Souza Franco.³⁶ Seu redator era Justiniano José da Rocha, jornalista e deputado com extensa lista de serviços prestados ao núcleo duro conservador, inclusive em oposição ao ministério Paraná de 1853.³⁷ Não demorou para que associassem seu novo projeto com seus antigos chefes, o que ele se deu ao trabalho de refutar já no primeiro número:

Ainda não estava definitivamente resolvida a criação do *Tres de Maio* e já apareciam correspondências, que mal disfarçavam sua origem, atribuindo-o a certos indivíduos que parecem causar pesadelos ao ministério, cobrindo-os logo de baldões, e esforçando-se por apresentá-los como conservadores exagerados, movidos apenas pela ambição e empolgar as pastas!

[...]

Já está bem conhecida a tática de apresentar como vermelhos exagerados, e ambiciosos do poder, os homens que dão o menor indício de não querer sujeitar-se ao *Magister dixit* dos novos Platões.

O *Tres de Maio* deseja, talvez mais sinceramente do que muitos ministeriais, a conservação do ministério, por algum tempo ainda. É em sua opinião necessário que os efeitos da política atual se façam sentir bem palpavelmente, sobretudo na parte financeira.

Com efeito, a nação já vê que o ouro fugiu da circulação, e que o papel cada vez mais se deprecia; já vê que o câmbio mantém-se abaixo do par

³⁵ NABUCO. *Um Estadista do Império*, vol. 2, p. 1, itálico no original.

³⁶ O título do jornal fazia referência à data em se iniciavam os trabalhos parlamentares, conforme a Constituição de 1824. Circulou durante 1858 apenas.

³⁷ Cf. PARRON, Tâmis. “O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX”. In: Justiniano José da Rocha. *Ação; Reação; Transação: Duas palavras acerca da Atualidade Política do Brasil*. Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016. A informação de que Justiniano era o redator do *Tres de Maio* está na p. 20.

e que, para evitar que se conheça toda a rapidez da descida, recorreu-se a meios artificiais, cuja duração não pode deixar de ser efêmera, e de ter por efeito bem próximo a agravação do mal; já se vê que a conciliação consiste em deixar algumas províncias, como Pernambuco, entregues a uma das antigas parcialidades, outras, como o Pará, à oposta, e outras finalmente, como o Rio de Janeiro, à ausência completa de pensamento político. [...] ³⁸

Deixava claro que a questão financeira era o grande motivo de oposição ao gabinete, tentando atrelá-la a uma suposta insatisfação geral com a situação. Ao final desse mesmo artigo, define-se: “não somos nem Luzias, nem Saquaremas; somos porém ao mesmo tempo liberais e conservadores”. Sobre a Conciliação, tomava todo o cuidado para não questionar diretamente o papel do imperador, mas sem deixar de frisar os exageros da “nova política”:

Os partidos, é verdade, deixaram-se arrastar a excessos; um deles chegou a falar na constituinte, e recorreu ao processo das batalhas, procurando a sentença da vitória. Foi uma desgraça; mas esse perigo acabou; todos conheceram que só na constituição e nos meios constitucionais está a salvação.

Desde esse momento a conciliação estava feita nos limites do possível; os partidos não apelavam para as armas, mas para a discussão; e mesmo nessa repeliam os excessos.

A conciliação possível estava feita; o governo quis dela tirar partido. Proclamou-a como um princípio exclusivamente seu e como uma consequência de sua nova política.

Como queremos também conciliação, não queríamos questão por essa jactanciosa pretensão, se não víssemos que ela vai tendo por fim, ou ao menos por efeito, a onipotência governamental. ³⁹

Nota-se que, para o jornalista, existiu a conciliação desejável e salvadora, resultado do arrefecimento das paixões partidárias e “feita nos limites do possível”. Inaceitável era que o governo transformasse esse fato social em princípio de uma política particular, visando a desqualificar qualquer antagonismo. Essa leitura aproximava-se muito da que os conservadores levavam quase que concomitantemente ao Parlamento. Ainda em maio, durante a discussão da resposta à Fala do Trono no Senado, o visconde de Uruguai tomou a palavra:

Não me ocuparei longamente, Sr. Presidente, com a tão apregoada política de conciliação e concórdia. Começarei por declarar que nunca compreendi e ainda hoje não compreendo essa política. [...]

A conciliação é uma consequência do estado e atuais circunstâncias da sociedade, é uma necessidade da nossa época. Quem foi plantar a

³⁸ *Tres de Maio*, 04/05/1858, n. 1.

³⁹ *Idem*.

bandeira da concórdia entre os antigos partidos moderados e exaltado?
[...]

Pode algum ministério hoje reconstruir as épocas de 1840, 1841, 1842 e 1844, extenuar as paixões que então nos dividiam, restituir-lhes a energia e força que tinham e reconstruir interesses que então dominavam e que as circunstâncias e o tempo têm profundamente modificado? Nenhum o poderia fazer, e por isso nenhum ministério pode ter hoje outras tendências senão as atuais da sociedade que nos levam para a moderação e para a concórdia.

Há, porém, um grande inconveniente no modo pelo qual o governo apregoa essa tendência como política sua. Substitui a sua ação à do tempo e das circunstâncias, e toma a si a responsabilidade de toda aquela conciliação que não pode fazer.⁴⁰

Esse posicionamento contundente de uma sumidade saquarema não podia passar despercebido pelos adversários. Os adeptos da Conciliação e das medidas liberais de Souza Franco vinham tendo no *Correio Mercantil* um porta-voz na imprensa. Desde o início do ano, o jornal louvava os espaços abertos pelo ministério a pessoas e ideias de fora do círculo dos conservadores. Ao contrário destes, que, em meio às suas críticas, não podiam citar Pedro II, os entusiastas do novo sistema não economizavam nas referências à imperial pessoa e seu papel na política:

O novo ano apresenta-se sob lisongeiro aspecto aos olhos do observador. Nunca esperança mais legítima afagou o coração dos Brasileiros. [...] Os charlatães, os imperitos, esses homens que enriquecendo a si e empobrecendo o estado iam conduzindo o país à borda do precipício, de onde o tirou a mão poderosa da sabedoria excelsa do chefe do estado, não podem mais volver a governá-lo. Estamos hoje como o naufrago que ainda se recorda dos perigos por que passou.

A oligarquia tinha chegado ao apogeu de sua grandeza. O Brasil estava sendo, não hesitamos em dizê-lo, o feudo de um punhado de homens cujo único merecimento consistira na ousadia com que em tempos de nefanda memória souberam conquistar pela intriga e pela cabala as sumidades políticas e administrativas do estado. Corria à rédea solta para uma crise cujas consequências podiam muito bem envolver o inocente culpado, quando um raio de luz celeste veio esclarecer a situação. Do alto do trono baixou então como o ramo de oliveira a palavra sacrossanta – Conciliação. Foi quanto bastou para se operar no ânimo da maioria uma mudança saudável.

Ah! se os soberanos soubessem quanto podem quando querem o justo, muitas calamidades poupariam a si e aos seus súditos!⁴¹

Por mais que tenha apelado para aproximações com o verbo divino, o autor do artigo definiu uma Conciliação que ia muito além de uma abstração. Muito além de um simples estado da sociedade também. Era uma política pensada pelo monarca,

⁴⁰ *Anais do Senado* (doravante *AS*), 28/05/1858. *Apud* PARRON, T. *A política da escravidão*, *op. cit.*; p. 284-285.

⁴¹ *Correio Mercantil*, n. 13, 15/01/1858.

que escolheria muito bem os estadistas aptos a colocá-la em prática. Começou com o marquês de Paraná, cuja morte acabou sendo uma grande calamidade, pois sua grande conquista, que fora a lei dos círculos eleitorais, acabou sendo imperfeitamente executada pelos ministros que ficaram. Um retrocesso para a Conciliação, que o imperador trataria de consertar em 1857:

A escolha que fez o imperador dos cavalheiros para o novo ministério não podia ser mais acertada; justificou o alto pensamento da conciliação proclamada. O ministério foi composto de notabilidades de ambos os partidos. O país exultou, e só os ferrenhos da extrema oligarquia tiveram que dizer contra a prudente e sábia escolha de ministros.⁴²

Como se vê, diferentemente dos conservadores, que queriam não apenas despolitizar o discurso conciliatório, mas também mostrar que era um engodo que os desfavorecia, os liberais, nesse primeiro momento, agarraram-se a ele como verdadeiro náufrago da nau do Estado, “que ainda se recorda dos perigos por que passou”. Aproximar-se da política do monarca era a maneira que tinham para voltar a ocupar cargos importantes e desafiar o domínio da oligarquia – essa palavra que, como se verá no restante deste capítulo, passa a ser quase um senso comum para se referir aos conservadores.⁴³

Na sexta-feira 28 de maio, quando o visconde do Uruguai levantou-se no Senado e discorreu sobre a Conciliação, os sinais de alerta ministeriais soaram. Como ele próprio fez questão de frisar, era a primeira vez que se levantava durante uma discussão de resposta à Fala do Trono para fazer oposição a um ministério. Prenúncio de que a artilharia seria pesada durante o ano. Na quarta-feira seguinte, o *Correio* externou a preocupação liberal. Primeiramente, justificou “alguma abstenção da nossa parte” nos assuntos da política desde que começara o ano legislativo: ainda nenhum debate relevante acontecera; no Senado, só se vira ataques pessoais ao ministro da Fazenda, que teria aproveitado os ensejos para virar o jogo e defender suas decisões.

Hoje, porém, a situação vai tomando uma nova face; a oposição do senado vai se expandindo; muitos homens notáveis que dirigiram a

⁴² *Idem.*

⁴³ É importante apontar que o termo “oligarquia” já era usado pelos liberais contra os conservadores no início da década de 1840, no contexto das críticas às reformas regressistas. Cf. SABA, Roberto N. *As Vozes da Nação: a atividade peticionária do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010; principalmente Capítulo 5. Sua retomada, portanto, tinha o peso de uma tradição política.

política conservadora na quadra anterior à conciliação surgem armados para um combate que não deve passar despercebido, não só pela importância dos combatentes, como pela novidade do movimento.⁴⁴

Despolitizar o discurso conciliatório, politizar a questão financeira. Foi essa a tática conservadora a partir do parlamento e da imprensa, aproveitando-se de um quadro de instabilidade e recessão econômica, para minar o gabinete, principalmente a figura de Souza Franco. No discurso da oposição, o contexto maior da crise mundial dos mercados de 1857 nem entrava em consideração. O que importava era associar o fracasso das finanças nacionais às medidas liberalizantes do gabinete. Diante dessas más escolhas e suas consequências, seria absolutamente natural que surgissem partidos diferentes, o que deixaria clara a falsidade da Conciliação proclamada pelo governo:

O governo mais do que ninguém deve compreender que se colocou em uma posição falsa e arriscadíssima que lhe convém abandonar. A ideia em que está de que se acham extintos os partidos políticos é uma ilusão; adormeceu sem dúvida com tão mavioso canto. Não seja hoje embora o mesmo o objeto da luta, qualquer que ele for aparecerá. O país está em crise, as medidas financeiras do Sr. ministro da fazenda não têm geral aceitação, e sem dúvida que se não há de dignar presumir que todos devem pensar do mesmo modo em matéria de crédito. Ora, se sobre este único objeto somente acreditam alguns que a marcha seguida é prejudicial para o país e que o Sr. ministro deve ser contrariado no seu plano de operações, teremos de ver ao menos em matérias econômicas um partido diverso do que acompanha o governo. E se os homens desse partido não ficarem verdadeiramente conciliados, conformando-se com a opinião financeira do governo, a conciliação será uma burla. Como esse, aparecerão outros partidos, porque é da índole do sistema representativo que os haja; acabem com eles embora, outros virão como os homens que nasceram dos dentes de Cadmo, ou como as cabeças da hidra de Lerna.⁴⁵

Com o passar do ano de 1858, o gabinete viu-se cada vez mais atacado e a situação era ainda pior para Bernardo de Souza Franco. Por mais que a pluralidade bancária que defendia encontrasse entusiastas em grupos de empresários e fazendeiros, o ministro acabou isolado. Sua política econômica passou a receber críticas dos próprios colegas de governo e até do imperador. A ofensiva saquarema no Senado acabou com o fôlego do governo e colocou na berlinda suas opções referentes ao sistema bancário e ao meio circulante.⁴⁶

⁴⁴ *Correio Mercantil*, n. 148, 02/06/1858.

⁴⁵ *Tres de Maio*, n. 2, 06/05/1858.

⁴⁶ Sobre a crise mundial de 1857 e seus efeitos no Brasil, ver SÁEZ, Hernán. *O Tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 e 1866 nas principais instâncias decisórias*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo,

À primeira vista, o ministério seguinte, de 12 de dezembro de 1858, poderia parecer mais um produto da Conciliação. Afinal, quem assumiu sua presidência foi Antonio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, antigo prócer das lutas liberais da década de 1840. Na prática política, porém, seu papel já era outro, como se o tempo tivesse transformado as convicções do quinquagenário político. Ao que parece, uma pasta no Ministério da Conciliação, em 1853, quando completou 55 anos, e o título nobiliárquico recebido no ano seguinte, terminaram por mostrar-lhe novas bandeiras. Ao tornar-se presidente do conselho de ministros alçou de novo, juntamente com seu ministro da Fazenda, as diretrizes econômicas conservadoras – o metalismo e a restrição bancária – à pauta principal das discussões políticas nacionais. Logo sua administração tornou-se uma referência positiva, sinônimo de ordem financeira e credibilidade para uma parte significativa dos conservadores. Era como se, com Abaeté, o imperador oferecesse carta branca para que eles colocassem a economia do país em ordem. Em tempo: o homem das finanças do novo gabinete foi ninguém menos que Francisco de Salles Torres Homem, o ex-Timandro, que passara a frequentar, como o chefe, indicações conservadoras. Usando uma definição de Joaquim Nabuco, Torres Homem tornara-se um vermelho, “um vermelho da cor de Eusébio de Queirós, Itaboraí e Uruguai”.⁴⁷

Contraditórias ou não, essas mudanças mostravam a força do argumento conservador nos anos imediatamente posteriores ao Ministério da Conciliação e à crise econômica que em 1857 abalara o mundo e que, no Brasil, acabou sendo relacionada imediatamente ao receituário demasiadamente liberal do gabinete Olinda. A queda do ministério de quatro de maio foi um recado direto, um golpe mesmo, dirigido aos entusiastas da liberdade de crédito e da pluralidade bancária. De repente, a política econômica estava no foco de todas as controvérsias, opunha paulatinamente uma tendência conservadora a uma liberal, que tentara se firmar com Souza Franco, mas que já poderia ser ameaçada em breve. Poderia e foi.

2013, capítulo 2. A situação delicada de Souza Franco é assim resumida por Thiago Gambi: “A pressão sobre o ministro da fazenda vinha de todos os lados, inclusive de dentro do próprio gabinete. O imperador divergia de suas ideias, o gabinete não o apoiava unanimemente e o parlamento fazia-lhe oposição ferrenha. A situação do gabinete era insustentável politicamente e o contra-ataque saquarema no senado contribuiria decisivamente para a queda do ministro em dezembro de 1858”. Ver GAMBÍ. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2010, p. 286.

⁴⁷NABUCO, J. *Um Estadista do Império*, op. cit., vol. 2, p. 34.

Derrotados, os antigos ministros e os adeptos das medidas econômicas liberais assumiram os questionamentos à Conciliação. Valeram-se das mesmas armas que os conservadores, as mais poderosas da política da época. No parlamento, restringiram-se a responsabilizar seus adversários pela falência do sistema, decretando sua morte. Ninguém menos que o presidente do gabinete demitido tomou a dianteira como enunciador dessa acusação, em um desses seletos momentos que os taquígrafos costumaram registrar como “movimento de atenção”. Início da segunda discussão, no Senado, da Resposta à Fala do Trono de 1859, o marquês de Olinda discursou funebremente:

Sr. presidente, nas circunstâncias em que se acha o país, devemos concorrer todos para que se tomem as medidas que são reclamadas pelas necessidades públicas. Os males econômicos nos ameaçam, e com eles devemos recear que se perturbe o estado político do país. Eu não quero de modo algum tirar o tempo ao senado, mas não posso deixar de dizer alguma coisa sobre o projeto de resposta à fala do trono. E como hoje é o último dia das exéquias da defunta conciliação...

O Sr. D. Manoel (*com força*): - Apoiado.

O Sr. Marquês de Olinda: - ... seja-me permitido acompanhá-la ao seu último jazigo, e aí depositar-lhe sobre o túmulo os meus votos de homenagem.

O Sr. D. Manoel: - Apoiado; há de ter muitos companheiros, com exceção dos Srs. Ministros.⁴⁸

Quem o aparteava com entusiasmo era d. Manoel de Assis Mascarenhas, senador pelo Rio Grande do Norte, um dos mais ferrenhos opositores ao gabinete de 12 de dezembro. Engrossava a proclamação da certidão de óbito da Conciliação, acusando os conservadores de terem omitido o conceito de seu programa de governo e, assim, terem-no arrancado do horizonte da política nacional. Por sua vez, os parlamentares conservadores e novos ministros continuaram a insistir na leitura de que *conciliação* não era tópico particular de um governo, mas sim um estado evolutivo alcançado pela sociedade. O discurso de Olinda, portanto, foi só um episódio inicial de uma longa batalha, que no campo da imprensa tomou proporções ainda mais impactantes. Se as críticas ao sistema não eram novidades nos jornais da Corte, o tom delas tornou-se muito mais ríspido a partir de 1859, a ponto de alcançar a participação do monarca na política e configurar combativas denúncias sobre o falseamento do sistema representativo.

⁴⁸ AS, 01/06/1859.

Com efeito, o que os políticos imperiais em geral perceberam depois de duas trocas de gabinete foi que a Conciliação, a “nova política da Coroa”, não era garantia nenhuma de governabilidade para o Executivo. A política parecia se assentar mais firmemente na convicção de não dissolver Câmaras e buscar um governo capaz de construir maioria sem abusar das nomeações partidárias. Porém, como isso deveria ser feito, quais regras deveriam nortear as nomeações de gabinetes a cada giro, que papel teria o Poder Moderador nesse arranjo, eram todas prementes questões que faziam os brasileiros procurarem exemplos no estrangeiro, principalmente Inglaterra e França, ao mesmo tempo em que os incentivavam a teorizar sobre as particularidades da monarquia tropical.

Idealizada nesse contexto, uma nova força oposicionista surgiu para atacar a Conciliação, associando a ela a derrubada dos ideais liberalizantes. O jornal *A Atualidade* foi lançado em janeiro de 1859, desde a primeira linha como declaradamente contrário ao Gabinete Abaeté-Torres Homem e deixando bem expresso que o passado dos ministros não enganava ninguém. Na opinião dos redatores, apenas a mentira da conciliação poderia sustentar a atualidade do país, que deveria ser combatida, bem como todos os que se beneficiavam dela:

À vista da miserável situação criada pela política do interesse, julgamos nós que o maior serviço que podemos fazer ao país é combater a atualidade, é concorrer com o nosso fraco contingente para a destruição desse sistema que a não ser repellido a tempo poderia trazer ao país embaraços os mais sérios.

Combatamos todos a conciliação; procuremos restabelecer o prestígio da lei; façamos respeitar a constituição e teremos conseguido alguma coisa. Uma lógica vulgar poderá objetar-nos que nossa missão cifra-se na destruição do que existe; que nosso programa é a demolição. Ela procurará persuadir-nos que tais ideias por si sós não podem constituir um programa, que é preciso uma bandeira política, qualquer que ela seja. Prossigamos, porém, nosso caminho apesar das objeções desses raciocinadores; e se conseguirmos a destruição da atualidade, teremos chegado a um resultado positivo, teremos criado alguma coisa.⁴⁹

O mesmo número do jornal fazia questão de lembrar a ligação de Limpo de Abreu com as fileiras do partido liberal e destacava que no “quinquênio liberal, sobretudo nos primeiros dias era olhado como um de seus esteios e uma de suas mais brilhantes glórias”. Entretanto, continuava o artigo intitulado “O Sr. Visconde de Abaeté”, no fim da década de 1840, quando o partido passou por “grande

⁴⁹ *Atualidade*, 05/02/1859. Este era apenas o terceiro número do jornal, que fora lançado havia duas semanas, sendo publicado apenas aos sábados em seu início.

decepação”, ele simplesmente abandonou os antigos companheiros de armas, apostatou crenças que antes pareciam radicadas em seu ânimo, “traiu a um partido inteiro, então grande, então numeroso”. Por defecção “tão extraordinária, tão incompreensível”, concluía-se que era justo “desconfiar-se da sua lealdade como presidente do conselho”. Ademais, a situação do restante dos nomeados também estava longe de ser lisonjeira:

Enfim: o país nada tem a esperar do Sr. Abaeté, como presidente do conselho, ainda mesmo quando suas ideias fossem aceitáveis; hoje pareceria professá-las sinceramente; mas amanhã pensaria do mesmo modo?

Mais uma observação e terminemos.

Parece que um princípio simpático reuniu no atual gabinete homens de lealdade política suspeita: o Sr. Salles Torres-Homem já foi republicano a valer Brutus; o Sr. Paranhos, posto que ainda moço, já foi liberal, conservador, e depois conciliador; hoje escapa a qualquer definição; o célebre Sr. Souza e Mello foi liberal, foi conservador; hoje não é mouro nem cristão; mas ainda crê nos fornecimentos para os arsenais.

De tal grupo que esperar? Breve os fatos com sua lógica invencível nos responderão.⁵⁰

E os fatos vieram. Depois que os trabalhos regulares das câmaras legislativas iniciaram-se em maio, o governo passou a ser bombardeado de tal forma pela oposição, que sua sobrevivência mal alcançaria três meses. Com a apresentação do projeto bancário do ministro Torres Homem aos deputados, as questões financeiras definitivamente passaram a motivar uma reorganização do discurso político e da divisão partidária. Uma significativa leitura do que se passou na breve existência do ministério 12 de dezembro foi feita um dia após sua queda:

De hoje por diante o comércio não olhará com indiferença para a marcha dos negócios públicos: a organização dos ministérios, o predomínio antes de umas ideias do que de outras, o triunfo dos princípios de uma seita não lhe passarão mais como coisas absolutamente alheias à sua vida.

De hoje por diante o comércio convencido da conexão entre seus interesses e a direção da coisa pública, procurará exercer a influência que lhe compete na política do país.

⁵⁰ O último a ser citado era o militar Manoel Felizardo de Souza e Mello. No gabinete 12 de dezembro, ele assumiu a pasta da Guerra, o que deve explicar a referência do autor do artigo à crença de Souza e Mello nos “fornecimentos dos arsenais” acima das crenças partidárias. Completavam o gabinete: Sérgio Teixeira de Macedo, nos negócios do Império; José Thomas Nabuco de Araújo, na Justiça (substituído pelo visconde de Muritiba em 21/03/1859); José Maria da Silva Paranhos, nos Estrangeiros; Francisco de Salles Torres Homem, na Fazenda; e, cuidando da Marinha, o próprio presidente do conselho. Cf. JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

O governo da nau do estado pela escola liberal ou pela escola da restrição não será mais para ele uma questão de puro *interesse teológico*.⁵¹

Eleito deputado em 1857 para compor a bancada fluminense, o nome de Torres Homem tornou-se representante do pensamento econômico conservador – da escola da restrição, como prefere o jornal – por causa de seus elaborados e constantes discursos de oposição à liberalidade de Souza Franco, mas principalmente por sua aproximação de Joaquim José Rodrigues Torres, a “cabeça econômica e financeira” da trindade saquarema.⁵² Em 1852, dois anos antes de ser agraciado visconde de Itaboraí, Rodrigues Torres assumira a presidência do conselho de ministros e, simultaneamente, o ministério da Fazenda, liderando uma administração que mudou profundamente as concepções e as práticas econômicas no Império. Ele foi responsável pela refundação do Banco do Brasil, uma instituição que seria privada, porém que estaria intimamente ligada ao governo do Estado, monopolizando a emissão nacional de notas bancárias. Controlando, dessa forma, a moeda e o crédito, o banco idealizado pelo ministro deveria funcionar em perfeita sintonia com o projeto centralizador dos conservadores.

Com o papel de única instituição emissora garantido por lei, o desenvolvimento do Banco do Brasil nos seus anos iniciais, a partir de 1853, elevou as diretrizes defendidas por Rodrigues Torres à política nacional, mesmo que ele não ocupasse mais o governo. Assim foi durante o Ministério da Conciliação, do visconde e marquês de Paraná, que o sucedeu tanto na presidência do ministério como nos negócios fazendários. Nem o fato de as relações entre Paraná e o núcleo saquarema já não serem mais as mesmas firmadas no Regresso, nem as trocas de ministros nos quase quatro anos que durou o gabinete conciliador (setembro de 1853 a maio de 1857), atrapalharam o “espraiar da Ordem” possibilitado pela afirmação

⁵¹ *Atualidade*, 11/08/1859.

⁵² Como é sabido, Joaquim Nabuco propagou em sua obra mestra a expressão *triumvirato saquarema*, para destacar a ascendência de Eusébio de Queirós, Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres sobre os conservadores de todo o Império. A historiografia posterior acabou popularizando a expressão *trindade*. Na opinião de Nabuco, expressa neste trabalho em uma citação anterior, não existiram conservadores mais vermelhos, mais radicais que os três. Thiago Gambi, em uma interessante interpretação, aponta que Eusébio foi a cabeça jurídica do projeto político saquarema; Paulino, a cabeça administrativa e diplomática; e Rodrigues Torres, “a cabeça econômica e financeira da trindade”. *O banco da Ordem*, op. cit.; p. 113.

do Banco.⁵³ Nesse período, o visconde de Itaboraí ocupou a presidência da instituição entre 1855 e 1856, continuando, assim, a cuidar bem de perto dos propósitos que ajudara a construir e que, em breve, seria chamado para recuperar.

Em 1859, ao ser alçado da Câmara para o ministério, Torres Homem tinha uma missão urgente, a mesma que o acabaria indispondo fatalmente – não só ele como todo o gabinete – com os parlamentares da oposição. Tratava-se de retomar a política de monopólio de emissão, que fora cancelada durante a atuação de Bernardo de Souza Franco na Fazenda, entre maio de 1857 e dezembro de 1858. Para a tarefa ser completa, Itaboraí foi reconduzido à presidência do Banco do Brasil e, na opinião corrente, apesar de ocupar um cargo subordinado e, teoricamente, fora dos quadros do governo, seria ele quem controlaria rigidamente a política econômica do país. Torres Homem no ministério, aliás, não passaria de uma indicação do financista saquarema. Fato é que, não importa quem prevalecesse, ministro ou presidente do Banco, o privilégio da moeda sobre o crédito voltava a ser dogma.

No entanto, nem tudo se resolvia com trocas de cadeiras. Por mais que o remédio fosse evidente aos olhos conservadores, a pluralidade bancária de Souza Franco mostrava-se, de fato, um emaranhado espinhoso, difícil de cortar em um só golpe. O fechamento imediato dos bancos emissores que tinham sido autorizados pelo antecessor causaria certamente um desgaste político, sem contar os reflexos negativos na economia do país, especificamente nas transações de crédito, que seriam comprometidas de uma hora para outra com o enxugamento do meio circulante. Calculando bem todos os riscos, o projeto que o ministério apresentou aos deputados, em 15 de junho, combinava preservação dos direitos dos bancos existentes com estratégia de gradual desmonte da pluralidade de emissão. Anteriormente, o projeto já fora discutido, e até bem criticado, no Conselho de Estado e acabou vencendo. Agora parecia tudo uma questão de saber encaminhá-lo nas votações parlamentares.

Toda parcimônia não parecia suficiente para convencer a oposição, concentrada na Câmara dos Deputados. Para eles, Torres Homem queria passar seu projeto por cima de qualquer discussão, mostrando um profundo desdém pelos

⁵³“Os primeiros anos do Banco e o espraiar da ordem” é o título do quarto capítulo da tese de Thiago Gambi. A leitura de seu trabalho, bem como SÁEZ, Hernán. *O Tonel das Danaides*, op. cit., é a base para a escrita dos próximos parágrafos sobre a tramitação do projeto de Torres Homem.

trâmites legislativos e escondendo, de fato, os seus verdadeiros propósitos. Era como se a política do governo, principalmente a econômica, naquele momento interessasse só aos ministros e a mais ninguém. Na Câmara, falou-se abertamente em autoritarismo e em “despotismo saquarema”. Foi por esses dias também, entre junho e agosto de 1859, quando só se falava em reforma bancária, meio circulante e crédito, que o termo “oligarquia” apareceu com destaque pela primeira vez no jornal *Atualidade*:

A oligarquia. Assim como no corpo humano a economia é perturbada pelo aparecimento de certos acidentes, na vida das sociedades ainda as mais bem constituídas a regularidade do movimento de suas molas e das funções de seu organismo é mais de uma vez interrompida pela criação de excrescências que nascem, se desenvolvem e medram à sombra do abuso de uma criminosa tolerância.

No último decênio de nossa existência política formou-se com caráter bem pronunciado um desses fenômenos [...] Ao cabo de uma gestação latente e trabalhosa o país viu despontar em seu seio uma oligarquia, que robustecendo-se de dia a dia conseguiu anular o sistema que nos rege, com todas as suas nobres tendências, com todas as suas esperanças e grandiosas vantagens.⁵⁴

No discurso oposicionista, a oligarquia era uma força social que tinha surgido como um mal necessário, explicada pelas necessidades históricas do país, mas que se tornara um problema gravíssimo ao não saber largar o poder:

O receio da anarquia com todo o cortejo de suas calamidades determinou a necessidade da organização de um partido forte que a debelasse.

Entre aquele partido e a maioria do país, que viu nele um perigo e uma ameaça à liberdade travou-se uma luta perduradora.

O ano de 1849 foi uma das épocas em que a luta tornou-se mais grave. Então a desordem e a anarquia ameaçaram a autoridade. Foi de mister para salvar as instituições, que as medidas de opressão haviam com suas provocações comprometido criar um centro forte e prestigioso.

Esta circunstância ocasional determinou o nascimento da oligarquia. O partido da ordem viu-se na necessidade de fortalecer com a plenitude de sua confiança os seus membros que estavam no poder e certos homens que de perto o cercavam. O medo exagerado do perigo, a gravidade das circunstâncias impuseram a concentração da força em certos nomes. [...]⁵⁵

O jornal definia em um termo cheio de carga histórica o inimigo que alguns representantes da oposição pressentiam, sem nunca nomear diretamente. Na sessão de 11 de julho, o deputado Francisco de Paula Silveira Lobo falara em meia dúzia de homens caprichosos que queriam sobrepor-se à nação, no que foi emendado por

⁵⁴ *Atualidade*, 01/08/1859.

⁵⁵ *Idem*.

uma voz que asseverava que seis era um exagero, pois apenas dois queriam mandar, as “duas charruas”, evocando a definição feita por d. Manoel Mascarenhas no Senado, aquele mesmo que tinha sustentado as exéquias da Conciliação propostas por Olinda e que costumava envolver-se em polêmicas, nos limites que o decoro parlamentar o permitia – e, por vezes, fora dele, como ainda se verá. A empolgação que uma intervenção desse tipo causava podia ser tanta, a ponto de embaralhar um pouco a memória do deputado que a evocava. Na verdade, foi esta a imagem exata que Mascarenhas usara, em sessão de primeiro de junho: “O senado há de conhecer que tive razão em chamar o ministério atual – charrua velha, rebocada por dois vapores de grande força; pois a um dos vapores deu o público o nome de – Queirós”.⁵⁶ Percebe-se que, no caso do senador, a ousadia chegava ao ponto de nomear um dos chefes saquaremas como influência externa ao ministério, colocando o fato como de domínio público.

No geral, entretanto, a personalização não era necessária e o vocábulo oligarquia era retomado como conceito político, o qual a imprensa liberal tratou de vulgarizar. Tamanho foi seu alcance que, mesmo três anos depois, quando o visconde do Uruguai publicou seu *Ensaio sobre o Direito administrativo*, dedicou uma nota para explicar negativamente o uso do termo não apenas no Brasil, mas alhures:

Em linguagem parlamentar, dá a oposição esses nomes que ela supõe que lhe empatam as vazas. Bailleul, no seu *Dicionário crítico da linguagem política*, define assim: “Palavra emprestada da Espanha para designar uma espécie de governo oculto estabelecido no próprio governo, e que age na surdina com vistas a neutralizar o que se faz publicamente; esta ação dupla, apenas suposta entre nós, é uma arma bem pensada por nossos anarquistas, assim eles não a negligenciaram e os opositores de todas as cores nos dão ao mesmo tempo uma camarilha à sua maneira; uma corte quando não há corte, e outras denominações análogas com vistas a mascarar ataques audaciosos, e no fundo bem criminosos”.⁵⁷

Não só esse trabalho de pesquisa do visconde, mas também as ocasiões em que Eusébio deu-se ao trabalho de assumir a tribuna do Senado para defender-se e desqualificar o mesmo termo, provam que a reapropriação da alcunha deu o que

⁵⁶ Cf. AS, 01/06/1859, e Anais da Câmara dos Deputados (doravante, ACD), sessão de 11/07/1859.

⁵⁷ SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o Direito administrativo*. In: José Murilo de Carvalho (org. e introdução) *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002; p. 411, nota 222.

falar.⁵⁸ Os parlamentares oposicionistas brasileiros, já em 1859, mostravam-se antenados com essa tendência “anárquica” nas discussões dos altos negócios políticos, e não se furtavam de arriscarem sinônimos:

O Sr. Landulfo: [...] Agora, Sr. presidente, V. Ex. me permitirá que eu dê uma resposta breve ao meu ilustre amigo, deputado pela Bahia, que em um discurso aqui pronunciado declarou que o partido liberal havia sido absorvido completamente pelo partido conservador.

Houve em verdade, Sr. presidente, uma grande absorção; todas as forças vitais da sociedade foram absorvidas; os partidos ambos foram absorvidos. Não ficou o partido conservador como o nobre deputado pensou; porque esse mesmo também foi absorvido.

Vozes: - Por quem?

O Sr. Landulfo: - Sabe o nobre deputado quem absorveu tudo isto? Eu vou dizer-lho. Foi o poder executivo, único poder hoje subsistente no país.

O Sr. Franco de Almeida: - Apoiado.

O Sr. Landulfo: Quem absorveu foi o poder executivo, foi o partido da corte, que esmaga as províncias, que nenhuma esperança lhes deixa.

O Sr. Franco de Almeida: - Não foi o partido da corte, foi a oligarquia que há na corte.

O Sr. Landulfo: É isto mesmo; eu distingo a opinião dos habitantes da corte, das pretensões que ela repele do partido que chamarei dos cortesãos.

Não eram falas soltas, de oradores aleatórios. Tito Franco de Almeida, representante do Pará, começava aí, nessa disputa por definir a oligarquia, uma carreira de destaque nas fileiras liberais, que terá como ápice a publicação de uma obra aparentemente despretensiosa, uma biografia do ministro José Furtado, mas cuja análise da história contemporânea levantou muita polêmica com o imperador.⁵⁹ José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado, baiano de nascimento e de bancada, não falou da boca para fora de um “partido dos cortesãos”. Nos desdobramentos de um movimento de oposição que começava a se articular, desenvolverá a ideia em um panfleto capaz de causar rebuliço no meio político.⁶⁰

⁵⁸ Ao menos nas sessões de 1861 e 1862, Eusébio de Queirós fará longos discursos tratando do termo *oligarquia*. Longe de ser um inocente apelido, portanto, o conceito empregado pela oposição preocupou bastante os chefes conservadores. As intervenções de Queirós serão citadas nos próximos capítulos.

⁵⁹ Tito Franco fará um dos ataques mais acerbos ao Poder Moderador na segunda metade da década de sessenta, relacionando-o com o conceito de *imperialismo*, o nome da esfinge que, para ele, devorava o Império. Cf. ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado*; p. 11-12.

⁶⁰ Joaquim Nabuco identificou Tito Franco e Landulfo Medrado como componentes da bancada liberal dessa legislatura, ao lado de Martinho Campos e Francisco Otaviano. Eram a resistência à “contramarcha financeira” comandada pelos conservadores. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*; vol. 2; p. 59-60.

Oligárquicos ou cortesãos, dois, seis ou mais. A conta dos poderosos podia não ser exata, mas ao associar a esse grupo a política de restrição do crédito e a consequente contração da economia, a oposição chamava para seu lado um público mais amplo do que antigos liberais. O gabinete Abaeté teve que lidar com nada menos que petições municipais saídas do coração político e financeiro dos saquaremas: os municípios cafeeiros do vale do Paraíba. As câmaras de Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, que, na década de 1840, peticionaram a favor da reabertura do tráfico negreiro e foram a base social dos regressistas, juntavam-se em 1859 contra a lei bancária que era a ambição da *trindade*.⁶¹ Claro que os tempos eram outros e muita coisa mudara nos poderes municipais, mas não deixa de ser uma reviravolta notável, da mesma forma que é notável o modo como o gabinete reagiu às petições: simplesmente censurou-as.⁶² Tornara-se realmente questão de vencer ou vencer para a dupla de Torres e, sendo assim, fez-se questão de gabinete. O expediente exigia que o projeto fosse discutido, aprovado ou rejeitado em bloco, sem espaço para emendas e protelações, e colocava à prova o futuro dos ministros e da câmara. No final, dependendo do resultado, ou caíam os primeiros ou dissolvia-se a segunda, se assim decidisse o imperador. Se assim decidisse.

Após conseguir a aprovação de sua questão pela votação mais apertada possível – um voto de diferença na terceira e última discussão –, o visconde de Abaeté solicitou a Pedro II que a Câmara dos Deputados fosse, se não dissolvida, ao menos suspensa e adiada para o próximo ano. Deveria estar certo de que esta era a melhor opção para todos, pois assim poderiam implementar a reforma vencedora tranquilamente e os deputados refratários poderiam reconsiderar a sua posição. Não contava, todavia, com a negativa para ambas as opções. Sentindo-se sem apoio, retirou-se com os outros ministros.

Era 10 de agosto quando foi anunciada a troca de gabinete, dia que deve ter sido de grande júbilo para todos que haviam se colocado na oposição, dentro do parlamento ou fora dele. O artigo do *Atualidade* que tratava da “oligarquia” já demonstrava uma esperança de vitória, nove dias antes da queda de Abaeté, Torres

⁶¹Carlos Gabriel Guimarães tratou do caso de um banco emissor fundado no Vale do Paraíba e a sua importância para a região em GUIMARÃES. “O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862)”. *Sæculum*– Revista de História [29]; João Pessoa, jul/dez 2013; p. 231-259.

⁶²GAMBI, Thiago. *O banco da Ordem, op. c.*; p. 302.

Homem e Rodrigues Torres, que se demitiu da presidência do Banco do Brasil. O mês de agosto surgia radioso para os adeptos da “escola liberal”:

Temos tido dez anos de ignomínia. O historiador futuro há de dificilmente compreender com um país novo, destituído das enfermidades das velhas nacionalidades consentiu adormecido que um círculo tão estreito de homens o dominasse de modo tão soberano, monopolizando-lhe a inteligência e a vontade. Felizmente os dias da oligarquia estão passados. Como todo o poder, na plenitude de sua força ela estragou-se.⁶³

Exatos dez dias depois, com a vitória consolidada, publicou-se aquela observação que sintetizou muito bem as controvérsias entre a oposição e o gabinete 12 de dezembro. O *Atualidade* colocava-se como porta-voz do comércio como um todo, garantindo que essa entidade abstrata não mais seria indiferente à organização dos ministérios – “o predomínio antes de umas ideias do que de outras, o triunfo dos princípios de uma seita não lhe passarão mais como coisas absolutamente alheias à sua vida” – e a conclusão lógica do artigo era de que ao comércio interessava que a “escola liberal” controlasse o Estado.

Afirmar que o comércio finalmente tinha acordado para a política era certamente um exagero retórico. Negócios privados e estatais se misturavam desde a emancipação do país e os comerciantes, pequenos ou grandes, voltados para as transações externas ou internas, estiveram sempre ligados aos assuntos de governo, representando-se e organizando-se.⁶⁴ O que acontecia durante a década de 1850 era que a diversificação de investimentos e a necessidade de crédito renovavam de forma acalorada o antigo debate sobre meio circulante e sistema bancário no país.⁶⁵

⁶³ *Atualidade*, 01/08/1859.

⁶⁴Sobre as ligações entre comércio e política e a organização dos grandes comerciantes (os *Negociantes*, na conceituação do autor), ver PIÑERO, Théo Lombarinhas. *Os “Simples Comissários”: Negociantes e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002; e OLIVEIRA, Cecília Helena L. de. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo/ Bragança Paulista: Icone/USF, 1999.

⁶⁵O grande ponto de inflexão foi, sem dúvida, a decretação do fim do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós, pois, a partir da liberação dos capitais que vinham sendo aplicados na compra e venda de escravos africanos, os investimentos migraram para novas atividades econômicas, possibilitando o surgimento de novas empresas e bancos. Em 1850, promulgaram-se também o Código Comercial e a Lei de Terras, essenciais para o novo funcionamento da economia. Graças ao Código Comercial – que deu garantias legais à organização de empresas no Brasil – e à disponibilidade de capitais, foi possível a abertura no Rio de Janeiro de novas sociedades anônimas, principalmente no setor de serviços e de infraestrutura econômica. Sobre essas transformações essenciais de metade do século XIX, ver GUIMARÃES, Carlos. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor&Companhia(1854-1866)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

Como em todas as polêmicas, impossível que houvesse unanimidade, e os comerciantes e plantadores, conforme seus interesses, dividiram-se frente a opções como conversibilidade da moeda e unidade ou pluralidade de emissão.⁶⁶ Na verdade, então, o que o *Atualidade* fazia, aproveitando-se dessa cisão, era partidizar uma questão candente, defendendo o posicionamento de uma fração de comerciantes e proprietários. Porém, como todo discurso político que se quer hegemônico, universalizava expectativas e valores, fazendo de sua vitória o triunfo da maioria:

O ministério de 12 de dezembro, posto nascesse irregularmente, retirou-se do poder por força de um princípio constitucional. Condenado pela opinião do país, desprestigiado pela sua própria fraqueza, caiu porque faleceu-lhe na câmara temporária o apoio franco e dedicado da maioria no projeto bancário que se tornara para ele uma questão de vida e morte. [...]

O ministério de 12 de dezembro, posto recebido com desconfiança pelo país, obteve na câmara dos deputados nos primeiros dias de sessão, uma maioria, se bem que pouco numerosa, capaz de sustenta-lo. A defecção de alguns de seus amigos efetuou-se com a apresentação do sinistro projeto de melhoramento do meio circulante.

Apenas semelhante projeto foi apresentado logo surgiram resistências de todos os lados.

A luta travou-se no campo da liberdade de crédito. De há muito o país se achava convencido que os vastos recursos com que a providência dotara este opulento torrão não podiam ser largamente aproveitados senão por via do crédito convenientemente organizado. O país havia depositado sua confiança no crédito servido por instituições bancárias que conciliassem a liberdade e franqueza de suas operações com as cautelas e moderação aconselhadas pela experiência e bom senso. [...]

O ministério caído havia ensaiado por meio de medidas especificadas acabar com a liberdade razoável do crédito. A oposição da câmara temporária forte pelo apoio da opinião ganhou novos adeptos, o ministério não pode sustentar-se e ficou triunfante a escola que pugnara pela liberdade de crédito, que hoje é decididamente uma ideia ganha tendo por si a maioria do país.⁶⁷

Sobre o histórico do debate acerca do meio circulante, ver SÁEZ, Hernan. *Nas asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

⁶⁶“A unidade de emissão, isto é, a centralização do poder na Corte, era defendida por grupos ligados ao comércio externo e por proprietários de terras escravistas não só do centro-sul como também das províncias do norte. A pluralidade de emissão era sustentada por grupos mais ligados ao comércio interno, que sentiam mais a escassez de moeda para efetivar suas transações”. Cf. GAMBI, Thiago. “O debate político e o pensamento econômico no Império”, obra citada; p. 183. Essa divisão, no entanto, também não passa de uma tendência bem generalizada. Pode-se lembrar, por exemplo, que muitos proprietários de terra do vale do Paraíba eram a favor do banco emissor autorizado para a região durante a administração de Souza Franco.

⁶⁷ *Atualidade*, 24/08/1859.

De acordo com o artigo, o ministério Abaeté tinha surgido de uma “organização monstruosa e toda fortuita”. Seus homens não tinham se elevado por um pensamento político e administrativo prévia e cuidadosamente estudado, não tinham sido o símbolo do triunfo de alguma ideia. O perigo de situações como essa seria que, apenas depois de já estarem com as rédeas do governo, os homens lembrar-se-iam de formular uma posição, e aí poderia ser tarde demais para o país. Para evitar perigos assim, existiam as regras e os exemplos do sistema representativo, que deveriam ser rigidamente respeitados:

Nos países regidos pelas formas representativas nunca se viu semelhante coisa. Em tais países o governo é sempre confiado aos homens que se tornam a encarnação viva de ideias previamente estabelecidas e que na luta dos partidos obtiveram ganho de causa pelos pronunciamentos da opinião. Não são então os nomes dos ministros o que determina o pensamento, pelo contrário é o pensamento triunfante quem determina a escolha dos ministros.⁶⁸

Para a sorte do grupo da “escola liberal”, o contrapeso da oposição parlamentar foi suficiente para garantir a vitória da “opinião”. O *Atualidade*, ainda sem seus redatores identificados na primeira página, continuaria como órgão vigilante, marcando cada passo da montagem do novo gabinete, pois não podia haver dúvida sobre que caminho o ministério Ferraz deveria seguir:

Agora respondam-nos quem devia suceder no poder – que no regime representativo é partilha da opinião triunfante?

O poder não podia ser confiado senão aos sectários da escola da liberdade bancária, que em luta com um ministério de restrição, havia ficado vencedora.

O Sr. Silva Ferraz, conquanto ainda não se tivesse enunciado com franqueza na questão econômica, era todavia tido com um dos mais distintos propugnadores das liberdades de crédito, e seus amigos assoalhavam que ele se preparava para no senado fazer oposição ao projeto do Sr. Salles Torres Homem.

O Sr. Ferraz não podia ser convidado para organizar o ministério senão como membro prestigioso da oposição. E neste sentido foi recebida a notícia de estar o nobre senador encarregado de tão honrosa tarefa.⁶⁹

Observa-se aqui a tendência da oposição – liberais ou não – após o fiasco do discurso conciliatório para suas pretensões no Executivo: questionar o funcionamento do sistema representativo brasileiro; teorizá-lo e buscar exemplos práticos em outros “países regidos pelas formas representativas”. O que se propunha

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ *Idem.*

era que os ministérios fossem formados a partir da opinião predominante no Parlamento, principalmente na Câmara, que seria o órgão representativo mais próximo da opinião pública, onde se davam os grandes embates entre oposição e gabinete. A fórmula “não são os nomes dos ministros o que determina o pensamento, pelo contrário é o pensamento triunfante quem determina a escolha dos ministros” tentava romper com o recurso das dissoluções de Câmaras que prevaleceu nas trocas de governo na década de 1840. D. Pedro II aprovava esse novo esforço, julgava-o consentâneo com sua Conciliação, tanto que negou a dissolução pedida por Abaeté. Parecia corroborar a ideia de que um gabinete deveria surgir de uma opinião dominante ou construí-la, algo aparentemente razoável e justo. O problema seria como definir e legitimar a opinião dominante.

Contava o *Atualidade* que a configuração ministerial de agosto de 1859 era promissora para a “escola da liberdade bancária”, já que era público e notório que o marquês de Paranaguá, novo ministro da Justiça, havia se destacado na oposição ao projeto de Torres Homem. Significativas também eram as presenças de Sebastião do Rego Barros e Francisco Xavier Paes Barreto – ministros da Guerra e da Marinha, respectivamente – ambos dissidentes da maioria na apreciação do mesmo projeto. Parecia a situação ideal para o pleno funcionamento do sistema representativo, conforme exposto no mesmo artigo: homens que chegavam ao poder simbolizando o triunfo de uma ideia. Entretanto, o que à primeira vista poderia ser motivo de celebração, para o *Atualidade* não passava de mais uma razão para manter-se atento a qualquer vacilação do governo. Já haviam se passado duas semanas desde a troca de gabinetes e nada indicava uma mudança concreta nos rumos da economia:

Afinal, como que para evitar falsos juízos, uma interpelação foi pomposamente anunciada.

Qual, porém, o resultado dessa interpelação?

O Sr. presidente do conselho declarou que a questão econômica envolve complicadíssimas dificuldades; que o ministério ainda não tinha opinião formada; que ia estudar a matéria!⁷⁰

Havia dois fatos que, na argumentação do jornal, tornavam urgente o posicionamento do ministro Ferraz: a proximidade do término das sessões legislativas de 1859 – deputados e senadores teriam o direito de conhecer os planos do gabinete antes de setembro – e os fortes rumores de que o ministério dos

⁷⁰ *Idem.*

Negócios do Império seria entregue a João de Almeida Pereira Filho, eleito deputado fluminense pelo distrito de Campos e com ligações pessoais com os saquaremas.⁷¹ Ou o gabinete explicava-se de uma vez por todas, ou seria mais um subserviente a um grupo débil e senil, que precisava ser debelado:

Para quê indecisão da parte do ministério, quando tudo é claro?

Um ministério que pode ter o apoio real do país e que está no caso de viver de si mesmo, não tem que temer espantalhos, deve entrar francamente no desenvolvimento de sua política.

A adesão sincera da grande maioria do país vale mais que o apoio dúbio e pretencioso de uma dúzia de nomes que, gastos pelos anos e pelas delícias de Cápua, querem fazer de Aquiles recolhido à sua tenda quando não passam de veteranos condenados ao hospício dos inválidos.⁷²

Quando a indesejada nomeação se confirmou, já às vésperas do recesso parlamentar, os redatores acharam que era hora de imprimir seus nomes no cabeçalho do jornal, assumindo, assim, um confronto mais aberto contra os desmandos e intrigas dos adversários: “Desejosos de tomar sobre nós francamente a responsabilidade dos artigos que escrevemos, a fim de que não sirvam eles de meio de especulação e intriga política, [...] resolvemo-nos a estampar de hoje em diante nossos nomes no frontispício de nossa folha”.⁷³ Àquela altura do ano, seria difícil encontrar na Corte uma pessoa que já não soubesse quem eram os homens que tocavam o marcante jornal oposicionista, defensor da escola econômica da liberdade bancária e de crédito. De toda forma, era mais uma ação política significativa começar a assinar as publicações. E lá estavam nomes que logo se tornariam eminentes na imprensa e política liberal e também republicana: os mineiros Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães.⁷⁴

⁷¹ Almeida Pereira era representante de um importantíssimo reduto regressista e tio da esposa de um dos filhos de Eusébio. Cf. NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order*, op. cit., p. 207.

⁷² *Idem*.

⁷³ *Atualidade*, 07/09/1859. Com a confirmação de Almeida Pereira, o presidente Silva Ferraz deixou a pasta do Império, de que cuidava interinamente, e concentrou-se exclusivamente nos negócios fazendários. Completavam o ministério 10 de agosto os já citados Paranaguá (Justiça), Rego Barros (Guerra) e Paes Barreto (Marinha), além do visconde de Sinimbu (Estrangeiros).

⁷⁴ O último, na verdade, pouco se envolveu com a política, atuando como crítico literário no *Atualidade* e, mais tarde, notabilizando-se na literatura nacional com obras como *A Escrava Isaura* e *O Seminarista*. Os demais, por outro lado, comprometeram-se com o jornalismo político e trabalharam no jornal *A República*, no qual foi publicado o manifesto de 1870. No âmbito da política institucional, Flávio Farnese elegeu-se deputado liberal para a legislatura de 1867, que foi dissolvida um ano mais tarde. Não teve muito tempo para professar seu republicanismo, pois faleceu em 1871. Já Lafayette teve tempo de sobra e, para desgosto de seus colegas republicanos, ocupou altos cargos da monarquia (senador e ministro da justiça), chegando à presidência do Conselho de Ministros em 1883. Cf. o resumo biográfico no site da Academia Brasileira de Letras, da qual foi integrante: <http://www.academia.org.br/academicos/lafayette-rodrigues-pereira/biografia>. Sobre Flávio Farnese, cf. Revista do Arquivo Público Mineiro, n. 14, p. 545-546. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909

Devidamente identificados, era hora de partir para a oposição mais uma vez, da mesma forma que o jornal tinha surgido. O ministério Ferraz teve exatamente um mês para garantir o caminho que iria seguir, mas não fez mais que indicar vagamente que nomearia uma comissão para estudar o caso. Em 10 de setembro encerraram-se as sessões legislativas, sem qualquer norteamto da política econômica. Seriam oito meses até a volta dos deputados e senadores, tempo demais para aguardar um pronunciamento oficial. Além disso, a nomeação de Almeida Pereira já aparecia como bem comprometedor a aos olhos da oposição que derrotara o gabinete anterior. Parecia que Silva Ferraz persistiria nos mesmos erros, sem comprometimento para acabar com os vícios da oligarquia e da conciliação:

Onde está porém a necessidade, a conveniência desse passo imprudente que acabam de dar? Será porventura ainda um cortejo, um ato de deferência ao partido da oligarquia, em que principalmente se apoiara o transato gabinete e cuja influência ainda se receia? Se assim é, esse passo foi um ato de fraqueza, que seguramente vem destruir todo o prestígio e popularidade do gabinete, e se não é, não podemos qualificar esse ato senão como um completo menosprezo das fórmulas do sistema representativo, um sintoma do desmantelamento das instituições que nos regem.

[...]

Em suma, não podemos conceber por forma alguma essa estranha conciliação, que com geral surpresa operou-se entre o Sr. Almeida Pereira e os membros do ministério atual, entre representantes de ideias que ainda pouco se combateram em tão renhido pleito, que terminou pelo triunfo decisivo de uma das opiniões.

Em outro qualquer país, mesmo entre nós em épocas mais remotas, este fato seria considerado uma estranha e inconcebível inversão dos princípios reguladores do sistema representativo. Mas hoje desgraçadamente a conciliação, - esse princípio de governo tão fecundo em anomalias, e absurdos de toda natureza, - aí está para explicar tudo.⁷⁵

Ainda que, durante esse mês de setembro, restasse no ar uma esperança de que Almeida Pereira estaria isolado e seria voz vencida no governo, a cada edição o discurso do *Atualidade* era mais duro e pessimista.⁷⁶ Era como se advertissem que

(disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=566>). Por fim, informações sobre Bernardo Guimarães em: Luana Batista de Souza. *Grande é o poder do tempo: colação entre testemunhos de O Seminarista, de Bernardo Guimarães*. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade de São Paulo, 2012; capítulo 1.

⁷⁵ *Atualidade*, 12/09/1859.

⁷⁶ Na edição de 21/09, por exemplo, ainda se achava um bom julgamento em relação a Ferraz: “Ninguém por certo acreditará que o Sr. Ferraz que há tantos anos figura nos nossos atos parlamentares com tanto brilhantismo, e que tem feito estudos especiais sobre matérias financeiras, tenha a condescendência de substituir os resultados de suas meditações pelas ideias do Sr. Almeida Pereira. [...] A posição do Sr. Almeida Pereira não pode ser outra senão de completa passividade, a não preferir antes resignar a pasta”. Porém, antes que outubro chegasse, a situação seria completamente outra.

nada poderia ser tão ruim que não pudesse piorar. E, para os que esperavam uma reviravolta total nas diretrizes econômicas, a situação piorou bastante.

A forma como Ferraz procedeu tão logo se findou o ano legislativo foi recebida como um golpe. O ministro que evitava falar sobre bancos e crédito e que, no início do mês, ainda precisava de tempo para pensar, em 30 de setembro agiu como poucos agiriam em uma situação de crise. O decreto 2490/59, emitido naquele dia, ficou conhecido como “regulamento do selo” e teve um efeito impactante na questão bancária. Na verdade, tratava-se de modificações na cobrança de um imposto que existia desde julho de 1850, o imposto do selo, e cujos novos padrões afetariam diretamente as emissões dos bancos, excetuando-se o Banco do Brasil, que permaneceria isento da cobrança.⁷⁷ Por mais que o ministro explicasse o decreto como necessidade tributária, para inverter a tendência de deterioração fiscal, era difícil que a “escola liberal” não enxergasse uma medida de restrição do crédito (pois incidia sobre as emissões dos bancos) e de restauração do monopólio emissor (pelo privilégio dado ao Banco do Brasil). As reações negativas foram quase automáticas no comércio da Corte e das principais praças do Império.⁷⁸

Sem precisar se preocupar com a oposição parlamentar, Ferraz tinha que cuidar da imagem pública de seu gabinete, afastar da polarização política suas decisões econômicas. Para mostrar a todos que só se preocupava com o bem do país, cumpriu o que indicara ao Legislativo e nomeou, em 10 de outubro, uma comissão de inquérito para elaborar um amplo e minucioso relatório sobre a situação econômica do país, com levantamentos estatísticos sobre o comércio e os bancos. Seria, em sua avaliação, um trabalho de técnicos, homens notáveis na área fazendária, sem nenhum interesse partidário.⁷⁹ Não importava o quanto demorasse o resultado, essa comissão seria seu escudo contra os ataques políticos.

Para o *Atualidade* era muito pouco. Desde meados de outubro, o “regulamento do selo” passou a ser o assunto principal de seus editoriais. Começava

⁷⁷ De acordo com novas regras de fiscalização e arrecadação, passavam a estar sujeitos ao selo o capital, a transferência de ações de sociedades anônimas e a emissão de títulos ao portador com prazo menor do que dez dias, com apenas uma exceção: as notas do Banco do Brasil. Cf. GAMBI, Thiago. *O banco da ordem*, obra citada, p. 325-326; e HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de história do Império*, *op. cit.*; p. 65.

⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Idem, ibidem*.

⁷⁹ Além do próprio Ferraz, presidindo a comissão, integraram-na: José Carlos de Almeida Areias, procurador fiscal do tesouro; Antônio José de Bem, contador do tesouro e José Maurício Fernandes Pereira de Barros, subdiretor de rendas públicas. Cf. GAMBI, Thiago. *O banco da ordem*; p. 327.

a preparar-se ali um argumento que serviria de munição para a oposição, principalmente no ano seguinte: o de que o decreto era completamente ilegal, pois usurpava prerrogativas do poder legislativo.

O selo proporcional é um imposto bastante oneroso e que pode exercer grave influência no movimento da propriedade. Se há faculdade que o corpo legislativo jamais deve delegar é a de impor tributos.

“Nos governos despóticos, dizia um grande publicista, é o rei que impõe tributos; no regime representativo é o próprio país quem marca o quantum com que cada cidadão deve concorrer para sustentação da coisa pública. Esta é que é a diferença real entre os dois governos”.⁸⁰

Além da ilegalidade, levantava-se outro argumento mais contundente do ponto de vista político, justamente aquele que Ferraz gostaria de evitar com sua comissão de técnicos: o de que havia uma continuidade em relação à política econômica restritiva de Torres Homem e que o novo gabinete pretendia impô-la de uma forma muito mais desastrosa:

Durante o curto tempo de sessão que restava, o Sr. presidente do conselho não apresentou medida nenhuma a respeito da questão econômica; o país entendeu que S. Ex. estava estudando larga e profundamente a matéria, mandando proceder a minuciosos e pacientes inquéritos, como prometera na câmara temporária.

O país era vítima de uma tremenda ilusão.

De um dia para outro, sem ninguém o esperar aí escapou da cabeça do Sr. presidente do conselho o regulamento do selo, armado como Minerva, e no meio da desatenção e descuido geral caiu como uma bomba!

E o que é o regulamento do selo? É um cometa mais desastroso do que o estranho projeto do Sr. Salles.

[...] Última consequência do regulamento: ao lado do extermínio dos demais bancos o monopólio do Banco do Brasil!

Acaso queria o Sr. Salles outra coisa?⁸¹

Uma bomba lançada em meio à desatenção do final do ano legislativo. Os mesmos fins tentados de uma maneira mais ardilosa: “Há apenas uma diferença nos meios: o Sr. Salles pedia ao corpo legislativo as medidas de que precisava, para começarem a ter efeito daqui a três anos. O Sr. Ferraz decreta medidas de igual alcance, por sua própria conta, e que tem de vigorar desde já!”.⁸²

Ainda na mesma edição do *Atualidade* vê-se uma tentativa de entender o gabinete 10 de agosto, que, pela maioria de seus componentes, não poderia de forma

⁸⁰ *Atualidade*, 15/10/1859.

⁸¹ *Atualidade*, 17/11/1859.

⁸² *Idem*.

alguma ser definido como alinhado à “oligarquia saquarema”. Um artigo intitulado “Boato” afirmava que o “mau espírito” havia soprado a discórdia por entre os ministros e que Ferraz encontrava-se completamente isolado: “Os Srs. Rego Barros e Paes Barreto formam um *duo* à parte; o Sr. Paranaguá separou-se de todos os colegas; o Sr. Sinimbú há muito que não vai bem com o Sr. presidente do conselho”.⁸³ Uma das explicações para o racha seria que os ministros se sentiram enganados por Ferraz na regulamentação do imposto do selo, já que acreditaram nos propósitos anunciados e esperaram uma simples medida de arrecadação fiscal e não um plano de restrição bancária. Só uma má influência assim poderia explicar que ex-deputados contrários ao projeto de Torres Homem formassem um ministério continuador da proposta anterior. Por não aceitarem a posição do presidente, restaria apenas um destino possível: “Asseguram pessoas bem iniciadas nos altos segredos que a discórdia lavra com tal força que o ministério apenas espera a volta de S. M. o Imperador para dissolver-se”.⁸⁴

É notável que o nome de João de Almeida Pereira, o grande problema do gabinete para o *Atualidade* até setembro, não tenha aparecido uma vez sequer nesse artigo de boatos, de 17 de novembro. Provavelmente, os redatores nem o consideraram parte da crise ministerial porque, logo após sua nomeação para a pasta do Império, ele juntou-se à comitiva que partiu com Pedro II para uma longa viagem pelas províncias do norte. Certos de que o gabinete não resistiria muito tempo depois do retorno do monarca, para eles Almeida Pereira nem chegaria a participar de fato do governo. Mas boatos às vezes não passam de boatos.

Organizada ainda em setembro, a comitiva imperial só retornaria à Corte em 11 de fevereiro de 1860. Não foi o único evento que demorou bem mais do que o *Atualidade* gostaria de esperar. O gabinete 10 de agosto ainda resistiria a muitos mais boatos e ataques do que a oposição poderia prever. O ano seguinte reservava várias emoções e a imprensa política veria aparecerem novos flancos de ataque e uma nova força para a “escola liberal”.

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ *Idem.*

Responsabilidade ministerial como questão partidária

São bem conhecidos os relatos sobre o imperador Pedro II como um homem cosmopolita, culto, incentivador das artes e dos avanços tecnológicos que proliferavam no seu tempo – tudo isso, claro, sem prejuízo de seu papel como estadista atuante e comprometido com seu país. Nascido em berço de ouro, a vida e a educação cortesã fizeram dele um conhecedor de muitas culturas e línguas. Contudo, nada disso bastou, no alto de seus quase 34 anos de idade, para dar conta de sua experiência frente ao esplendor natural da cachoeira de Paulo Afonso, no interior da província das Alagoas. Nem os três tombos que levou escalando pedras e explorando cavernas fizeram com que o intrépido monarca perdesse a fascinação do momento, registrando dessa forma, em seu diário de viagem, o que presenciou no dia 20 de outubro de 1859: “Tentar descrever a cachoeira em poucas páginas seria impossível, e sinto que o tempo só me permitisse tirar esboços muito imperfeitos”.⁸⁵

Imperfeitos como eram aqueles dias para uma viagem de completa fruição das maravilhas espalhadas pelo vasto Império do Brasil. O clima andava tenso devido à crise ministerial causada pela questão bancária e que, longe de ser resolvida com a troca de gabinetes, só aumentara com a famigerada “regulamentação do selo”. Desde o seu planejamento, a viagem pelo norte tinha finalidades políticas, como o contato com lideranças provinciais e a valorização da imagem do imperador frente à população distante, mas a crise, por certo, revestia tudo com mais sisudez. Talvez para desanuviar, Pedro II usasse seu diário para reviver os momentos de calma e contemplação de que pôde, apesar de tudo, usufruir em sua jornada. Nenhuma palavra sobre política. Sendo assim, não registrou que, em Salvador, primeira parada do itinerário, enfrentou pessoalmente reações constrangedoras ao decreto de 30 de setembro.⁸⁶ Preferíveis os tropeços na beira da cachoeira ao mau julgamento de seus súditos.

Nos meses que se seguiram ao retorno da comitiva, qualquer contratempo nas paisagens da Bahia ou Alagoas pareceria menor para o monarca. Viriam mesmo

⁸⁵Sobre esta viagem do imperador, seu diário e para a citação, ver o artigo de SILVA, Davi Roberto Bandeira da. “A cachoeira do imperador”, disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/73/artigo326227-1.asp>

⁸⁶Thiago Gambi menciona essas reações na p. 327 de *O banco da Ordem*, op. cit..

a calhar as boas memórias carregadas no diário, pois não faltariam críticas ao dispêndio e aos objetivos da viagem. Muito mais graves, entretanto, seriam as primeiras críticas diretas à atuação política de Pedro II, e tudo muito rápido, sem nem tempo de ajeitar as bagagens.

O Poder Moderador foi alvejado pela primeira vez pelas pedras acusadoras de “governo pessoal” logo que se frustraram as expectativas de imediata exoneração do gabinete Ferraz. Nada mais senão essa frustração pode justificar uma mudança tão repentina na argumentação do *Atualidade*. Na edição de 11 de fevereiro, em mais um “Boato”, o autor afirmava que corria certa a notícia da demissão após o retorno de Pedro II e tinha seu “fundamento na situação anômala e extraordinária que se colocou o gabinete”. Continuava:

Com efeito, elevado ao poder em 10 de agosto, o gabinete apenas descartou-se das câmaras, ideou e fez realizar a viagem do chefe do Estado às províncias do Norte.

Dias depois da partida do Imperador, o Sr. Ferraz publicava o seu célebre regulamento do selo, fórmula tão extraordinária quanto ilegal do célebre projeto que matou o ministério de 12 de dezembro. Esse regulamento, que por certo não era o que se devia esperar do ministério que sucedeu ao de 12 de dezembro feriu de morte o Sr. Ferraz e seus companheiros.⁸⁷

Portanto, na data em que d. Pedro II desembarcou no arsenal da Marinha, local de cerimônias oficiais no porto do Rio de Janeiro, o *Atualidade* chegava a dizer que a infundável viagem tinha sido tramada pelo presidente do gabinete, com o objetivo de poder governar sozinho. Era tudo uma questão de o imperador retomar sua rotina de sábios despachos e a “vida estéril e obscura” do 10 de agosto teria seu merecido fim. Até aí, então, o jornal integrava ansioso o coro de boas vindas à comitiva. Na edição subsequente, tudo mudou. Parecia outro jornal.

Um artigo dava conta da recepção que se realizara, no sábado anterior, para o imperador, a imperatriz Teresa Cristina e integrantes do séquito. Após descerem da embarcação, Suas Majestades caminharam debaixo do palio, conduzido ora pelo ministério, ora pela nobreza e até pela municipalidade, todos ladeados pela guarda nacional, que formava duas imponentes alas, dirigindo-se até a capela imperial, onde se assistiria a um *Te Deum*. As comissões das freguesias de Santa Rita e Candelária mandaram preparar não apenas um, mas três arcos do triunfo, dispostos pela extensão da Rua Direita, tudo dentro do mais perfeito protocolo e completado pelo

⁸⁷ *Atualidade*, 11/02/1860.

entusiasmo do “povo imenso” que se apinhava ao redor dos arcos e ruas adjacentes. Sem falar nas sacadas das casas, que se ornaram com faixas dos tecidos mais ricos, e no “belo sexo”, trajado com o que de melhor se encontrava nos modistas da Rua do Ouvidor.

O retorno do casal imperial tinha que ser vivenciado de forma toda especial. Nessas ocasiões, a subversão da ordem rotineira do espaço e das sociabilidades era completada pela do tempo, dissolvendo-se a escuridão noturna. Contava o artigo que, durante as noites de sábado, domingo e segunda, o povo da capital, “ávido de distrações”, ocupou as ruas para aproveitar as iluminações dos três arcos por onde passara o cortejo, além de outro instalado na Praça da Constituição e da iluminação preparada por comerciantes na Praça do Comércio e Rua do Ouvidor. Uma recepção esplêndida, cheia de manifestações patrióticas e corações brasileiros jubilosos. Nem tanto assim.

Apesar desses relatos, havia um “equivoco ou ilusão das folhas diárias” que precisava ser retificado. “Cronistas fiéis”, os redatores do *Atualidade* advertiam que “os contemporâneos, em seu entusiasmo, viram aquilo que desejariam que se passasse e não o que realmente passou-se”. Classificando as cerimônias como estrondosas e dispendiosas, o jornal garantia que o povo se conservara frio:

Em seu coração não palpitarão certamente esses sentimentos de júbilo que, com tanta ênfase, foi comemorado pelas folhas diárias. Enxergando nesse fato pura e simplesmente a chegada do chefe da nação, que voltava de um passeio às províncias do norte, o povo não encontrou razão para manifestações estrondosas, vivas entusiasticamente respondidos. Concorreu a festas, porque tratava-se de um divertimento que gratuitamente lhe era oferecido. Percorreu as ruas nas noites de iluminação, porque era isso uma ótima diversão à sensoria ordinária da vida.⁸⁸

Há uma mudança no juízo sobre a viagem: de artimanha planejada pelo ministro Ferraz para afastar e ludibriar o imperador, tornara-se “um passeio às províncias do norte” do próprio imperador. Algo que poderia até passar despercebido, um despeito momentâneo, se esse artigo não dividisse a primeira página com outro, em que se lia pela primeira vez no *Atualidade* – e provavelmente na imprensa fluminense – uma dura crítica ao papel de Pedro II na política nacional.

⁸⁸ *Atualidade*, 18/02/1860.

Intitulado “Autoridade e liberdade”, o texto começava com uma análise evolutiva do conflito entre esses dois princípios no país desde a independência, bem ao modo do famoso panfleto “Ação; Reação; Transação”, do jornalista e político conservador Justiniano José da Rocha.⁸⁹ Publicada em 1855, a análise de Rocha termina na época do Ministério Conciliação, alertando para os perigos de se perder a oportunidade da *transação* inaugurada no Brasil, segundo ele, em 1852.⁹⁰ Com ares de teórico político, seu maior receio era de que a *reação* não se contivesse e, assim, provocasse um novo exagero da *ação* e que a sociedade, “presa em um férreo e sanguinolento círculo de paixões e de desgraças”, acabasse por aniquilar-se nas ruínas das discórdias civis.⁹¹ Se usasse rigorosamente os mesmos termos do panfletário conservador para contra-argumentar, o *Atualidade* certamente taxaria que seria impossível perder a época da *transação*, simplesmente porque ela nunca existiu. Só existiria “autoridade” desde 1840. A Conciliação, avaliada ao final da década pelo jornal liberal, teria servido apenas para elevar esse princípio “à sua última expressão”:

A última reação das ideias liberais contra a expansão do princípio da autoridade foi essa revolução infeliz, que ensanguentou a província de Pernambuco. De então em diante a autoridade tem exercido um domínio não disputado, tem tido um reinado absoluto a cujos excessos ninguém tem ousado opor-se.

Apareceu posteriormente a política de conciliação, a mais alta expressão das ideias da autoridade. O país incauto não percebeu o veneno que encerravam as palavras melífluas, as lisonjeiras promessas da nova política. Mas bem depressa todas as inteligências ficaram de acordo acerca do fim que ela pretendia atingir. O dismantelamento dos partidos, o isolamento dos indivíduos, a nulidade a que ficaram reduzidos os nossos políticos, ainda os mais famosos, no gozo beatífico de douradas comissões, de pingues acumulações e aposentadorias, revelaram bem

⁸⁹ Escreveu Justiniano: “Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização”.

“Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação esmorece, cumpre que a sabedoria dos seus governantes a reconheça, aí pare, e pelo estudo da sociedade descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado”. ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”. In: Raimundo Magalhães Júnior. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Brasileira, vol. 286. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956; p. 163. Para o contexto político da publicação e crítica ao Ministério da Conciliação, ver ESTEFANES, Bruno F. *Conciliar o Império*, obra citada; capítulo 4, e PARRON, Tâmis. “O Império num panfleto?”, obra citada.

⁹⁰ “Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponha no horizonte do país o sinal precursor de nova ação... ainda é tempo todavia; os anos de 1855 e de 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los.”. Logo em seguida, quando apresenta a periodização de seu opúsculo, lê-se: “[...] de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade no futuro; período de transação”. Cf. J. J. da Rocha, obra citada, p. 164-165.

⁹¹ *Idem*; p. 163.

depressa que o princípio da autoridade exagerando-se pretendia chegar à sua última expressão – o governo pessoal.⁹²

Estabelecia-se um diálogo direto com a ideia da evolução dos princípios (autoridade vs. liberdade), porém a invertendo para o lado liberal. Frente à obra de Justiniano da Rocha – que acabaria consolidando-se como matriz interpretativa conservadora da história do Império⁹³ –, o artigo do *Atualidade* oferecia uma leitura alternativa da trajetória política do país, apresentando como necessário e indispensável o protagonismo liberal no presente para salvar o sistema representativo e suas instituições. E, nesse caso, não eram políticos (oligarquia) nem partidos (saquarema) que corrompiam tudo, mas sim a atuação do próprio imperador.

O sistema representativo no Brasil, portanto, não passaria de aparências. Colocando o raciocínio em seu contexto político, tratava-se de uma crítica aberta – a primeira, ressalte-se – ao uso que Pedro II fazia do Poder Moderador nas nomeações dos gabinetes. Como foi visto, a expectativa do *Atualidade* era de que representantes da “escola liberal” assumissem o ministério após a queda de Abaeté. Depois da frustração com Ferraz e seu regulamento restritivo, a lógica defendida pelo jornal seria sua imediata exoneração para que a “opinião nacional” fosse respeitada. Mais uma vez, em vão. A frustração radicalizada fez com que os opositores questionassem mais a fundo o funcionamento da monarquia parlamentar brasileira. Nesse início das críticas, porém, era muito difícil que as referências fossem diretas à figura de Pedro II. Como será demonstrado, muito se tergiversou sobre as funções constitucionais dos poderes Moderador e Executivo, com todo o cuidado para nunca atingir o monarca. A intenção até dos mais ferrenhos opositores era sempre preservá-lo. Por sua vez, o artigo “Autoridade e liberdade”, embora não cite o nome, personaliza explicitamente o problema e, por isso, chama tanto a atenção: “No país não existem partidos, nem política, nem políticos; existe tão somente **o chefe do poder executivo** a cuja vontade soberana todos se rendem”.⁹⁴ Pode-se dizer, inclusive, que esse artigo é uma exceção em seu contexto e insere na arena política

⁹² *Idem.*

⁹³ Para o uso do panfleto como “matriz interpretativa” conservadora da história do Império, ver MARSON, Izabel Andrade. “Do Império das ‘Revoluções’ ao Império da ‘Escravidão’: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan/jun. 2009; p. 125-173.

⁹⁴ *Atualidade*, 18/02/1860, grifos meus.

um tópico, o do “governo pessoal” (ou “poder pessoal”), que só voltaria com força às discussões na segunda metade da década de 1860.

Nem todos foram tão diretos, mas a viagem ao norte inspirou ainda outros escritos críticos. Mesmo três meses depois do retorno da comitiva, o assunto ainda rendia e justificava a publicação pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro* do panfleto “Os cortesãos e a viagem do imperador”, do baiano Landulfo Medrado, aquele que já havia falado de um “partido dos cortesãos” na Câmara, na sessão de 1859. Por sua extensão, e provavelmente pelo interesse que iria causar, o texto saiu dividido em edições seguidas, como se fazia com os folhetins, que cativavam a atenção dos leitores que gostavam de uma boa história.⁹⁵ Começava com um diagnóstico do presente que remetia às crises ministeriais, problemas tão urgentes que tornavam incompreensível a opção pela viagem:

As grandes dificuldades aí ficam todas intactas, insolúveis; e a longa série de ministérios que se têm sucedido na gerência dos negócios públicos, consomem-se na vida medíocre e monótona dos expedientes e paliativos estéreis; e enredam-se nas intrigas de uma política de conveniências pessoais, que exclui toda dignidade de sentimentos e toda elevação de concepções.

E quando as circunstâncias se tornam mais difíceis; quando a situação é sob todos os aspectos mais complicada, mais grave, mais melindrosa; crê-se que as apreensões públicas se hão de dissipar com o espetáculo de uma procissão pomposa do imperante através das populações!⁹⁶

Para Medrado, a jornada do imperador pelas províncias só agravara a grande crise que vivia o país. Toda a repercussão dessa crise foi aproveitada para desenvolver sua ideia de “cortesãos” e toda a leitura negativa que ela ensejava. Ficava, no entanto, a esperança do “historiador político” de que o ato mal planejado da viagem incentivasse transformações profundas no Império e um reencontro com sua “natureza americana”:

Mas quem sabe se esta procissão não está predestinada para ser a derradeira chama lançada por uma escola fatal, prestes a sucumbir?...

Quem sabe se tudo isto não é como as pompas fúnebres, como esses magníficos mausoléus que atestam existências que foram – uma demonstração solene das vaidades das coisas humanas?

⁹⁵O texto foi publicado no *Diário* nas edições de 13, 14 e 15 de maio de 1860. Sobre o histórico anterior da publicação do panfleto, ver BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos com canela: anotações em torno do debate político nos anos 1860”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; p. 158-159.

⁹⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 13/05/1860.

Aventuremos, portanto, à onda da opinião as impressões que em nosso espírito deixa a passagem, por estas terras, do eleito da nação. Por ventura poderão servir um dia à história destes tempos tristes e difíceis? É mais como historiador político do que como poeta cortesão que encaro os fatos, e indico-lhes as origens e as consequências; os ecos destes tempos graves, que pressentem as grandes harmonias da humanidade – recusam-se desdenhosos às moles cadências das cortes.

[...]

Diante dessa grande natureza americana, em perspectiva dessa epopeia grandiosa e solene da liberdade anunciada pelos sons eternos de nossas vagas, de nossas florestas, de nossas brisas eternas; quem, de enfiado, não quebrará a lira barata das cortes!⁹⁷

Por mais que parecessem críticas ao regime monárquico como um todo e uma condenação fatal dos costumes da vida em corte, o autor não renegava a monarquia, muito menos se colocava como republicano. Tratava-se, sim, de uma defesa da especificidade do regime monárquico no Brasil, que teria como sua marca principal a origem popular e democrática. Aliás, para Medrado, todo o “Novo Mundo” seria o berço natural da democracia e da liberdade, sendo incompatível com o desenvolvimento da “lisonja das cortes”:

[...] Aqui não há tradições; os séculos passaram em silêncio; as gerações sucumbiram sem missão, como sem missão se haviam sucedido. Aqui o homem se reconhece igual ao homem. Era mister que depois de centenas de séculos os homens civilizados viessem a se encontrar sob esta natureza selvagem, que lhes despertasse na alma as reminiscências perdidas do estado primitivo; e lhes revelasse a vaidade das desigualdades sociais; e lhes ensinasse que esses usos servis, essa linguagem indigna que se guardam e que se fala nas cortes, desdizem da sublimidade da essência humana!

Não! Nessas plagas felizes é planta exótica a lisonja das cortes! Não há de florescer; vai amarelar e murchar, e definhar e morrer a despeito de mil cuidados esquisitos que incansáveis lhe prodigalizam mãos servis.

[...]

A mesma monarquia é aqui de uma natureza inteiramente diversa de suas irmãs da Europa. Aqui é ela a mais alta expressão da democracia; aí está sua única origem, sua única razão de ser, sua única força; aí está toda a sua missão.⁹⁸

Na versão de Medrado, preocupado também em analisar o percurso histórico do país para apontar seu futuro, a luta entre liberdade e autoridade dava-se em termos de “democracia” contra “espírito cortesão” (ou apenas lisonja, ou ainda “partido da corte”). Se na Europa os cortesãos tinham alguma função política e gozavam das “pompas da monarquia”, no Brasil, sua existência era uma aberração.

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ *Idem.*

Para continuar existindo, o ardil desse grupo era apagar as origens revolucionárias e populares do Império brasileiro:

A lisonja é um corpo de doutrina, um sistema engenhosamente combinado; uma arte e uma ciência completa.

Ciência política de reação, sua missão é obliterar da inteligência política da geração moderna os nobres princípios que triunfaram pela voz solene de duas gloriosas revoluções.

Adultera-se tudo; e essas revoluções, que são a origem incontestável de todo o nosso direito político, têm um medíocre interesse para esses espíritos obcecados.

[...]

Uma revolução aclamara a Pedro I Imperador; uma revolução o destronara e o banira; uma revolução colocava seu filho, que ele confiara à magnanimidade do povo, no único trono americano!⁹⁹

Mas havia outro lado que alimentava esse sistema. De nada adiantaria as adulações cortesãs se os seus ecos não fossem ouvidos e bem recebidos. Espalhadas por todo o texto, surgem críticas a todo o Segundo Reinado e algumas mais veladas ao seu personagem principal, muito acomodado em rituais incompatíveis com a democracia: “Até 1842 não se conhecia a fórmula: *Meu Senhor*. Para apreciá-la devidamente basta considerar que é coeva do *beija-mão*”.¹⁰⁰

Em perspectiva histórica, a situação se agravava. Para Medrado, apesar dos pesares, o Primeiro Reinado legou “uma nacionalidade constituída e dois monumentos gloriosos de civilização – a constituição e o código criminal”.¹⁰¹ Embora tenha sido um período conturbado, a regência “soube fecundar o solo da liberdade; as franquezas provinciais consagradas no ato adicional salvaram a unidade do Império; e sobretudo firmou-se a crença de que o governo do país pelo país não era uma utopia”. Já o reinado de Pedro II nada tinha fundado “em dezoito largos anos”, o que levantava a pergunta “o que fez entretanto pelo povo o tutelado do povo?”:

Sua obra tem sido a reação incessante, pertinaz, contra as conquistas dos dois primeiros períodos. Abre-lhe a carreira a lei de 3 de Dezembro de 1841, cujo influxo domina todo o longo período. Esta lei escarnece da constituição, violando-a; mutila o código criminal. O conselho de estado e a lei das interpretações anulam o ato adicional.

Parece que sua missão é destruir.¹⁰²

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 15/05/1860.

¹⁰² *Idem*.

O “espírito cortesão” só se fortalecia porque se coadunava com o crescimento do poder pessoal do imperador, que parecia esquecer-se das origens populares de seu governo e, pior, parecia acreditar que sua mera presença em uma viagem pelas províncias resolveria os problemas do país. Medrado definia essa tendência como “política austríaca”, muito provavelmente remetia aos laços familiares maternos de Pedro II, neto do poderoso Francisco I da Áustria (1768-1835), último monarca do Sacro Império Romano-Germânico, fundador do Império Austríaco e um dos principais membros da Santa Aliança. Se a tendência política fosse hereditária, certamente a monarquia democrática do panfletário baiano corria perigo.

A linguagem poderia até ser mais ríspida em alguns momentos, porém os limites eram claros: não havia críticas à existência do sistema monárquico no Brasil, apenas à sua atual configuração. Mesmo assim, a menção ao poder pessoal do imperador provavelmente causava uma série de melindres, e o *Diário do Rio de Janeiro* achou por bem deixar registrada uma ressalva: “Embora pareça esse escrito tender a consequências de que discordamos, o que é certo é que ele está cheio de verdades que todos sentem, mas que nem todos têm coragem de confessar”.¹⁰³ Em seguida, fez um elogio da livre manifestação do pensamento, “um direito inalienável da natureza e da dignidade humana; é a fonte de toda a moral, porque consagra a ideia de imputação, sem a qual não há responsabilidade possível”.¹⁰⁴ Ainda que corresse o risco de serem mal interpretados, para os redatores do jornal, dar à luz as polêmicas ideias de “Os cortesãos e a viagem do imperador” era, acima de tudo, mais uma oportunidade de trazer à baila um dos assuntos preferidos em seu pouco tempo de circulação: a definição e atribuição das responsabilidades políticas.

Sob a orientação de Joaquim Saldanha Marinho¹⁰⁵, o *Diário* estava circulando desde o trigésimo sexto aniversário da Carta brasileira, no último 25 de

¹⁰³ *Diário do Rio de Janeiro*, 13/05/1860.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ Saldanha Marinho destacou-se como jornalista e político liberal. Havia sido deputado entre 1848 e 1849 e, como resultado direto de seu trabalho com o *Diário do Rio de Janeiro*, acabou eleito para mais três legislaturas durante os anos sessenta (1861-1863; 1864-1866 e 1867-1868). Foi signatário do Manifesto Republicano e grão-mestre da maçonaria. Eleito uma vez como senador, seu nome não foi escolhido na lista tríplice por d. Pedro II. Outro nome de destaque entre os redatores do jornal é Quintino Antônio Ferreira de Souza Bocaiúva, com vários trabalhos na imprensa liberal e republicana do período, e reconhecido como o redator do manifesto de 1870. Sobre o grupo de redatores do *Diário do Rio de Janeiro*, Marco Cavallini escreveu: “Em 25 de março de 1860 voltava a ser publicado o *Diário do Rio de Janeiro*, tendo como redator principal – ou seja, aquele que era responsável pelos artigos editoriais e não necessariamente o autor – Joaquim Saldanha Marinho. Os

março, e justificava seu trabalho colocando-se em defesa do que definira como seu programa:

Os ministros, se bem que conselheiros da coroa, são ministros da nação; e a ela devem responder por todos os seus atos, sem que jamais se possam acobertar com a *vontade irresponsável* porquanto esta não pode ter ação, sem que livre e autenticamente seja aceita e recebida por quem por ela se obrigue perante a lei.

[...]

Todos esses males, porém, se tem pretendido ocultar sob as flores enganadoras de um pretendido sistema político, criado pelas conveniências de momento, e alcunhado – conciliação!

Nós a detestamos, como ela foi inventada, - nós a abominamos, como ela tem sido praticada; - nós a repelimos, conhecendo a **necessidade que houve dela para criar a situação atual, elevando para isto um instrumento, a quem, usurpadas faculdades que muitos compartilhavam, se deu toda a força e ação, tornando-o também irresponsável, e cercado-o de satélites** – conciliados – colhidos deste ou daquele partido político a troco de abjeções, a troco de mais ou menos imorais transações, dando-se-lhes assento à mesa do banquete geral, cujas iguarias se compunham de honras e dinheiros públicos que sem lei nem fundamento se baratearam.

[...]

Pelo que pertence às ideias econômicas, somos da escola liberal. Empregaremos nossos esforços contra o monopólio; defenderemos a liberdade de crédito, como absolutamente [ilegível] na situação a que foi levado o comércio. [...]

O ilegítimo [ilegível] e atentatório procedimento do atual Sr. ministro da fazenda, pelo que respeita ao selo dos papéis de crédito, será por nós combatido. Fomos quem primeiro na tribuna estigmatizou ato tão irregular e arbitrário; agora na imprensa tomaremos o lugar que nos determina a consciência e o dever.

Sirvam as palavras que acabamos de escrever de programa deste jornal, e se por qualquer dessas estratégias com que o governo costuma abafar a opinião pública, que pela imprensa se manifesta, nos virmos privados dos meios, que ora nos foram facultados, de fazer publicar nossos pensamentos; ficaremos tranquilos em nossa consciência, e contentes na ideia de que os homens desinteressados e honestos do país nos farão justiça.¹⁰⁶

Semelhantemente ao *Atualidade*, o *Diário* também surgiu no final da década de cinquenta como um jornal abertamente oposicionista, como uma arma representativa de um grupo que defendia a “escola liberal”. Porém, não obstante as

outros que compunham a equipe eram Quintino de Sousa Bocaiúva, Henrique César Múzzio, Joaquim Maria Machado de Assis e eventualmente Francisco Pinheiro Guimarães, que também escreveria no *Correio Mercantil*. Havia ainda Francisco Ramos Paz, que foi secretário geral do Grande Oriente Maçônico ao Vale dos Beneditinos, sendo que Saldanha Marinho era o grão-mestre dessa loja, Charles Ribeyrolles, o proscrito republicano francês e Remigio de Sena Pereira, também redator da folha *O Paraíba*, de Emílio Zaluar”. CAVALLINI, Marco Cicero. *O diário de Machado: a política do Segundo Reinado sob a pena de um jovem cronista liberal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1999; p. 41.

¹⁰⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 25/03/1860, grifos meus.

aproximações, o *Diário* inseriu um argumento totalmente novo no campo discursivo da política: o de que a “vontade irresponsável” atribuída pela constituição ao imperador era utilizada, principalmente a partir da Conciliação, para fazer e desfazer gabinetes compostos apenas por “satélites” do monarca, que ficavam livres para cometer os maiores desmandos, protegidos sob a inviolabilidade das decisões imperiais.¹⁰⁷ Deduz-se do “artigo-programa” do *Diário*, e comprova-se nas edições subsequentes, que essa situação ficava patente na montagem do ministério Ferraz e na condução das questões econômicas:

Desgraçadamente, na nomeação dos ministros, causas estranhas, e sobretudo as influências palacianas, é que tem regulado: a opinião geral do país tem ficado à margem, e contra ela se tem improvisado ministros, que certamente têm sido recebidos com a maior surpresa por todos quantos ainda desejam regularidade e permanência de nossas instituições.

Quantas vezes os homens sisudos do país não têm sofrido a mais solene decepção ao lerem a lista de novos ministros nomeados, e nela encontrarem nomes sem significação, sem garantia, e que apenas alguma vez foram eco de uma ou outra opinião!

Há muito que as organizações ministeriais, entre nós, não se explicam senão pelo mais fatal dos absurdos, ou pelo luxo imperdoável de se querer matar a opinião do país.

O atual ministério, por exemplo, é a expressão de um absurdo político, se atendermos às regras do sistema.

Cavalheiros que se hostilizaram no parlamento foram chamados para essa organização, e eles que se deviam olhar mutuamente com desconfiança, deram-se as mãos para governar, mas de que modo?

Na questão atualmente vital para o país, a questão de crédito, eles estavam divergentes no parlamento; nas ideias políticas, estavam em desacordo [...]¹⁰⁸

A esperança que o *Atualidade* teve em relação à composição – e depois à dissolução – do ministério 10 de agosto, o jornal de Saldanha Marinho e seus companheiros não conheceu. Em março de 1860, não importava mais tanto a duração do gabinete Ferraz. As críticas abertas ou veladas ao “governo pessoal” que se seguiram ao retorno de Pedro II à Corte tinham levado o debate da oposição para outro nível: de quem seria a responsabilidade pelo desrespeito à “opinião geral do país”? Do imperador, que afinal de contas era quem nomeava os ministérios, ou dos

¹⁰⁷Sobre a “vontade irresponsável” e o Poder Moderador na Constituição de 1824, lê-se no artigo 98: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos”; e no artigo seguinte: “A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma”. Cf. NOGUEIRA, Octaciano. *1824. Coleção Constituições brasileiras*, vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2012.

¹⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 28/03/1860.

próprios ministros? Qual seria o lugar de um poder inviolável e irresponsável no equilíbrio do sistema representativo?

Como única forma de manter-se o equilíbrio entre os poderes constituídos na monarquia brasileira, os redatores do *Diário* defenderam desde o primeiro número a responsabilidade ministerial. O raciocínio tinha como vantagem imediata a salvaguarda da figura do monarca e de sua inviolabilidade constitucional e baseava-se na ideia de que os ministros não podiam ser considerados meros autenticadores das resoluções do Poder Moderador, como se fossem meros tabeliões.¹⁰⁹ Todos tinham a opção de exonerar-se para não referendar algo de que discordavam, e, a partir do momento em que resolviam manter-se, tornavam-se responsáveis legal e moralmente. Isso quer dizer que, além de estarem sujeitos às leis de responsabilidade, os ministros estariam expostos à crítica e à censura pública, resguardando assim a inviolabilidade e sacralidade do monarca. Os ministros o protegeriam em todas as eventualidades, e não o contrário.

A defesa da responsabilidade ministerial ganharia mais vozes com a abertura dos trabalhos legislativos, em maio, e se envolveria em ares mais teóricos quando Zacarias de Góis e Vasconcelos publicasse, em julho, seu *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*.¹¹⁰ Antes disso, porém, o *Diário* impediu, ao sustentar o argumento desde março, que as denúncias contra o “governo pessoal” ganhassem mais força naquele começo de ano crítico. O inimigo era outro, bem definido, e as armas para derrotá-lo estavam postas na legislação do Império. O presidente do ministério e ministro da Fazenda Silva Ferraz deveria ser enquadrado na lei de responsabilidades:

¹⁰⁹Esse era um debate que envolvia as relações entre poder Executivo e Moderador (os limites de atuação e responsabilidade do imperador e ministros) e que se acendera na esteira do Ministério da Conciliação. O jornal defendia que as más ações desse poder deveriam sempre ficarem na conta do Conselho de Ministros, que referendavam responsabilmente as decisões do imperador com suas opiniões e com suas assinaturas. Já na opinião dos conservadores, bem expressa pelo marquês de São Vicente, os ministros cumpririam a função de meros autenticadores: “Assinando todos os atos seu nome não aparece senão para autenticar o reconhecimento, a veracidade da firma imperial, não são pois responsáveis por ele”. José Antonio Pimenta Bueno. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Para a citação e uma compreensão mais detalhada do debate, ver BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder Moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Campinas, 2001; p. 306-339. Com efeito, essas questões ganharam maior vulto durante o Ministério da Conciliação. Nunca no Segundo Reinado os poderes Executivos e Moderador mostraram-se tão imiscuídos. Certamente esse novo protagonismo do monarca acendeu o debate sobre o peso do Moderador nos ministérios.

¹¹⁰Para uma análise da obra de Zacarias e sua repercussão no contexto de 1860, ver BARBOSA, Silvana, *idem*, p. 340-379.

É preceito constitucional que os ministros de estado são responsáveis por traição, peita, suborno, concussão, abuso de poder, falta de observância da lei, e por obrarem contra a liberdade, segurança e propriedade do cidadão, e por praticarem dissipação dos bens públicos. Uma lei particular especifica a natureza destes delitos, e a maneira de proceder contra eles. Esta lei é a de 15 de outubro de 1827, a qual, por disposição consonante do código criminal, subsiste e regula a matéria de que tratamos.

Jornalistas, cuja bandeira política é a constituição, jornalistas, cujo empenho é o cumprimento da lei e a manifestação da verdade, estamos na rigorosa obrigação de declarar ao país que o atual Sr. ministro e secretário de estado dos negócios da fazenda tem incorrido em grave responsabilidade, e está sujeito à sanção penal, por haver referendado o decreto n. 2490 de 30 setembro de 1859.¹¹¹ (**Diário do Rio de Janeiro, 26/03/1860**)

Compartilhando da opinião de que a regulamentação do imposto do selo era totalmente ilegal e atentatória à autonomia do poder legislativo, o jornal de Saldanha Marinho passou a sustentar uma verdadeira campanha pela responsabilização de Ferraz. Desde o segundo número, muita tinta foi usada para tentar acabar com o gabinete 10 de agosto, reabilitando a lei de 1827¹¹², que parecia esquecida na prática do país:

A responsabilidade dos ministros é a necessidade mais palpitante da atualidade; é o único meio de salvação do Império, no estado de desmoralização animada até hoje pela impunidade...

Há muito que ministros abusam; há muito que, apesar de criminosos convícios perante o país, deixando as pastas, vão incólumes desfrutar de honras e riquezas que adquiriram a custa do atropelo e do desprezo dos mais sagrados direitos do cidadão; há muito que as leis do país, especialmente aquelas que regulam a receita e a despesa são iludidas e ludibriadas; há muito que os dinheiros públicos se desbaratam, e pelas portas secretas da polícia vão ter aplicações criminosas; há muito que o produto dos impostos, que tanto custam ao cidadão laborioso, é aplicado contra eles mesmos, servindo para alimentação das máquinas eleitorais, nas quais, em lugar de legítimos representantes do povo, se fabricam submissos acólitos e servos humildes do poder. Daí vem que tenhamos tanta vez de lamentar o lastimoso espetáculo de haver, em uma mesma câmara, maiorias constantes, favoráveis a diversos ministérios, embora antagonistas em ideias políticas e princípios!

Prossigamos no desempenho de nossos deveres; e porque não possamos ocupar-nos de tudo a um tempo, dediquemos por hoje este artigo ao objeto que nos levou a escreve-lo : demonstremos que o atual Sr. ministro da fazenda praticou atos que a lei qualifica – crimes – e que,

¹¹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 26/03/1860.

¹¹² Sobre a aprovação da lei de responsabilidades, ver VELLOZZO, Julio César de Oliveira. *Constituição e responsabilidade no Império do Brasil: embates parlamentares sobre a responsabilização de ministros, magistrados e empregados públicos em geral (1826-1832)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2017.

portanto, deve ser responsabilizados e punido, por honra da nação, em bem da salvação do país, e para exemplo de outros.

S. Ex. usurpou atribuições do poder legislativo.

Demonstremos.

Estabelece a Constituição que é da competência do poder legislativo a criação de impostos, e ainda mais que a iniciativa sobre tal matéria é privativa da câmara dos deputados (arts. 13 e 36).

Já se vê portanto que o poder executivo nada tem com tal criação, e que sempre que se arrojar a estabelecer por sua única autoridade um qualquer imposto, comete um atentado, uma usurpação de funções alheias. [...] ¹¹³

Criava-se nesse ponto um dos impasses sobre o “decreto do selo”. O ministro da Fazenda defendia-se afirmando que não fazia mais que regulamentar um imposto existente havia uma década. Não estaria criando uma nova taxa e, sendo assim, não invadia as atribuições legislativas. Por sua vez, a oposição argumentava que o título de regulamento era, na verdade, um engodo e disfarçava a criação de uma nova cobrança. Contudo, como já foi demonstrado, o pomo da discórdia estava no efeito que as medidas teriam sobre o funcionamento dos bancos, muito mais do que nas prerrogativas dos poderes constitucionais. O *Diário* também se colocava como porta-voz da “escola liberal” e dos interesses de grupos que defendiam a liberdade de crédito e bancária:

O ato do Sr. ministro da fazenda, se pôs em conflagração a praça do Rio de Janeiro, maior abalo produziu ainda na província da Bahia, onde as diversas casas bancárias ficaram estremecidas, ocasionando isso a necessidade de suas imediatas liquidações, que produziram a ruína de muitas famílias e a ficar grande parte de seus lavradores privados de recursos, que por essas casas bancárias lhes eram facultados, e com que mantinham e faziam prosperar suas lavouras. [...]

Seja, portanto, a responsabilidade uma realidade, caia a sanção da lei sobre o ministro, que se desmanda.

Só assim teremos praticamente Constituição. ¹¹⁴

Defender esses interesses significava, para o *Diário*, demover o ministro Ferraz de sua alta posição, juntamente com seu gabinete. Se os ataques ao regulamento do selo eram insuficientes para alcançar esse intento, então os redatores poderiam mostrar um leque bem variado de possibilidades de atacá-lo, tocando em assuntos em que poucos se atreveriam. Em abril, por exemplo, o *Correio Mercantil*,

¹¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 26/03/1860.

¹¹⁴ *Idem*.

outro jornal oposicionista, recriminou os ataques que o *Diário* passou a fazer contra a probidade do ministro, julgando-os demasiadamente pessoais.¹¹⁵

Além de se isolar em algumas críticas, o *Diário* intensificou a campanha pela responsabilidade ministerial a partir de dois acontecimentos que renderam muita polêmica acerca da atuação do Poder Moderador, ainda no mês de abril. Um deles foi um caso de pena capital imposta a um súdito espanhol que assassinara um brasileiro, o que mexia com os “brios nacionais”, conforme expressão do jornal, e conferia-lhe ainda mais destaque. Como uma das capacidades constitucionais do Moderador era abrandar ou até mesmo cancelar as penas imputadas pela Justiça, estava em sua alçada ratificar ou não a decisão. Sua demora em decidir só abriu brechas para especulações de que o imperador e o ministro da Justiça acabariam dobrando-se à diplomacia espanhola e salvando o condenado, para a desonra brasileira. O segundo acontecimento à primeira vista era bem mais trivial. Tratava-se da nomeação de um senador a partir da lista tríplice provincial, situação em que Pedro II sempre acabava descontentando algum grupo. Era assim toda vez que um senador falecia, abrindo as disputas por uma vaga pela respectiva província. Todavia, em nenhuma outra eleição as frustrações tinham chegado ao ponto de se contestar tão veemente e diretamente a prerrogativa de decisão do Poder Moderador.¹¹⁶

Visto mais de perto, o problema não foi uma eleição, mas uma sequência altamente concentrada delas e um renitente resultado. No caso, acontecia a quarta

¹¹⁵Para o isolamento do Diário nas críticas pessoais mais acerbas, deve-se acompanhar em série as publicações do mês de abril de 1860. Apenas para se ter uma ideia, a mais forte acusação que o jornal lançava era a de que Ferraz se aproveitara de sua posição para ordenar que a Companhia de Estrada de Ferro Pedro II vendesse terrenos que ele mesmo compraria em seguida. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, 01/04/1860.

¹¹⁶ A relevância desses dois assuntos para a deflagração do debate mais amplo sobre o Poder Moderador ficou registrada nas páginas iniciais da já citada *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, que saiu do prelo em julho de 1860: “A suposta demora na solução de um recurso de graça em processo de homicídio levou um dos jornais da corte a fazer reflexões, que, envolvendo censura ao ministério, a outros órgãos de publicidade pareceu lançarem efetivamente a mira a ponto mais alto, e como tais foram repelidas.

Nesse meio tempo a nomeação de um senador pela província de Minas, efetuada pelo poder moderador, havendo provocado da parte de certo candidato, que se julgara preterido, uma circular aos seus comprovincianos, em que lhes dizia que, por evitar-lhes novo desagrado, abstinha-se de nova candidatura, veio atear aquela já desanimada controvérsia.

Então, de hipótese em hipótese, foi se alargando a discussão na imprensa, até que, perdidos por fim de vista os dois casos – de graça e de nomeação de senador – que originaram a polêmica, travou-se esta sobre a índole, em geral, do poder moderador e condições de seu exercício”. VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Rio De Janeiro: Tipografia de Nicolau Lobo Vianna e Filhos, 1860; p. 1-2.

disputa senatorial para Minas Gerais em um intervalo de apenas três anos. O último escolhido não tivera muita sorte: nomeado em 1859, faleceu no início do ano seguinte. Se para alguns parecia mau agouro da morte, para outros era a fortuna novamente oferecendo um assento na câmara vitalícia. De pronto, organizou-se a nova eleição e, já em 28 de março, o *Diário* publicava o resultado final da apuração, mostrando o nome de Teófilo Ottoni em primeiro lugar com 174 votos de vantagem.¹¹⁷ Todos os envolvidos sabiam de antemão que a maior diferença possível não seria ainda garantia de vitória, mas não puderam deixar de lamentar o resultado, principalmente os que já tinham depositado sua confiança em Ottoni nas outras três eleições ocorridas na província desde 1857. O que aumentava a frustração é que ele não só disputara todos os pleitos, como alcançava a maioria de votos pela segunda vez consecutiva. Para alguns, como os redatores do *Diário*, a preterição tornou-se muito mais que uma derrota a ser digerida. Tornou-se mais uma arma a ser apontada para o gabinete Ferraz:

O senado brasileiro não necessita de ilustrações e nem do prestígio de nomes populares.

Tal é a fatal explicação que se pode dar a alguns atos do poder moderador na escolha de senadores!

Somos consequentes em nossas doutrinas; é com os ministros que nos entendemos, e desta vez obtivemos mais um assinalado triunfo da verdade constitucional que sustentamos, de que o poder moderador é limitado em todas as suas funções, e de que os ministros são responsáveis pela ação do mesmo poder.

Nem mesmo abstraindo de nossos princípios a respeito, poderíamos conceder que o último ato praticado, e de que hoje nos ocupamos, não fosse o resultado de conselhos desleais, e que tanto vão comprometendo a monarquia entre nós...

Um rei constitucional e de um Estado como o Brasil onde jamais se sofrerá, nem por momentos o jugo despótico; de um Estado que repeliria unânime a vontade de um homem, quem quer que ele fosse, como lei suprema; tal rei, dissemos, conhecendo que seus interesses, seu futuro, e o futuro de sua dinastia dependem principalmente de sua harmonia com a nação, não desprezaria assim a opinião pública, porque erros desses são de bem largo alcance.

É a perfídia do conselho quem o compromete por tal modo, é um ministério de caprichos, de ódios, de reações quem sacrifica assim o imperador.¹¹⁸

Como se vê, a linha editorial de Saldanha Marinho continuava na defesa coerente da responsabilidade ministerial, estendendo-a, no limite, até à escolha

¹¹⁷Na primeira página da edição de 28/03/1860, na seção “Noticiário” lê-se: “Está terminada a eleição senatorial por Minas. A apuração final de todos os colégios da província dá o seguinte resultado: 1º Theophilo Benedito Ottoni, 891 votos; 2º Teixeira, 717; 3º Firmino Rodrigues Silva, 595 [...]”.

¹¹⁸*Diário do Rio de Janeiro*, 29/04/1860.

senatorial, que era sempre uma situação em que a ação da Coroa ficava mais exposta: “E onde iríamos nós parar se a inviolabilidade não fosse respeitada em um caso destes; que consequências funestas não se realizariam se a responsabilidade ministerial não existisse constitucionalmente?!”.¹¹⁹ Dessa forma, o *Diário* prosseguiu com um importante papel na contenção do discurso mais radical contra o “poder pessoal” e, por outro lado, investiu no delineamento do inimigo que a oposição deveria realmente combater: a oligarquia.¹²⁰ No mesmo artigo, esse grupo aparece, de forma bem genérica, como o responsável pelos maus conselhos ao Poder Moderador de Pedro II. Teria sido assim na aprovação da “inconstitucional” lei de três de dezembro de 1841, que acabou gerando as revoltas de 1842 e, depois, nos antecedentes da Praieira, quando houve uma disputa por uma vaga senatorial. A escolha do povo pernambucano acabou malograda pelos esforços contrários dos representantes da oligarquia, que anularam por duas vezes a eleição do liberal Chichorro da Gama.

Essa analogia entre o contexto de revolta pernambucano e o dos dias de 1860 era tão provocante que não deixou de ter rápida recriminação por parte da imprensa conservadora, que acusou o *Diário* de “vomitar todas as calúnias do passado”.¹²¹ Entretanto, nessa comparação não importava tanto a evocação das revoltas armadas, mas a possibilidade de forjar-se um mártir da campanha contra o ministério 10 de agosto, quem sabe um líder em quem pudessem se concentrar as mais diversas tendências oposicionistas. Esse acabaria sendo o papel de Teófilo Ottoni, que o *Diário* continuaria ajudando a constituir, formando uma duradoura aliança¹²².

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ Sobre esse discurso mais radical, é curioso notar que, enquanto o *Diário* repercutia a eleição mineira e a necessidade da responsabilidade ministerial, o que se lia no *Atualidade* era uma série de artigos potencializando a crítica ao “governo pessoal” no Brasil. Cf. os números 76 a 78 do *Atualidade*, que circularam entre o final de abril e início de maio de 1860.

¹²¹ Resposta ao jornal conservador *O Regenerador*, defendendo que “o que dissemos acerca das comoções políticas de 1842 e 1848 é a verdade que mais cedo ou mais tarde será escrita e confirmada na história do país [...] Não se lembra o colega como os dominadores de então arremessavam sobre as tristes vítimas de tão infelizes ocorrências todos os ódios, as fúrias, as declamações e as calúnias? Ao menos hoje, que os espíritos estão calmos, façam-lhes justiça. O *Diário* porém está longe desses tempos, mas quer a verdade, e sempre a verdade, reconhecendo entretanto que muito custa, quando não seja impossível, a conciliação do perseguidor com a vítima”. Cf. *Diário*, 04/05/1860.

¹²² Sobre as ligações do liberalismo do *Diário* com o de Teófilo Ottoni, principalmente entre 1860 e 1862, ver CAVALINNI, Marco. *O Diário de Machado*; p. 01-33, e CLAUDINO, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de babel”: entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rey, 2011; capítulo 1.

A frustração de mais uma tentativa de Ottoni alcançar o Senado foi utilizada, a partir daí, como símbolo em duas frentes: por um lado, o liberal histórico que não abandonava suas antigas lutas e que, devido ao seu prestígio popular, era perseguido pela oligarquia encastelada nos altos conselhos; de outro, o empresário e empreendedor incompreendido pelo governo, exemplar do tipo de iniciativa que estava sendo sufocada pelas medidas econômicas conservadoras. Nos meses seguintes, essas imagens se consolidaram à mesma medida que as diferenças entre *oposição* e *oligarquia* evoluíram para uma surpreendente disputa eleitoral, na esteira da qual surgiram novos espaços da política, juntamente com novas lideranças. E uma nova experiência formava-se.

Capítulo 2

“Constituição e progresso”: protagonismo eleitoral, articulação e propostas de novos arranjos parlamentares

Quando, senhores, como o senado sabe, os panfletistas têm aparado todas as suas penas, quando se tem procurado mostrar pela imprensa a necessidade de coartar as atribuições do poder moderador, quando se procura fazer acreditar na existência de uma política austríaca [...] quando além disso se tem presenciado o modo por que se pleitearam as eleições na capital do império, tornando-se impossível ao cidadão pacífico depositar na urna o voto de sua consciência (não apoiados da minoria) e assalariando-se gente para atirar pedradas mal acertadas...[...] quando as coisas chegam a tal ponto que a autoridade, vendo-se menoscabada, quase implora misericórdia àqueles que agitavam a população descuidosa...**Discurso de Candido Borges, Anais do Senado, 29/05/1861.**

Se um homem inteiramente estranho à história do passado, desconhecedor completamente dos indivíduos, dos seus precedentes, das suas opiniões antigas, pudesse por uma ficção achar-se entre nós na época em que se procedeu à eleição última do Rio de Janeiro, que é o objeto da nossa discussão, esse homem diria ao ver o procedimento de uns: “Aqueles são conservadores”; ao ver o procedimento dos outros: “Aqueles são inovadores” (Apoiados). A agitação é sempre o meio de que lançam mão os partidos que querem inovações, e a agitação foi um dos meios empregados para o triunfo eleitoral. **Discurso de Eusébio de Queirós, Anais do Senado, 31/05/1861.**

Não era só o comércio, não eram só os capitalistas, não eram só os proprietários, não era só a massa da população; o mesmo funcionalismo, escondendo a sua consciência no escrutínio secreto, protestou em larga escala contra a política de dissipação e arbítrio da administração de 10 de Agosto de 1859. Por conseguinte, ainda dada a intervenção direta do governo e das autoridades na eleição, a vitória podia ser mais difícil, cenas tristes poderiam ocorrer; mas uma capital como o Rio de Janeiro não recebe a lei impunemente quando em unanimidade quer exercer os seus direitos e repelir uma meia dúzia de indivíduos [...] que nenhuma raiz têm na população (Apoiados). **Discurso de Teófilo Ottoni, Anais da Câmara dos Deputados, 27/06/1861.**

Aquela terça-feira tinha raiado como o primeiro dia do ano e também de uma nova década. Não era por isso, entretanto, que o Rio de Janeiro estava diferente, com suas ruas agitadas. As pessoas se locomoviam fora de seus caminhos cotidianos e rotineiros, alcançavam distâncias a que não estavam acostumadas, encontravam-se com outros desconhecidos e com os quais, mesmo assim, juntavam-se. Não iam para o trabalho, não mantinham, por alguns instantes, as aparências tão marcantes em uma sociedade altamente hierarquizada e escravista. Mesmo os grupos que fluíam para as igrejas, não o faziam para cumprir os ritos da religião, mas os da política dessa vez. Era mais um dia de eleição primária para a Câmara dos Deputados, como tantos outros aos quais os cidadãos brasileiros habituaram-se, com todas as disputas e confusões que pudessem estar implicadas. Mas por que, então, aquele parecia anunciar algo especial?

Em dois de janeiro, quem procurasse o *Diário do Rio de Janeiro* para ler os boletins eleitorais que o jornal publicava desde o dia 31 de dezembro certamente não ficaria indiferente. Estrondosamente, o editorial começava com uma narrativa que transformava as eleições em um ataque às posições inimigas, e anunciava como certa a vitória dos interesses aos quais o jornal tinha servido de porta-vozes até então:

O país há de convencer-se do que temos dito a respeito dos intitulados patriarcas da ordem: são os primeiros anarquistas do estado, são *conservadores* de seus interesses e não dos princípios, nem das instituições. Quiseram vencer à força; acabrunharam todas as classes, ameaçaram a todos, usaram de todos os meios de corrupção; [...] ei-los aconselhando a desordem, ei-los querendo roubar as urnas, ei-los congregando-se em conciliábulos secretos para concertarem em **meios reprovados e criminosos de inutilizar a possibilidade de um triunfo popular**. Nossos leitores verão parte desses planos postos em execução ontem em Santa Rita.

Acautele-se a oposição, guarde as urnas, anime-se que a vitória será sua. A Candelária, esse castelo da oligarquia, foi tomada; tudo faz crer que hoje se hasteará ali o **pendão da independência comercial**.

Repita o país com energia o **grito do comércio** do Rio de Janeiro: “*Abaixo os tutores ilegítimos: viva o governo da nação pela nação: viva a igualdade perante a lei*”.¹

Na sequência, leem-se relatos de como se desenrolou o dia anterior nas diversas freguesias eleitorais cariocas. Em Santa Rita, a narrativa devia sobressaltar os corações envolvidos na trama. Foi ali, como já havia sido referido, que os conservadores, ou “cardinalícios”, tinham tentado desesperadamente roubar a urna,

¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 02/01/1861, grifos meus.

isso depois de tramar a anulação da eleição, declarando a mesa coagida, “apesar de ser toda feitura dos cardeais”. Só não lograram seus intentos, graças ao trabalho dos “cabalistas da liga constitucional” e do grande número de apoiadores da oposição. No entanto, a algazarra estava instalada e parecia impossível retomar os trabalhos.

Emoções à flor da pele, como se todos estivessem diante de uma arrebatadora obra cênica. Teófilo Ottoni, não como um padre, mas como um ator político – um *representante*²– subia ao altar da igreja, que fazia a vez de um grande teatro profano. Após a ovação ensurdecidora, a ascendência que poucos indivíduos conseguem ter sobre uma multidão, valendo-se apenas da voz e de gestos com seu inseparável lenço branco.³ Desceu do altar, garantindo que o juiz de paz e os mesários pudessem retomar suas funções, e seguiu para Santana, não sem a aclamação de fervorosos seguidores *pogyruns*⁴:

A grande dificuldade estava em fazer-se alguém ouvir no meio da algazarra. Conseguiu-o o Sr. T. Ottoni, que ainda hoje foi o homem do povo, e a principal garantia da ordem na igreja de Santa Rita. Subindo sobre um dos altares laterais e sendo estrondosamente vitoriado, obteve em seguida completo silêncio. [...] Em consequência o Sr. Ottoni, depois de serenado o tumulto em Santa Rita, dirigiu-se para Santana para fraternizar com seus amigos dali. Fez o trajeto a pé acompanhado por mais de 1500 votantes que atravessaram a cidade sem soltar ao menos uma palavra inconveniente, entre vivas à liberdade de voto, ao imperador, e ao Sr. Ottoni, vitoriado como chefe do partido liberal.⁵

Em um espaço meticulosamente esquadrinhado e vigiado como a capital imperial e seus cerca de 200 mil habitantes, definitivamente não era pouca coisa

²Para as aproximações metafóricas entre a representação política e as artes no contratualismo moderno, ver ARAÚJO, Cicero. “Representação, retrato e drama”. *Lua Nova*, São Paulo, 67, 2006; p.263-269.

³Conta-se que Ottoni tornou marca de seu liberalismo e de sua relação com o povo o aceno de um lenço branco que sempre carregava consigo. Cf. CLAUDINO, Guilherme Pereira Claudino. “*Uma verdadeira torre de babel*”; capítulo 1.

⁴ Em outra parte desse mesmo artigo de 02/01, o autor refere-se aos dois grupos de populares que se afrontavam como “cardinalícios” e “pogyruns”. Os primeiros eram os seguidores dos cardeais conservadores, como Eusébio de Queirós, que também passou pela igreja para conferir como tudo andava. Sobre o outro apodo, conta-se que era o nome pelo qual os índios da região do Mucuri chamavam Teófilo Ottoni – em português: mãos brancas. Nas eleições da Corte de 1860, pogyruns passaram a ser todos os seus fiéis seguidores. Outra comprovação do alcance do apelido são as páginas da *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiüss, lançada em dezembro de 1860, justamente no fervor eleitoral. Cf. principalmente o n. 5 da *Semana Ilustrada*. Para uma análise da publicação, com uma referência a seu papel nas eleições de 1860-61, ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Henrique Fleiüss: a função cívica e pedagógica da caricatura nas páginas da *Semana Ilustrada* (1860-1876)”. In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 161-163.

⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 02/01/1861.

mobilizar 1500 pessoas de um lado para outro em uma procissão política, sem graves ocorrências. Diante disso, entende-se por que Ottoni passara a ser chamado de grande representante da “oposição constitucional” e reconhecido como novo chefe do partido liberal, até mesmo por adversários. Por mais enviesada que fosse a descrição feita pelo *Diário*, ela partia de um substrato no qual, deixando de lado as diferenças nos juízos, reconhecia-se Teófilo Ottoni como uma eminência liberal forjada nas recentes disputas eleitorais. O impacto de sua atuação foi tão grande que acabou reverberando em uma obra que deveria celebrar a concórdia política em vez dos partidarismos, a já citada *Galeria dos brasileiros ilustres*. Essa obra, então, pode ser visitada sob duas perspectivas distintas: como produto oficialmente encomiástico da Conciliação e coerentemente planejado desde o início, “sob a proteção de Sua Majestade o Imperador” e com o marquês de Paraná como seu grande modelo; ou como um projeto que, em certos casos, respondeu diretamente aos conflitos de sua quadra de publicação e, provavelmente, às demandas do público por retratos das celebridades do contexto político imediato. De toda forma, os personagens inseridos no rol e suas informações biográficas refletiam certo senso comum sobre a história e a política do país, que o artista e o imperador também avalizavam, já que a intenção era perpetuar os registros.

Como antepenúltima litografia a ser publicada, lá estava Teófilo Ottoni, na mesma pose grave e sisuda que caracteriza todas as imagens da obra, porém segurando o indefectível lenço branco na mão direita. Nos últimos parágrafos da biografia, como que servindo de legenda ao retrato:

Restituído à vida política o Sr. Ottoni desenvolveu uma atividade admirável nas eleições primárias da corte. Soube despertar nas massas populares o entusiasmo pelas ideias democráticas; provou aos mais incrédulos que o povo brasileiro é essencialmente liberal, e que as urnas serão contrárias à opinião conservadora sempre que não forem prostituídas pela fraude ou pela violência. [...]

O Sr. Ottoni é atualmente o homem mais popular do império e o ídolo do partido liberal. A sua posição de chefe popular é a mais honrosa, a mais elevada que um cidadão pode ambicionar em um país livre; mas ao mesmo tempo envolve uma tremenda responsabilidade. Se o Sr. Ottoni não souber usar do poder que os liberais lhe confiam; se, levado pelo receio de ofender suscetibilidades particulares, deixar de dirigir o partido como o deve fazer um chefe, o futuro lhe tomará contas muito severas.⁶

⁶SISSON, S. A.. *Galeria dos brasileiros ilustres: os contemporâneos*. Rio de Janeiro: Litografia de S. A. Sisson, 1861. Volume II; p. 106.

Pelo contexto e as referências feitas, pode-se deduzir que essa biografia foi escrita em algum momento de janeiro de 1861, anteriormente ao resultado final das eleições para deputados. É um instantâneo da importância de Ottoni no calor da disputa – revelando, inclusive, os receios sobre a participação das *massas populares* na política – mas é sobretudo um quadro final de sua transformação em candidato representante de novas forças sociais. O que a biografia “conciliadora” não deixou de mostrar é que essa transformação se deu por razões anteriores à última escolha senatorial. Teve a ver também com as controvérsias financeiras causadas pelas medidas de Silva Ferraz.

Como já demonstrado, foi muito importante para o sucesso de Ottoni a capitalização das seguidas derrotas em suas pretensões ao senado. A partir da quarta recusa consecutiva, em abril de 1860, seu nome pôde ser elevado ao grau de perseguido pelos desmandos do poder. O *Diário* não perdeu a oportunidade de transformá-lo em mais uma vítima do gabinete Ferraz, dessa vez por seus maus conselhos ao imperador. No entanto, havia muito além disso: Ottoni poderia ser o mártir perfeito, porque representava o empreendedor individual frustrado pela “escola restritiva” do governo:

O desenvolvimento dos recursos materiais do país chamava, pois, a atenção dos homens patriotas e empreendedores. O Sr. Teófilo Ottoni foi o primeiro brasileiro que bem compreendeu essa grande necessidade e tratou de realizá-la. É uma glória que não se lhe pode contestar.[...]

Ninguém faz ideia dos sacrifícios de toda a ordem que o Sr. Ottoni fez para levar avante a navegação do Mucuri, que por causa das opiniões políticas do diretor da companhia encontrou adversários desde os seus princípios. [...]

Esgotados os recursos da companhia, dirigiu-se ao corpo legislativo que autorizou e garantiu um empréstimo de 1,200. Já o governo havia contraído o empréstimo e a companhia recebido por conta 300 contos de réis, quando súbito inundaram-se as vistas do governo imperial em relação à empresa do Mucuri. **O gabinete de 10 de Agosto de 1859 suscitou as maiores dificuldades a propósito do empréstimo, e como solução da questão passou no corpo legislativo uma lei autorizando o governo a encampar o contrato, o que realizou-se em março deste ano.**⁷

Significativamente, a estrutura da narrativa biográfica da *Galeria* seguia os mesmos moldes da autoimagem produzida por Ottoni em sua extensa e programática *Circular aos eleitores mineiros*, a qual, mais que uma declaração de candidatura, era uma prestação de contas e defesa pessoal do empresário e diretor da

⁷*Idem*, p. 105, negritos meus.

empresa colonizadora do vale do Mucuri dirigida ao público mais amplo possível.⁸ Em ambos os escritos, apresenta-se a trajetória do convicto liberal das regências e início do Segundo Reinado, atuante no quinquênio liberal e que, na virada da década de quarenta para cinquenta, assume a vanguarda do empreendedorismo preocupado com os *avanços materiais* do país acima de qualquer partidarismo, algo que se tornou um dos tópicos da política da Conciliação patrocinada por Pedro II. Exatamente o período da Conciliação foi o que marcou o “afastamento” de Teófilo Ottoni da política para dedicar-se, obstinada e abnegadamente, à empresa da Companhia do Mucuri, levando, acima de tudo, desenvolvimento e civilização para os sertões das Minas Gerais. Ao escrever o relatório aos acionistas da Companhia, em 1860, Ottoni deu a justa medida do que significara aquele período para ele – e, por certo, para muitos outros empresários:

Nesses últimos anos aprendi a subir as escadas dos ministros, e não me esquevi à triste posição de pretendente. Centos de vezes contei os numerosos degraus que levam às águas furtadas onde funciona a rainha das terras públicas. Eu, que há mais de vinte anos tinha pertencido à política militante, entrincheirei-me no castelo da abstenção, para que dissidências de partido não prejudicassem a empresa do Mucuri. E, se ultimamente solicitei de meus comprovincianos uma posição política, ainda fi-lo em nome dos serviços que acredito ter prestado à província, devassando com estradas e colônias as matas do Mucuri...⁹

Ottoni, portanto, não fazia questão de esconder que seu “retorno” à política dava-se em razão das dificuldades impostas à sua Companhia pelo ministro Ferraz, chamado por ele de “Hércules burlesco”.¹⁰ No topo das escadarias do poder em que

⁸Cf. OTTONI, Teófilo. “A Circular de Teófilo Ottoni” [1860]. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916; p. 226-233. A repercussão na Corte foi tão polêmica que Ottoni, acusado de ressentimento e desrespeito com o monarca, resolveu publicar sua Circular primeiramente no Rio de Janeiro e depois enviá-la para Minas. Vale notar que ele dedicou um capítulo da Circular somente ao assunto do poder moderador. Defendeu-se afirmando que suas críticas não atingiam de forma alguma o imperador, pois se dirigiam aos conselhos de sua *entourage*. Sobre as ligações entre a publicação da Circular e a “querela pública” em torno da Companhia, ver o capítulo 3 de FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória, política e negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002. Sobre o poder moderador, ver p. 110.

⁹ Citado em *Memória, política e negócios*, obra citada, p. 149.

¹⁰A referência ao Hércules Burlesco está em OTTONI. “A Circular de Teófilo Ottoni”; p. 365. Sobre o ocaso da Companhia a partir do gabinete Ferraz, ver SILVA, Weder Ferreira da. *Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009; principalmente p. 172-177. No mesmo documento citado na nota anterior, publicado como *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860 pelo Diretor da Companhia Theophilo Benedicto Ottoni* (Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860), Ottoni afirmou: “A proteção do governo imperial, sob cujos auspícios a companhia tem caminhado, foi-nos completamente retirada. Nossas colônias foram anarquizadas por agentes da repartição geral das terras públicas e pelos colonos da associação Central de Colonização. E as concessões feitas pelo corpo legislativo, quais tinham sido

se acostumara a ser bem recebido, ele só se deparava agora com portas fechadas pela má vontade de um ministro dotado de força desproporcional e com ações dignas de riso. Um riso nervoso que foi se transformando em desesperança nas faces dos defensores da “escola liberal” à medida que o tempo passava e o gabinete 10 de agosto dava mostras de longevidade.

Um dos alicerces dessa força hercúlea e persistente foi o relatório final sobre a situação econômica do país, elaborado pela comissão de inquérito que havia sido nomeada por Ferraz em outubro de 1859 e que era por ele mesmo presidida. Apresentado ao público em 30 de abril de 1860, um dia após o *Diário* repercutir negativamente o resultado da eleição senatorial mineira, esse relatório seria o grande trunfo do ministro da Fazenda para tentar separar a questão financeira do antagonismo político. O documento repertoriava todos os argumentos empíricos e técnicos necessários para alterações com um aspecto ainda mais restritivo no projeto bancário de Torres Homem, que estava estacionado no Senado.¹¹ Quem acreditara que o “decreto do selo” seria a grande obra do gabinete Ferraz, logo teria que rever suas certezas.

Em 20 de junho de 1860, o projeto foi apresentado aos senadores modificado pelas emendas substitutivas feitas por Ferraz, embasadas no relatório da comissão de inquérito. Nas câmaras legislativas, com as mesmas composições que haviam travado as pretensões de Torres Homem no ano anterior, o argumento da comprovação científica e o apoio do imperador parecem ter sido suficientes para finalmente superar impasses: em 28 de julho a redação final do projeto foi aprovada pelos senadores e, em seis de agosto, pelos deputados, em maioria de 43 votos.¹² A imprensa política liberal, entretanto, não aceitaria tão facilmente a imparcialidade, nem a dos técnicos, tampouco a do monarca.

Enquanto ainda prosseguia o vai-e-vem entre comissões e plenário e os senadores tergiversavam sem, contudo, modificar o essencial do projeto, saiu no

solenemente reconhecidas no tempo do ministério Abaeté, de quem tinham recebido princípio de execução, foram completamente anuladas pelo Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz”. Cf. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. *Memória, política e negócios*, op. cit., p. 141-142.

¹¹GAMBI, Thiago. *O banco da Ordem*, op. cit., p. 332.

¹² Vale lembrar que, entre os mesmos deputados, o projeto de Abaeté-Torres Homem tinha conseguido uma vitória por apenas um voto de diferença, a qual, no fim das contas, determinou a queda do gabinete 12 de dezembro.

Diário uma série de artigos intitulados “Questão Bancária”. No primeiro deles, publicado em dois de julho, embora começasse com um ataque direto ao ministro Ferraz, o autor defendeu a “escola liberal” de uma forma menos política, atendo-se ao exemplo de uma experiência estrangeira para legitimar a pluralidade bancária e a liberdade de crédito. Três dias depois, no entanto, o segundo artigo não usaria meias palavras para escancarar os interesses envolvidos na questão:

Lembrados estarão todos de que o partido, que hoje se diz conservador, e então conhecido pelo nome de saquarema, era o dominador do comércio, e mantinha um tal poder na praça do Rio de Janeiro, e por conseguinte em todas as mais de dependência desta, que tornava, pelo que pertence a finanças, impossível o governo nas mãos dos adversários.

Além da proteção franca e escandalosa que antes se dava aos traficantes de Africanos, que, tirando desse comércio ilícito vantagens incalculáveis, como ainda hoje o provam muitas enormes fortunas que rapidamente se formaram, acrescia que o governo tinha, com suas ideias absolutas e restritivas bancárias, se tornado o único de quem os comerciantes pudessem haver vantagens, e facilidade em suas transações.

Lembrados estarão todos, de que depois de elevados alguns homens a altura em que se acham. E envergonhando-se ao contemplar o negrume, desumanidade, e crime, que indelevelmente se via gravado nas escadas por onde haviam subido, esqueceram os favores recebidos, olvidaram o muito que deviam aos traficantes de escravos, e quebraram essa maldita escada atirando-a em pedaços para bem longe por lhe repugnar até o seu contato!

Principiou então a esmorecer para com o partido saquarema, o que ele chamava sua influência no comércio.

Apegou-se como último refúgio ao banco que existia; e figurando-se seu protetor, tornou-se sua única influência; manteve a unidade bancária, constituiu-se árbitro do comércio, e pôde-se conservar no domínio exclusivo, de que nunca lhe fez conta ser repellido.

A dependência em que punha os negociantes sustentava o seu efêmero poder, o qual, para ser conservado, ainda necessitava da intriga dos reposteiros e da constante indisposição aos adversários, contra quem alimentava a antipatia dos ricos e capitalistas, dando àqueles os epítetos de desordeiros e anarquistas.

Daí veio que nem a Coroa nem o comércio consentiam que os homens chamados liberais subissem ao poder, ou o conservassem por muito tempo, e menos que tivessem ação nos destinos do país, dificultando-se-lhes, senão negando-se-lhes todos os meios de prover as necessidades públicas, dependentes de operações econômicas do Estado.

A unidade bancária, pois, não era mantida em resultado de maduro estudo da ciência econômica, e sim importava um plano bem combinado de política, e como meio mais fácil de sustentarem-se no poder os homens que nunca souberam viver senão do Estado.¹³

Impossível fugir dessa longa citação, uma rara explicação coeva da história política imperial que não se limitava a termos abstratos como autoridade versus

¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 05/07/1860.

liberdade ou a supostos consensos como “o comércio negreiro era inevitável”. Na contramão das tentativas do ministério Ferraz de tornar a questão bancária um campo neutro, o *Diário* sugeria que o controle da economia era base da própria política. Os saquaremas conseguiram permanecer no poder porque foram dominadores do comércio, mesmo que à custa da defesa do ilícito tráfico negreiro. Quando tiveram que destruir essa “maldita escada” pela qual haviam ascendido, sabiam que só continuariam com sua “influência no comércio” se monopolizassem a oferta de moeda e crédito. O poder dos conservadores, portanto, não derivava de suas escolhas pretensamente mais técnicas em economia, muito menos da preponderância do “princípio da autoridade”, e sim de um projeto político de controle econômico cujo cerne fora o patrocínio do tráfico intercontinental de escravos e que, sobretudo a partir de 1850, era a questão bancária. Com esses argumentos, o autor não deixava de jogar com a frustração dos “ricos e capitalistas” que se sentiram traídos pela Lei Eusébio de Queirós e, desde então, enfrentavam problemas com mão de obra e falta de crédito para diversificar e modernizar suas atividades. Cabia ao comércio sacudir essa dependência do governo e buscar novas alternativas:

Vê-se pois que a questão bancária não é uma questão econômica, é sim toda política, e que os conservadores, com os seus projetos, não pretendem senão reivindicar um poder perdido já, o qual só poderão reaver à custa de nova ilusão ao comércio.

Este porém já tem anos de estudo prático, já conhece os homens, e em lugar de ser o dependente do governo, como outrora, quer e lhe é devido que o governo, na parte econômica, seja dele dependente.

O apoio que os conservadores dão ao atual gabinete é sem dúvida a troca de humilhação dos ministros, que sujeitaram-se, como instrumentos dos planos daqueles, para poderem manter uma posição tão degradante quanto o são os meios que para isso empregam.

Mas como conseguirá o governo a reabilitação do antigo partido saquarema, pelo que pertence à influência no comércio?

Como, se estão já criados outros bancos, tendo seus estatutos aprovados, e achando-se já no uso de direitos que estipularam com o governo?

Faltando com perfídia as promessas feitas, ofendendo direitos adquiridos, e procedendo deslealmente como havemos de mostrar.¹⁴

Essa aproximação entre imprensa liberal e “ricos e capitalistas” que almejavam facilidades de crédito com a mínima intervenção possível do governo, se era uma tendência desde o início de 1859, ganhou aceleradamente ares programáticos, visando às eleições que se aproximavam, a partir da transformação

¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 05/07/1860.

do projeto bancário de Ferraz na lei 1083 de 22 de agosto de 1860, que logo ficaria conhecida como a “lei dos entraves”. Esse apodo surgiu porque, além das providências que garantissem a unidade bancária, ela impunha também várias restrições à constituição de sociedades anônimas.¹⁵ Era um duro e definitivo golpe para aqueles que prezavam acima de tudo o livre “espírito de associação” – para se valer de uma expressão que, em 1851, o futuro barão e visconde de Mauá utilizara para defender suas concepções econômicas acordes com a “escola liberal”.¹⁶

Apegada cada vez mais à força e influência da “tribuna da imprensa”, a oposição lamentou a derrota parlamentar sem deixar de polemizar a respeito da mudança na opinião da Câmara sobre o projeto bancário:

Com a votação da reforma bancária pode-se considerar a câmara encerrada. Ela o está com efeito ante o país como ante a sua própria consciência. Seus trabalhos não têm mais significação, seus atos não tem mais valor. [...] Essa é a sentença das assembleias que se desmoralizam e que não podem oferecer à nação mais do que o triste espetáculo de se haverem constituído em chancelaria dos escândalos ministeriais.

Entre a atual câmara e o país não há mais laço algum de união ou de acordo. **A delegação expirou desde que o mandato foi traído, e as alianças que assim se infirmam pela corrupção só têm uma sentença – a do desprezo.** Aqueles que do meio desse naufrágio parlamentar puderam salvar enxutos da espuma os seus pergaminhos e diplomas, só um conselho lhes daríamos, se as oposições não tivessem árduos deveres

¹⁵“Juntamente com as reformas de caráter monetário e creditício, a lei de 1860 determinou que a constituição das sociedades anônimas não só continuasse a depender da autorização do governo, mas agora também da prévia audiência do Conselho de Estado. Submetiam-se a exame os fins sociais da sociedade, sua conveniência, a avaliação dos bens, indagando-se se visava ao monopólio de gêneros de primeira necessidade. Exigia-se, além disso, aprovação do poder legislativo para bancos, companhias de estrada de ferro ou de navegação que interessassem a mais de uma província. [...] Procurava-se dessa maneira controlar a iniciativa privada, através de uma centralização máxima, que inibia as iniciativas empresariais. A lei sobre sociedades anônimas de 1860 foi denunciada como uma tutela do Estado no terreno empresarial, que ‘nem evitou a ruína de grossos cabedais, nem assegurou o êxito de empresas industriais que se incorporaram à sombra da confiança que a proteção inspirou’. Por esses e outros motivos recebeu o apodo de ‘lei dos entraves’”. Cf. LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994; p. 75-76.

¹⁶Irineu Evangelista de Souza – barão (1854) e visconde de Mauá (1874) – tornou-se também um exemplo de empresário cujas iniciativas foram atrapalhadas pelo contexto histórico. Como Teófilo Ottoni, foi ativo politicamente na época progressista (deputado de 1859 a 1866) e aproximou-se da “escola liberal”. Porém, enquanto Ottoni ficou marcado por um “liberalismo popular”, Mauá passou à posteridade como o mais bem acabado empreendedor privado e modernizador. A promiscuidade de seus negócios com os altos escalões do governo passou a ser vista anacronicamente não como oportunidades particulares, mas como sacrifícios por um país que nunca soube retribuir à mesma altura: financiou guerras e evitou crises para o mesmo Estado que parecia não compreendê-lo. A expressão “espírito de associação” aparece em seu discurso de posse da presidência do Conselho de Acionistas do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, fundado por sua iniciativa junto a inúmeros comerciantes e negociantes. Dois anos depois, a criação de Mauá seria fundida com o Banco Comercial do Rio de Janeiro para formar o “banco da ordem” idealizado por Rodrigues Torres. Como se vê, Mauá também era “vítima” da escola restritiva conservadora.

a cumprir, - e de se retirarem dando por finda sua missão e indo declarar a seus comitentes que o país que mantém uma câmara tal recusa implicitamente o direito de se fazer representar em corpo legislativo. Continuem, pois, os homens da situação a servirem. **Estarão no seu ofício, e desde que os cofres públicos reforçam o subsídio, vai nisso um lucro que nem todos sabem repelir.** Mas desde que a tribuna parlamentar se abate por essa forma, vingue a tribuna jornalística a honra aviltada do país.¹⁷

Fato é que, ao completar um ano de exercício, o gabinete 10 de agosto dava inegável prova de poder e influência: sem levantar questão de gabinete, conseguiu passar tranquilamente, na mesma Câmara dos Deputados, um projeto bancário ainda mais polêmico que o de Torres Homem. Para a oposição, o cenário era catastrófico: sabiam que ninguém governava assim se não contasse com o apoio do monarca e dos cofres públicos; sabiam também que a tendência era o ministério conseguir grande maioria nas eleições parlamentares do final do ano, mesmo que pregasse a mínima intervenção no processo. E, afinal, como acreditar nisso se, na semana seguinte, dia 14, o pacote de medidas seria completado com a aprovação de uma bombástica reforma eleitoral que, entre outros pontos, garantia ao governo a capacidade de redefinir todas as circunscrições eleitorais do país a seu bel prazer e que valeria já para o pleito de dezembro e janeiro? A vitória dos homens da situação parecia garantida. Governo ou oposição, ninguém poderia supor que as demonstrações de força do gabinete 10 de agosto, ao completar um ano de exercício, seriam também o início de sua fraqueza.

“O homem do povo seja pelo povo”: novas práticas e espaços da política nas eleições de 1860 na Corte

A partir de setembro de 1860 não faltariam emoções para os opositores ao gabinete presidido por Angelo Muniz da Silva Ferraz. Depois de mais de um ano de derrotas parlamentares significativas, as eleições municipais, ocorridas no dia da independência nacional, apontavam para um cenário de verdadeira ruptura. Ao passo que iam sendo apurados, os votos demonstravam um descontentamento que não se restringia ao Parlamento e que embalou a escolha de muitos vereadores e juizes de paz desafeiçoados ao governo, mesmo na Corte, debaixo da atenção dos

¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 10/08/1860, grifos meus.

ministros. Quando os resultados foram se consolidando, corria o mês de outubro e já urgia pensar mais amplamente. Uma grande batalha estava sendo vencida, mas a guerra era muito mais dura.

Sem baixar a poeira dos pleitos municipais, era hora de se preocupar com a eleição para a Câmara dos Deputados, que aconteceria a partir do fim de dezembro e durante janeiro. Para jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, não bastava naquele momento afirmarem-se como contrários ao gabinete de 10 de agosto de 1859. Era necessário estar atento à movimentação dos empedernidos conservadores do Regresso, a oligarquia cujo poder atravessava o tempo e que mirava novamente o “predomínio despótico”. Um grupo coeso que, mesmo não cuidando diretamente das pastas ministeriais havia alguns anos, exercia sua influência ocupando cargos vitalícios, dando conselhos, mandando, desmandando e, principalmente, acumulando sem pudor algum. No fim do agitado mês que começara com a conclamação da união oposicionista, os redatores do *Diário* tinham um alvo bem definido:

O Sr. Eusébio não quer na câmara quem se oponha aos seus interesses e aos de seus amigos. Tem razão.
 Se a eleição correr livremente e se a oligarquia for vencida seguramente teremos deputados que se arrojem a perguntar a S. Ex. porque é que ao passo que se inculca doente e cansado para o ministério pode *suportar o peso* das acumulações de que goza, como sejam as dos lugares de
 Conselheiro de estado,
 Desembargador e presidente de relação,
 Inspetor geral da instrução pública,
 Senador do Império,
 Fazendo ao todo de 18:000\$000 a 20:000\$000 por ano.
 A câmara que acabar com tais abusos certamente perturbará o interesse desses conservadores de conveniência própria.¹⁸

Sendo um dos mais eminentes conservadores, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Camara foi muito atacado naqueles dias. Ele era, na imagem criada por Manoel Mascarenhas havia um ano, um dos vapores que rebocava ministérios, mesmo sem participar deles. A imprensa liberal tentava naquela ocasião mostrar de onde vinha a força de seus motores.

Para lembrar uma comparação que Machado de Assis ajudou a perpetuar, em uma crônica escrita quase quarenta anos depois, Eusébio de Queirós seria o papa do

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 27/10/1860.

consistório conservador. Curiosamente, o Eusébio sacerdotal que ressurgiu nas reminiscências do escritor discursa exatamente sobre as acumulações:

Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sem prejuízo do vigor e da energia. Não foi discurso de ataque, mas de defesa; falou na qualidade de chefe do Partido Conservador, ou *papa*; Itaboraí, Uruguai, Saião Lobato e outros eram *cardeais* e todos formavam o *consistório*, segundo a célebre definição de Otaviano no *Correio Mercantil*. [...] A matéria era sobremodo ingrata: tratava-se de explicar e defender o acúmulo dos cargos públicos, acusação feita na imprensa da oposição.¹⁹

Naquele ano de 1860, a carreira jornalística de Machado começava inserida completamente na “imprensa da oposição”, trabalhando na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, a convite do amigo Quintino Bocaiúva. Como jornalista político, cobrindo o Senado, pode-se supor que fosse inteirado e participasse de tudo o que acontecia no círculo liberal. Todavia, em sua memória, parece isentar-se dos ataques ao consistório, talvez porque o tempo transcorrido e, principalmente, o fim do regime monárquico tenham criado nele uma deferência para com aquelas velhas figuras, “um pouco de homens, outro pouco de instituição”. De toda forma, seu testemunho em fins do século é uma prova do vigor da campanha oposicionista que, quatro décadas antes, tinham sofrido o consistório oligárquico e seu chefe supremo.

A propósito, pela originalidade do documento, vale apontar que, no jornal de estreia de Machado, os ataques a Eusébio não se davam apenas por meio de sisudas críticas aos seus vencimentos. Havia espaço também para versos acidamente bem humorados, relacionando-o à polêmica criação de um imposto (mais um) pelo gabinete Ferraz:

Do imposto igualitário
Ninguém agora escapa;
Para fazer-se a festa
Da sagração do papa.
E viva el-rei Eusébio
O ilustre papa novo,
Que papa e que repapa
Os cobres deste povo
[...]

De vê-lo em contradança
Ninguém se maravilha;

¹⁹ASSIS, Joaquim Maria Machado de Assis. “O Velho Senado”. In: *Páginas Recolhidas*. São Paulo: FTD, 2012; p. 124-125. Crônica publicada originalmente em *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1898.

O papa sempre foi
 Figura de quadrilha.
 (Diário do Rio de Janeiro, 28/12/1860)

A oposição já tinha o culpado por todos os males do Brasil no segundo semestre de 1860. Ironias à parte, a imagem de sumo sacerdote, por certo, não era sem fundamento. Muito deve ter contribuído para o seu delineamento o fato de Eusébio ter assinado sozinho uma circular, na qual indicava votos aos correligionários fiéis, prática que aparentemente ficara um pouco de lado nos anos anteriores por causa da Conciliação. Datado de quatro de outubro e endereçado aos eleitores do distrito de Angra dos Reis, o documento foi reproduzido e repercutido à exaustão pela imprensa oposicionista no fim do mês e no seguinte:

A maneira por que *à sombra da conciliação* algumas pessoas procuravam dirigir as eleições em sentido de destruir a preponderância do partido conservador, fazendo eleger por meio de votos conservadores, angariados por meio de amizades particulares, os nomes dos mais decididos adversários, fez sentir a necessidade de nos reunirmos e cerrar o mais possível nossas fileiras, porque de outra sorte teremos por causa de nossas divergências de ver no ano próximo uma câmara essencialmente votada aos interesses de nossos adversários.²⁰

Escrita em meio às apurações municipais, a circular não escondia a apreensão que os resultados causavam nos conservadores. Se havia motivos para preocupá-los, por outro lado, então, a oposição tinha mesmo por que se empolgar e sonhar mais alto. A confiança era tanta, que se via com bons olhos o tema da reorganização partidária. Os redatores do *Atualidade*, por exemplo, após transcreverem a circular conservadora, asseveraram que “toda a tentativa pois de reorganização dos partidos encontra da nossa parte a mais sincera e decidida simpatia. É por isso que não podemos deixar de aplaudir o pensamento que ditou a circular que nos ocupa”.²¹

Ora, se era assim, por que tanta polêmica em cima das palavras e da figura de Eusébio? Para os redatores do *Diário* e do próprio *Atualidade*, a resposta era uma só: restauração dos partidos não poderia significar apego ao poder, retrocesso ao antigo estado político. Não se poderia falar vagamente em nome dos antigos partidos, de antigas fidelidades. A atualidade exigia programas e intenções bem

²⁰ *Atualidade*, 07/11/1860.

²¹ *Idem*.

expressos, ideias claras a serem defendidas, porém era exatamente o oposto que eles enxergavam:

S. Ex. foi um dos mais proeminentes chefes do antigo partido conservador. Seus correligionários de outrora, como os que ainda hoje esperam algum bem do partido conservador, consideravam-no o chefe supremo, o pontífice máximo da sua seita. Apresentando-se hoje em público... o Sr. Eusébio demonstra que não está disposto a resignar o chefado, que quer ainda recordar-se do seu tempo de batalhador.

Mas com que direito, em nome de que ideias fala o Sr. Eusébio aos seus amigos? E quais são hoje os amigos de S. Ex.?

[...]

Ora, tem ainda hoje o partido conservador razão de existência? Seu programa não está perfeitamente realizado e mesmo realizado em excesso? O que mais pode pretender o princípio da ordem entre nós? Desenvolve-lo mais não é chegar ao despotismo?

[...]; o que está hoje em perigo é a liberdade, que tem sido sacrificada ao princípio ordeiro e que pode de todo ser nulificada se os brasileiros a tempo não tratarem de salvá-la.

[...]S. Ex. tinha a obrigação de indicar quais as ideias capitais desse partido hoje, qual o seu programa, qual a sua bandeira.²²

Para completar, era importante lembrar que, como senador, Eusébio de Queirós fizera um discurso, havia poucos anos, em que se declarava muito mais próximo de seus antigos adversários do que de seus partidários. Como agora, tão desenvoltamente, ele criticava a Conciliação e colocava-se como líder conservador? Outra contradição aberrante seria um dos nomes indicados aos eleitores de Angra: Francisco de Salles Torres Homem. Na opinião do *Diário do Rio de Janeiro* de 27 de outubro – o mesmo exemplar que escancarou as acumulações de empregos – a circular de Eusébio causava dó:

É a contradição ostentada e a prova menos equívoca de que não é o interesse público o que dirige os altíssimos e nobres cardeais, de que, desta vez, se fez o Sr. Eusébio o único órgão, mesmo porque, apresentado o nome do Sr. Salles, alguns de seus antigos figadais inimigos *saquaremas* fugiriam de o apadrinhar a descoberto, temendo a desmoralização em que desde logo cairiam, justificando por tal ato tudo quanto o Timandro outrora escreveu.

O Sr. Eusébio desencantou-se. Júpiter ao menos, quando descia das nuvens, disfarçava-se. O Sr. Eusébio esqueceu-se disso e desceu do Olimpo a emparelhar-se com os pobres mortais em carne e osso. Fez mal. Descobriu-se.²³

Na política prática, entretanto, não adiantava ficar apontando a contradição dos homens. Os conservadores estavam no campo de batalha e rearticulavam-se:

²² *Idem.*

²³ *Diário do Rio de Janeiro*, 27/10/1860.

antigos saquaremas não tinham mais escrúpulos de juntarem-se com antigos libelistas radicais e as circulares eleitorais não paravam de sair. Depois da peça que Eusébio de Queirós assinou sozinho, ganhou publicidade uma outra, destinada à totalidade da província fluminense e adaptada para receber três nomes indicados em cada distrito:

[...] nos parece indispensável que todos os homens que desejam o bem de seu país, e exercem alguma influência nas localidades, a apliquem para coadjuvarem a eleição à assembleia geral de candidatos os quais, sobre terem, pelas suas relações e importância social, adquirido probabilidade de bom êxito, já tenham dado provas de firme e sincera adesão aos bons princípios, isto é, aos princípios conservadores, que são os da conservação das nossas instituições, com seu desenvolvimento progressivo e melhoramento prático, tão pensados quanto for indispensável para que sejam acertados, seguros e, portanto, sancionados pela experiência.

Na nossa opinião, pelo que respeita a esse distrito eleitoral, acham-se nessas circunstâncias os senhores: (aqui liam-se três nomes)

Sem dúvida, esse era um eloquente instrumento partidário. Além de Eusébio, assinavam o visconde do Uruguai, barão de Muritiba, Manoel Felizardo de Souza e Mello, marquês de Caxias e o visconde de Abaeté. Os cinco primeiros eram conservadores históricos: Caxias, o militar que reprimiu revoltas liberais desde as Regências e firmou-se entre as lideranças regressistas, e os outros quatro, no meio de outros serviços, tinham figurado nos gabinetes conservadores de 1848 e 1852 e, de uma forma ou de outra, tinham ajudado na repressão aos liberais pernambucanos. Por sua vez, Abaeté podia até contar de seu passado que chegou a ser preso na Corte durante as revoltas de 1842, mas, como já se viu, aproximara-se definitivamente dos “vermelhos” no final de 1858. Preparavam-se para a grande corrida eleitoral.

Foi nesse mesmo contexto que Teófilo Ottoni publicou a sua circular, afinal, esse era o mais tradicional meio de propaganda e proposição política da época. Vinham, por certo, um pouco mais carregadas que de costume naquele fim de 1860, envolto no recrudescimento do discurso partidário, das discordâncias econômicas e polêmicas em torno do Poder Moderador. No entanto, o grande diferencial daquelas eleições foram as reuniões públicas organizadas pela oposição na Corte, que certamente configuraram-se como uma experiência radicalmente nova da política imperial.

Na edição de 20 de novembro de 1860 o *Diário* dava notícia de mais uma das reuniões eleitorais que vinham efervescendo o espaço público e o debate político na capital do Império do Brasil desde o final de agosto. Se todos os encontros vinham sendo dignos de empolgação da imprensa oposicionista, esse último, entretanto, parecia anunciar algo especial:

Agora sim podem os constitucionais do *Jornal do Commercio* declarar iminente a revolução e pedir providências ao governo contra os anarquistas de todos os credos políticos que por aí se andam reunindo a pedir a reintegração do regime constitucional representativo.

Houve ontem uma numerosa e brilhante reunião de cidadãos votantes da paróquia de S. José, em casa do Sr. Miguel Alvim Júnior. Presidiu-a o Sr. Desembargador Alexandre Joaquim da Siqueira, que num curto discurso expôs os fins da reunião, invocando o zelo de todos os cidadãos. Falaram depois os Srs. Teófilo Ottoni, Dr. Queiroz, Dr. Rocha, vários outros cidadãos e o Exm. Sr. Senador Vasconcellos, que, manifestando francamente o seu voto, declarou aderir aos princípios da oposição constitucional que se agita e cujo programa, segundo S. Ex., pode-se explicar pelos seguintes termos – CONSTITUIÇÃO E PROGRESSO.

A reunião esteve animada e concluiu por um entusiástico – viva à oposição constitucional do país e à da paróquia de S. José.

Acautelem-se os *constitucionais* que o negócio está sério. Peçam ao Sr. Ferraz que faça intervir a polícia.²⁴

Derrotados no Parlamento e acuados por uma reforma eleitoral que aparentemente favorecia em tudo ao ministério, a oposição partiu para reuniões públicas que se tornariam novos e importantes espaços da política no decorrer do segundo semestre de 1860.²⁵ Provocavam os conservadores, que se autointitulavam protetores da ordem constitucional, afirmando que as reuniões eram tão entusiasmadas que deveriam ser caso de polícia. Foram ações que se dirigiram não à classe rica e capitalista, cujos anseios já encontravam ressonância na imprensa, mas principalmente à multidão de votantes que compunham a base do sistema eleitoral e

²⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 20/11/1860.

²⁵ A historiadora Suzana Cavani dá notícia de que essas reuniões eleitorais (ou meetings, no texto da autora) apareceram na política pernambucana ainda na década de 1840: “Na época, o setor comercial a retalho se achava monopolizado pelos portugueses, assim como o ofício de caixeiro de loja. Os trabalhadores livres brasileiros há muito reivindicavam medidas contra essa situação. Então os “praieiros”, ou liberais pernambucanos, nas eleições de 1846, promoveram meetings nos bairros populares em defesa da nacionalização daquele comércio. Os conservadores, ou “gabirus”, contra-atacaram, utilizando o mesmo modo de mobilização. Os próprios praieiros, por seu lado, registraram na imprensa algo inusitado de se ver no Recife naquele tempo: o barão da Boa Vista, eminente político gabiru, “andando pelas ruas a pé”, apertando a mão dos pardos e fazendo “mesuras” aos pretos! Nas eleições de 1860, seria a vez de os meetings fazerem sucesso na própria cidade do Rio de Janeiro. [...]”. Cf. CAVANI, Suzana. “Às urnas, cidadãos!”.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-urnas-cidadaos>

O que se quer ressaltar aqui é justamente o inusitado da prática na Corte imperial em 1860 e seus efeitos imediatos na configuração da Câmara dos Deputados.

que eram, na visão de alguns, a *canalha*, composta por trabalhadores, artesãos, pequenos proprietários. Nessas reuniões, o empreendedor frustrado pelo ministério se tornaria o liberal do lenço branco, porque, para essas pessoas, mais do que as querelas bancárias e creditícias, pesava a carestia dos alimentos, o aumento dos impostos, as acumulações desenfreadas de uma classe dirigente apartada do restante do país:

Os oligarcas ressuscitados andam, é verdade, de porta em porta; sentam-se agora no pobre banco do artista, imploram, esmolam o seu voto, mas não podem mesmo assim iludir ao homem do povo que refletir e estudá-los. [...]

Para que pedem eles o voto? Quem são os que querem fazer eleitores, e para que fim?

Eles mesmos o têm já confessado, e nem podem negar. É para conservar na câmara dos deputados homens já conhecidos e experimentados, homens que o povo já conhece, por menor estudo mesmo que deles tenha feito.

E quem são esses homens?

São os mesmos que restringiram, ou antes mataram a liberdade de crédito, reduzindo o nosso comércio ao mísero estado a que tem chegado.

São os mesmos que, para se poderem manter nas posições, fabricaram para sua reeleição uma lei de momento. [...]

São os mesmos que deram poder ao governo para acabrunhar mais as profissões com impostos novos e exagerados.

São os mesmos autores da monstruosa lei da guarda nacional, que fez degenerar esta bela instituição em instrumento do poder, sujeitando à chibata os homens do povo.

São os mesmos que reduzem o soldado brasileiro à degradação dos escravos.

São os homens da lei de 3 de Dezembro, pela qual se tornou a polícia o primeiro poder do estado, lei que matou completamente a inviolabilidade constitucional do cidadão, e o pôs a descrição dos chefes de polícia, delegados, subdelegados e até dos inspetores de quartelão. [...]

São os mesmos que, carregados de acumulações, ou sustentadores interessados delas, esbanjam por tal modo os dinheiros públicos, arrancados, entretanto, das fadigas e do trabalho do povo.

São, enfim, aqueles a quem se devem todos os males que sofre atualmente o país, e que do alto de seus palácios, adquiridos à custa dos empregos e influências de que têm gozado, olham com desdém para o povo, e o apelidam de *canalha*. [...]

O homem do povo seja pelo povo, e não se degrade a servir de manivela dos oligarcas que são os seus mais implacáveis inimigos.

Os *nobres* só se servem da *canalha* para instrumentos.

Mostre a *canalha* que este afrontoso epíteto cabe mais ao nobre improvisado, que tudo quer haver para seu egoísmo, do que ao agricultor, ao comerciante, ao artista, ao trabalhador, ao jornaleiro, e a todos esses homens do povo de cujo trabalho unicamente provém a riqueza pública.

Até o dia 30 é tempo para refletir. Exprimam desta vez as urnas a vontade da nação.²⁶

As insatisfações descritas nesse artigo de véspera natalina encontravam, naquela altura, completa correspondência com o que acontecia nas freguesias eleitorais do Rio de Janeiro. No dia 22, por exemplo, o *Atualidade* publicara que:

A comissão liberal da freguesia de Santana dirigiu aos seus comparoquianos uma circular, pedindo o apoio do voto de cada um deles para a lista de eleitores que a mesma comissão organizou.

Nessa circular a comissão não se limitou a um simples pedido de voto, sem exposição de motivos. Pelo contrário, formulou em proposições simples e claras as ideias que no seu entender devem ser defendidas pelo partido liberal.

Sentimos, por falta de espaço, não poder dar publicidade à circular; ofereceremos porém aos nossos leitores o programa, que é a parte essencial. Ei-lo:

Reformar a lei de 3 de Dezembro de 1841, tendo especialmente em vista: garantir a liberdade individual contra a prisão arbitrária e separar as atribuições judiciárias das da polícia;

Reformar a lei da guarda nacional, isentando-a do regulamento militar e libertando o cidadão do serviço ativo;

Facilitar o livre uso da propriedade e animar a indústria por meio do poderoso auxílio do crédito bem regulado;

Organizar e desenvolver a colonização nacional de preferência à estrangeira;

Regular o recrutamento em ordem a cumprir-se o preceito constitucional da justa distribuição deste grave imposto, coartando-se o arbítrio à autoridade;

Afrouxar os laços da centralização administrativa como o meio o mais eficaz de animar o progresso das províncias e de fixar solidamente a unidade do império.

Desenvolver o elemento municipal; tendo particularmente em vista as necessidades e os direitos do município neutro.

Tal parece à comissão a tarefa de maior urgência e de indeclinável necessidade, que na atualidade incumbe ao representante da nação.

A comissão reconhece que outros pontos de alta administração igualmente reclama a solicitude do legislador brasileiro.

Entre estes figura a *necessidade de melhoramento da instrução primária, bem como a do estabelecimento da instrução secundária, de que assaz carecem as classes menos favorecidas da fortuna.*

E aplaudindo as disposições cardeais do sistema eleitoral decretado em 1855, entende a comissão que a *eleição primária reclama do legislador brasileiro medidas que a abrigue, das fraudes e da interferência dos agentes da autoridade policial.*²⁷

Um dia depois, no *Diário*, vemos notícia de que, na Candelária e Santa Rita, foram publicadas circulares e listas de eleitores em nome da “liga constitucional”. Portanto, em dezembro de 1860, a capital imperial fervilhava com o trabalho de

²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 24/12/1860.

²⁷ *Atualidade*, 22/12/1860.

reuniões, comissões e a definição de um programa oposicionista que se aproximasse o máximo possível dos votantes. Reconhecendo-se como uma liga eleitoral ou ainda como representantes do partido liberal e suas antigas demandas, como descentralização administrativa e revogação da lei de 3 de dezembro de 1841, o que importava era que a oposição, no centro da nação, encontrava-se em algumas diretrizes e identificava-se em alguns nomes. Em quatro meses, tinha realizado uma verdadeira e provavelmente inédita campanha eleitoral.

Ao que tudo indica, as reuniões públicas começaram ainda no mês de agosto, certamente como uma resposta imediata à aprovação das reformas bancária e eleitoral. Causaram, de pronto, um alvoroço de novidade e apreensão:

O governo oprime, é justo que o povo respire.

As reuniões eleitorais são mais que um desafogo. Se esse é o único meio de se resistir ao arbítrio dos governadores, seja ele utilizado, como o tem sido, ampla, digna, sensata e prudentemente. [...]

Demais, essas reuniões têm uma grande vantagem – a de fomentar o interesse público pela política do país. Essa é a índole de nosso sistema de governo, essa é a força das monarquias constitucionais representativas.

Se a constituição do império é, como ninguém o pode contestar, mais democrática que monárquica, se é no povo que se afirmam as bases do trono, **é útil que os olhos da monarquia se habituem a esse espetáculo constitucional, para que o governo suspeito não leve a sombra desses ajuntamentos para estampá-las nas sanefas do paço com um espectro revolucionário.**

Trabalhe o povo e vote livremente. Sua defesa está na lei, não tenha medo das ameaças do poder.

Se essas reuniões nada conseguem já de positivo, servem ao menos para ficar como um protesto contra as tropelias de um governo insensato.

O protesto fica e mais cedo ou mais tarde, ante a atitude grave do povo nessas reuniões frequentes, onde o pensamento de cada um ache eco na inteligência de todos, o governo terá de recuar cedendo o passo ao direito e exalçando por sua ignomínia o triunfo da liberdade e da justiça. Agora, continuem o recrutamento.²⁸

Além das novas tropelias do governo, persistiam, segundo o *Diário*, a ameaça do recrutamento e todas as outras formas de abuso de poder em épocas eleitorais. Parece ter sido esse o assunto inicial que ligou os políticos da oposição diretamente ao “povo” nas reuniões, tendo em vista primeiramente as eleições municipais que ocorreriam em sete de setembro.

²⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 03/09/1860.

Saber ao certo quantas reuniões eleitorais aconteceram naqueles meses e qual o número de pessoas que tomou parte em cada uma delas tornou-se hoje uma tarefa difícil. A historiografia parece não as ter notado ou simplesmente as ignorou. Talvez não tenham sido organizadas o bastante para entrarem nos registros dos significativos espaços de debate, como as conferências radicais de fins dos anos sessenta, ou dos movimentos políticos de ação, como as sociedades regenciais.²⁹ Talvez tenham sido registradas oficialmente apenas em alguma ocorrência policial da Corte e esquecidas nos arquivos. Mesmo assim, não foram suficientemente insignificantes para serem ignoradas pela imprensa e pelos adversários.

Essa nova forma de ação política, que ultrapassava e muito os limites das tradicionais circulares e listas, pareceu estranha ao governo a ponto de ser questionada pelo ministro Ferraz na sessão do Senado de quatro de setembro. Em sua opinião, era muito suspeito que o senador Bernardo de Souza Franco tivesse presidido uma dessas reuniões “agitadoras” por aqueles dias. O guru da escola econômica liberal não demorou a responder que as reuniões aconteciam justamente para evitar a agitação do povo e preservar o exercício pacífico e livre do voto. Explicou que, para esse fim, a oposição nomeara comissões de homens distintos que deveriam colher os fatos para representar ao governo contra a violência de seus agentes subalternos, e dar aos perseguidos e violentados toda a proteção possível. Justificou ainda sua participação dizendo que lera nos jornais que outras reuniões tinham ocorrido em vários pontos da capital, presididas por senadores e conselheiros de estado, e que julgou seu dever, então, ajudar a manter a liberdade das eleições.³⁰

A acusação de Ferraz relacionava-se com a visão conservadora, predominante à época, de que o Senado deveria ser infalivelmente o fiador da estabilidade institucional e, para tanto, precisava manter-se longe das paixões políticas. Ficou conhecida a definição atribuída a Nabuco de Araújo nesse sentido:

²⁹ As definições de “espaços de debate” e “movimentos políticos de ação” são de CARVALHO, José Murilo de. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Para o autor, afora a imprensa, a tribuna e o relato isolado de conferências liberais em 1849, na Corte, as conferências radicais do fim dos anos sessenta foram os mais significativos espaços de debate público; cf. p.19-22. Há, na interpretação de Carvalho, uma preconceção de debate político que o considera incompatível com as ruas. Nenhuma notícia sobre as reuniões eleitorais de 1860. Se houvesse, talvez na classificação do autor elas se aproximassem mais dos movimentos políticos de ação, que “não eram prioritariamente centros de debate. [...] De suas reuniões partia-se com facilidade para as ruas. E nas ruas não se discute, grita-se”; p. 19.

³⁰Ver o resumo do debate de 04/09 na edição do *Diário do Rio de Janeiro* de 05/09/1860.

“o Senado não faz política; não se deve envolver na política do dia; constituindo um partido, não há resolução possível para os conflitos, senão a revolução”.³¹ Sendo assim, não devia ser pouca coisa que senadores andassem a discursar fora do Palácio do Conde dos Arcos, falando à “canalha” sobre programas políticos e o surgimento de um novo partido. Acompanhando as publicações do *Diário* e do *Atualidade*, temos notícia de pelo menos duas reuniões por mês no Rio de Janeiro, entre o início de setembro e as eleições primárias para deputados, em 30 de dezembro. Encontram-se em mais de uma ocasião os nomes dos senadores d. Manoel de Assis Mascarenhas e Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que parecem ter sido os principais organizadores e “agitadores” das reuniões, juntamente com Teófilo Ottoni e seus “pogyruns”. Assumindo tamanho destaque, não podiam deixar de comparecer no encontro mais importante daqueles dias. Sobre Mascarenhas, parece já redundante apontá-lo no meio de agitações oposicionistas desde 1858 – mas ainda é apenas o começo. Quanto a Vasconcelos, tinha sido um dos dois conservadores fora do círculo saquarema que o marquês de Olinda chamara para seu gabinete, em 1857. Parecia gostar de um barulho também.³²

Ao menos Ottoni e Vasconcelos estiveram presentes na paróquia de São José em 19 de novembro, para a reunião citada no início desta parte do capítulo. Foi o senador que pediu a palavra, não para moderar as paixões, mas para levar o discurso oposicionista ao limite da proposição de um novo partido:

³¹No cerne da concepção conservadora do senado, estava a vitaliciedade do mandato. José Antonio Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), reconhecido jurista conservador, assim tratou do senado em sua obra *Direito público brasileiro e análise da constituição do Império*: “A condição do caráter vitalício do senador é de alta importância para que bem satisfaça a sua missão. Uma vez escolhido está independente do povo e da coroa. **Está independente dos eleitores não só de uma localidade ou província, mas de toda e qualquer parte do Império; ele não tem que esperar ou temer das paixões populares**, deve atendê-las só quando justas e úteis. Está independente da coroa, pois que não é sujeito à nova escolha, nem ela pode dissolver o Senado e nem mesmo aumentar o número de senadores, embora pudesse desejar” (**grifo meu**). Cf. HORBACH, Carlos Bastide. “O parlamentarismo no Império do Brasil (I): origens e funcionamento”. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 43, n. 172, 2006; p. 7-22. A citação de Pimenta Bueno, como a de Nabuco de Araújo, encontra-se à página 16.

³²Francisco Diogo era irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, falecido estadista do Regresso, mas parece ter seguido convicções políticas diferentes. Curiosamente, ocupava a presidência da província de Minas Gerais quando, em 1854, a Assembleia Provincial aprovou autorização para que o governo mineiro adquirisse 1000 ações da Companhia do Mucuri, de Teófilo Ottoni – ver SILVA, Weder Ferreira da. *Colonização, Política e Negócios*, op. cit., p. 106. Pela mesma província, tornou-se senador em 1858.

Já Manuel de Assis Mascarenhas era senador pela província do Rio Grande do Norte desde 1850. Notabilizou-se como um dos mais ativos críticos do Ministério da Conciliação e de seu presidente. A partir de 1858, como ficou demonstrado em outra parte deste trabalho, juntou-se aos defensores da “escola liberal”, combatendo a influência de Rodrigues Torres na política econômica nacional.

Em uma das numerosas reuniões eleitorais que se tem feito no Rio de Janeiro o Sr. Senador Vasconcellos pronunciou um discurso em cujo final procurou caracterizar com as duas palavras da nossa epígrafe o partido progressista, cujas feições pouco e pouco vão-se desenhando. Constituição e progresso – é o principal característico do novo partido, segundo o nobre senador.

Eis aí em resumida síntese o programa de um partido. Conforme os comentários, os desenvolvimentos que se derem a esse programa bem poderá ele ser aceito pela máxima parte da população.

Todos aqueles que desejarem a conservação do sistema monárquico representativo, conforme o estabeleceu a constituição do estado, modificada pelo ato adicional, não podem repelir da nova bandeira a palavra – constituição.

Aceita-se sem dúvida a ordem de coisas atual, porque por enquanto ainda não desesperamos dela. Julgamos que, executada com boa fé, renunciadas certas pretensões anacrônicas, que faça-se o que se fizer, serão sempre ridículas na América, a constituição pode dar ao Brasil o engrandecimento moral e material a que tem direito.

O país quer antes de tudo conservação da ordem estabelecida. As comoções políticas não estão na sua índole nem nos seus interesses. Se a monarquia constitucional representativa for uma garantia de paz, de ordem e de liberdade, que dúvida teremos em aceitá-la e sustentá-la?

Os brasileiros amam sobretudo o seu país; querem o seu engrandecimento; desejam vê-lo marchar logo após as nações que mais se avantajam em civilização. Todos eles querem uma pátria rica, poderosa, respeitada pelo estrangeiro, uma pátria que possa inspirar orgulho a seus filhos.

Mas antes de tudo isso o brasileiro quer ser livre, quer que seus direitos individuais sejam respeitados; quer que todos os poderes políticos reconheçam sua origem popular, e na gestão dos negócios públicos tenham em vista unicamente o interesse geral.

Se a constituição for executada de modo que contrarie estas ideias, não pode agradar à população. E como a constituição não é mais do que um modo pelo qual se revelou a soberania popular, é claro que acima dela está a causa que a produziu, está a soberania da nação que poderá modificá-la como quiser.

O novo partido, cujas ideias estão se elaborando na nossa sociedade, não tem razão, portanto, para deixar de inscrever na sua bandeira a palavra constituição, uma vez feitas estas necessárias reservas.

Julgamos que enunciando-nos desse modo falamos linguagem verdadeiramente constitucional, que a ninguém pode desagradar. Um partido de futuro, um partido que tenha por fim principal o bem geral do país, não pode, segundo pensamos, repelir estas ideias.

O progresso, segunda expressão do programa, é uma ideia que de boa fé ninguém pode rejeitar. Progresso na ordem moral e na ordem material é o que todos desejam. O progresso está nas tendências da nossa natureza moral; é uma consequência necessária de liberdade civil, política e religiosa.

Esta palavra do programa é sem dúvida uma das ideias fundamentais do partido que tende a organizar-se.

É entretanto indispensável que sejam formuladas as modificações desejadas na nossa legislação no sentido progressista.

Os trabalhos da imprensa e a nova câmara muito concorrerão para bem depressa chegarmos a esse resultado.³³

Infelizmente, só alcançamos essas reuniões eleitorais de 1860 pelos vestígios da imprensa política. São obviamente meios enviesados de se recuperar eventos tão importantes para o argumento deste capítulo e que se quer tão determinantes para a época. Todavia, nem por isso deixam de serem fontes válidas. Para a análise histórica, os periódicos não são meios de saber como tudo realmente aconteceu na

³³ *Atualidade*, 24/11/1860.

reunião de São José ou na atuação de Ottoni na igreja de Santa Rita, mas são indicadores de uma transformação em curso, que necessariamente encontravam alguma correspondência na realidade social e nas disputas políticas. No caso, a transformação de políticos em líderes que representavam o “grito do comércio”, no que se referia à questão bancária, e o “triumfo popular” nas ruas, no momento das eleições. Na junção dessas duas frentes de representação, alguns anteviam o surgimento de um novo partido, de “sentido progressista”.

Mostrou-se até aqui como, entre 1858 e 1860, no contexto de reelaboração do discurso partidário, que envolveu jornais e debates parlamentares, constituiu-se um antagonismo mais geral que se expressou no par de conceitos “escola liberal” e “oligarquia”, relacionados com as diferentes concepções de política e economia envolvidas na questão bancária e com tópicos da tradição partidária da década de 1840. Embora a historiografia esteja repleta de referências à ligação entre as insatisfações com a questão bancária e o surgimento da liga/partido progressista, nunca se explicou convincentemente a passagem de uma situação à outra. Muito provavelmente isso tenha se dado pela tendência a menosprezar-se o assunto, resumindo-o a um partido parlamentar que não deu certo. Esse é um grande equívoco que acabou por obliterar algumas inovações na política daquele período as quais começaram antes e foi muito além da pronúncia desse nome no interior do Parlamento.

O acúmulo de experiências foi importante, pois transformou radicalmente os horizontes de expectativas dos liberais do Império do Brasil.³⁴ Seu significado não se limita a ser uma continuação da Conciliação ou o resultado da união de dissidências liberais e conservadoras no parlamento. Não se limitou ao protagonismo e personalismo de alguns líderes nas ruas e tribunas, nem à circulação de alguns jornais. Ao contrário do que quer a historiografia política sobre o Império, também não se resumiu à sucessão de gabinetes frustrados entre 1862 e 1868. A experiência progressista teve a ver com a contestação da ordem e das concepções que o Regresso conseguira emplacar na década de 1840, uma contestação que dessa vez não terminou em luta armada, como acontecera em 1842 e 1848, e desdobrou-se

³⁴ Aqui, a referência é KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006; p. 305-327.

em novas práticas eleitorais e arranjos parlamentares que surtiram efeitos imediatos. Nesse sentido, sua primeira e talvez maior demonstração tenha sido a eleição de 1860 na Corte, com suas reuniões, comissões e programas eleitorais que buscavam abranger as antigas demandas liberais (garantias às liberdades individuais, descentralização), que falavam mais alto aos votantes, bem como as novas demandas por liberdade de crédito vindas do grande comércio. Práticas que começaram a embasar uma nova ideia de partido.

Entretanto, mais do que práticas, a noção de experiência quer denotar também mudanças no entendimento da função da política e de sua abrangência na sociedade imperial, algo que foi mais sorrateiro e vagaroso, mas que não aconteceria sem o acúmulo do que passou a ser vivido pela oposição, pela escola liberal no final da década de 1850. Algo que a historiografia há tempos intuiu como “renascer liberal” e que tem menos a ver com a sucessão de gabinetes do que com sentimentos, ideias e intenções. Talvez por serem mais da ordem das sensibilidades, essas mudanças sejam melhores captadas por um escritor em seu trabalho literário com a memória. Para encerrar esta parte, tome-se mais uma vez o texto de Machado de Assis citado anteriormente, no qual ele recorda o início de seu trabalho jornalístico em 1860:

Era a tarde da oligarquia, o crepúsculo do domínio conservador. As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, **a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Ottoni, nem os lances, cenas e brados de tais dias.** Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Ottoni, perto da matriz do Sacramento. Ottoni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso verídica e honesta em tudo o mais da vida, que ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado. Não mofes desta insistência pueril da minha memória; eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, - se é que é podre, se é que é mesmo palha.³⁵

³⁵ ASSIS, Machado de. “O Velho senado”, op. cit., p. 125-126, grifo meu.

Advertência final da qual o historiador da política pode tirar uma grande lição do escritor memorialista: os eventos e a experiência excepcionais das eleições de 1860, vivamente ressaltados mesmo quatro décadas depois, não são arranhados nem diminuídos pela concomitância de antigas e supostamente condenáveis práticas. Não deixa de ser, no fim das contas, uma advertência contra o anacronismo que tanto predomina nas análises sobre a origem do sistema representativo ou sobre o partido progressista.

Sem mofar das palhas podres, o restante do trabalho será um estudo da formação da experiência partidária progressista, continuando a análise da imprensa, acrescida da leitura em série dos debates parlamentares. A união parlamentar que se configura em 1861 é o ponto de chegada de um processo que se iniciara ainda na legislatura anterior, mas principalmente nas ruas e freguesias da Corte durante o processo eleitoral. A aproximação de antigos conservadores e liberais em uma liga, ou em uma espécie de “centro parlamentar”, como sugeriu Zacarias de Góis e Vasconcelos pouco tempo depois, em meio aos intensos debates da verificação de poderes dos deputados eleitos, ensejou a possibilidade de uma total reconfiguração do entendimento da política partidária no Império.

As lideranças parlamentares e a disputa pela legitimação das eleições: a sustentação da liga e a proposta de um centro

Existem meandros da vida parlamentar quase impossíveis de se recuperar, os quais todavia são muito mais determinantes para o funcionamento do Estado do que discursos e votações – aliás, nem discursos nem votações aconteceriam sem esses procedimentos invisíveis nos registros oficiais. Conversas de corredores, ofertas e reprimendas, insinuações na antessala do plenário, conchavos, alianças e traições a portas fechadas, desavenças mal resolvidas e que acabam por estourar de alguma maneira em um jornal, em uma carta ou confissão particular. Há muito mais do que altos assuntos movimentando esses bastidores e as tramas não se resumem às adjacências do salão principal da Câmara ou do Senado. Um incidente na sala dos chapéus do Palácio do Conde dos Arcos, quando senadores já se dissipavam após uma sessão, pode dizer muito sobre um momento político. Alguns safanões, mais ainda.

Que d. Manoel de Assis Mascarenhas era um provocador, já parece desnecessário repetir. Entretanto, mesmo os coevos que conhecessem bem o seu ânimo e trouxessem vivas na memória as suas mais agudas intervenções na tribuna – como a que colocara em questão a origem de toda a riqueza acumulada por Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente do Ministério da Conciliação –, mesmo essas pessoas devem ter se surpreendido com o desfecho daquele 27 de maio de 1861. Em 1854, o marquês de Paraná chegou a dizer que a provocação de Mascarenhas era digna de ser reparada com um duelo, se esse fosse um costume nacional. Sete anos depois, o ofendido da vez não se conteve tanto. Como dispunham d’*O Correio da Tarde*, a versão conservadora do ocorrido foi a primeira a se espalhar, pouco depois do expediente dos senadores, que costumava durar das onze horas da manhã até três da tarde:

O Sr. senador Ferraz, insultado hoje no senado, pelo seu colega o Sr. Manoel de Assis Mascarenhas, procurou-o no fim da sessão na sala dos chapéus, e aí agarrando-o, perguntou-lhe se sustentava o que havia dito em público; respondeu-se-lhe por uma evasiva; mas a injúria era formal; e não podendo o Sr. Assis Mascarenhas deixar de sustentar, recebeu do Sr. Ferraz *um bofetão*.

A este *argumento* o Sr. Manoel de Assis humilhou-se; porém chegando outros senadores, cobrou ânimo e desforçou-se em atirar sobre o Sr. Ferraz a água que estava dentro de um copo! Tal era o estado de perturbação em que ele se achava.

Rodeado por diversas pessoas, seguro de que nada mais lhe sucederia, dirigia em altas vozes palavras insultosas ao Sr. Ferraz.

É este homem pacífico o quarto senador a quem o Sr. Assis Mascarenhas enfurece a semelhante ponto, com os seus insultos.

O procedimento do Sr. Ferraz seria talvez censurável, se o Sr. Manoel de Assis não tivesse já por três vezes recusado duelos.

Não bastaria a paciência de um santo, para sofrer com resignação as injúrias de semelhante homem.³⁶

O autor de tão eloquente “argumento” era ninguém menos que Ângelo Muniz da Silva Ferraz, responsável direto pelo recrudescimento da questão bancária, com a aprovação da lei dos entraves. Não era mais ministro desde dois de março, quando subiu um novo gabinete chefiado pelo marquês de Caxias, mas ainda gastava o verbo no Senado para defender suas medidas e, além disso, justificar a normalidade da troca de ministérios.³⁷ Com o início do ano parlamentar, em três de

³⁶ *O Correio da Tarde*, 27/05/1861, itálicos no original.

³⁷ O Gabinete 2 de março teve, na pasta do Império, Francisco Saião Lobato (interino), José Antonio Saraiva e, a partir de 10/07/1861, José Ildfonso Souza Ramos; na Justiça, Francisco Saião Lobato; nos Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos (interino), Antonio Coelho de Sá e Albuquerque e, a partir de 10/07/1861, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques; na Fazenda, José Maria da Silva

maio, d. Manoel logo se apresentou como um de seus mais persistentes questionadores. As agressões do fim do mês foram o ápice de uma tensão constante. Mascarenhas fez questão de registrar sua versão na tribuna, dois dias depois do ocorrido:

Tive ontem ardente desejo de vir ao senado, mas era tal o meu estado que não pude sair de casa; hoje eu não faltaria por certo, custasse o que custasse. [...]

Serei breve.

Na sessão de anteontem, quase no fim da hora, principiei eu a falar, analisando um discurso proferido nesta casa pelo Sr. senador pela província da Bahia. Logo no princípio S. Ex. o Sr. presidente advertiu-me de que eu não podia servir-me da palavra *escândalo*, referindo-me aos membros desta casa; eu nenhuma observação fiz a isto e prossegui no meu discurso.[...]

Terminando eu o meu discurso por estar a hora muito adiantada e não querer continuar a fatigar os meus colegas que se dignaram honrar-me com a sua atenção, o Sr. senador pela Bahia levantou-se e, pedindo a palavra pela ordem, perguntou ao Sr. presidente se por ventura era lícito que um senador insultasse os seus colegas, ao que o Sr. presidente, se bem me recordo, respondeu pouco mais ou menos pelas seguintes palavras: “Que no meu discurso S. Ex. não tinha achado insultos”.

Terminando a sessão, indo eu buscar o meu chapéu para retirar-me, fui agredido da maneira a mais traiçoeira e violenta pelo Sr. Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que, dirigindo-se a mim. Deu-me uma grande pancada na testa de que ainda tenho sinal. Nenhuma arma tinha para defender-me, porque decididamente se nessa ocasião tivesse um punhal eu o teria cravado no agressor; vendo ao pé de mim uma salva com copos, lancei mão de um deles e atirei sobre ele.³⁸ [...]

Ambos os lados concordavam com a ordem dos acontecimentos e disputavam a sua interpretação. Contra a pecha de covarde, d. Manoel declarou que, se estivesse disposto a cometer um crime, não apenas desafiaria seu oponente, mas o mataria e teria que enfrentar as consequências legais. E valeria a pena?

Não; um católico, um pai de família, um juiz, um senador do império que conta quase cinquenta e cinco anos de idade, havia de manchar a sua vida com um homicídio? Havia de legar um triste exemplo a seus filhos? Havia de acabar os seus dias dentro de uma prisão? Não era possível; eu mesmo teria depois remorsos de ter morto um homem que é também pai de família, apesar de me ter agredido. O que fazer neste caso? Dar conta do fato ao país, não deixar nada oculto.³⁹

Mais do que uma indisposição particular, a briga na sala dos chapéus foi consequência de um momento quente no Parlamento. A disputa discursiva, que

Paranhos; na Marinha, Joaquim José Inácio; na recém criada pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, trabalharam Joaquim José Inácio e, a partir de 21/04/1861, Manuel Felizardo de Sousa e Melo. O marquês de Caxias acumulou com a presidência do conselho a pasta da Guerra.

³⁸ AS, 29/05/1861.

³⁹ *Idem*.

extrapolou para as vias de fato, acontecia, na verdade, entre dois grupos políticos. Atacando Ferraz e sua política de restrição, Mascarenhas apresentava-se como um dos chefes, no Senado, do grupo de descontentes que se formara durante a recente corrida eleitoral. O ex-presidente do conselho de ministros, por sua vez, colocava-se como porta-voz dos conservadores, que buscavam ainda legitimar sua política econômica e a subida do gabinete Caxias, ocorrida no recesso parlamentar. Em uma das vezes em que os dois sustentaram uma discussão durante o mês de maio, Ferraz falou:

Senhores, a retirada do ministério foi em consequência de divergências sobre o seguinte ponto: a satisfação de ouvir pela boca de um dos nobres membros desta casa que nos combateu em oposição a confissão e que nossas circunstâncias era melindrosas, e muito melindrosas. A agitação que se deu durante o período eleitoral impressionou muito alguns espíritos, e o próprio nobre senador pela província do Rio Grande do Norte [d. Manoel Mascarenhas] testemunhou nesta casa em seu discurso que um cidadão eleito deputado pelo município da corte tinha prestado nessa época muitos serviços à causa da ordem.

A agitação sem dúvida alguma acalmou-se, mas depois desse período, que é sempre de crise em todos os países, muitos ânimos ficaram sobremodo impressionados e temerosos, e ainda hoje se acham, e as próprias palavras do nobre senador pela província do Rio Grande do Norte proferidas na última sessão não deixam de fundar essas impressões desfavoráveis: ele nos declarou que o seu fim era derribar a oligarquia, e para o conseguir havia de lançar mão de todos os meios a seu alcance, de reuniões e *da própria agitação*; **o nobre senador pela província do Rio Grande do Norte é a figura mais proeminente e a cabeça mais iluminada da liga a que pertence o nobre senador pelo Pará [Bernardo de Souza Franco], e não podemos deixar de crer nas suas revelações e nas suas ameaças; porque, façamos-lhe justiça, quando fala, fala sempre com o coração nos lábios.**⁴⁰ (Anais do Senado, 23/05/1861, grifos meus)

Mesmo que usasse um pouco de ironia para descrever seu adversário, é inegável que Ferraz reconhecia d. Manoel como uma eminência da liga. Sua participação nas reuniões públicas da Corte havia sido notória e, agora, dentro do Senado, tomava a frente da defesa da legitimidade de todo o processo eleitoral. Era um posicionamento importante, pois naqueles dias aconteciam os debates de verificação dos poderes dos deputados e rondava as discussões o argumento de que a oposição só vencera na capital do Império valendo-se de agitação social que beirou a desordem e ameaça. Contra essa visão, d. Manoel apresentou-se na sessão de 20 de maio com um discurso que historiava a oposição desde a época do gabinete Abaeté-Torres Homem até a liga eleitoral vitoriosa, e que afrontava a “oligarquia”:

Quando, senhores, se verificou o triunfo da liga na corte, a oligarquia, por algum tempo aterrada da estrondosa derrota que inesperadamente sofrera, voltou a si, tomou fôlego, e dirigiu as *famosas* circulares que apareceram nos jornais. O triunfo seria maior, senhores, se as eleições

⁴⁰ AS, 23/05/1861, grifos meus.

nas províncias fossem feitas depois das da corte. Foram, porém, chegando sucessivamente as notícias da eleição das diferentes províncias, e então a oligarquia e o ministério viram que podiam contar com maioria na câmara temporária. [...]

Forte oligarquia! Mas eu não a deixarei até o último momento; já agora, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos. (Riso)

Não deixarei a oligarquia enquanto puder continuar a mostrar o que ela é. Ainda me recordo do que disse em um dos *meetings* a respeito dela, servindo-me das expressões do Sr. visconde de Albuquerque. Os aplausos foram tantos que pensei que o Pavilhão Fluminense viesse abaixo.

Meus senhores, não se confundam com quem não podem confundir-se; não tenham a ousadia de querer comparar-se a quem está muito alto, e a quem tributamos o maior acatamento, a mais sincera adesão. Pois deveras quem combate a oligarquia ataca o trono? Outro ofício, meus oligarcas.

Nós queremos as instituições tais quais elas são, e havemos de envidar tudo para que elas voltem à sua antiga pureza. Vós, Srs. oligarcas, sois a principal causa da degradação e do descrédito do sistema representativo. Vós atacastes outrora a pessoa irresponsável, e ainda no periódico *Tres de Maio* ela não foi poupada, só porque fazia parte do ministério o Sr. senador pelo Pará [Bernardo Souza Franco]. Hoje sois os monarquistas por excelência e nós anarquistas! Mandastes escrever que o triunfo da liga na corte era prelúdio de uma grande revolução; que se devia o governo preparar para a discussão da verificação de poderes de deputados; que o povo afluiria em grande número às galerias e que coagiria os representantes da nação. Que embustes, que mentiras, que falsidades, que calúnias!⁴¹

Nessa defesa da liga, d. Manoel não estava isolado entre os senadores. Além de Souza Franco, Vasconcelos e de Dantas, figuras recorrentes nos meetings eleitorais ao lado de Mascarenhas, algumas novas vozes se juntavam. Naqueles dias em que se discutia a situação do país após as recentes eleições, tomou a palavra em prol do novo agrupamento o visconde de Jequitinhonha, Francisco Jê de Acaiaba Montezuma, político baiano cuja atuação pública remontava à época da independência. Chancelado pela experiência de quem viveu as turbulências do Primeiro Reinado e das Regências e acompanhou o estabelecimento do reinado de Pedro II, Jequitinhonha começou por dizer que a Fala do Trono havia sido corretíssima ao constatar que a tranquilidade pública não vinha sendo alterada, e ainda emendou que raras vezes o Brasil tivera situação mais pacífica.⁴² Tratando dos partidos, que são o que “denunciam o estado convulsivo ou calmo do país”, apontou para dois: “um conservador puritano [...]”; e o outro, o partido da liga”. Se o primeiro

⁴¹ AS, 20/05/1861.

⁴² AS, 27/05/1861.

dispensava apresentações e não causava receio quanto à segurança pública, pois “prefere a ordem a tudo”, o partido da liga merecia um pouco mais de consideração:

Vejamos, Sr. presidente, o outro partido, o partido da liga. Conservadores de um lado e liberais do outro, caminharam uns para os outros, e onde se encontraram aí uniram e aí ficaram. Não pode também esse partido de forma alguma tender a perturbar a tranqüilidade pública...

O Sr. Souza Franco: - Apoiado.

O Sr. visconde de Jequitinhonha: - ... este partido, portanto, não pode deixar de tender para a prosperidade e felicidade nacional.

O Sr. Souza Franco: - Apoiado.

O Sr. visconde de Jequitinhonha: - ... este partido, portanto, não pode ter em seu seio germens de dissolução para a nossa pátria; e, se bem o interpreto, se bem o conheço ou posso decifrar o que é o partido da liga, direi, senhores, que ele não é senão a expressão da conciliação aplicada aos princípios políticos e administrativos.

Os Srs. Vasconcelos e Dias de Carvalho: - Apoiado.⁴³

Como se vê, o tópico da conciliação era ainda inevitável. Depois de d. Manoel acusar os conservadores de atacarem o imperador e destruírem a ideia conciliatória colocada em prática no gabinete Olinda-Souza Franco, Jequitinhonha aparecia para teorizar a “conciliação de princípios” conservadores e liberais que a liga representaria. O marquês de Olinda, aliás, seria a maior garantia desse equilíbrio apontado pelo orador:

Senhores, quando eu reflito que à testa deste partido da liga está um muito distinto estadista do nosso país, distinto por sua idade, distinto pelas altas comissões e empregos que tem exercido no país, senador do império, ministro muitas vezes, conselheiro de estado, e sobretudo ex-regente em tempos calamitosos, devo dizer que este partido dá um seguro fiador de que não pode por modo algum tender a perturbar, a sacrificar, nem os interesses da ordem, nem os interesses da liberdade.⁴⁴

Tendo em vista que os “ministérios puramente conservadores” vinham encontrando dificuldades em firmarem-se, que dois de seus chefes haviam recusado participar da última organização e que Ferraz, identificado como um dos “jovens conservadores puritanos”, falhara na manutenção de seu gabinete, Jequitinhonha afirmava que “o partido da liga é o único que convém ao país, é o partido da situação em que nos achamos”. No entanto, isso não deveria significar uma simples entrega do poder para a oposição, não se tratava da substituição de um grupo por seus adversários. A liga seria uma espécie de síntese necessária no desenrolar político das nações, embasada pela experiência inglesa, por exemplo:

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Idem.*

A nossa situação é a mesma desse grande país, em meu conceito, tipo do sistema representativo. Não é possível, proclama-se geralmente, que os Derby e os Disraelis governem o país; ele não o suportaria. Entrarei no exame das causas, senhores? Não, porque não é este o lugar, nem tenho forças bastantes para entrar em tais arcanos da política; mas refiro unicamente o fato: não é possível; é preciso a modificação dos partidos conservadores, é preciso que eles reneguem algumas de suas máximas...

O Sr. Vasconcelos: - Apoiado.

O Sr. visconde de Jequitinhonha: -... é preciso que eles se tornem maleáveis, dóceis inteiramente e apropriados para poderem ver o estado e a situação do país, que se convençam das necessidades palpitantes da época, para que, assim instruídos pela experiência, assim compenetrados da necessidade de ceder a causas tão poderosas, possam ver o que atualmente não veem, e por consequência evitar os perigos de uma administração que não seria senão uma verdadeira reação. E o que trouxe, senhores, o partido da liga? Exatamente esse amálgama, essa conformidade, esse acordo.⁴⁵

Os dois nomes citados são de Edward George Smith-Stanley (1799-1869), 14º Conde de Derby, um dos mais atuantes líderes do partido conservador britânico, três vezes primeiro-ministro, e Benjamin Disraeli (1804-1881), 1º Conde de Beaconsfield, também um eminente conservador britânico, primeiro-ministro em duas ocasiões. Montezuma não condenava o conservadorismo, pelo contrário, atribuía a ele um peso fundamental no equilíbrio social. Sugeria, contudo, que o momento histórico não era de predomínio do princípio conservador, dos grandes estadistas que falavam em nome desse partido. Seria, sim, a hora de a sociedade aceitar reformas com prudência, conduzidas por políticos dispostos a preservar e melhorar, conciliando princípios.

Quer que eu descreva com linhas mal traçadas a fisionomia da nação brasileira pelo que diz respeito à política interna e externa? Se V. Ex. me permite, eu o farei em muito poucas palavras. É tal, Sr. presidente, o respeito que tenho a coisas desta ordem, a manifestações tão importantes, a desenhos tão excepcionais, tal é o respeito que presto, que julguei necessário trazer por escrito: “Simultaneamente liberal, acautelado e conservador, com critério, crê o país que suas instituições são boas no seu todo, e por isso opõe-se a toda mudança ou reforma de prima importância ou de verdadeira magnitude;” mas nenhuma adesão pronunciada tem, senhores, às disposições por menor de sua legislação. “Está pronto a alterar tudo que se provar que necessita de alteração, e ansioso aceitará o substituto que se julgar mais apropriado”. Ora, é ou não é esta a situação do nosso país? Estamos ou não estamos contentes com as instituições que nos regem? Somos ou não somos conservadores com critério? Desempenhamos ou não, Sr. presidente, a máxima de muita sabedoria do ministro inglês: *Dispositions to preserve, ability to improve?* Disposição para conservar e habilidade para melhorar, eis o estandarte do verdadeiro homem de estado; e acrescentarei do verdadeiro homem de estado brasileiro, na época em que nos achamos, pois é

⁴⁵ *Idem.*

exatamente esta a situação, a fisionomia do nosso país pelo que diz respeito à constituição, e pelo que diz respeito a reformas de prima importância em nossa legislação.

O Sr. Souza Franco: - Apoiado.

O Sr. visconde de Jequitinhonha: - Venham essas reformas, apareça a prova de que na realidade essas leis não satisfazem os fins para que foram votadas, e prontamente o país aceitará as reformas.⁴⁶

Sempre mirando a Inglaterra, ele via com empolgação a liga brasileira:

[...] nesta parte temos a mesma feição política que tem a nação mais importante do mundo, a nação que tem servido de padrão ao governo representativo. Aquilo que acabei de ler ao senado não é imaginado por mim, é justamente a tradução fiel daquilo que diz um escritor profundo da Inglaterra atualmente, e declara ele que esta é a feição, a fisionomia daquele grande povo no tempo que corre. Lisonjeemo-nos, Sr. presidente, porque uma nação nova, como é o Brasil, muito deve encher-se de orgulho de que, no berço de suas instituições, se acha já em tal estado de virilidade intelectual que pode bem compreender sua situação e suas necessidades, a fim de aplicar as medidas convenientes para se manter e consolidar.⁴⁷

Bem longe dessa empolgação e principalmente do discurso reformista, mesmo que moderado, estavam os conservadores “puritanos”. Candido Borges foi um dos que discursou mais demoradamente em defesa do gabinete Caxias e do princípio conservador, contestando veementemente qualquer possibilidade de reforma:

Temos, pois, Sr. presidente, um ministério organizado parlamentarmente, temos um ministério que com toda a franqueza declara sustentar a opinião política triunfante nas urnas, e eu não vejo que os nobres senadores, que provocam a cada instante um novo programa, tenham razão, a menos que não queiram colocar o governo em um ponto extremo de política determinada, ponto extremo que não pode e nem deve ser aceito, senão em circunstâncias extremas; mas eu disse, há pouco, que as épocas não eram as mesmas, as circunstâncias do país não são sempre as mesmas.⁴⁸

Sua visão do papel institucional do partido conservador não deixava muito espaço para uma acomodação de interesses, como gostaria de ver o visconde de Jequitinhonha. Para Borges, seu partido era o legítimo garantidor da ordem e deveria reagir a todos os excessos de que apenas os liberais seriam capazes:

[...] Senhores, o partido conservador é sempre aquilo que o partido liberal quer que ele seja.

O Sr. Dias de Carvalho: E vice-versa.

O Sr. Candido Borges: Repetirei para o nobre senador ouvir bem: o partido conservador é sempre o que o partido liberal quer que ele seja.

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *AS*, 29/05/1861.

O Sr. Dias de Carvalho: E vice-versa.

O Sr. Candido Borges: Se a constituição do estado não está ameaçada, se as atribuições do poder moderador continuam a ser exercidas livremente, como o determinou a lei fundamental do estado, se não se exige revolucionariamente uma assembleia constituinte, a dissolução do conselho de estado e a reforma da lei de 3 de dezembro; se tudo isso não é exigido em campo de batalha, o partido conservador é o mais dócil, o mais moderado e o mais pacífico que é possível. Mas, Sr. presidente, se as circunstâncias fossem, ou desgraçadamente forem inversas, querer-se que ele e o ministério cruzem os braços, conservando-se em completa inação, é exigir um suicídio, é, ainda mais, exigir que ele atraia ao país e à coroa.

Tenho fé viva, Sr. presidente, em que no atual chefe do gabinete encontrar-se-á um homem constantemente moderado, amigo da lei, amigo da justiça e amigo da paz; mas, se por nossa desgraça, o que Deus não permita, as paixões se agitarem, se a anarquia conseguir suplantar as regras da lei, espero também que encontrar-se-á em S. Ex. o general distinto acostumado a debelar, como disse o nobre senador a quem me dirijo, a anarquia.⁴⁹

A associação dos liberais com a anarquia e a desordem, principalmente no que se referia ao processo eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, foi de fato uma constante nas discussões parlamentares do primeiro semestre de 1861. Entre os diversos apartes que deu a Candido Borges naquele dia, Souza Franco rebateu: “V. Ex. está fazendo por agitar as paixões; este é o seu desejo”.⁵⁰ Contudo, o conservador não se abalava. Entrando em polêmica com Montezuma, questionava a análise que o senador baiano fizera sobre a aproximação de conservadores e liberais e concluía:

Ficamos portanto sabendo que conservadores liberais e conservadores com critério é uma e a mesma coisa, e que estes conservadores se acham ligados com os liberais, que são todos acautelados; o que nos resta, portanto, é que cedo apareça o programa que deve regular os atos desse partido. Mas o que acho muito notável é que semelhante liga de conservadores e liberais pleiteasse já uma eleição, que pudesse arregimentar adeptos sem saberem quais eram os princípios reguladores de sua política.⁵¹

Voltava à questão das eleições, sugerindo que o novo agrupamento, que em sua opinião não havia tido tempo nem de pactuar seus ideais, só poderia ter alcançado sucesso nas urnas por meios questionáveis. E não adiantava o combativo Souza Franco fazer-se ouvir mais uma vez desde as cadeiras da oposição: “Não viu o programa de Santana?”. Ainda era insuficiente para Candido Borges, que fazia pouco da articulação eleitoral ligueira: “[...] permita-me que lhe diga que desde já

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ *Idem.*

faço má ideia de uma liga que tem um programa todos os meses; teve um naquela ocasião, este programa já não serve, amanhã há de aparecer outro”.⁵²

Sendo um partido novo e sem princípios ainda consolidados, a liga só conseguiu, na visão de Borges, eleger os três deputados do círculo da Corte na base da fraude e da violência. Sua maior provocação aos adversários ocorrera em um ponto um pouco anterior de seu discurso, direcionando-se uma vez mais para Souza Franco: “E o nobre senador que vive na capital do império crê deveras que se houvesse liberdade de voto, se a lei fosse mantida, a eleição daria o resultado que deu?”. Por essa o senador ligueiro não esperava; só conseguiu soltar de imediato um “essa é boa!”.⁵³

Em uma contestação mais elaborada, Souza Franco poderia ter invertido o argumento e jogado o abuso da violência para o lado conservador, como vinha fazendo a imprensa liberal desde a campanha eleitoral. Não adiantara o ministro da Justiça garantir total isenção na condução do processo, até por que, para agravar a desconfiança oposicionista, a maioria parlamentar havia aprovado uma reforma eleitoral em agosto de 1860, a qual o gabinete Ferraz decidiu implementar já nas eleições do fim do ano. A Lei dos Círculos aprovada pelo Gabinete da Conciliação só vigera uma vez, no pleito de 1856, experiência que foi suficiente para que a

⁵² *Idem*. O programa da freguesia carioca de Santana foi uma das iniciativas da liga constitucional que tomaram as ruas da capital durante a corrida eleitoral de 1860. Já foi citado nesta tese conforme divulgado pelo Actualidade de 22/12/1860 e agora o é novamente, a fim de reforçar sua importância: “Reformar a lei de 3 de Dezembro de 1841, tendo especialmente em vista: garantir a liberdade individual contra a prisão arbitrária e separar as atribuições judiciárias das da polícia; Reformar a lei da guarda nacional, isentando-a do regulamento militar e libertando o cidadão do serviço ativo; Facilitar o livre uso da propriedade e animar a indústria por meio do poderoso auxílio do crédito bem regulado; Organizar e desenvolver a colonização nacional de preferência à estrangeira; Regular o recrutamento em ordem a cumprir-se o preceito constitucional da justa distribuição deste grave imposto, coartando-se o arbítrio à autoridade; Afrouxar os laços da centralização administrativa como o meio o mais eficaz de animar o progresso das províncias e de fixar solidamente a unidade do império. Desenvolver o elemento municipal; tendo particularmente em vista as necessidades e os direitos do município neutro.

Tal parece à comissão a tarefa de maior urgência e de indeclinável necessidade, que na atualidade incumbe ao representante da nação.

A comissão reconhece que outros pontos de alta administração igualmente reclama a solicitude do legislador brasileiro.

Entre estes figura a necessidade de melhoramento da instrução primária, bem como a do estabelecimento da instrução secundária, de que assaz carecem as classes menos favorecidas da fortuna.

E aplaudindo as disposições cardeais do sistema eleitoral decretado em 1855, entende a comissão que a eleição primária reclama do legislador brasileiro medidas que a abrigue, das fraudes e da interferência dos agentes da autoridade policial.”

⁵³ *Idem*.

bancada conservadora eleita trabalhasse para modificá-la. O principal ponto, pelo qual ficou conhecida a reforma de 1860, foi a ampliação da representatividade dos círculos (distritos) eleitorais de um para três deputados. Todavia, o que pareceu mais acintoso à oposição foi a capacidade dada ao gabinete de redefinir os círculos eleitorais de todo o Império, redesenhá-los conforme novas conveniências a quatro meses de uma nova eleição. O receio e a indignação dos contrários à inovação ficaram bem expressos em um discurso de Saldanha Marinho, um dos eleitos pelo círculo da Corte, em meio aos debates da verificação dos poderes:

[...] O plano combinado dos distritos de três círculos não deixou alguém em dúvida a respeito do resultado, muito principalmente quando o governo, dominado por quem promovia a nova reforma eleitoral, pedia ele mesmo a faculdade de fazer a divisão dos distritos.

A execução da lei de 1860 veio provar que todas as previsões contra ela, que tudo quanto se supôs teria de acontecer, se realizou.

Em sessão de 2 de agosto do ano passado o Sr. conselheiro Nabuco, quando no senado se discutia essa lei, proferiu as seguintes e notáveis palavras:

“Com a lei de eleições que vai ser promulgada nada menos fazeis do que constituir o governo juiz em sua própria causa, fazendo ele a eleição a seu prazer, quando, entretanto, a eleição é o certame entre o governo e o país”. [...]

O governo não se contentou com a divisão dos distritos a seu jeito, foi além; não se descuidou da escolha de câmaras municipais apuradoras, porque o ministério passado e os homens que o apoiavam por lucro eleitoral não procuravam quem desse diplomas legítimos, queriam somente forjas de diplomas.⁵⁴

Dada a situação aparentemente desfavorável, foi deveras significativa a vitória da “liga constitucional” no coração do Império. Nunca antes na história eleitoral do país o governo sofrera uma derrota na Corte, mas, dessa feita, ela veio de forma fragorosa nas eleições primárias, que definiriam o colégio eleitoral da capital. O triunfo oposicionista logo se revestiu de grande simbolismo em razão das proporções que acabou assumindo. Isso porque, nessa primeira fase das eleições, a liga conseguiu derrotar seus dois antagonistas: o ministério e os chefes saquaremas. A vitória sobre aquele é anunciada pelo *Correio Mercantil* do dia 13 de janeiro: pela primeira vez, nenhum dos ministros em exercício logrou figurar na lista de eleitores das freguesias nas quais concorreram.⁵⁵ Até o próprio Ferraz, líder do ministério, ficou de fora da lista na sua freguesia, conseguindo apenas a reles posição de penúltimo suplente, derrota que particularmente representou, para usar expressão do

⁵⁴ ACD, 17/05/1861.

⁵⁵ *Correio Mercantil*, 13/01/1861, n. 13.

próprio *Mercantil*, o “último esquife” na longa série que compôs a derrota ministerial naquela eleição. No que toca ao “consistório conservador”, a vantagem da oposição na Corte foi igualmente significativa: os principais nomes dos conservadores fluminense ficaram de fora das listas de eleitores, como foi o caso dos viscondes de Uruguai e Itaboraí, de Eusébio de Queirós, além do próprio presidente da província do Rio de Janeiro, Inácio Francisco Silveira da Motta. A exultação que sentiram os ligueiros naqueles dias talvez só encontre tradução neste trecho de uma carta de um “liberal mineiro”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*:

[...] O Sr. Eusébio derrotado na sua freguesia, e figurando como suplente!!! Santíssimo nome de Jesus! O Sr. Ferraz derrotado no Sacramento, e como penúltimo suplente!!! Meu Deus! Santos fortes, santos imortais! E ainda derrotados os Srs. de Uruguai e de Muritiba! E ainda derrotado o Sr. presidente Silveira da Motta! Que revolução foi essa nas altas regiões? Será isto um sonho? [...] ⁵⁶

Entre a revolução e o sonho, os vencedores acreditavam que tinham contornado a compressão governamental e falado diretamente aos votantes. Assim, o sucesso da liga seria a prova de que, havendo plena liberdade para dialogar e escolher, o povo brasileiro sempre preteriria os conservadores. Esses, por sua vez, simplesmente não podiam acreditar que, em um estado normal da sociedade, seus adversários haviam emplacado os três deputados pelo círculo carioca. No longo discurso já citado, o senador Candido Borges expressou com estas palavras a consternação de seu partido:

[...] Não contesto aos nobres senadores que um dos três candidatos sairia eleito; suas qualidades pessoais e suas relações na corte lhe dariam provavelmente uma cadeira no parlamento; mas os outros... o nobre senador me compreende, isto é, não contesto o merecimento pessoal de cada um deles, mas contesto-lhes a influência política neste distrito em relação a outros candidatos que com eles concorreram.
O Sr. Souza Franco: Ora, senhores! É o caso dos derrotados... ⁵⁷

Sim, era o caso dos derrotados naquele momento, mas já era o caso dos conservadores havia alguns meses. Em 18 de janeiro, na folha conservadora vespertina que circulava pelo Rio, fora noticiada uma reunião do “Governo provisório da intitulada – liga constitucional –”, ocorrida na tarde do dia anterior, na casa do senador d. Manoel, para definir uma lista de candidatos unificada para o distrito da Corte. Mostrando o incômodo com que os conservadores assistiam ao desenrolar do processo, o jornal cravava:

⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 25/01/1861, n. 25.

⁵⁷ *AS*, 29/05/1861.

[...] consta ou antes é certo que a lista ficará composta dos seguintes Srs.: Teófilo Benedito Ottoni; Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Joaquim Saldanha Marinho; isto é, de um mineiro, de um fluminense e de um pernambucano, contra os conselhos do Sr. Otaviano, que queria que ela fosse organizada com três fluminenses.⁵⁸ (Correio da Tarde, n. 14, 18/01/1861)

Compunham a lista da liga os editores do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, dois dos mais combativos jornais liberais desde 1859, acompanhados pelo líder popular do lenço branco. O restante do artigo deixa claro que o maior problema do ajuste liberal não seria tanto a falta de homogeneidade fluminense, mas a presença de Ottoni na lista, ele que seria o “elemento exaltado, que tem de atuar sobre o partido liberal, e de retardar o progresso do país”.⁵⁹

O *governo provisório*, não se achando com forças suficientes de afrontar a *opinião*, a *influência* e a *cólera* de um de seus membros, o Sr. Ottoni que se diz *senhor da situação*, e que repelia as candidaturas de liberais moderados, procurou persuadir aos diferentes candidatos para que desistissem de suas ambições, prometendo-lhes *governos de províncias*, e outros empregos de consideração, *logo que seus membros tomassem conta das pastas dos diferentes ministérios*, mas como não lograsse o seu intento, resolveu convocar as diversas comissões eleitorais das freguesias, e estas com efeito cortaram ontem as dificuldades com a *espada de Alexandre*.⁶⁰

A descrição que o jornalista conservador fez do conchavo liberal, ao mesmo tempo em que buscava desqualificá-lo pela presença de um elemento perturbador, deixava evidente a importância que a imprensa e a atuação de Ottoni tiveram nas ruas do Rio de Janeiro, bem como na tentativa de criação de um consenso dentro da “liga constitucional”, cortando, feito espada de Alexandre, os nós górdios das diferentes ambições:

Tomando a palavra alguns *zuavos* do homem da situação declararam que não podia suscitar-se dúvida séria acerca dos três candidatos da liga; que a situação fora criada pelo *Diário e Correio Mercantil* e pois os seus dois redatores não podiam deixar de ser preferidos a todos quaisquer outros candidatos; que quanto ao terceiro a opinião do corpo eleitoral já estava mais que suficientemente manifestada a favor do homem que mais influira do triunfo da liga, que o cidadão prestante, a quem se referiam, tinha sua candidatura segura pela província de Minas, mas que era da honra dos liberais darem uma prova de amor e respeito ao homem, que ainda há pouco sofrera a injustiça de não ser eleito senador; que deste modo, aceito um candidato sem *competência* como era o Sr. Ottoni, calar-se-iam diante dele essas ambições que por aí andavam, sendo natural que o Sr. Ottoni optasse a eleição por Minas, e então mais desembaraçadamente se escolheria um candidato que significasse a situação.

⁵⁸ *Correio da Tarde*, 18/01/1861, n. 14.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Idem*, itálicos no original.

Diante dessas razões e do ardente *patriotismo* que os zuavos desenvolveram, todos curvaram a cabeça, e ficou a questão decidida, independente da prometida consulta ao corpo eleitoral.⁶¹

É notável a omissão do *Actualidade* em meio aos criadores da “situação”. Provavelmente ela se justifique pelas críticas mais incisivas ao papel político do imperador que foram impressas sob o comando de Lafaiete Rodrigues. À “liga constitucional”, naquele momento de triunfo, não interessaria ver-se vinculada com polêmicas acerca da legitimidade do Poder Moderador. Ao que parece, calcularam bem suas escolhas e previsões, e a chapa foi eleita com certa tranquilidade, a despeito da campanha de depreciação em torno da imagem de Ottoni. D. Manoel Mascarenhas registrou na tribuna a impressão de que as tentativas de deslegitimar as eleições da Corte tinham a ver com a presença do liberal mineiro e a influência que ele exercia:

Um ilustre brasileiro era o principal alvo dos tiros da oligarquia. Eu não tinha tido muitas ocasiões de conversar largamente com ele; mas desde que nos ligamos para tratar das eleições pude observar a prudência, o desejo de paz e de ordem que sobressaíam em todas as repetidas conferências que tivemos. Nunca vi um nome mais popular; e os serviços que ele prestou nos dias da eleição foram apreciados devidamente pelo bom povo da corte, que lhe deu sempre as mais claras demonstrações de cordial estima, consideração e gratidão. Falo do ilustre deputado o Sr. Teófilo Benedito Ottoni, a quem os eleitores da mesma corte elegeram deputado, apesar dos esforços que empregou para dissuadi-los disso, afirmando que a sua candidatura por Minas era certa e segura. A oligarquia tem razão na guerra que lhe faz, porque seguramente é ele um dos mais fortes adversários desse pugilo de ambiciosos, que só curam de seus interesses, e que tratam de segurar o futuro de seus filhos, genros, irmãos, etc.⁶²

Para desespero da “oligarquia”, Teófilo Ottoni fez-se deputado pela capital do Império e por sua província natal. Com o início do ano parlamentar, confirmou-se o que se esperava dele, que optou por representar seus comprovincianos, assumindo o mandato de deputado pelo segundo distrito mineiro.⁶³ Em meados de

⁶¹ *Idem.*

⁶² *AS*, 20/05/1861.

⁶³ Na sessão da Câmara de 19 de junho de 1861, Ottoni justificou assim sua decisão: “Sr. presidente, a câmara aprovou ontem o parecer da comissão de poderes que verificou os que me foram conferidos pelo 2º distrito eleitoral da província de Minas Gerais; e em consequência V. Ex. teve de declarar-me deputado por aquele distrito. No entanto, desde o dia 1º de maio eu tomei assento nesta casa e prestei juramento como representante da nação, por haver sido eleito deputado pelo município da Corte. O §13 do art. 1º da lei de 19 de agosto de 1855 [sic] dispõe que o deputado eleito por dois círculos terá direito de opção, e que esta deve ser manifestada dentro de três dias imediatos à verificação de poderes, acrescentando: que no caso de não haver opção, prevalecerá a disposição do art. 124 da lei de 18 de agosto de 1846 [sic], segundo a qual se estabelecem preferências obrigadas, e a primeira é a da naturalidade.

julho, a imprensa dava notícia da organização da eleição do substituto pelo círculo da Corte, oportunidade em que mais uma vez a oposição mostrou sua organização e novas práticas políticas:

O candidato da Liga. Logo que foi conhecido o resultado da eleição secundária do distrito do Sabará, de Minas Gerais, a comissão central da liga liberal da corte, pressupondo que o ilustre mineiro, o Sr. T. Ottoni, naturalmente optaria pelo distrito de sua província, preocupou-se com a questão de sua substituição. Cumpria que a liga escolhesse com antecedência um candidato, que comparecesse perante às urnas forte com o apoio do partido inteiro.

Para a designação desse candidato a comissão central convocou as comissões paroquiais, que reuniram-se sob a presidência do Sr. conselheiro Bernardo de Souza Franco.

Vários cidadãos, membros da liga liberal, apresentaram justas pretensões ao lugar que se tratava de preencher. Cada um deles dispunha de merecimento e contava amigos no seio das comissões. Apareceram, pois, como era natural, muitas divergências. As comissões reunidas não quiseram tomar a responsabilidade da escolha do candidato.

Em dias do mês de maio, foi a comissão central autorizada a marcar dia e hora para reunião dos eleitores da liga liberal, a fim de em suas respectivas freguesias elegerem o candidato que pelo partido deveria ser apresentado às urnas. A comissão central deveria apurar a votação de todas as paróquias, e o cidadão que segundo a apuração tivesse maioria de votos seria o candidato sobre o qual deveria recair a votação de todos os eleitores da liga.

[...]

Deste modo conciliavam-se dois grandes interesses: o do eleitor que não é obrigado a votar no candidato que lhe é designado por um chefe, e o do partido, que, uma vez conhecida previamente a vontade da maioria de seus membros, não tem mais a recear uma derrota nascida do fracionamento dos seus.

À liga liberal cabe a glória de ter introduzido neste país a bela prática dos colégios preparatórios, que tanta força e tanta dignidade dão aos partidos na América livre. Inspirada pela ideia liberal, a liga quis apartar-se do sistema de imposição de que se serve a oligarquia conservadora. Não quis que seu candidato fosse designado pela vontade

Eu podia pois deixar correr o lapso do tempo [...]. Julguei porém do meu dever usar do direito que me confere a lei, para optar, como opto, pelo 2º distrito de Minas Gerais.

[...] os meus amigos e dignos eleitores do município da corte, quando votaram no insignificante indivíduo (*não apoiados*) que tem a honra de se dirigir neste momento à câmara dos srs. deputados, entenderam conferir um galardão, uma distinção honorífica, por alguns serviços que, diga o que quiser o despeito e o desabafo dos vencidos, eu havia prestado especialmente à paz pública. Pelo menos, no meu entender, tal foi um dos elementos da honrosa distinção que obtive.

Aprecio, pois, sobremodo o diploma do município da corte; nem há fidalgo que mais preze a sua grã-cruz do que eu o meu diploma de deputado pelo município neutro.

Mas, Sr. presidente, também não há filho que mais deva à província de Minas (*apoiados*), e não conheço Mineiro ou Brasileiro que do 2º distrito da província de Minas recebesse as atenções, a distinção e as altas provas de favor com que eu tenho sido obsequiado por aquele distrito.”

Observe-se que, se não houve um erro de registro, Ottoni equivocou-se ao citar as datas de promulgação das leis eleitorais. A “lei dos círculos”, da qual ele evoca o §13 do primeiro artigo, é na verdade o decreto n. 842, de 19 de setembro (e não de agosto) de 1855, que altera a lei de 19 (não 18) de agosto de 1846. Cf. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1855; p. 49, vol. 1, pt. I.

dos chefes: o candidato de um partido livre devia ser aquele que reunisse a maior soma de sufrágios desse partido.⁶⁴

Era provocativo o artigo do *Atualidade*. Não só detalhava e exaltava a organização da “liga liberal” como associava o ideal de liberdade com a América republicana.⁶⁵ Na continuação, anunciava o sucesso da realização das reuniões nas freguesias, no dia 1º de julho, cujos votos somados garantiram a vitória de Martinho Alvares da Silva Campos.⁶⁶ Ainda sem a confirmação oficial do substituto de Ottoni, os redatores já saudavam o doutor Campos, certos de que “a dignidade dos eleitores da liga é o mais seguro penhor do resultado que antevemos”.⁶⁷ De toda forma, para reforçar a decisão coletiva, publicou-se uma circular da “comissão central da liga constitucional”, pela qual solicitavam o comparecimento “no colégio eleitoral na manhã do dia 14 do corrente e a sua cooperação em favor do mencionado candidato da liga”.⁶⁸ Subscreviam o documento, os três deputados inicialmente eleitos pelo círculo da Corte, mais quatro senadores: Bernardo de Souza Franco, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, d. Manoel de Assis Mascarenhas e José Pedro Dias de Carvalho – da senatoria mineira, como Vasconcelos. Excetuando o último, que vinha participando sobretudo com apartes de apoio, os outros seis eram ativos propugnadores da “liga constitucional” desde os meetings de 1860. Certamente ninguém hesitaria em chamá-los de chefes do agrupamento.

O dia seguinte à publicação do *Atualidade* era o marcado para a eleição do suplente. Naquele domingo, os leitores do *Diário* encontraram também uma descrição do processo de escolha de Martinho de Campos como candidato ligueiro, muito menos entusiástica que a do congêneres, é verdade, mas mesmo assim sublinhando o esforço de valorizar o “corpo eleitoral”:

Como para responder aos que dizem não haver no partido fora do poder homens habilitados por seus estudos e serviços para influírem beneficemente na direção do país, a imprensa revelou muitos nomes

⁶⁴ *Atualidade*, 13/07/1861, n. 144, grifos meus.

⁶⁵ Muito provavelmente referindo-se aos Estados Unidos, um dos países pioneiros na teorização do governo representativo e de um sistema partidário estável, como já referido. Cf. HOFSTADTER. *The Idea of a Party System*, obra citada; capítulo seis “Toward a Party System”.

⁶⁶ *Atualidade*, 13/07/1861. A apuração mostrou o seguinte número de votos: Martinho, 87; Urbano, 61; Manoel Joaquim, 33; Luiz Fortunato, 10 e Firmo, 1. O total de 192 votos pode ser proporcionalmente irrisório frente ao número de cidadãos que confluíam para as urnas em uma cidade do porte do Rio de Janeiro, mas se quer insistir na novidade das práticas da liga e sua influência na cultura política.

⁶⁷ *Idem*.

⁶⁸ *Idem*. A circular é datada de seis de julho de 1861.

dignos da estima de seus concidadãos e dos sufrágios dos eleitores da corte. Eram nomes recomendados igualmente pela reputação de honestidade e de merecimento real. Qualquer de entre eles corresponderia nobremente às esperanças do corpo eleitoral.

Mas convinha concentrar a votação em um só, não como demonstração de preferência, porém como princípio de ordem.

Em reuniões paroquiais buscaram os eleitores da liga constitucional harmonizar-se a semelhante respeito e, por um meio honroso a todos, chegou-se a firmar a candidatura do Sr. Martinho Alvares da Silva Campos.

É, pois, o Sr. Martinho Alvares o candidato que a liga constitucional recomenda hoje aos eleitores desta corte.⁶⁹ (Diário do Rio de Janeiro, n. 191, 14/07/1861)

O artigo complementava a indicação, lembrando os recentes serviços prestados por Martinho Campos: fora deputado pela província do Rio na legislatura transata e “reconhecidamente o chefe da oposição parlamentar que combateu os últimos ministérios e que animou o espírito público a pronunciar-se tão brilhantemente na eleição de janeiro”.⁷⁰ Como já foi citado, Joaquim Nabuco também registrou a proeminência de Campos na minoria da Câmara entre os anos de 1857 e 1860 – recorde-se sua oposição à reforma eleitoral, por exemplo. Em uma descrição mais pormenorizada, o memorialista ressaltou as características que faziam de Campos um valoroso estrategista parlamentar, alguém que “por si só valia uma oposição”:

Seus recursos eram tais que, sem ser eloquente, fazia-se ouvir como nenhum outro deputado dos que eram frequentes na tribuna. Dos nossos antigos parlamentares talvez só ele tenha conhecido todos os segredos do Regimento. Nenhum praticou de modo tão acabado a arte da protelação. A sua especialidade era preencher o intervalo das discussões; falava sempre à margem da ordem do dia; a propósito do mais ligeiro incidente, entrava em campo, passando em revista a situação toda do país, discutindo o vencido e o *in fieri*, evocando os personagens todos que conhecera desde menino, discutindo a pessoa e a vida de cada ministro, sem que ao Presidente ocorresse tolher-lhe a palavra que a Câmara acompanhava com avidez, interessada nas revelações que ele trazia, no seu bom humor, na novidade de suas lembranças e dos epítetos e alcunhas que distribuía.⁷¹

No fim, toda a organização foi recompensada e Martinho poderia juntar-se ao grupo no Parlamento, onde os desafios se recolocariam. Os eleitos em nome da “liga constitucional”, ao adentrarem a Câmara dos Deputados, logo se veriam diante de um duplo desafio: expandir suas alianças e dificultar ao máximo o trabalho da

⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 14/07/1861, n. 191.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, livro 2, p. 60.

maioria conservadora. Nessa segunda tarefa, poucas coisas se mostrariam mais válidas do que dominar os ritos previstos no regimento da instituição. Antes mesmo da confirmação do novo deputado, ainda nas sessões preparatórias, durante os debates de verificação de poderes, a minoria soube muito bem como guerrear. Foram pelo menos duas as vezes em que souberam como atrapalhar o andamento que os conservadores queriam dar às entregas de diplomas para finalmente se dedicarem de forma integral a uma agenda de votações. Em 14 de junho, por exemplo, quando o conservador Jaguaribe requereu o encerramento da discussão do parecer da comissão de poderes sobre as eleições do primeiro distrito de São Paulo, o salão da Câmara foi tomado por altos apartes e reclamações. Logo que se colocou em dúvida o resultado da equilibrada votação do requerimento, alguns deputados começaram a esvaziar o recinto, a fim de obstar a ratificação. Foi com algum trabalho que se restabeleceu a normalidade da sessão, refez-se a votação e viu-se o requerimento derrotado.⁷² Era possível perceber que nem sempre a vantagem numérica dos conservadores prevaleceria. Havia uma divisão mais sutil naquele momento entre os deputados, que poderia ser mais bem explorada na construção de uma nova oposição.

De início, os eleitos pela “liga constitucional” resolveram concentrar seus ataques à “oligarquia” e, dessa forma, tentar constituir um grupo mais coeso. Com Saldanha Marinho na linha de frente, insistiram na discussão do parecer sobre as eleições no quarto distrito fluminense, a cujos eleitores Eusébio de Queirós tinha dirigido a circular em outubro de 1860, sugerindo a reunião dos conservadores em torno de três candidatos que acabariam eleitos: o conde de Baependi, Francisco de Sales Torres Homem e José Joaquim de Lima e Silva, irmão do presidente do Conselho de Ministros e futuro visconde e conde de Tocantins.⁷³ O que Saldanha Marinho queria provar é que nenhum dos três tinha legitimidade para serem eleitos

⁷² Entre as sessões de 24 e 25 de junho, a oposição repetiu o procedimento de esvaziar o quórum. Cf. Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 14, 24 e 25 de junho de 1861.

⁷³ A Lei dos Círculos de 1855 tinha estabelecido que cada província brasileira teria tantos distritos quantos fossem seus representantes na Assembleia Geral. No caso do Rio de Janeiro, foram criadas 12 circunscrições. Já a “formação dos círculos de três deputados, determinada pela lei eleitoral de 1860, foi regulamentada pelo Decreto n. 2638 de cinco de setembro daquele ano, que agrupou os distritos fluminenses em quatro unidades maiores. O novo 4º distrito, centralizado na vila de Pirai, agregava as localidades antes pertencentes ao 10º [Barra Mansa], 11º [Itaguaí] e 12º [Angra dos Reis]”. A vila de Pirai foi escolhida como sede do distrito, cuja Câmara Municipal funcionaria como Câmara Apuradora. Cf. MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Legislação eleitoral e política regional: Um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014; p. 63-64.

por aquele círculo, e só teriam sido por causa da influência indevida dos oligarcas durante o processo e sobre a Câmara Municipal apuradora de Piraí. Citou a circular de outubro na íntegra, dando destaque ao seguinte trecho, que não fora tão valorizado pela imprensa liberal durante a campanha eleitoral:

Dentre os candidatos que se apresentam por esse distrito entendemos que convém unir toda a votação dos nossos amigos nos três nomes abaixo indicados. Se V. S. reconhecer, como eu espero, a necessidade de reunir todos os nossos recursos, espero e lhe peço com a maior instância que o faça, para que não haja discrepância. Algum que se tenha comprometido por nome diverso, parece que não ficará desairado declarando a quem recebeu promessa a impossibilidade de cumpri-la, desde que a questão se apresenta debaixo de uma nova face então imprevista.⁷⁴

Após a leitura, Saldanha Marinho argumentou que a circular era, na verdade, uma orientação para extorquir uma votação, e que para isso era necessária a reorganização do partido saquarema, mas não apenas:

Tudo isto, Sr. Presidente, foi mister para fazer triunfar a chapa. E porque apesar de tudo isto ainda era impossível vencer em certos pontos, para aí se determinaram criminosos procedimentos. Era quase impossível vencer em S. João do Príncipe e Angra dos Reis. Para esses dois pontos assestaram os dominadores suas baterias, para ali se determinaram as duplicatas, para ali se determinou essa fraude que não pode de modo algum ser sancionada pela câmara...⁷⁵

Para que a fraude se consumasse, era necessário o controle da Câmara apuradora, a fim de validar a ata que interessasse ao partido. De acordo com Marinho, os saquaremas tinham conseguido isso com a última reforma eleitoral e a redefinição dos distritos e de suas sedes, fabricando “forjas eleitorais”, como ele mesmo definiu em outro trecho anteriormente citado. No caso do quarto distrito fluminense, a escolha de Piraí como sede parecia responder a uma trama de interesses que ele se julgava capaz de deslindar com a divulgação de um outro documento:

A minha proposição, pois, de que a câmara de Piraí não foi apuradora conscienciosa, e sim instrumento material para a confecção de diplomas que aqui se apresentaram, é verdadeira, e eu a vou provar de modo a não deixar dúvida.

Esta prova é irrecusável: é um documento cuja publicação bem fará compreender ao país a desgraçada situação em que nos achamos.

É um documento escrito e assinado por V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr. Lima e Silva*). Peço licença a V. Ex. para o ler.

O Sr. Lima e Silva: Se é seu, pode ler.

O Sr. Saldanha Marinho: É uma carta de V. Ex. convidando ao Sr. Salles Torres Homem para em uma reunião, onde se acharia o Sr. Sá, do Piraí,

⁷⁴ ACD, 17/05/1861.

⁷⁵ *Idem*.

determinarem o modo por que se devia fazer a apuração da eleição do 4º distrito. (*Oh! Oh!*)

Diversas vozes: Conheçamos mais este escândalo.⁷⁶ (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18/05/1861)

A situação pareceu preocupar Lima e Silva, que fez questão de justificar bem o contexto em que foi escrita a carta e de registrar o incômodo de vê-la divulgada sem a autorização do destinatário. No entanto, não tentou de nenhuma maneira evitar a leitura: “Não nego; é minha, escrevi-a a um amigo; usei de um direito, e tomo sobre mim toda a responsabilidade que dela possa provir”.⁷⁷

O Sr. Saldanha Marinho: - É uma carta pois sobre a veracidade da qual não resta a menor dúvida, porque o seu nobre autor, o Sr. veador José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, cavalheiramente o confessa.

Esta carta, senhores, é um precioso documento. Serve para manifestar o mais solenemente possível a moralidade com que procedem os homens que dominam; serve para que a câmara, e sobretudo o país, fique inteirado do modo por que em 1860 e 1861 se fizeram eleições no Brasil; esta carta ficará transcrita para sempre nos anais do parlamento brasileiro como padrão histórico do modo por que é praticado hoje o sistema representativo entre nós. Permita a câmara que a leia:

“Exm. Amigo e Sr. conselheiro – Amanhã às 7 horas da noite se reunirão em casa do Sr. visconde de Itaboraí os conselheiros Eusébio, Pedreira e Sérgio, para comigo e o Sá de Pirai resolverem acerca do modo por que se deve determinar o trabalho da apuração das atas dos colégios do 4º distrito. Incumbiram de prevenir V. Ex. dessa reunião ao conselheiro Pedreira, que me pediu de pedir a V. Ex. o seu comparecimento naquele lugar.

Sou de V. Ex. amigo, colega, obrigado e criado. – José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. – S. C., 22 de fevereiro de 1861”.

Os Srs. Lima e Silva e Sérgio: - Apoiado; é um ato muito lícito.

O Sr. Pedreira: - Apoiado. Pela minha parte declaro que fui a essa reunião porque não tinha e nem podia ter fim reprovado.

O Sr. Saldanha Marinho: - Maravilha-me, senhores, que à apresentação desta carta à câmara dos deputados, ao manifestar ao país um ato desta ordem, os homens que concorreram para o procedimento que ela denuncia venham dizer no parlamento: “Apoiado, é um ato muito lícito!”⁷⁸

Para deixar Saldanha Marinho ainda mais maravilhado, sobressai-se em seguida uma voz indefinida vinda da maioria: “Os nobres deputados, como nós, têm o direito de conferenciar com os seus amigos sobre o modo por que se deve dirigir uma qualquer apuração”. Ao que o orador protestou, por ele e por seus amigos, ressaltando que não tinham o costume de se reunir para determinar que Câmaras fizessem apurações de um modo ou de outro, que estavam isentos de tal imputação.⁷⁹

⁷⁶ ACD, 18/05/1861.

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ *Idem*, grifos meus.

⁷⁹ *Idem.*

Essa discussão sobre a legitimidade e os limites das intervenções nas eleições era, sobretudo, um confronto em busca de espaço no Parlamento. Antonio Gonçalves Barbosa da Cunha, deputado paulista conservador e integrante da Comissão de Poderes responsável pelo parecer em discussão, tomando a palavra em um daqueles movimentos de atenção, fez uma analogia bélica com o discurso de Saldanha Marinho e mostrou-se disposto ao combate:

Foi portanto com prazer, com satisfação mesmo, que nós soubemos que um grupo que neste recinto avulta e sobressai quer pela ilustração e talento de seus membros, quer pela estreita liga que entre eles estabelece a identidade e comunhão de ideias e interesses políticos, quer finalmente pela intolerância de seus princípios, havia aguardado a discussão deste parecer para dar-nos neste terreno uma batalha campal com que ele não nos quis honrar na discussão de nossos anteriores pareceres...⁸⁰

Passou, então, a desqualificar a tese de que teria havido influência indevida dos conservadores nas eleições fluminenses, especificamente do quarto distrito. Elogia a circular de Eusébio de Queirós, justificando que

O direito de votar em Pedro ou em Paulo não é negócio particular.

Eu posso prometer o meu voto a um indivíduo, embora anteriormente haja ele seguido opiniões opostas às que julgo convenientes a bem do país, desde que esse indivíduo se tenha aproximado às minhas ideias e se haja constituído defensor dessas mesmas ideias; mas, desde que ele volta às suas crenças anteriores, cessa o meu compromisso, e **eu tenho toda a liberdade para lhe não dar meu voto, porque não se trata dos meus negócios particulares, mas sim da causa pública. (Muitos apoiados) É o caso da circular do Sr. conselheiro Eusébio de Queirós.**

Se disserdes que isto não é exato, eu recorrerei aos exemplos vossos e dos vossos amigos, que mostram qual foi o vosso proceder nesta matéria. (*Apoiados*)

Se o partido conservador, reunido em consistório (para usar da expressão consagrada pelos nobres deputados), tratou de organizar listas, de confeccionar chapas, de recomendar os seus amigos, também a opinião liberal, reunida em sinagoga (*hilaridade prolongada*), empenhou todos os esforços a favor dos seus rabinos. (*Continuam as risadas*)⁸¹

Mais do que a defesa da influência das maiores capacidades partidárias, fossem elas papas ou rabinos, havia na declaração de Barbosa da Cunha certa convicção conservadora, que remete à carta demissionária do ministério saquarema de 1848, por exemplo, de que a intervenção do governo nas eleições seria não apenas justificável, mas também desejável:

Na minha opinião, Sr. presidente (falo com esta franqueza para se ver que, se eu entendesse que tinha havido intervenção indébita, era incapaz de o negar), na minha opinião o governo que cruzar os braços e se tornar completo autômato ante o processo eleitoral e em presença da luta dos partidos, é um governo imbecil. (*Apoiados*). Provará que não tem

⁸⁰ ACD, 20/05/1861.

⁸¹ *Idem*, grifos meus.

convicções, que não tem ideias formadas sobre o futuro do país, sobre os melhoramentos de que este mais precisa; **porque todo o governo que tem consciência do que vale, que tem um sistema, que tem ideias, e as deseja realizar em bem do país, deve necessariamente procurar cercar-se de apoio (apoiados) que somente lhe podem prestar os que partilham as suas ideias. É isto uma condição natural ao sistema representativo.**

Entendo pois que o governo não pode ser indiferente à luta; que decidindo da sorte de seus amigos, decide igualmente da sorte das ideias que ele julga preferíveis para fazer a felicidade do país (Apoiados).⁸²

Não se tratava de defender a completa proteção dos amigos, o orador fez questão de ressaltar. Haveria limites que não poderiam ser ultrapassados: o governo “deve intervir, contanto que a intervenção não passe dos limites do justo e do honesto”.⁸³ Como alguns notaram, no entanto, o problema parecia estar no fato de que, normalmente, era o próprio governo que decidia as medidas da justiça e da honestidade. Silveira Lobo, da oposição, ironizou assim a proposta de intervenção com limites: “Contanto que não passe do que é preciso para efetuar a conquista. É uma doutrina moralizadora”.⁸⁴

Por sua vez, os conservadores não perdiam a oportunidade de fazer pouco caso e questionar a ideia da existência de uma “oligarquia”, ainda mais quando a oposição a relacionava com os supostos desmandos eleitorais:

O Sr. Barbosa da Cunha: - Somos iníquos, Sr. Presidente; mas iníquos em quê? Por que motivo? Será porque, em vista do escrupuloso exame dos documentos e atas que nos foram presentes, entendemos em nossa consciência que os legítimos representantes do 4º distrito são aqueles a quem a câmara municipal apuradora do Pirai expediu diplomas? Mas daqui a pouco, pela análise destes papéis vou provar à câmara que não somos nós que despachamos deputados, e sim aqueles que nos arguem. **Em que é que somos instrumento dessa tão falada oligarquia? Não quero por enquanto estabelecer uma discussão acerca da existência da oligarquia, dessa entidade de que tanto se fala nas vésperas de eleições para embair o povo, e de que tanto falam os candidatos depois da eleição para explicar a própria derrota ou a derrota de seus amigos.**

⁸² *Idem*, grifos meus.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Idem*. Apontar para fraudes e falta de legitimidade na eleição dos três conservadores pelo 4º distrito parecia ser apenas uma arma retórica da oposição. O trabalho de MOREIRA nos mostra que o partido conservador manteve-se hegemônico no sul fluminense mesmo depois da reforma eleitoral de 1855. Cf. *Legislação eleitoral e política regional*; p. 131-250 e também Conclusão. Nada, portanto, levava a crer que seria diferente após a reforma de 1860, da qual cuidaram de perto. Excetuando Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, que acabaram no 3º distrito, com sede em Niterói, estavam abarcados no 4º as outras mais relevantes localidades de produção cafeeicultora e ligações conservadoras, como Pirai, Barra Mansa, Itaguaí, Rio Claro. A “liga” escolheu atacar o resultado desse distrito justamente porque os interesses dos adversários já estavam encastelados ali havia tempo. O que importava na disputa parlamentar era, com a circular de Eusébio e a carta de Lima e Silva, problematizar os limites das intervenções nas eleições.

Deixemos pois em repouso a suposta oligarquia no curto intervalo que decorre de hoje até a discussão do voto de graças, e então podem os nobres deputados chamá-la a contas; seguramente alguma voz responderá à citação dos nobres deputados...

O Sr. T. Ottoni: Então é entidade real.

O Sr. Barbosa da Cunha: ... algum dos que os nobres deputados chamam de oligarcas há de responder à citação e contrariar o libelo; estou mesmo que virá com artigos de reconvenção.⁸⁵

Se foi uma previsão, foi certa; se foi o aviso de algo planejado, mesmo assim muitos devem ter ficado surpresos com a extensão da resposta. Do grupo que a oposição chamava de oligarcas, foi justamente o mais eminente e o mais atacado nos últimos tempos que foi à tribuna combater as acusações. Em 31 de maio de 1861, Eusébio de Queirós discursou demoradamente no Senado, começando por ironizar as pretensões da liga:

Desde o começo da sessão tinha eu ouvido anunciar que os ilustrados chefes desse partido, que umas vezes toma o nome de *liga constitucional* e outras se denomina liberal, que umas vezes parece estar em oposição e outras protesta contra essa palavra, haviam resolvido poupar na discussão do voto de graças o ministério atual e assestar todas as suas baterias contra uma parte do ministério passado, e contra a oligarquia.

Ora, não me pareceu isto muito provável, porque, em verdade, um partido que pretende conter em si a liga dos conservadores e dos liberais parece que até se abate denominando-se partido; não é um partido, é a nação inteira, porque em conservadores e liberais se dividem todos os cidadãos brasileiros. Se de fato eles se acham ligados, a conciliação produziu todos os seus frutos; o país está todo unido em um só pensamento, professa uma única opinião política, com a exclusão apenas de algumas individualidades, que, segundo as revelações da imprensa, não são mais do que alguns velhos quase decrépitos, sem energia, sem interesse pelos negócios públicos, incapazes, portanto, de fazerem oposição a um partido forte, quanto mais a um partido que tem pretensões de conter em seu seio todo o povo brasileiro.⁸⁶

Era marcante que um líder saquarema fosse a público ocupar-se do fenômeno da “liga constitucional” e do uso do termo “oligarquia”, o qual, mais do que um simples apelido, parecia incomodar de fato os conservadores. Após provocar os adversários, praticamente rir de seus planos de abarcar toda a nação, Eusébio partiu para desqualificar histórica e teoricamente o uso do conceito no Brasil:

Senhores, segundo recordações que tenho da história, lembro-me com efeito de algumas oligarquias que os publicistas consideram como uma degeneração das aristocracias. Veneza, por exemplo, nos dá em certo período de sua história exemplos de uma oligarquia, mas de uma oligarquia fundada nas instituições do país; de certo não é dessa que tratamos. Todos sabem que nossa forma de governo é monárquico-

⁸⁵ *Idem*, grifos meus.

⁸⁶ *AS*, 31/05/1861

constitucional-representativa, que o governo do país reside, em um sentido lato, na reunião dos poderes políticos, em um sentido restrito, no imperador dirigindo o poder executivo por meio de seus ministros, e moderando os outros poderes pelo moderador; logo, seria necessário que essa oligarquia exercesse entre nós a sua influência por meios ocultos, misteriosos, direi mesmo sobrenaturais.⁸⁷

Ele sabia que era justamente a acusação de influências sorrateiras sobre o monarca que a oposição imputava aos chamados oligarcas, ele incluído. Afastava, no entanto, essa possibilidade, apontando para a única forma possível que via de degeneração do sistema brasileiro:

A degeneração de um governo monárquico-representativo, segundo tenho lido, pode existir em duas condições: quando o chefe do estado reúne à muita inteligência, à muita ilustração e atividade, muita ambição, caso em que se pode rezear que absorva em si todos os outros poderes, dominando seus ministros pela superioridade de sua razão, por eles as câmaras e influindo no poder judiciário pelo direito de nomear, remover e promover juizes; há então realmente uma degeneração do governo constitucional, mas a qual nunca pode caber o nome de oligarquia. Não se dá esta hipótese. A outra condição em que pode existir a degeneração do governo representativo é quando o príncipe, tendo à sua disposição os meios de ação que lhe são próprios, é todavia destituído de amor ao trabalho, dado aos prazeres e descansa sobre alguns homens de talento superior às fadigas do governo; nesse caso pode dar-se uma espécie de oligarquia, mas então os oligarcas são os ministros a quem esse chefe de estado abandona o exercício pleno e sem fiscalização das suas importantes atribuições.⁸⁸

Como se vê, as duas hipóteses envolviam diretamente o monarca, estavam mais relacionadas à crítica do “poder pessoal”, e não podiam ser atribuídas a um grupo de políticos. Por certo, Eusébio aproveitava a oportunidade para se posicionar contra a doutrina da responsabilidade ministerial defendida pela oposição. Não deixou também de atacar a noção de liberdade eleitoral e o resultado do último pleito na Corte:

Começarei, pois, perguntando: Alguém acreditará que fazendo-se uma eleição regular, livre, no município da corte triunfasse em todo ele, em todas as suas freguesias o partido que eu chamarei liberal por abreviação, mas que não é em minha opinião senão o partido inovador? [...]

Eu digo “os liberais é que vencem no Rio de Janeiro quando têm o apoio da agitação”. A falta de liberdade em uma eleição não é sempre filha dos atos do poder (Apoiados); o poder raras vezes chega a empregar os meios de que o acusam; a agitação, isto é, a superioridade do pugilato e do desembaraço, para não usar de outra expressão, é que não conhece limites.⁸⁹

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *Idem.*

O chefe conservador apontava, então, para uma forma de intervenção nas eleições muito mais perniciososa por parte dos liberais: a violência. “A falta de liberdade em uma eleição não é sempre filha dos atos do poder”. Era forte sua crença de que as históricas vitórias dos liberais só tinham acontecido por meio “do pugilato e do desembaraço” desde o surgimento dos partidos, no fim da década de 1830:

[...]Creio que será aceito sem contestação, que foi em 1837 que os partidos se desenharam com as feições de conservador e liberal; até essa época existiam partidos, mas não estavam definidas as posições nem formuladas suas doutrinas; não serei de certo contestado neste ponto, e se o for, aceitarei a discussão em referência a épocas anteriores.

Digo, pois, que desde 1837 até a última eleição, nunca o partido liberal venceu no município neutro senão duas vezes, em 1840 e 1844, e nessas duas vezes o que lhe deu a vitória foi sempre a agitação.

[...]

Não é desconhecido a V. Ex. que as grandes agitações no mundo político são como em mecânica as agitações dadas ao pêndulo; o pêndulo que está completamente parado, obedece ao impulso do movimento e não torna de chofre à sua primeira posição, é preciso que as oscilações vão diminuindo gradualmente até que a força do tempo as faça parar. Ora, a grande agitação não cessou para logo como não podia cessar, continuou e progrediu e as eleições foram feitas debaixo do império dessa agitação.⁹⁰

Desenvolveu seu raciocínio, evocando dois eventos da cronologia que orientava a disputa narrativa dos partidos pela legitimidade de suas ações: em 1840, as “eleições do cacete” e, em 1844, os abusos no uso da lei de três de dezembro de 1841, cuja aprovação fora condenada pelos liberais, motivando as revoltas de 1842, mas que, dois anos depois, quando o partido voltou ao poder,

teve uma execução exageradíssima; usou-se em larga escala do arbítrio que ela dava e também em larga escala do arbítrio que ela não dava, como aconteceu acerca dos juizes municipais que a lei mandava respeitar durante o quadriênio, e que foram postos em movimento de um para outro lado. As eleições feitas debaixo de uma tal impressão, no meio de verdadeira agitação, seriam livres?⁹¹

As acusações de ilegitimidade nos pleitos eleitorais, como se vê, eram mútuas, trocando-se apenas os imputados, de oligarquia para agitadores, conforme a conveniência.⁹² Contudo, nos debates de 1861, ao lado da questão da intervenção

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ *Idem.*

⁹² Predominou por muito tempo uma visão totalmente negativa sobre as eleições no Império, de falseamento completo, o que comprovaria a impossibilidade da implantação do sistema representativo no Brasil. Na última década, principalmente, pesquisas vêm questionando esses pressupostos – os quais, no

nas eleições, colocava-se a responsabilidade ministerial como principal tópico mobilizado para delinear identidades partidárias. Ocupavam desde políticos novatos até experientes senadores. Na Câmara, entre os deputados recém-eleitos, José Bonifácio, representante de São Paulo, expressou assim essa tendência, quase que em uma resposta ao discurso de Eusébio:

Sr. presidente, eu entendo que nas circunstâncias do país duas coisas devemos estudar com todo o afínco, **a responsabilidade ministerial e a independência do corpo legislativo**. Ministros responsáveis e câmaras independentes, eis as duas molas principais do regime parlamentar. Com elas tudo se explica, sem elas tudo se abate.

É necessário que olhemos para o modo pelo qual se dissolvem os gabinetes, porque esse modo acusa um vício. **Esse vício para mim esconde-se na irresponsabilidade ministerial, que repousa tranquila no apoio das câmaras!**

Não tenho medo, senhores, permitam-me toda a franqueza, do governo pessoal. No sistema representativo, sistema que garante a liberdade do voto e a responsabilidade ministerial, o governo pessoal é impossível! (*Apoiados*).⁹³

No dia anterior, Teófilo Ottoni fizera um longo discurso, no qual já tocara no problema dos ministérios e eleições. Foi mais longe ao apontar que o sistema representativo no Brasil estaria falseado, porque não seria a Câmara que compunha os ministérios e sim uma força oculta, a “oligarquia”: “O que se segue, Sr. Presidente, é que o sistema representativo está desvirtuado, pois os ministérios se organizam e se dissolvem sem a interferência das câmaras”.⁹⁴ O líder de destaque da “liga constitucional” tomou a palavra para dar uma resposta direta a Eusébio de Queirós, voltando mais uma vez à conceituação da “oligarquia”:

S. Ex. mostrou grande habilidade em definir o que é a oligarquia; disse-nos que em nosso país era um mito, mostrando que tinha estudado com cuidado especial a história das oligarquias, explicou-nos que o sistema representativo só pode degenerar por dois modos [...]. Ora, provado, como fácil lhe era provar, que em nenhum destes casos estamos, o nobre senador entendeu haver demonstrado não existir oligarquia no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, eu quisera que o nobre senador penetrasse um pouco mais adiante na história da Inglaterra, que não ficasse somente no reinado de Jacques II, a que se referiu. Se S. Ex. fosse adiante, ao reinado de Jorge III, veria que durante um largo período, e apesar das

fim das contas, são herdados dos agentes políticos daquele período – e oferecendo novas abordagens sobre o tema. Para um panorama dessa renovação, ver DOLHNIKOFF, Miriam. “Império e Governo Representativo: uma releitura”. In: Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, jan/abr 2008; p. 13-23. LIMONGI, Fernando. “Revisando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência”. In: *Lua Nova*, São Paulo, 91, 2014; p. 13-51. Para o caso emblemático das “eleições do cacete”, primeiro pleito do Segundo Reinado e que já coloca a questão da legitimidade da representação eleitoral em jogo, ver SABA, Roberto N. Ferreira. *As Vozes da Nação*, op. cit.; principalmente Capítulo 3.

⁹³ ACD, 28/06/1861, grifos meus.

⁹⁴ ACD, 27/06/1861.

altas qualidades desse monarca, viu-se ele obrigado a aceitar o predomínio da cabala Grenville-Bedfort, oligarquia que, tendo raízes na nação, achando-se necessariamente com força no parlamento, impôs-se ao rei, de modo que somente se pôde libertar lançando-se nos braços de indivíduos, os quais pouco antes tinha declarado impossíveis.

O Sr. Sérgio de Macedo: - Aceitando a maioria parlamentar.

O Sr. Ottoni: - Sem dúvida. Assim, se o nobre senador fosse buscar o *simile* ao reinado de Jorge III, havia de reconhecer que no nosso país também se podia definir o que era a oligarquia.

Mas o nobre deputado por Pernambuco me diz – que Jorge III aceitou os chefes parlamentares...

O Sr. Sérgio de Macedo: - A maioria.

O Sr. Ottoni: - Senhores, a oligarquia nasceu também e foi composta no Brasil como a do tempo de Jorge III, pelo sistema parlamentar; mas os chefes parlamentares que a criaram não tinham raízes na propriedade territorial, não tinham raízes numa fidalguia que se perde na noite dos tempos, não tinham raízes senão na influência oficial...

O Sr. Saldanha Marinho: - Tinham raízes no orçamento.

O Sr. Ottoni: - ...eram filhos do orçamento, eram filhos das leis que decretavam no sentido de perpetuar o seu domínio. A lei de 3 de dezembro de 1841, e outras leis que foram decretadas por esses chefes parlamentares, entregam a onipotência ao ministério...⁹⁵

Além de uma imbricada relação com o Estado, suas rendas e leis abusivas, o representante mineiro apontou para outra característica da “oligarquia”: o controle sobre o comércio da Corte, principalmente dos grandes comerciantes luso-brasileiros, muitos ex-trafficantes de escravos. Esse ponto é importante para se lembrar de que os liberais de 1860 retomaram a definição do termo oligarquia – parte da tradição liberal do início da década de 1840 – dentro do contexto maior das discussões sobre a questão bancária e creditícia. Ottoni sugeria que a vitória da “liga

⁹⁵ *Idem*. Como mostra Lynch, a referência a Jorge III, no contexto da década de 1860, aponta para uma recepção da historiografia *whig* – autores como Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Edward Augustus Freeman (1823-1892) – que colaborou para a transformação do discurso liberal brasileiro: “O entusiasmo com a reforma eleitoral e o avanço do método histórico na Inglaterra da década de 1860 despertaram um renovado interesse pelo período medieval, visto como um período de ouro da liberdade pública. Somados ao desprestígio dos doutrinários, desde a crítica que lhes fizera a nova geração francesa de liberais anglófilos, a melhor difusão da língua inglesa e o crescente acesso a obras escritas nesse idioma provocaram no Brasil uma verdadeira epidemia de estudos de história constitucional inglesa, levando muitos políticos brasileiros a um melhor conhecimento das origens europeias de suas próprias tradições partidárias. Se tais obras históricas permitiam ao saquarema José de Alencar defender a intervenção da Coroa no processo político a partir de Bolingbroke, o liberal histórico Tito Franco de Almeida criticava o *absolutismo saquarema* a partir de Paine, denunciando mais tarde o novo liberal Rui Barbosa o anacronismo do discurso monarquiano graças à leitura de Freeman. **Foi nesse período que a esquerda liberal começou a comparar Pedro II com Jorge III, monarca inglês detratado pela historiografia whig por ter se recusado a abrir mão do seu poder pessoal em prol do parlamentarismo (que, de resto, não existia na época). Por isso, o histórico Tito Franco começava a sua biografia do Conselheiro Furtado comentando ter considerado por algum tempo o projeto de uma obra que se chamaria *Estudo Comparado dos Reinados do Sr. D. Pedro II e de Jorge III de Inglaterra*”.** Cf. LYNCH, Christian E. Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o pensamento político imperial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPERJ, 2007; p. 292-293 (grifos meus).

constitucional” apontava para um novo tempo, em que essa influência perdera-se e o grande comércio passara a identificar-se mais com a escola econômica liberal:

É sabido, Sr. presidente, que houve um tempo em que a oligarquia fazia pressão sobre os brasileiros do §4º, como creio que o é o nobre ministro da marinha, e fazia pressão sobre o comércio português inculcando-se que era a única proteção que podia salvar os seus capitais. Era no tempo de umas célebres comanditas para a costa d’África, em que fruía os maiores lucros os sócios da indústria que não tinham gerência.

O Sr. Carrão: - Apoiados, nem capitais.

O Sr. Ottoni: - Nesse tempo, Sr. presidente, dinheiro que não era brasileiro talvez fosse aplicado a eleições, mas os tempos mudam. A oligarquia, com uma ingratidão notável, quebrou as escadas por onde tinha subido.

Hoje o comércio legítimo não precisa de proteções ilegítimas; quer garantias, quer liberdade, quer direitos, e por conseguinte fraterniza com quem combate o despotismo e o arbítrio. (Apoiados)⁹⁶

Ottoni discursou ainda por longo tempo e, já sob a iluminação trêmula de algumas velas, garantiu que falaria muito mais naquela sessão, se isso dependesse apenas de sua vontade. Entretanto, o presidente visconde de Camaragibe viu-se obrigado a atentar para a pouca clareza em hora tão avançada, o que impossibilitava aos taquígrafos escrever, e encerrou os trabalhos. A discussão ficava adiada, porém não esquecida. Mais do que longa e exaustiva tergiversação sobre história ou a precisão de um conceito, definir a “oligarquia” no Brasil do início da década de 1860 era uma forma de os chefes da oposição chamarem para o seu lado, feito facho de luz na escuridão, os conservadores dissidentes, que não se identificavam mais com os chefes saquaremas, principalmente na polêmica

⁹⁶ *Idem*. Interessante apontar aqui a semelhança da argumentação de Ottoni com a de um longo artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 05/07/1860, no auge das discussões parlamentares sobre a reforma bancária. Esse artigo já foi citado no primeiro capítulo desta tese, mas vale a repetição de um trecho: “Lembrados estarão todos de que o partido, que hoje se diz conservador, e então conhecido pelo nome de saquarema, era o dominador do comércio, e mantinha um tal poder na praça do Rio de Janeiro, e por conseguinte em todas as mais de dependência desta, que tornava, pelo que pertence a finanças, impossível o governo nas mãos dos adversários. [...] Lembrados estarão todos, de que depois de elevados alguns homens a altura em que se acham. E envergonhando-se ao contemplar o negrume, desumanidade, e crime, que indelevelmente se via gravado nas escadas por onde haviam subido, esqueceram os favores recebidos, olvidaram o muito que deviam aos traficantes de escravos, e quebraram essa maldita escada atirando-a em pedaços para bem longe por lhe repugnar até o seu contato! Principiou então a esmorecer para com o partido saquarema, o que ele chamava sua influência no comércio”. O autor do artigo concluía: “A unidade bancária, pois, não era mantida em resultado de maduro estudo da ciência econômica, e sim importava um plano bem combinado de política, e como meio mais fácil de sustentarem-se no poder os homens que nunca souberam viver senão do Estado”. Poderiam muito bem ser palavras de Ottoni atacando a “oligarquia”.

Sobre os “brasileiros do §4º”, referia-se à Constituição em seu Título 2º - Dos cidadãos brasileiros: “Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

[...]

IV. Todos os nascidos em Portugal e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias onde habitavam, aderiram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência.”

bancária. Essa era a maior diferença no uso do termo em 1861 relativamente à década de 1840: influía não mais apenas na identidade liberal, mas na divisão dos adversários.

Foi justamente de um conservador dissidente que partiu a leitura de uma oportunidade de alternativa parlamentar, construída por políticos que se afastassem dos extremos, mas que também não era a liga preconizada por um número crescente de senadores e deputados. Cinco dias antes do discurso de Ottoni, o deputado eleito pela província do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos, falou sobre a noção de justiça na verificação de poderes:

Senhores, se como filósofos, se como católicos estamos todos de acordo na ideia de que a justiça é uma virtude fundamental, o mesmo não sucede a respeito do modo de praticá-la: aí que ocorrem dúvidas e dúvidas mui sérias. Era sobre isso que eu desejara que o nobre deputado se explicasse.

Com respeito à verificação de poderes, como entende o nobre deputado a justiça, como entende-a esta augusta câmara?

Eu a este respeito vejo a câmara dividida em três grupos: o conservador puro, que é de todos o mais numeroso; o grupo liberal em minoria, e um terceiro, composto dos deputados de um e outro lado, que chamarei o grupo central. Qual deles na verificação dos poderes obedece exclusivamente a justiça? Será o grupo conservador puro? Não. *(Apoiados e não apoiados)*

Alguns deputados: ouçamos o orador.

O Sr. Zacarias: O grupo conservador puro, por efeito de suas crenças políticas, na dúvida acha que a justiça está do lado dos seus amigos políticos, e isso é da essência dos partidos extremados.

Será o grupo liberal? A observação que faço a respeito do grupo conservador puro aplica-se irrecusavelmente ao grupo liberal: em caso de dúvida, ele acha razão em seus amigos. *(Apoiados e não apoiados)*

É o grupo central o único que se pode dizer sectário firme do princípio da justiça na verificação de poderes.⁹⁷

Se a definição de “oligarquia” ajudava a agregar os conservadores descontentes, também era necessário afastar-se das posições mais exaltadas, principalmente dos que eram vistos como agitadores das últimas eleições. A impressão que causara a perambulação de Teófilo Ottoni pelas ruas da capital foi exposta desta maneira por Eusébio de Queirós, no longo discurso feito no Senado havia alguns dias:

Quando chegaram à Santa Rita as notícias exageradas do que se passava em Santana, o senado sabe o que ocorreu. É público e notório que um cidadão muito importante que se achava em Santa Rita, dirigindo a eleição, exclamara: “Quem for liberal venha comigo, acudam os liberais de Santa Rita aos liberais de Santana”. Ouvi este fato a pessoas que me

⁹⁷ ACD, 22/06/1861.

merecem inteira fé. O que quer dizer, Sr. presidente, ser mantida a ordem pública na eleição de uma freguesia por grupos liberais de outra? Seria a força pública suspeita ou insuficiente para manter a ordem e a liberdade de voto? Era preciso auxílio dos batalhões de votantes? Este só fato bastaria para dar uma ideia justa do ponto a que tinha chegado a agitação.⁹⁸

Por certo, não era mero preconceito pessoal ou particularidade do velho chefe saquarema. A época de eleições mexia com convicções pessoais e a participação popular assumia um papel fundamental no momento de estabelecer limites. No teatro político que o pleito eleitoral proporcionava, a sociedade enxergava-se, de modo transparente, diante do tênue equilíbrio dos princípios opostos cujo confronto acreditavam que guiasse o desenrolar histórico: ordem e autoridade, progresso e liberdade.⁹⁹ Com estas palavras, Eusébio explicou a diferença de entendimento dos partidos sobre política, no que seria acompanhado, sem objeções, por outros integrantes do Parlamento:

V. Ex. sabe que o partido conservador é no Rio de Janeiro, como em toda a parte do mundo, um partido cuja força principal consiste em homens que não tomam grande calor nas questões políticas [...] Observou um pensador, notável publicista, “que os partidos conservadores são em toda a parte semelhantes a esses corpos de reserva que nas batalhas acodem ao lugar onde a ação está quase perdida para restabelecer a vitória”. Esta comparação me pareceu feliz; o partido conservador é quase sempre inativo, não manifesta em tempos ordinários nem entusiasmos nem grandes dedicações; seus aderentes não são cinco que gritam como cinco mil; não discutem nos botequins e nas praças públicas; não fazem circular notícias falsas para produzirem efeitos calculados em um momento dado; e isso não acontece só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, em toda a parte do mundo; mas, como eu já disse, na ocasião do perigo, os que pareciam como que indiferentes à política, aparecem, desenvolvem seus imensos recursos e quase sempre vencem seus adversários.¹⁰⁰

Para muitos, portanto, pareceria impossível, até mesmo indesejável, que os dois partidos, representantes de princípios tão inconciliáveis quanto necessários para a organização social, pudessem se fundir em uma liga, mesmo que temporária, buscando reformas. Desde que simples e pontuais, até mesmo o orador, reconhecido como empedernido conservador, admitia que elas deveriam acontecer, não por causa da fusão dos partidos, mas da mudança nas pretensões liberais:

No nosso país só temos necessidade, em matéria de liberdade, de alargar um pouco a liberdade prática, de diminuir o arbítrio das prisões, porque

⁹⁸ AS, 31/05/1861.

⁹⁹Sobre as ligações entre o bipartidarismo do século XIX e a filosofia histórica do progresso, ver LYNCH, Christian. *O Momento Monarquiano*, capítulo 4, principalmente p. 210-212.

¹⁰⁰ AS, 31/05/1861.

em tudo o mais, Sr. presidente, desde que o antigo partido que queria uma constituinte, que queria reformas da constituição, que queria corretivos para o senado, que queria senado temporário, disse: “Queremos a constituição tal qual”; nós dissemos: “Vós quereis exatamente o que queremos e o que queríamos; vós quereis aquilo que em outro tempo não queríeis; estamos todos de acordo”.¹⁰¹

Em seu conservadorismo, Eusébio achava que uma liga de partidos só serviria para dar guarida à agitação dos liberais. Mais grave ainda, escamotearia um movimento de profundo desrespeito com as instituições, que se manifestaria pela imprensa e até mesmo nos apodos políticos:

Os senhores que hoje negam a existência da agitação se esquecem das doutrinas que se espalharam a respeito desse consistório, desses cardeais, desse papa, etc.? (Risadas) Assim os nomes mais respeitáveis para um católico (Apoiados), eram empregados como um meio de lançar o ridículo sobre os adversários! [...]

Não há agitação, Sr. presidente, mas V. Ex. vê que essas publicações que o nobre senador pela província de Minas não gostou que fossem chamadas *panfletos* atualmente tornam-se mais frequentes do que nunca. Nestes escritos não há princípios, por mais respeitável, que não seja atacado; e devo mais notar a V. Ex., como um perigo, a tendência que há em atribuir-se tudo ao poder irresponsável.¹⁰²

Aos que também enxergassem exageros em jornais e panfletos ou encarassem com desconfiança o protagonismo popular de um Teófilo Ottoni dentro da liga, porém insistissem na possibilidade de mudanças, a proposta de um centro parlamentar pareceria muito mais segura. O trunfo de Zacarias de Góis e Vasconcelos foi manter-se afastado das ruas e juntar o delineamento dessa alternativa parlamentar com a candente questão da responsabilidade ministerial, acerca da qual se tornara referência havia um ano, quando sua obra *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* circulou na imprensa. Na sessão de cinco de julho de 1861, discursou para deixar bem claro o que entendia das questões:

Dois motivos, Sr. Presidente, persuadiram-me a pedir a palavra sobre a discussão do voto de graças, malgrado a repugnância que tenho de tomar parte em debates de política geral.

O procedimento que tive na verificação de poderes, e algumas proposições que nos respectivos debates enunciei, e que têm sido mal interpretadas, exigiam que eu aproveitasse uma ocasião solene como esta para explicar-me.

Por outro lado, Sr. Presidente, há cerca de um ano que a imprensa da Corte agitou, e após ela discutiu esta tribuna a grave questão – se os ministros de estado são ou não responsáveis pelos atos do poder moderador –, questão a que alguns ministros deram um desenlace

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem*, itálico no original.

inesperado, sustentando que a referenda ministerial em tais atos tinha exclusivamente por fim autenticá-los.

Estava eu então, Sr. Presidente, arredado da tribuna parlamentar; mas entendendo que a questão era gravíssima, recorri à tribuna que é acessível a todos – a imprensa – para levantar um pequeno brado contra essa nova e perigosíssima doutrina, que de certo modo fazia o seu aparecimento sob os auspícios do governo do país. Parecendo-me que essa questão seria aventada, e de fato o foi no presente debate, julguei que devera premunir-me com a palavra, para oportunamente tratar desse assunto.¹⁰³

Fazia política nos limites do Parlamento e de uma imprensa que serviria para esclarecer e civilizar o debate sobre questões constitucionais, fugindo de polêmicas provocativas. Ademais, suas propostas não visavam a desestabilizar gratuitamente o governo. Até esse momento, aliás, Zacarias estava longe de fazer-se oposicionista. Sua divisão dos campos parlamentares não significava, necessariamente, falta de sustentação ao Ministério 2 de março:

O que eu disse na verificação de poderes, Sr. Presidente, e o que ora sustento, é uma verdade ao alcance de todos. Disse que há na câmara conservadores e liberais, conservadores em grande maioria e liberais em minoria; que no lado conservador da câmara há homens decididos, de opinião, por assim dizer, feita sobre tudo o que desejam os homens do partido que se acham na administração do país (é o que nos jornais e nos salões chamam *vermelhos*), assim como há outros que sem deixarem de ser fiéis à lei do seu partido, dão sempre o seu voto às medidas de confiança que o governo julga necessárias, mas que, no que toca a medidas de outra ordem, a reformas ou disposições permanentes, reservam-se o direito de examiná-las, de estudá-las, e emitir francamente a sua opinião. Assim pronunciou-se o nobre ex-ministro da justiça [João Lustosa da Cunha Paranaguá]; assim pronunciou-se o nobre ex-ministro da marinha [Francisco Xavier Pais Barreto]. Ambos declararam prestar o seu apoio ao governo, mas sem previamente hipotecar o seu voto a todas as medidas do governo, qualquer que seja a sua natureza e importância. Eu também, senhores, acho-me nesse propósito. No que for de confiança conte o governo sempre com o meu voto; no mais quero exercer o meu direito de pensar sem quebra da adesão que lhe presto.¹⁰⁴

Seu posicionamento transformou-se à medida que se envolveu em cerradas discussões com o representante paulista Barbosa da Cunha e com o saquarema Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato, ministro da Justiça.¹⁰⁵ Ao primeiro, desagradava a sugestão de que o partido conservador estava cindido e, contra isso, aceitava ser chamado de puritano, além de não perder a oportunidade de ironizar os

¹⁰³ ACD, 05/07/1861.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ Para as ligações do bacharel e político Saião Lobato com os conservadores fluminenses, ver NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order*; p. 187.

que, de tanto falar em centro, em sua opinião, aproximavam-se de uma forma geométrica:

Antes de passar além, Sr. Presidente, cumpre-me desde já declarar que pela minha parte aceito a denominação de puritano, como designando uma qualidade comum aos dois lados em que se divide a casa, como uma qualidade que pode ser aplicada tanto a liberais como a conservadores; isto é, aceito a denominação de puritano como representando uma ideia contrária a ideia do justo meio, como significando que em política não queremos e não desejamos identificarmos com o centro, ou com aqueles que querem ser centro, e que, mais dias ou menos dias, hão de passar a ser circunferência (Apoiados e risadas).¹⁰⁶

Com Saião Lobato, a polêmica girou em torno da responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador. Instado por José Bonifácio, em um primeiro momento, a esclarecer a opinião do gabinete sobre assunto cheio de controvérsias pulsantes, o ministro inicialmente relativizou, respondeu que se tratava de “um dos dogmas da constituição do Estado, é um princípio fixo, um princípio cardeal, e não pode estar exposto às variações dos ministérios, de suas políticas, de seus programas”.¹⁰⁷ Não demorou muito, todavia, para desenvolver seu ponto de vista e marcar posição no debate:

E, pois, quanto à responsabilidade ministerial, declaro que ela é tão extensa quanto é possível: o ministro desde que é ministro, e enquanto é ministro, é responsável por tudo quanto se faz na governança do Estado, e por tudo quanto se deixa de fazer (Muitos apoiados). Entretanto, no que toca propriamente às funções do executivo, e está dentro das raias desse poder, a responsabilidade do ministro é tão ampla, que não fica no domínio da censura e da animadversão; pode ser traduzida em processo perante a autoridade competentemente constituída; pelo que diz respeito às funções e prerrogativas do poder moderador, a responsabilidade é moral (muitos apoiados); o ministério pelo fato de estar aderente ao chefe do Estado, aquele a quem privatamente confere a constituição esse poder, é responsável moralmente. Não incorre porém em responsabilidade legal, pois não há autoridade constituída que possa tomar conta dos atos do poder moderador (Muitos apoiados).¹⁰⁸

Quatro dias depois, Zacarias entrou na arenga, claramente contrariado com a interpretação que ministros conservadores insistiam em manter sobre o tema, de que eram meros autenticadores dos atos do Poder Moderador, sem responsabilidade jurídica. Mesmo assim, conseguiu estabelecer uma proximidade com Lobato, encontrando em sua declaração um avanço em relação ao gabinete transato:

¹⁰⁶ *ACD*, 10/07/1861.

¹⁰⁷ *ACD*, 01/07/1861.

¹⁰⁸ *Idem*.

O nobre Ministro podia ser mais claro no que disse a respeito da responsabilidade moral, declarando precisamente em que consiste essa responsabilidade; mas parece que S. Exa. chama responsabilidade moral a responsabilidade da censura, aquela (que alguns publicistas chamam política) em virtude da qual o Ministro pode ser interpelado, censurado; assim o entendeu a imprensa, e creio ser o pensamento (dirigindo-se ao Sr. Ministro da Justiça, que faz sinal afirmativo) de S. Exa.

Suposta essa explicação do nobre Ministro, direi que em parte estou satisfeito, e em parte não, com a resposta de S. Ex.

[...]

Sr. Presidente, quando outras razões eu não tivesse para aderir às vistas da administração atual, bastava a declaração que fez um membro do Gabinete de que o Ministro, desde que o é, e enquanto é Ministro, responde por tudo quanto se faz ou se deixa de fazer na governança do Estado. Essa declaração dissipa as apreensões que suscitaram as doutrinas contrárias expostas nesta tribuna o ano passado; e importa o triunfo das ideias que sempre tive por mais adequadas a conservar puro o brilho da Coroa e sem quebrar os direitos do povo.¹⁰⁹

Até o fim do mês de julho, no entanto, essa aparente boa vontade com o discurso ministerialista dissipou-se em meio a um desentendimento que foi ficando mais acerbo e acabou envolvendo até concepções distintas de soberania estatal. Além desse discurso do dia 5, Zacarias fez mais dois – sempre respondendo a Saião – em 16 e 25 do mesmo mês, que se tornaram emblemáticos sobre o tema. Tanto é assim que, na reedição de *Da Natureza*, em 1862, os trechos que o abordam foram transcritos e viraram apêndice do texto teórico. Esse papel doutrinador certamente lastreou a importância cada vez maior que Zacarias passou a ter dentro da oposição ao ministério Caxias e na relação com o imperador, o que era notado também por seus adversários mais contumazes:

O Sr. Barbosa da Cunha: [...] Há pessoas, Sr. Presidente, seguramente de grande merecimento, que tomando ao sério o acaso ou a fortuna que os fez uma vez ter assento nos conselhos da coroa, entendem por este fato que já se acham transformados em verdadeiros estadistas, e como tais habilitados não só a darem patente de moderados e de exaltados, como apregoarem novas doutrinas, darem novas regras de governo...

O Sr. Paes Barreto: - V. Ex. refere-se a mim?

O Sr. Zacarias: Isso há de ser comigo.¹¹⁰

Ao falar de “novas doutrinas” e “novas regras de governo”, Barbosa da Cunha por certo se referia à definição sustentada por Zacarias, na primeira contestação a Saião, de responsabilidade política e seu corolário parlamentar:

¹⁰⁹ ACD, 05/07/1861.

¹¹⁰ ACD, 10/07/1861. O cargo mais alto que Zacarias ocupara no Estado até esse momento fora o de ministro da Marinha, no gabinete de 11 de maio de 1852, presidido por Rodrigues Torres. Barbosa da Cunha provavelmente ironizava esse fato, tentando ofuscar o lugar de destaque que Zacarias tentava assumir.

No regime representativo, a responsabilidade que os publicistas julgam mais eficaz e poderosa é a que se exercita pela interpelação, pela censura. Por meio dela as assembleias podem fazer triunfar suas ideias, e o governo do país pelo país tende a tornar-se uma realidade.¹¹¹

Seu posicionamento frente a essa questão acabou sendo o definitivo facho de luz para os oposicionistas, porquanto, com ele, a responsabilidade ministerial deixava de ser matéria de hermenêutica constitucional para tornar-se uma tática de poder, passando da polêmica em torno do Poder Moderador para uma defesa da efetividade da regra da responsabilidade política dos ministros perante a Câmara. Não que fosse nova a ideia de que, em monarquias parlamentares, a escolha e sustentação dos ministérios dependem primordialmente do Parlamento, fonte de sua responsabilidade política. Porém, vinha disseminando-se mais amplamente no debate público nos últimos anos, mediante jornais como o *Atualidade* e o *Diário do Rio de Janeiro* e, pela primeira vez na história da monarquia brasileira, se desdobraria, no ano seguinte, em uma estratégia de ascensão da oposição da Câmara ao Executivo, como se verá no próximo capítulo.

Nesse contexto, em vez de falarem da formação de uma liga ou um centro, alguns políticos apontarão para o surgimento de um novo partido: o partido progressista, definição que já havia sido usada pelo senador Vasconcelos na reunião com votantes na paróquia de São José, em 19 de novembro de 1860. Da rua para a Câmara dos Deputados, o “progresso” precisaria ser definido e delimitado entre questões importantes para o governo do país, como soberania e representação.

¹¹¹ ACD, 05/07/1861.

Capítulo 3

“Nós que formamos hoje o partido progressista do Império”: polêmicas em torno da soberania, responsabilidade política e ascensão oposicionista

A existência dos partidos não é simplesmente uma consequência natural, inevitável dos governos das maiorias; é também uma necessidade para o andamento regular da máquina política. [...] Mas nem sempre os partidos sabem manter a devida disciplina em suas fileiras. Várias causas para isso concorrem. Infelizmente muitos são os elementos de desorganização. Há um fenômeno geral que se observa em todos os países regidos pelo sistema representativo: o partido que se diz conservador é ordinariamente bem disciplinado; nas fileiras dos soldados da liberdade nem sempre reina a mesma ordem [...] **“A disciplina dos partidos”**. *Jornal A Atualidade*, 19/06/1861.

A minha classificação dos partidos da câmara em nada pois se aparta da verdade de todos conhecida, e está bem longe de arrogar uma ofensa à mesma câmara. Macaulay, o historiador que há pouco citei, e que é ao mesmo tempo um publicista de primeira ordem, não julgou ofender nenhum dos partidos da câmara de que fazia parte, formulando o seguinte juízo: “Há alguma cousa que aprovar nos sentimentos de um e outro partido (tory e whig), mas os melhores espécimes de ambos não devem encontrar-se longe da fronteira que os separa. A porção extrema de um compreende velhos supersticiosos. A porção extrema do outro compreende empíricos superficiais e imprevidentes”. **Discurso de Zacarias de Góis e Vasconcelos, ACD, 05/07/1861**

Assim, pois, o orador declarava simplesmente que votariam os seus amigos a emenda apresentada pelo Sr. Zacarias em nome dos moderados e com concurso dos liberais.

Quanto à aliança entre esses dois grupos, o Sr. Otaviano fez ver em breves palavras que era toda natural, porque tendo de há muito os moderados reconhecido a necessidade de satisfazer-se as aspirações do progresso, os liberais tinham o direito de acreditar neles mais do que nos amigos dos ministros, que também hoje aceitavam as ideias liberais; e se o Sr. Saião procurou o manto do Sr. Nabuco de Araujo para defender-se, também procurasse no discurso proferido na véspera por esse distinto senador as razões da situação atual. **Jornal Diário do Rio de Janeiro**, 22/05/1862.

Em discussão com Barbosa da Cunha, inabalável defensor da integridade do partido conservador e do ministério Caxias, Zacarias ia sendo acusado de não conseguir, no fim das contas, “indicar um ponto para sobre ele basear a diferença entre moderados e exaltados”, ao que aparteou quase que instintivamente: “A diferença está personificada entre V. Ex. e mim: eu sou moderado, e V. Ex. não o é”.¹ Era 10 de julho, e em poucos dias o ânimo do representante do Paraná em relação aos ministros e seus defensores fiéis tinha mudado consideravelmente.

É importante reforçar que a delimitação de um “centro parlamentar” não significou, de imediato, oposição ao Ministério Caxias: “O programa do gabinete, reduzido à – justiça e economia – tem sido aqui atacado como lacônico demais, como absolutamente estéril. Eu penso diversamente”.² Ao se iniciarem os debates do voto de graças, Zacarias, inclusive, defendia os ministros, apontando a falta de proposições dos adversários ou a generalidade delas:

E se o programa do gabinete não presta, seja-me lícito, voltando-me para a oposição, perguntar-lhe: qual é o vosso programa?

Por mais atento que tenha estado à discussão do projeto de resposta à fala do trono, não ouvi até agora do lado da oposição ideias que se assemelhem a um programa.

O nobre deputado pela província de Minas Gerais [Teófilo Ottoni], que rompeu o debate do voto de graças, e que é o chefe do partido liberal nesta casa, no seu discurso não nos deixou entrever qual o programa que realmente fosse, no seu entender, adequado à atualidade. Nenhum dos outros oradores do lado liberal se deu a esse trabalho, nem mesmo o nobre deputado pelo 1º distrito da província de S. Paulo [José Bonifácio], que aliás indicou muitas e diferentes reformas como necessárias.

Um Sr. Deputado: - A reforma das leis de 3 de dezembro e da guarda nacional é um programa.

O Sr. Zacarias: - Uma coisa é a exposição das diversas necessidades do país, outra coisa é o programa de um gabinete. O programa compreende somente uma ou outra das necessidades do país mais salientes, e cuja satisfação melhor caiba em uma certa época.

Se o programa de um gabinete, Sr. presidente, fosse tão amplo como costuma ser o quadro das necessidades públicas traçado nos relatórios ministeriais, se todas as reformas a que aludiu em seu discurso o nobre deputado pelo 1º distrito de S. Paulo entrassem no âmbito de um programa, tal programa seria verdadeiramente assustador.³

Diferenciava-se da “liga constitucional”, portanto. Definitivamente, a intenção de Zacarias era afastar-se e oferecer uma alternativa ao campo liberal que poderia ser identificado como mais radical. Do líder eleitoral do lenço branco,

¹ ACD, 10/07/1861

² ACD, 05/07/1861

³ *Idem.*

tratado com um pé atrás por muitos deputados e senadores, já havia discordado em um assunto que passou a ocupar as duas casas legislativas em junho, o qual retomava antigas divergências partidárias acerca do pacto institucional do Império. Na sessão do Senado de 31 de maio, o visconde de Jequitinhonha ofereceu um requerimento para que se criasse uma comissão conjunta com a Câmara a fim de se examinar e propor um projeto de interpretação do artigo 10 §§1º, 5º e 6º, artigo 11 §9º e artigos 15, 16 e 19 do Ato Adicional.⁴ Seguindo os trâmites regimentais, o requerimento foi aprovado pelos pares e passou à Comissão de Constituição e Poderes dos deputados, da qual recebeu parecer positivo, em 12 de junho, recomendando a empreitada. Foi ao plenário na primeira parte da ordem do dia da sessão de 27 de junho, a mesma em que Ottoni discursou até cansar as vistas dos taquígrafos. Antes, porém, de atacar os oligarcas do país, ocupara a tribuna para criticar a intenção de se mexer com a lei de 1834:

[...] lançando os olhos para quaisquer dos parágrafos mencionados, vejo disposições claras e terminantes que não oferecem a menor dúvida. Em

⁴O Ato Adicional é a Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834, faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832. Os trechos em questão são:

“Art. 10º Compete às mesmas Assembleias [provinciais] legislar:

§1º Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província, e mesmo sobre a mudança da sua Capital para o lugar que mais convier. [...]

§5º Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer as despesas dos seus municípios.

§6º Sobre repartição da contribuição direta pelos municípios da província, e sobre a fiscalização do emprego das rendas públicas provinciais e municipais, e das contas da sua receita e despesa.

As despesas provinciais serão fixadas sobre o orçamento do Presidente da Província, e as municipais sobre o orçamento das respectivas Câmaras. [...]

Art. 11º Também compete às Assembleias Legislativas Provinciais: [...]

§9º Velar na guarda da Constituição e das Leis na sua província, e representar à Assembleia e ao Governo Gerais contra as leis de outras províncias que ofenderem seus direitos. [...]

Art. 15 Se o Presidente julgar que deve negar a sanção, por entender que a Lei ou Resolução não convém aos interesses da Província, o fará por esta fórmula – Volte à Assembleia Legislativa Provincial – expondo debaixo de sua assinatura as razões em que se fundou. Neste caso será o Projeto submetido à nova discussão; e se for adotado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo Presidente alegadas, por dois terços dos votos dos membros da Assembleia, será reenviado ao Presidente da Província, que o sancionará. Se não for adotado, não poderá ser novamente proposto na mesma sessão.

Art. 16 Quando porém o Presidente negar a sanção por entender que o Projeto ofende os direitos de alguma outra Província [ou a Constituição do Império, como deixou claro a Interpretação do Ato Adicional, de 1840], nos casos declarados no §8º do art. 10; ou os Tratados feitos com as Nações Estrangeiras, e a Assembleia Provincial julgar o contrário, por dois terços dos votos, como no artigo precedente, será o Projeto, com as razões alegadas pelo Presidente da Província, levado ao conhecimento do Governo e Assembleia Gerais, para definitivamente decidir se ele deve ser ou não sancionado.

Art. 19 O Presidente dará ou negará a sanção, no prazo de dez dias, e não o fazendo ficará entendido que a deu. Neste caso, e quando, tendo-lhe sido reenviada a Lei, como determina o art. 15, recusar sancioná-la, a Assembleia Legislativa Provincial a mandará publicar com esta declaração; devendo então assiná-la o Presidente da mesma Assembleia.”

tais circunstâncias receio de antemão hipotecar o meu voto para se interpretar: para que, a pretexto de interpretação, se não continue a reformar o ato adicional [...] para que se não continue a cercear as franquezas e atribuições que esta lei salvadora concedeu às províncias.⁵

Zacarias fazia parte da Comissão de Constituição, que, no caso, emitiu parecer positivo ao requerimento do Senado. Respondeu a Ottoni que se tratava “apenas de estudar, de examinar certos artigos do ato adicional” e, por conseguinte, era exagerado o receio de que as liberdades provinciais fossem atacadas, não havendo motivos para que se assustasse o patriotismo do representante mineiro.⁶ Depois de discorrer sobre todas as dúvidas que, em sua opinião, restavam sobre os dispositivos do Ato Adicional elencados por Jequitinhonha, e que justificariam sua interpretação, concluiu:

Eu disse a princípio, e repito, que voto pelo parecer porque não tenho as apreensões a este respeito que parece nutrir o nobre deputado de Minas Gerais. Nada receio pelas franquezas provinciais nem pela liberdade no país; porque muito antes que os últimos movimentos da Europa rasgassem os pergaminhos carunchosos, de que falou o nobre deputado [Ottoni, referindo-se aos avanços do liberalismo italiano], muitas dezenas de anos antes tínhamos nós a ventura de possuir uma monarquia assentada na base larga da soberania popular... [...]

Disse e sustento: temos a monarquia assentada na base larga da soberania popular, forma de governo onde os abusos, se os há, existem em uma esfera inferior, a que chegam eficazmente, e sem o menor inconveniente para a ordem pública, os brados da tribuna, as reclamações da imprensa, e que tendem a diminuir à proporção que desenvolver-se a civilização do país, em que muito confio.⁷

Como se vê, combatia os exageros defendendo que o arranjo institucional do Império brasileiro já estava firmemente fundado na soberania do povo, dando a entender que, nesse ponto, o país estava mais bem resolvido que as monarquias europeias que só cederam ao liberalismo frente a movimentos radicais. A atribuição de um papel civilizatório para a tribuna e a imprensa, aliás, deixava bem claros os limites que, para ele, a política deveria assumir. Era sempre uma provocação ao líder *pogyrum*.

Quanto ao representante do 1º distrito paulista, José Bonifácio, era um jovem político que provinha do famoso clã dos Andradas e carregava o mesmo nome do tio, de tão destacada atuação na independência e nos primeiros anos do Estado brasileiro – apoiador de Pedro I, mas que rompeu com o monarca em meio às

⁵ *ACD*, 27/06/1861.

⁶ *ACD*, 28/06/1861.

⁷ *ACD*, 28/06/1861.

polêmicas que envolveram a Constituinte de 1823.⁸ Apenas essa linhagem já seria motivo suficiente para colocá-lo sob a atenção de todos que acompanhavam sua estreia parlamentar naquele ano. O neófito, entretanto, mostrava-se disposto a deixar logo sua própria marca na tribuna. Foi o segundo inscrito no debate sobre a Resposta à Fala do Trono e fez um discurso que, mesmo invocando tópicos da tradição liberal, recebeu cumprimentos da maioria dos deputados e ministros presentes à sessão de 28 de junho.⁹

Discursou sobre os problemas da intervenção do governo nas eleições e no Parlamento: “Libertai o voto, responsabilizai os ministros, reabilitai o parlamento, e todos os órgãos do executivo funcionarão com regularidade. É preciso que a representação venha do povo”. Abordou também as questões econômicas, defendendo a “liberdade” como regra e a “tutela administrativa” como exceção; ponderou bastante sobre a situação dos partidos:

Pergunto aos nobres ministros: se não trilham uma senda nova, que política aceitam? Aquela que foi apregoada pelo Sr. ex-ministro do império [o saquarema João de Almeida Pereira Filho] como capaz de extinguir os elementos de desmoralização no país, ou pelo contrário, aprendendo no passado as lições proveitosas e invencíveis da experiência, querem, esquecidos dos muitos excessos, caminhar para o único sistema possível, que o nobre ministro poderá condenar como

⁸ José Bonifácio, o Moço, como passará a ser conhecido para evitar confusões, era filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844) e Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, filha de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), conselheiro e ministro de d. Pedro I, banido e exilado na França, entre 1823 e 1829. Além de sobrinho, portanto, o Moço era neto de seu célebre homônimo.

⁹ Um outro jovem e debutante deputado de 1861 era o alagoano Aureliano Candido Tavares Bastos, que, por aqueles dias da metade do ano, lançava-se também como escritor político. Sob o pseudônimo de “O Excêntrico”, publicou *Males do presente e as esperanças do futuro*, em cuja dedicatória evocou a performance de Bonifácio: “Foi uma bela manhã a de ontem na Câmara dos Deputados. [...] Não embalde assistimos a mais um combate da palavra. De um lado, o governo, por seu órgão, deixou ver bem claro que não pretende galvanizar o passado, ressuscitar os seus certames e os seus ódios. De outro, José Bonifácio, o herdeiro do mais belo nome da nossa história, levanta, como um globo de luz a sua cabeça sobre a assembleia”. Ao final de seu opúsculo, ensaiou uma aproximação do representante paulista, dizendo partilhar do mesmo “programa da mocidade”, para, em seguida, apontar para sua impossibilidade: “Mas... Aonde, a que longínquos mares nos arrebatava a fantasia? Mas, tudo isso é, sem dúvida, mais belo de ouvir-se do que fácil de ver-se. Quando José Bonifácio triunfante descia ontem da tribuna, alguém, cujo bom senso não conhece rival, interrogado sobre a bandeira que o orador acabara de hastear com tanta pompa, respondeu: ‘Ele tem razão, mas para realizar as suas ideias é preciso um século’. [...] Tudo, porém, demonstra que ainda está longe o dia em que deva um governo sábio assentar-se nas alturas do poder para dar corpo e formas às ideias de futuro e progresso do nosso programa, José Bonifácio, o programa da mocidade!”. Aureliano Tavares Bastos. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. [1861] São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939. Eide Abrêu nos mostra que, nesse momento, a despeito de toda essa admiração à Bonifácio, o alagoano ainda estava próximo dos conservadores. Cf. ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. Tavares Bastos e as tramas da Liga Progressista e do Partido Liberal (1861-1872). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011; capítulo 1 “Em tramas conservadoras”, principalmente p. 56-78. Essa ligação com os conservadores, que não anulava o reconhecimento de algumas reivindicações liberais, conferia ao pseudônimo “Excêntrico”, podemos pensar, um caráter provocativo em relação ao “centro” proposto por Zacarias.

sistema da liga, mas que eu aplaudo como sistema da restauração constitucional?! (Apoiados; muito bem)

O nobre ministro pode ver na união de liberais e conservadores de outro tempo um agregado informe e indefinível; mas eu lhe peço licença para ponderar que não deve medir todas as exigências do presente por todas as paixões do passado! (Muitos apoiados)

Não é possível marcar uma divisa além da qual nem uns nem outros possam passar, quando por ventura os interesses nacionais, o progresso das ideias, e além de tudo o patriotismo lhes ordenem que caminhem! (Muitos apoiados).¹⁰

Naquele momento, a oposição ainda cobrava do gabinete Caxias uma declaração definitiva sobre sua compreensão e posicionamento na conjuntura política. Era de conhecimento geral que os ministros anteriores acabaram retirando-se por divergirem sobre as decisões cabíveis após o resultado eleitoral de janeiro. João Almeida Pereira, o nome mais ligado aos conservadores fluminenses, puxou o grupo que via um cenário de grande e perigosa agitação e defendia uma intervenção maior, uma política “enérgica” contra a anarquia, como registrou em carta demissionária.¹¹ Conhecendo essas convicções, nem era necessário dizer que, para o ex-ministro do Império, a aproximação dos partidos seria uma aberração. O que Bonifácio e os demais opositoristas queriam saber era o caminho que os componentes do Ministério 2 de março estavam dispostos a seguir. Como alternativa, o paulista apostava no fim das antigas barreiras partidárias como meio de “restauração do sistema constitucional” e apresentava como proposta mais

¹⁰ ACD, 28/06/1861.

¹¹ Foi d. Manoel Mascarenhas, na sessão do Senado de 20 de maio, quem primeiro apontou para o papel desagregador do ministro, o último a ingressar no gabinete 10 de agosto: “Digam eles o que quiserem: sabemos de tudo; quando chegou o Sr. Almeida Pereira Filho as coisas foram um pouco adiante, e todo o mundo previa que o ministério teria de retirar-se [...] As dissensões entre alguns ministros eram quase continuadas e sucessivas, até que finalmente depois das eleições romperam de todo, e me afirma pessoa bem informada que alguns ministros trocaram entre si palavras impróprias de cavalheiros que ocupam lugar tão elevado [...]”. Mesmo sendo contradito pelo ex-ministro dos Estrangeiros Cansansão de Sinimbu, d. Manoel insistiu em sua versão e referiu-se à carta que Almeida Pereira teria escrito aos seus colegas “patenteando o estado do país de acordo com os sentimentos da oligarquia, de quem era instrumento, e ao mesmo tempo propondo medidas de repressão” (AS, sessão de 20 de maio de 1861). Diminuindo o seu valor na crise ministerial, Silva Ferraz confirmou a existência da carta e leu-a em plenário. Com efeito, a leitura da situação não é das mais lisonjeiras: “As circunstâncias do país são difíceis, elementos subversivos atuam fortemente sobre ele; a contrariedade que têm sofrido muitos interesses que estavam enraizados e o mal estar de algumas províncias, devido a causas alheias à governação do país, têm produzido o descontentamento que lavra em larga escala por muitas classes da sociedade. A situação exige, pois, uma política prudente, mas enérgica, que não excite os ânimos, mas inspire a crença de que a autoridade está firme na resolução de comprimir a anarquia, e cercada dos elementos precisos para conseguir esse fim” (AS, sessão de 23 de maio de 1861). Pedía, então, sua exoneração por considerar que não havia homogeneidade de pensamento que desse ao ministério “uma só vontade e um só desígnio” perante o público. A carta é datada de 20/02. Pouco mais de uma semana depois, o ministério caiu.

concreta uma antiga demanda liberal, mas que, em sua opinião, os conservadores também já poderiam reconhecer como justa:

Como Brasileiro, e além disso como Paulista, como partidário da descentralização administrativa, sinto ainda necessidade de pedir a S. Ex. talvez, não em nome de minha província, mas em nome de todas as províncias do Império, alguma coisa mais de liberdade e de movimento, alguma coisa mais que faça que todos considerem as nossas províncias como irmãos (apoiados), irmãos que igualmente se desvelam no amor estremecido que consagram à monarquia constitucional representativa (Muitos apoiados).

Eu devo pois dizer ao governo: - descentralizai a administração, porque os interesses locais são distintos dos interesses gerais (apoiados); e mesmo nos interesses gerais, dentro de certos limites, é preciso não entregar exclusivamente a defesa da causa nacional ao governo geral (Apoiados).

Aos inimigos da descentralização, porque veem nela perigos para as ideias conservadoras, eu peço licença para opor as palavras de um homem notável e cingido por uma dupla coroa – a coroa da ciência e a coroa dos revezes. Falo de Guizot. Em toda a sua vida ele sustentou a centralização, não só administrativa como política; desenganou-se, e quando, depois da revolução, a tormenta o atirou para longe do poder, confessou o erro cometido.¹²

Não parece exagero afirmar que a descentralização era, para ele, a “divisa” além da qual os partidos deveriam confluír.¹³ Ao evocar o exemplo do mais importante doutrinário francês, parecia querer mostrar que o tempo, a experiência e a evolução da sociedade, acabavam por transformar a convicção dos conservadores, enveredando-os no sentido da necessidade de reformas. Caberia aos conservadores brasileiros reconhecer esse movimento. Por isso, Bonifácio cobrava uma posição mais decidida do ministério e lembrava o discurso de Eusébio de Queirós admitindo concessões à “liberdade prática”:

Sei bem, senhores, que a franqueza às vezes é um mal; sei que a enunciação aberta de um programa pode produzir uma oposição forte e numerosa; mas os governos que têm consciência de si devem preferir a tudo uma manifestação clara e positiva, e não tímida e dúbia (Apoiados). [...] eu dirijo ao governo palavras que ele pode dirigir aos seus amigos: vós me acusais de haver destruído os partidos; eles se dissolveram; já não existem como existiram! Têm suas tradições, mas já perderam sua fé; têm sua bandeira, mas não combatem pela mesma causa! Onde estão as ideias e paixões que os formavam? Liberais e conservadores, sentis

¹² ACD, 28/06/1861.

¹³ Para a importância do debate centralização x descentralização, principalmente na segunda metade do século XIX, ver FERREIRA, Gabriela Nunes, *Centralização e Descentralização no Império: o Debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999. COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai, Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

acaso a necessidade de caminhar além de uma liberdade bem entendida, ou vedes ameaçada a monarquia?

O vosso ilustre chefe já proclamou da tribuna do senado a liberdade prática, e esta liberdade é impossível em vista das leis que fizestes (Apoiados). Vossos homens de estado, do alto do poder, já têm reconhecido a necessidade de conceder alguma coisa ao elemento popular; reformas pensadas e refletidas estão no espírito de amigos e adversários (Apoiados).¹⁴

Por mais que moderassem nas declarações, nada parecia suficiente para convencer Zacarias de que valeria a pena uma aproximação dos mais eloquentes representantes liberais. A sua ideia de centro não pressupunha que “divisas” devessem ser ultrapassadas, como sugeriu Bonifácio, muito menos que se tratasse de movimentos políticos ou direito de revolta dentro do Parlamento, ao modo mais contestador que Ottoni por vezes assumia. Na sessão de cinco de julho, quando tomou definitivamente uma posição de destaque na tribuna, além de afirmar que as reformas aludidas por José Bonifácio formariam, no limite, um programa “verdadeiramente assustador”, atacou o entendimento do representante paulista sobre a situação partidária do país:

A era atual dos partidos o honrado deputado pela província de S. Paulo chama – restauração.

O que é, porém, a restauração dos partidos? Segundo o nobre deputado é a liga ou união de liberais e conservadores de outrora, isto é, de liberais que deixaram de ser liberais e de conservadores que deixaram de ser conservadores, aos quais o nobre deputado dirige esta pergunta (*lendo*): “Liberais e conservadores, sentis acaso a necessidade de caminhar além de uma liberdade bem entendida, ou vedes ameaçada a monarquia?”.

Por esse teor entende o nobre deputado que os dois partidos antigos transformaram-se na mudança geral que ele descreve assim: “Tudo mudou, os partidos como as ideias, as ideias como os sentimentos, os sentimentos como os costumes”.

Assim, na opinião do nobre deputado, Sr. presidente, a restauração fundiu ex-conservadores e ex-liberais, e ligou-os estreitamente para promover juntos a felicidade do país.¹⁵

O orador prosseguia, afirmando que o argumento da fusão era “falso historicamente, e falso ainda sob o ponto de vista do nosso direito constitucional, e se existisse seria um mal para o país”. A forma como entendia o processo histórico pressupunha o bipartidarismo entranhado na Constituição, além de características inconciliáveis de cada agrupamento. Tão inquestionável como a existência do Criador para um católico, seria a existência dos liberais convictos e certa predisposição para a agitação:

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ ACD, 05/07/1861.

Eu creio, Sr. presidente, que a constituição supõe a existência de dois partidos distintos, com diversas tendências, os quais fundados nela tem existido, sob nomes e qualificações diferentes, e hão de continuar a existir, sem jamais perder a sua identidade.

Se me pedissem provas, Sr. presidente, da existência da ideia liberal hoje como foi outrora, eu diria como aquele filósofo, que, sendo por alguém instado a dar uma prova da existência de Deus, limitou-se a responder-lhe, apontando para o firmamento: vede.

Eu diria, apontando para aquele lado em que assenta-se a oposição: vede. Com efeito, nota-se nesse lado o mesmo estremecido amor de outros tempos pelas franquezas das províncias, pelas prerrogativas das respectivas assembleias, a ponto de que nem um convite sequer aceitar da câmara vitalícia a esta augusta câmara para o estudo de dúvidas que oferecem várias disposições do ato adicional.

É sempre o mesmo horror à centralização, sempre o mesmo entusiasmo pelos movimentos políticos. E se não, digei-me: onde foi o nobre chefe da oposição nesta casa (*olhando para o Sr. Ottoni*)...

O Sr. Ottoni: - Não me consta que a oposição tenha-me nomeado chefe.

O Sr. Zacarias: - Isto é modéstia de V. Ex.; mas permita que lhe dê o título, e por ele o trate com liberdade oratória.¹⁶

Era notória a necessidade de associar Ottoni com o radicalismo político. Tampouco passara despercebida a menção ao liberalismo italiano, com que ele começara seu discurso na abertura dos debates sobre a Resposta à Fala do Trono, e que Zacarias logo associou a uma afronta a governos constituídos e ao catolicismo:

[o liberalismo italiano] se por um lado despedaça tronos legítimos, arroga-se por outro lado, um poder maior que o do inferno, porque este, conforme acha-se escrito em livros que não mentem, não há de jamais prevalecer contra a barca de S. Pedro, e aquele liberalismo ameaça-a.

O Sr. Tavares Bastos: - Não é isso o que quer o liberalismo italiano.

O Sr. Pinto de Campos: - Entra sem dúvida nos planos desses revolucionários a submersão da barca de S. Pedro; ou então haja de definir melhor os seus fins.

O Sr. Francisco Otaviano: - É grave a injustiça que V. Ex. faz aos liberais da Itália.

O Sr. Tavares Bastos: - Apoiado.

O Sr. Pinto de Campos: - Se a não submergem é porque não podem. (*Há outros apartes*).¹⁷

Percebe-se pelos apartes que as referências e opiniões de Ottoni não eram isoladas no campo liberal. Encontravam eco em seus companheiros de liga e mesmo em conservadores, como Aureliano Tavares Bastos, que faziam algumas concessões aos adversários. Porém, continuaram sucedendo-se discursos que insistiam na excepcionalidade e nos perigos da posição do mineiro. Ao fazer questão de defini-lo como chefe da oposição, ao mesmo tempo em que o associava a controvertidas ideias, Zacarias desqualificava as pretensões de todo o grupo, por mais que outros

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Idem.*

nomes apresentassem um discurso de extrema moderação e legalidade. No dia anterior, por exemplo, Felix Xavier da Cunha, deputado pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul, afastara do horizonte liberal qualquer pretensão de reformas conquistadas por meio de revoltas. Defendia, ao contrário, que o tempo das lutas passara, que o governo controlado pelo princípio conservador não tinha mais sentido e que, sem compressão, a sociedade progrediria naturalmente:

Eu me persuado que no estado calmo das opiniões, no estado de progresso pacífico e refletido em que se acha a sociedade, deixou de ter uma significação aquela bandeira que se hasteou sempre no meio dos embates da anarquia e da desordem, com o fim de restabelecer a paz pública, e que prevalecia-se disso para exigir constantemente que se fortalecesse o princípio da autoridade, a fim de poder impor à agitação e esmagar os seus adversários. [...]

Se o país pede reformas, como se apoia o gabinete na opinião conservadora? Se a situação do país é normal e pacífica, Sr. presidente, como o pensamento organizador do ministério exprime a ideia de resistência? Como se explica a oportunidade de um ministério composto de cidadãos que têm o seu nome escrito nas lutas ativas e extremas, onde combateram com excesso e como representantes da escola da autoridade os excessos da liberdade?

O nobre presidente do conselho é um nome a quem todo o país deve respeito e gratidão (*apoiados*), pelos seus serviços, pelo seu passado, e pela firmeza de seus princípios, como se disse. [...] Se seu passado é um programa, esse passado é o de um feliz pacificador de revoltas, é o passado de um general firme em seus severos princípios de força e autoridade, e não são por certo a política ou as ideias de seu passado as mais próprias para satisfazer as necessidades atualmente sentidas.¹⁸

Atento a todos que participavam do debate, Zacarias dialogou com essa proposição de Felix da Cunha, mas sua intenção foi, mais uma vez, expor Teófilo Ottoni:

Referindo-me, Sr. presidente, à declaração do nobre deputado pela província do Rio Grande do Sul a respeito das atuais tendências pacíficas do partido liberal, devo todavia observar que o nobre deputado, nem por sua idade nem por sua posição no partido, era o mais próprio para dar-nos essa segurança. Quem me parecia mais adequado, Sr. presidente, a assegurar-nos que o partido renunciará de uma vez para sempre o recurso às armas, era o nobre deputado pelo 2º distrito eleitoral de Minas.

O Sr. F. Otaviano: - Não era ninguém; são os fatos.

O Sr. Ottoni: - Eis porque V. Ex. teve a bondade de despachar-me chefe.

O Sr. Zacarias: - V. Ex. o é de fato e de direito nesta casa.

Ora, Sr. presidente, o nobre deputado por Minas, no seu discurso proferido há dias sobre a discussão do voto de graças, exibiu em uma simples proposição toda a sua teoria a respeito das revoluções nos Estados; mas não disse-nos uma palavra sequer acerca do propósito em que esteja o partido liberal de não mais lançar mão das armas.

¹⁸ ACD, 04/07/1861.

Estando o nobre deputado de Minas a discorrer, deu-lhe o Sr. Carrão o seguinte aparte: “Nunca uma nação bem governada se revoltou”. Então o nobre deputado de Minas, com a prontidão que lhe é própria, respondeu ao aparte dizendo: “Nem as mal governadas se devem revoltar *de leve*”. Eis aí claramente exposto o pensamento do nobre deputado sobre as revoluções dos Estados: o nobre deputado não as admite de leve, e portanto só aprova-as em casos extremos. Mas a respeito dos partidos, qual é a ideia do nobre deputado?¹⁹

Colocava-se em foco, então, um tema tão caro quanto polêmico na tradição do liberalismo: o direito de resistência e insurreição na constituição dos Estados. Zacarias não negava a legitimidade desse expediente; pelo contrário, assumia a sua importância, inclusive, para a formação da monarquia brasileira. Sabia, entretanto, que a interpretação dessa tradição liberal era digna de dividir partidos – aliás, sua grande questão era o cabimento desse direito em uma sociedade com agrupamentos políticos estabelecidos:

O nobre representante pela província de S. Pedro sustentou que o seu partido não se apoiava mais no santo direito de insurreição, e até disse que por esse motivo era hoje o mais apto a realizar as largas aspirações do país. Ele nos deu a entender, de acordo com as ideias da política de agitação pacífica da Irlanda, que recurso às armas nunca. Pensará o nobre deputado por Minas do mesmo modo?

O Sr. Ottoni: - Eu não proferi – nunca.

O Sr. Zacarias: - Logo, há divergência, e peço à câmara que tome nota disto, entre o nobre deputado do Rio Grande e o nobre deputado de Minas, um diz – nunca -, o outro guarda certas reservas.

O Sr. Ottoni: - Ele se explicará. Eu não admito que os partidos se revoltem de leve; mas há razões que podem legitimar as revoluções nacionais.

O Sr. Zacarias: - Logo, V. Ex. sempre admite que os partidos possam algumas vezes revoltar-se, aplicando-lhes a mesma regra que estabeleceu para os povos, entretanto que a verdade é que o que se diz de um povo não se diz de um partido.

Um partido, Sr. presidente, por mais numeroso que seja, não é a nação, nem mesmo os dois juntos o são.

O Sr. F. Otaviano: - Isto é contestar a legitimidade da revolução, em consequência da qual temos um trono.

O Sr. Zacarias: - Uma nação pode levantar-se contra a opressão; mas os partidos que não constituem a nação, que fazem uma pequena parte dela, não têm direito de nas suas recíprocas dissensões revoltar-se.²⁰

¹⁹ ACD, 05/07/1861.

²⁰ ACD, 05/07/1861. A respeito da Irlanda, Felix da Cunha falara no discurso do dia anterior: “Também na Inglaterra, quando Wellington entrou para o governo, os ventos que sopravam do lado da Irlanda revolviam a sociedade com a incandescente ideia da emancipação dos católicos, e as circunstâncias aconselhavam uma política de ameaça, que todavia não triunfou, que não teve forças para impedir. No meio da efervescência da liga ainda entrou como representante do elemento da ordem. E ambos, Sr. presidente, eram capacidades administrativas” (ACD, sessão de 4 de julho de 1861). Referia-se ao contexto de aprovação do *Roman Catholic Relief Act*, cujo principal significado foi permitir o assento de católicos no Parlamento do Reino Unido. Sobre o processo de Emancipação

Revolta legítima, portanto, era a da “nação” contra a opressão tirânica, bem na linha do pensamento liberal que remonta a John Locke.²¹ No caso brasileiro, subentende-se na opinião de Zacarias, acorde com Francisco Otaviano, que a fundação do Estado monárquico independente devia-se a um levante contra a opressão. Não à toa, o representante do Paraná afirmara que o Império assentava-se na soberania popular, o que até o aproximava da opinião dos liberais, sem passar desse ponto, no entanto. De resto, esforçava-se para despontar como referência que transitava na divisa entre os dois partidos, mas que, se necessário, penderia para o lado conservador sem titubear, como demonstrava seu apoio ao ministério Caxias. Para firmar-se, continuava a colocar o líder mineiro contra a parede, tentando arrancar dele, na tribuna, a defesa do direito de um partido revoltar-se.

Zacarias jamais imaginaria que, poucos dias depois, seria ele mesmo taxado de defensor da revolução por Saião Lobato, ministro da Justiça. Esse ataque precipitará sua transformação em líder da oposição e mentor de uma tática de ascensão ao Executivo. Ao mesmo tempo, isolará o entendimento de soberania popular manifestado por Teófilo Ottoni, que não hesitava em procurar as ruas nem em oferecer uma reinterpretação da experiência histórica brasileira.

Soberania, representação e responsabilidade: o papel ativo do Parlamento no sistema representativo

O embate entre Zacarias e Ottoni naquele momento não se resumia à implicância pessoal nem se limitava a um combate ao radicalismo. Em um contexto em que se discutia a agitação política nas eleições e as regras de convivência de Parlamento e Executivo no sistema representativo, tratar do direito de resistência escancarava, assim, a questão da relação entre partidos e soberania. De onde emanava a soberania no Estado brasileiro? Qual o papel dos partidos dentro dela? Em uma sociedade que se enxergava em constante movimento, que pensava a

Católica e a aprovação do Ato, em 1829, ver PARRY, Jonathan P. *The rise and fall of liberal government in Victorian Britain*. New Haven&Londres: Yale University Press, 1993; capítulo 4.

²¹ Sobre o assunto, ver GUIMARAENS, Francisco de. “Direito de resistência e receptividade de doutrinas jurídicas”. In: Revista *Direito, Estado e Sociedade*, n. 30, jan/jun 2007; p. 167-176.

história progressivamente, como equilibrar os princípios opostos de liberais e conservadores no governo, conduzindo as transformações necessárias?

No mesmo discurso em que evocou a polêmica do direito de revolta e os partidos, justamente no sentido de diferenciá-los e negar uma fusão, Zacarias buscou no exemplo inglês a explicação para as forças sociais que se enfrentavam. Citou Thomas Babington Macaulay (1800-1859), representante *tory*, cujos discursos em favor da reforma eleitoral inglesa de 1832 “popularizaram os postulados centrais do conservadorismo burkeano ao descartar o constitucionalismo antiquário e adaptar a Constituição Inglesa às novas realidades”²²:

Nem é só em nosso país que tais partidos existem com as tendências que tenho referido. Onde quer que se ache em prática o regime representativo esses dois partidos se encontram, embora com as modificações próprias dos tempos e lugares.

Direi mesmo que um partido com tendência à estabilidade e outro ao movimento não só existem em todos os países livres e são inerentes à política, mas se encontram, como se exprime Macaulay, na literatura, nas belas-artes, na ciência, na medicina e artes mecânicas, na navegação e agricultura, e até nas matemáticas. Eis as palavras do grande historiador: “Em toda parte existe uma classe de homens que se afeiçoam com paixão a tudo o que é antigo, e que quando razões irresistíveis os convencem de que uma inovação é salutar, consentem nela, mas sempre com receio. Há também por toda parte outra classe de indivíduos ardentes em suas esperanças, cheios de ousadia em suas teorias, sempre dispostos a inovações, etc.

Os dois partidos, que assim temos mostrado serem destinados a satisfazer verdadeiras e essenciais necessidades, têm em toda a parte do mundo, e os daqui não escaparam à sorte comum, defeitos, como é da natureza das cousas que a cada virtude humana corresponda um vício.

Assim é que o partido conservador, pelo zelo da ordem, da estabilidade, da autoridade, tende a comprimir, se por ventura o partido liberal não lhe bradar que se contenha, e o partido liberal, abrasado no amor dos direitos populares, esquece-se da ordem pública e da autoridade, se o partido conservador lhe não opuser estorvo. A nau do Estado só em mãos dos conservadores, sem a presença e a fiscalização dos liberais, quase não marcharia; mas, confessemos-lo, também, a nau do Estado só em mãos de liberais, sem o contrapeso do partido conservador, sem as particularidades de remora com que este partido poderia diminuir-lhe a marcha, faria dezenas e dezenas de milhas por hora, impelida pelo vapor do patriotismo para mares desconhecidos.

O Sr. Calazans: - E talvez naufragasse. (*Risadas*)²³

Sua crença na incompatibilidade dos princípios refletidos nos dois partidos levava-o a condenar a ideia de uma liga. A fiscalização mútua entre ambos, que era

²² LYNCH, Christian. *O Momento Monarquiano*; p. 201. Sobre a Reforma Eleitoral na Inglaterra, PARRY, Jonathan P. *The rise and fall of liberal government in Victorian Britain*, op. cit.; p. 95-105.

²³ ACD, 05/07/1861.

imprescindível para o Estado, em sua opinião, não aconteceria por meio da fusão de ambos:

A liga, se conta na alta administração de estado número igual de homens de um e outro partido, nada produz que seja de préstimo; porque, assim como em mecânica o equilíbrio é inércia, assim em política a combinação de elementos opostos em proporções iguais traz consigo esterilidade. Se na liga entram mais homens de estado de uma crença que de outra, a minoria é levada a reboque pela maioria, e sacrifica-se.

Eu só compreendo liga, Sr. presidente, como uma combinação transitória e de circunstância, e nada mais: pode havê-la entre nós, como tem havido em todos os países; mas não é combinação própria do estado normal das sociedades. Em meu humilde modo de pensar, senhores, as cousas são marcham em regra, o sistema constitucional só funciona normalmente quando ou só conservadores ou só liberais dirigem, na suprema administração, os destinos do Estado, mas isso sem excluir a presença, as advertências e as censuras dos seus adversários.²⁴

Contudo, ainda que parecesse defender a integridade do bipartidarismo, naquele início da década de 1860 encontravam-se três modos distintos de enxergar a situação partidária. Nenhuma delas via mais a divisão de liberais e conservadores, luzias e saquaremas de forma intocada. Zacarias negava qualquer possibilidade de liga partidária, mas enxergava os conservadores divididos em moderados e puritanos. Por outro lado, havia os que, como o conservador fluminense Almeida Pereira, transferiam esse tipo de cisão para o lado liberal do campo político:

Sr. presidente, a minha opinião é que a câmara está apenas dividida em dois grandes grupos: em grupo liberal e grupo conservador; grupo liberal que com mais fundamento pode ser subdividido em duas frações de moderados e exagerados; grupo conservador, que não pode ser dividido com as mesmas razões como querem os nobres deputados, porque os conservadores não apresentam pontos de discrepância que se possa considerar de grande alcance para o país e para constituir uma cisão.²⁵

Mesmo parecendo sutis, operavam-se mudanças importantes na forma de encarar as possibilidades de organização dos partidos dentro do Parlamento e que se definiam como: conservadores puros, puritanos, exagerados ou vermelhos; o grupo moderado; e os liberais puros, em alguns casos individuais também identificados como exagerados ou agitadores. A existência dos dois partidos e seu meio termo caracterizou-se por dois pontos principais: estavam fundados em uma experiência parlamentar bem mais consolidada, de rotinas, alianças, expectativas, que transformaram paulatinamente o conceito de partido; foram marcados pela

²⁴ Idem.

²⁵ ACD, 02/07/1861.

concomitante expansão da discussão sobre soberania, representação política e alternância de poder.²⁶

Como se demonstrará, detalhadamente, nas próximas páginas – a partir dos respectivos casos exemplares de Saião Lobato, Zacarias e Teófilo Ottoni –, os grupos que se enfrentavam no Parlamento podem ser assim definidos:

O conservador puro, que desvinculava totalmente a soberania de qualquer caráter popular e que, entre os quatro poderes constitucionalmente reconhecidos, defendia o papel do Poder Moderador no controle do rodízio entre conservadores e liberais, bem como o protagonismo do Executivo influenciando nas eleições e na formatação dos partidos dentro do Parlamento. Sua ideia de representação política estava submetida a este esquema: a soberania nacional estaria encarnada nos quatro poderes, sendo o principal o Poder Moderador. Como primeiro representante da nação, o imperador, ao se valer das atribuições do Moderador, representava a opinião pública e fazia o sistema funcionar. Condenavam qualquer aproximação entre os partidos e, principalmente, as práticas eleitorais que aproximavam candidatos de eleitores e votantes no espaço público.

O moderado caracterizava-se pela defesa da primazia do Parlamento como guardião da soberania popular, que deveria manifestar-se mediante eleições livres de intervenções o quanto fosse possível, mas sem extrapolar para o que foi chamado no decorrer dos debates “escola da posição ativa e decisiva do mandante sobre o mandatário”. A representação não era encarada como reflexo de uma vontade preexistente, ela produzia a vontade. Outra defesa importante que caracterizou esse grupo foi a da responsabilidade dos poderes políticos, como delegações da nação, no exercício do mandato. Por fim, o bipartidarismo era visto de forma muito menos estanque – com gradação entre o centro e a liga – devido à defesa da liberdade de julgamento de cada parlamentar. Havia alguma concessão para a rua como espaço da política e uma constante referência ao progresso como imperativo da política.

²⁶ Nesse ponto, antes de tratar das diferentes visões em jogo, é importante retomar o texto constitucional de 1824 na parte em que trata dos princípios da soberania e representação:

Título 3º - Dos Poderes e Representação Nacional.

Art. 9. A Divisão, e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece.

Art. 10. Os Poderes Políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.

Art. 11. Os Representantes da Nação Brasileira são o Imperador, e a Assembleia Geral.

Art. 12. Todos estes Poderes no Império do Brasil são delegações da Nação.

O liberal puro, pode-se dizer, era o grupo formado por mais diferenciados matizes, desde indivíduos próximos dos princípios moderados até a extrapolação desses princípios, como uma ideia mais democrática de representação e críticas ao Poder Moderador. Discurso mais fortemente reformista – tradição de antigas demandas: descentralização, limitação do Executivo, liberdade individual. Para além da defesa do Parlamento, apontava para uma reinterpretação da história do Império, na qual o partido liberal apareceria como legítimo representante da soberania popular, o único que a carregou desde a independência e que poderia continuar fazendo-a progredir, ainda que precisasse apelar para o direito de revolta.

Certamente a grande marca distintiva e polêmica desses debates em comparação aos das décadas anteriores foi a questão da soberania popular atrelada à responsabilidade política, valorizando ainda mais fortemente a ação do Parlamento. Volte-se, como exemplo, ao raciocínio elaborado por Zacarias sobre os partidos entre o fim de junho e começo de julho de 1861. Apesar de sua visão do bipartidarismo aproximar-se muitas vezes da conservadora, e de todo o seu esforço para distanciar-se dos liberais José Bonifácio e Ottoni, sua referência à ideia de soberania popular fez com que recebesse do conservador Francisco Saião Lobato, ministro da Justiça, a seguinte resposta, que causou reboliço até nas galerias:

O nobre deputado disse que o ministro da justiça tinha cometido equívocos [tratando do Poder Moderador], e entendeu que devia corrigi-las. Entretanto, Sr. Presidente, a câmara ouviu e ainda soam as palavras do nobre deputado a este respeito, e foram que o povo tinha a sua soberania.

Senhores, em uma nação constituída, o povo não é soberano (*Denegações; rumor no centro da galeria da parte de terra, que imediatamente se contém*). Povo soberano era o povo romano; a constituição política da grande república da antiguidade fazia do povo romano um povo soberano que, reunido em seus comícios, dava decisões e exercia assim a soberania. Mas essa era a sua organização política, e por isso consta da história que o poder tribunicio era o mais estimado, o mais cobiçado, porque aquele que mais de perto lidava com o povo congregado nesses comícios.

No Brasil, porém, adotada a constituição, a soberania da nação foi delegada aos quatro poderes políticos encarregados de toda a gestão da causa pública, e o povo deixou de exercer a soberania.²⁷

Transformando o interlocutor em verdadeira ameaça política, Saião Lobato emendou que a defesa de uma noção contrária a que ele expunha significaria “o

²⁷ ACD, 17/07/1861.

mesmo que apregoar o direito de revolução”.²⁸ Justamente o tópico que Zacarias escolhera para diferenciar-se de Ottoni, naquele momento era usado contra ele. O ministro apontou para uma noção democrática, com uma conotação mais próxima das assembleias populares de Roma Antiga, que estaria implícita no termo soberania popular – sob a qual o interlocutor afirmara que o Império se fundava. Estabelecia, dessa forma, uma diferença crucial entre soberania popular e soberania da nação, operação que, de acordo com o princípio moderno de representação, fazia todo sentido, conforme nos mostra Giovanni Sartori:

Em suma, o princípio moderno desvencilha-se do medieval quando ao mandato imperativo substitui-se a fórmula da “representação da nação”. Nossas instituições representativas nascem no momento em que se estabelece que o deputado não deverá representar seus eleitores, e sim a entidade ‘nação’. É importante compreender bem a novidade introduzida por esta referência à nação. **E neste sentido é necessário estabelecer uma comparação entre a fórmula da soberania nacional e da soberania popular. Porque a nação não é o povo, a soberania da nação não é a soberania democrática.**

Consoante à fórmula democrática – isto é, a soberania popular – o poder dos representantes é um poder que lhes é transmitido pelo eleitorado, e a vontade de governo não se estabelece somente no momento em que a assembleia eletiva a formula, mas já se estabelece no momento em que o cidadão-eleitor concorre para determinar a vontade do Estado. De acordo com esta concepção o país legal é apenas a emanação e a criatura de um país real que preexiste a ele.

A fórmula da soberania nacional pressupõe um desenvolvimento totalmente diferente, possui implicações bem diversas. Neste caso, a vontade da nação não preexiste à vontade de seus representantes. São eles, os representantes, que criam a vontade nacional. Poderíamos afirmar: a vontade dos representantes é a vontade da nação. Isto porque a nação, como tal, é um sujeito que não pode manifestar-se, senão por seus porta-vozes, nem possui uma vontade que possa constituir-se independentemente das pessoas.²⁹

Existia, portanto, desde o início do debate moderno sobre representação, duas maneiras de se enxergar a sociedade política, expressas no par antagonico soberania popular e soberania da nação e que se mostrava também no debate brasileiro. No entanto, a concepção democrática de soberania popular, totalmente oposta à soberania nacional, estava bem distante do que defendia Zacarias. Não queria dizer que ele sustentasse o mandato imperativo, a vontade de um país real que se manifestasse na representação.³⁰ Provavelmente sua opção pelo termo

²⁸ Idem.

²⁹ SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962; p. 20-22.

³⁰ Sobre o assunto, ver também PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkley, University of California. 1984.

“popular” derivasse da necessidade de, dentro do campo conservador, sustentar o Parlamento como o mais importante representante da nação, o primeiro intérprete da opinião pública, frente à ideia mais hegemônica dos conservadores puros de que, na verdade, esse primeiro representante seria o imperador, como demonstraram seguintes declarações de Saião Lobato.

Na rotina parlamentar, a resposta de Zacarias demorou uma semana, porém não teve economia de palavras. Retomou, em certo ponto, esta outra parte do discurso de Saião Lobato de 17 de julho:

‘O soberano primitivo [povo] só se manifestou na época da promulgação da constituição do Império, depois desapareceu, porque ficou *encarnado* nos quatro poderes políticos delegados aos representantes da soberania. Dizer-se que este soberano que desapareceu, que não tem mais ocasião de manifestar-se, ainda está vigilante e prestes a chamar a contas os mandatários dos quatro poderes políticos, *é o mesmo que apregoar o direito de revolução*’.³¹

Em seguida, negando a imputação de revolucionário, deixou claro que a polêmica tinha a ver com a questão que vinha avolumando-se no decorrer da sessão legislativa, a da responsabilidade dos poderes. Não se limitava mais a divergências sobre se os ministros seriam responsáveis legais em relação aos atos do Poder Moderador. Alcançava agora um caráter geral de atribuição de responsabilidade política entre os poderes:

Vê-se pois, Sr. presidente, que o nobre ministro da justiça atribui-me doutrina de pregoeiro do direito de revolução; mas também é manifesto que para chegar a essa conclusão S. Ex. empresta-me palavras que nunca saíram de minha boca, sendo certo que o que eu disse foi que os delegados ou mandatários da nação são-lhes responsáveis em termos hábeis, nos limites constitucionais, e não que a nação conserve sempre *em posição ativa e decisiva sobre os mandatários*, e menos ainda que esteja prestes a tomar-lhes contas por meios não regulares e pacíficos, em casos de responsabilidade de que cabe aos poderes constituídos tomar conhecimento.

Pregoeiro de revolução e de anarquia seria quem tais ideias enunciasse; mas o nobre ministro, e não eu, proferiu-as, lançando-as à minha conta.³²

De fato, ao consultar os Anais da Câmara, constata-se que Zacarias não falara em nenhum momento de “posição ativa sobre os mandatários”. Essa espécie de provocação denotava, na verdade, a fratura cada vez maior que se observava no grupo conservador. Malgrado as questões acerca do Poder Moderador, Zacarias, como foi visto, colocara-se como fiel guardião do gabinete Caxias na abertura do

³¹ ACD, 25/07/1861.

³² Idem.

ano legislativo, comprando briga com os mais combativos liberais. A relação entre representante e governo desgastou-se mutuamente na medida em que Antonio Barbosa da Cunha, desde as bancadas da Câmara, e Francisco Saião Lobato, como porta-voz do ministério, não abriram mão de defender uma visão monolítica de seu partido. O desgaste que o primeiro sofreu ao menosprezar as divisões partidárias, e o segundo, ao entrar em discussão direta com o deputado do Paraná sobre o Poder Moderador, foi determinante para uma reorganização significativa dos grupos no Parlamento.

No dia 16 de julho, quando dava sua segunda resposta ao ministro da Justiça sobre o Poder Moderador, matizando entre os conservadores esse “dogma constitucional”, Zacarias não deixou de apontar o papel de Barbosa da Cunha na crise, contrapondo a ele e à oposição liberal, o seu meio termo:

Um nobre deputado pela província de S. Paulo, que há tempos se arredara da tribuna, como Aquiles se recolhera à sua tenda irritado com o roubo de sua Hipodamia, depois de aprovado o voto de graças, e precisamente no dia da modificação do gabinete, e na hora mesmo em que a notícia chegou a esta câmara, veio à tribuna; e como veio, senhores?

O nobre deputado, durante todo o tempo que proferiu o seu discurso, não olhou uma só vez para aqueles bancos (*o orador aponta para os bancos da oposição*).

Não poucos discursos haviam proferido os oposicionistas, e bem enérgicos, contra o governo e sua política, contra mesmo as tendências do partido conservador, e todavia o nobre deputado por S. Paulo a nenhum desses discursos prestou atenção. Todo o esforço do nobre deputado se dirigiu contra o grupo moderado do partido conservador e todas as suas iras encaminharam-se aos nobres ex-ministros da marinha e da justiça, e ao deputado que neste momento ocupa a atenção da câmara.

E ainda, Sr. presidente, se o nobre deputado viesse à tribuna com armas de boa tẽmpera esmagar-nos, e principalmente a mim, que sou alvo especial de suas iras, bom seria; mas, senhores, o nobre deputado não fez mais do que alusões de partido do *ventre*, da especulação, de prófugos, de centro que quer converter-se em circunferência, e outras coisas assim. (*Apoiados*)

[...]

Se o nobre deputado de S. Paulo, a quem me refiro, não queria de propósito provocar a cisão no seio do partido conservador existente na câmara, devera poupar os meus amigos, e só contra mim descarregar suas iras; mas o nobre deputado procurou ferir em geral o grupo moderado.³³

De acordo com o representante paranaense, os pareceres e votos que ele dera, como parte da comissão de verificação de poderes, às eleições do 1º e 2º

³³ ACD, 16/07/1861.

distritos paulistas eram o grande motivo de descontentamento de Barbosa da Cunha. Em vez de tratar como uma desavença pontual, pessoal, o deputado paulista teria escolhido atacar os “amigos” do orador, o “grupo moderado”, precipitando assim a divisão do partido. No cerne da crise ministerial, envolto nas declarações mais acerbas que o contexto suscitava, a identidade do grupo delimitava-se cada vez mais, e o que era inicialmente uma tendência no interior dos conservadores transformava-se em dissidência capitaneada por Zacarias.

Não se veria em Saião Lobato, porta-voz de fato do gabinete, aquela boa vontade demonstrada anteriormente por Paranhos, relacionada ao papel do Parlamento na representação da opinião pública. Se o ministro da Fazenda dissera que o gabinete poderia muito bem resignar diante da falta de confiança dos deputados, Saião Lobato demonstrou disposição totalmente oposta. Percebendo que perdia terreno no seu próprio lado da Câmara, primeiramente fez-se de vítima de ataques meramente pessoais:

Sou argumento vivo de condenação para o ministério, na frase de um nobre deputado pela província de Minas, porque arvorei no país o estandarte vermelho...

O Sr. Ottoni: - Apoiado.

Muitos outros Srs. Deputados: - Não apoiado.

[...]

O Sr. Ministro da Justiça: [...]

Ora, como a câmara atual acha-se constituída com pessoal conhecido, e composta de pessoas cujas opiniões não podem ser duvidosas, era do interesse da nobre oposição pôr de parte as questões de princípios, as questões de doutrina, e concentrar todos os seus esforços nas questões de personalidades, aproveitando-se por ventura de certas circunstâncias que deram azo para que alguma coisa tentasse neste sentido.

É assim, Sr. presidente, que explico o esforço que ela faz com referência à minha humilde pessoa, é por isso que sou posto sem mais comentário, sem mais prova, sem nenhuma demonstração, como o tipo da violência, o porta-estandarte da exageração, simbolizada na bandeira vermelha...³⁴

Apontou, então, para qual seria a intenção final da oposição ao identificá-lo como elemento que desarmonizava o governo: “derrocar o ministério e ganhar as posições oficiais”. Porém, se o grande problema era a falta de unidade de pensamento, perguntava-se, então, o que os levava a crer que construiriam uma situação diferente:

Mas como vos preparais para substituir o atual ministério? Tendes em vossas fileiras elementos bastantes para constituir uma maioria homogênea, que vos dê força e habilite para organizar um ministério excelente, que sirva de contraste ao atual? Ou quereis engrossar as

³⁴ ACD, 17/07/1861.

vossas fileiras seduzindo com vossas sugestões a alguns honrados membros da câmara para que acreditem na exageração de um ministro, na inconveniência dele, e convosco façam causa comum, e então vos seja possível organizar um ministério homogêneo como não é o atual? É uma questão que convém examinar.³⁵

A homogeneidade de pensamento que não teria o Gabinete 2 de março “menos se poderia dar com qualquer ministério que saísse das fileiras da oposição, ainda engrossada com quaisquer outros membros dissidentes desta casa. (*Apoiados*)”³⁶ Sendo assim, avisava grave o ministro, só haveria um desfecho possível caso a oposição quisesse o governo, que seria:

ganhando as posições oficiais, a fim de dissolver depois esta câmara, apelar para o país, e forte com a expressão da opinião pública, adquirir uma maioria compacta para com ela vir fazer a felicidade do país. Sirva pois isto de esclarecimento àqueles que a nobre oposição procura angariar para as suas fileiras...
O Sr. F. Otaviano: - Está metendo medo às crianças! (*Risadas*)³⁷

Na sua leitura do processo de reorganização dos grupos parlamentares, Saião Lobato conferia o protagonismo aos interesses liberais. Parecia não acreditar em uma possível aproximação dos dissidentes conservadores e muito menos que algum deles liderasse essa transformação. Mais longe foi a antevisão de Barbosa da Cunha, que, na mesma sessão, trabalhando parelho ao ministro na defesa do gabinete, resolveu responder a Zacarias, reconhecendo nele a disposição que Saião Lobato viu nos liberais:

Barbosa da Cunha: - Quando se diz e se repete que a nossa desinteligência com o nobre deputado pelo Paraná provém de ter ele dado um parecer contra nós, não devemos mostrar que ela não provém do parecer, e sim de sua agressão na sustentação dele? Insinua-se que há um grupo extremado; refuto essa asserção, e tenho em resposta que quero estabelecer cisão. Mas onde se encontra a prova dessa tendência em meus discursos? Não me tenho oposto à cisão combatendo a denominação de moderados e extremados? Provoco o nobre deputado a demonstrar se por ventura eu estabeleci uma só proposição que se afastasse disto; se quando narrei o estado dos partidos me afastei de verdade em qualquer ponto. E é quando um lado que muito respeito porque está colocado no seu verdadeiro terreno, procura estabelecer a cisão entre os membros da maioria, recorrendo para isso a uma tática cuja legitimidade sou o primeiro a reconhecer...
Vozes da esquerda: - Não temos tática.
O Sr. Barbosa da Cunha: -... porque é o meio mais fácil de subir ao poder...
O Sr. Zacarias: - Mas quem é que diz que eu quero subir ao poder?

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

O Sr. Barbosa da Cunha: - ...é então que se avança sem conveniência alguma e sem necessidade, uma proposição desta ordem!

O deputado paulista via, então, com certa clareza, uma potencial aliança entre os conservadores dissidentes e os liberais. Construída aos poucos no Parlamento de 1861, precipitada durante a crise ministerial, essa aproximação consolidou-se como desdobramento do embate entre Saião Lobato e Zacarias acerca do Poder Moderador, conforme abordado preliminarmente páginas atrás. Nesse contexto, precisamente na sessão de 17 de julho de 1861, Saião Lobato colocou na conta de Zacarias a defesa do mandato imperativo e do direito de revolta. A imputação que fez – infundada, como se pode verificar nos Anais – deu oportunidade para que Zacarias desenvolvesse sua leitura sobre responsabilidade, na qual, longe de defender uma democrática soberania popular, registrou, todavia, uma das mais contundentes defesas do Poder Legislativo e da prevalência do Parlamento no arranjo dos poderes em um sistema representativo: é da definição mais precisa da responsabilidade política dos ministérios que se firmará a tática de ascensão ao poder dos opositores, no ano seguinte, com Zacarias definitivamente transformado em líder. Antes de abordar essa definição, cabe retomar alguns pontos fundamentais do debate político pós-Ministério da Conciliação.

Entre 1857 e 1861, a questão da responsabilidade ministerial – uma das primeiras batalhas da tradição parlamentar³⁸ – foi retomada gradativamente como instrumento de oposição ao gabinete que estivesse em exercício. Indignados com o encaminhamento dado à questão bancária entre 1859 e 1860, antigos liberais e até alguns conservadores achavam que poderiam enquadrar Angelo Muniz da Silva Ferraz na lei de responsabilidade de 1827, por atropelar as atribuições do Poder Legislativo. Como foi visto, o *Diário do Rio de Janeiro* levou essa campanha a público: “[...]estamos na rigorosa obrigação de declarar ao país que o atual Sr. ministro e secretário de estado dos negócios da fazenda tem incorrido em grave responsabilidade, e está sujeito à sanção penal, por haver referendado o decreto n. 2490 de 30 setembro de 1859”.³⁹

Dessa tentativa de imposição judicial, a polêmica aumentou com a questão da responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador. Viu-se como os episódios envolvendo um recurso de graça e uma eleição senatorial animaram esse

³⁸ Júlio

³⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 26/03/1860.

debate na imprensa e o colocaram na ordem do dia dos políticos imperiais. Para a oposição, defender essa responsabilidade tornou-se mais uma bandeira contra Ferraz, hasteada com fervor pelos redatores do *Diário*:

O senado brasileiro não necessita de ilustrações e nem do prestígio de nomes populares.

Tal é a fatal explicação que se pode dar a alguns atos do poder moderador na escolha de senadores!

Somos consequentes em nossas doutrinas; é com os ministros que nos entendemos, e desta vez obtivemos mais um assinalado triunfo da verdade constitucional que sustentamos, de que o poder moderador é limitado em todas as suas funções, e de que os ministros são responsáveis pela ação do mesmo poder.⁴⁰

Em última instância, atribuir aos ministros a responsabilidade pelos atos do Poder Moderador poderia até ter uma consequência jurídica, dependendo da extensão desse ato – e era justamente esse desdobramento extremo que os conservadores não podiam aceitar. No mais, era simplesmente um jeito de fustigar moralmente todos os atos de governo sem incorrer em falta com a pessoa “inviolável e Sagrada”.

Embora pontuais e isoladas, as primeiras críticas públicas ao papel político de Pedro II, que aconteceram no seu retorno à Corte após a viagem pelas províncias do norte, atingiram o âmago do sistema político que os regressistas inicialmente colocaram em prática: o Poder Moderador como motor da alternância de poder. Argumentando que, durante a Conciliação, o princípio da autoridade teria chegado às últimas consequências, o *Atualidade* chegou a levar a questão para o debate público: “No país não existem partidos, nem política, nem políticos; existe tão somente o chefe do poder executivo a cuja vontade soberana todos se rendem”.⁴¹

Configurando-se como primeira crítica aberta ao “governo pessoal” do imperador, esse artigo colocava como apartidário o que, na verdade, não era. Essa estrutura derivava do modelo idealizado pelos saquaremas: um imperador ativo, que reinasse, mas também governasse; um Executivo forte, capaz de intervir nas eleições parlamentares, único jeito que viam de formar partido e governar. Entre tantos outros exemplos possíveis de defesa da influência eleitoral – que ganharia ares doutrinários no *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, do visconde do Uruguai – há esta intervenção de Saião Lobato, inserida na discussão maior sobre o Poder Moderador, encetada por José Bonifácio:

⁴⁰ Idem, 29/04/1861.

⁴¹ *Atualidade*, 18/02/1860.

O nobre deputado [Bonifácio] interpelou o governo a respeito da intervenção que entendem alguns que o governo deve ter no processo eleitoral. Pelo que me pareceu ouvir ao nobre deputado, declarou ele que não admitia a distinção que alguns faziam entre governo como opinião e governo como poder e força [...] o nobre deputado não admite esta distinção, porque não supõe possível extremar-se a opinião do exercício do poder e da força, e entende que desde que intervier de qualquer modo, o governo abusará do poder e empregará a força. [...]

[...]

Senhores, por mais que se diga e de palavra se proteste que o governo deve ser inteiramente indiferente ao processo eleitoral, e resignar-se à condição de uma autômato, sem movimento, sem ação, quando se jogam os maiores interesses do Estado, e refervem as mais exaltadas paixões do interesse público, tanto repugna com a natureza do homem com os seus nobres instintos, tanto repugna sobretudo com as funções, com a natureza, com a índole do poder, do governo que não se podem admitir esses protestos, essas declarações e exigências senão com muitas reservas e explicações.⁴²

Para mostrar que não estava sendo parcial, Saião Lobato citou discurso do falecido político paulista Antonio Carlos, pai de José Bonifácio, no sentido de que o governo, como entidade essencialmente política, nunca poderia permanecer impassível no mais transcendente ato da política, que é a eleição.⁴³ Era a prova que precisavam para sustentar a diferença entre intervenção (poder e força) de influência (opinião), que não necessariamente seria indébita, abrindo aí sutis definições dos limites a serem respeitados para garantir os direitos e a liberdade de voto de todos os cidadãos. Em princípio, os conservadores queriam mostrar que a ascendência do governo em épocas eleitorais era um fato natural, tanto que os liberais usufruíram dela quando tiveram oportunidade. Na prática, porém, o que sempre se observava era que, a quem coubesse controlar a máquina estatal, tornavam-se difíceis essas sutilezas. E o uso eleitoral dessa máquina só foi possível devido à idealização e aprovação da Reforma do Código Criminal de 1841. Em outras palavras,

O sistema que os homens do Regresso inventaram possuía um aspecto delicado e controverso, ao menos para um partido que blasonava de defensor do desenho institucional inscrito na Constituição de 1824. Depois de 1841 a oposição não conseguiu mais vencer o governo nas eleições nacionais nem ao menos construir robustas minorias no Parlamento. [...] Nesse quadro específico, o Poder Moderador tinha que adquirir, e adquiriu, um sentido novo. [...]

O modelo institucional que os saquaremas desenharam alterou o sentido dos artigos 98 e 101 da Constituição imperial. [...] O Poder Moderador tinha de gozar uma ampla liberdade, não prevista na Constituição, para que as dissoluções fossem instrumento rotineiro de alternância partidária no poder, e não recurso de “salvação do Estado”. De súbito, D. Pedro II

⁴² ACD, 01/07/1861.

⁴³ Idem.

se viu sujeito a uma restrição e uma amplitude inéditas. Restrição porque foi prejudicado no exercício de um fim constitucional do Moderador, a preservação da independência dos três poderes. Amplitude porque usaria um recurso constitucional (a dissolução) de modo inconstitucional (pela alternância partidária e rotineira no governo). A regra pode conter exceções, mas será esta: sempre que um saquarema pede autonomia absoluta para o Poder Moderador, sub-repticiamente está pedindo autonomia absoluta para as nomeações partidárias e para a fabricação de eleições nacionais.⁴⁴

Vê-se, portanto, que quando defendiam a influência do governo nas eleições, como fez Saião Lobato, os conservadores omitiam o papel do Poder Moderador no seu modo de enxergar a organização política do Estado. Se o faziam, era porque sabiam quanto esse modo era polêmico: afora todo o debate interpretativo sobre o Poder Moderador, restava ainda o controverso predomínio do Executivo sobre o Legislativo, principalmente sobre a Câmara dos Deputados, que sempre ficava à mercê de dissoluções que poderiam ocorrer após as trocas ministeriais.

Não era à toa que se discutia paralelamente a intervenção nas eleições e responsabilidade pelos atos do Poder Moderador, uma discussão que chegou a ponto de separar antigos aliados, como se passou a observar na Câmara de 1861. Na esteira da Conciliação almejada pelo imperador, a estabilidade que ganharam as legislaturas possibilitou colocar em jogo a forma de se continuar efetivando o rodízio do poder, o que, por sua vez, deixava à mostra conflitantes formas de encarar-se soberania e representação política. O tema da responsabilidade teve o alcance de unir todas essas questões.

No início do debate entre Saião Lobato e Zacarias, aparentemente houve uma confusão entre definições de responsabilidade moral e responsabilidade política. Ou melhor, Zacarias provocou essa confusão em seu discurso do dia cinco de julho, dando a entender que os termos seriam intercambiáveis, e o que o ministro entendia sobre a primeira era exatamente o que ele entendia da outra. Não era bem assim. Tanto que, após conseguir o assentimento do interlocutor pelo significado comum de censura, interpelação, que teria a responsabilidade moral ou política, o deputado avançou para o que entendia como seu corolário: “por meio dela as assembleias podem fazer triunfar suas ideias, e o Governo do País pelo País tende a tronar-se uma realidade”; depois, concluindo: “Digo que nada tem o País que reear, porque a responsabilidade ministerial não só cobre com a referenda todos os atos da

⁴⁴ ESTEFANES, EL YOUSSEF & PARRON. “Vale expandido”, op. cit., p. 153-154.

Realeza, mas até as palavras que profere em ocasiões solenes: refiro-me à Fala do Trono”.⁴⁵

Essa consequência não podia ser aceita por Saião Lobato, que tomou a palavra tão logo Zacarias deixou a tribuna para deixar claro que a divergência era muito maior:

S. Ex. está quase em acordo comigo, porém como disse, ainda não está satisfeito e ainda se reconhece discordo. Eu devo falar francamente a V. Ex. que se o nobre deputado se limitasse ao que proferiu nesta tribuna, nenhuma reflexão mais faria, por isso que em resultado prático quase que é indiferente esse desacordo que ainda existe entre mim e o nobre deputado.

Mas o nobre deputado referiu-se mais uma vez ao folheto que publicou relativamente a este assunto; e fazendo esta referência, parece que S. Ex. ainda o dá como explicador, ou pedra de toque da inteligência que empresta ao artigo constitucional referindo-se aos desenvolvimentos feitos em seu folheto; e portanto, Sr. presidente, como absolutamente discordo da doutrina do folheto [...] julgo dever insistir nas opiniões que emiti e sustento.⁴⁶

Como não poderia deixar de ser, referia-se a *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Sempre lembrada pela posição que assumiu na linhagem de contendas hermenêuticas em torno dos artigos constitucionais que definiam o Poder Moderador – como, por exemplo, se o artigo 98 referia-se a delegação privativa ou exercício privativo⁴⁷ – pouco se atenta para a efetiva proposta de intervenção no modelo político que a obra contém – os “desenvolvimentos feitos em seu folheto” que Saião Lobato não podia aceitar: a primazia da opinião nacional expressa pelo Parlamento.

⁴⁵ ACD, 05/07/1861.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Apenas para exemplificar a posição de Zacarias: “Uma dessas equívocas, que vejo várias vezes repetida nos discursos do honrado Ministro, é o seguinte: ‘*Que o exercício do Poder Moderador é privativo do Chefe Supremo do Estado e primeiro representante da Nação*’. O art. 98 da Constituição diz que o Poder Moderador é *delegado privativamente* ao Imperador, mas nem esse artigo, nem nenhum outro da Lei Fundamental diz que o Imperador *exerça privativamente* o Poder Moderador. Uma coisa é delegação privativa, outra, exercício privativo”. (ACD, 16/07/1861) Sobre a linhagem de polêmicas em torno do tema que o autor inseria-se, Cecília Helena Oliveira notou: “Assim, em torno dos princípios abordados por Zacarias, haviam-se constituído tradições, argumentos e interpretações que remontavam a três momentos históricos fundamentais para a construção do Estado e do regime monárquico: a época da Independência, o período regencial e o início do Segundo Reinado. [...] Zacarias também havia atuado nesse processo e a peculiaridade do texto que escreveu reside na maneira pela qual recriou e divulgou propostas que já eram conhecidas, mas que adquiriram outros significados frente às condições vividas em 1860 [...]”. Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de S.. “*Da Natureza e Limites do Poder Moderador e a memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*”. In: _____.(org. e intro.) *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002; p. 30. Ver também BARBOSA, Suzana. *A sphinge monárquica*, capítulo 4.

No regime representativo há quem vele sobre o poder real ou moderador, como sobre todos os poderes: é a opinião nacional, por meio das câmaras e pela imprensa.

Com efeito, se o poder moderador é destinado pelo art. 98 a velar na manutenção dos poderes, a assembleia geral vela na guarda da Constituição, e por consequência inspeciona e fiscaliza também o modo porque o poder moderador desempenha a sua missão, como é expresso no art. 15 da Constituição, que tratando das atribuições da assembleia geral, diz no §9

“Velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação”

A imprensa, órgão irresistível da opinião, igualmente está no seu direito, quando, dentro dos limites da decência e polidez, procura indagar como os negócios correm nas mais altas regiões do estado e os aprecia.

Trata-se, por exemplo, de uma anistia concedida a despeito de todos os ditames da política, trata-se de uma dissolução irrefletida da câmara temporária, ou da suspensão caprichosa de um magistrado.⁴⁸

O leitor, até esse ponto, ainda poderia ver aproximações com a ideia de responsabilidade moral, aceita inclusive pelos conservadores: aquela da censura, da interpelação, do julgamento público, por meio da imprensa, de decisões do Poder Moderador – como uma anistia, uma escolha de senador, uma dissolução da Câmara – mas que não tinha desdobramento legal. Para os conservadores, era fulcral essa ideia de inviolabilidade, a qual Saião Lobato aproximou da dos legisladores:

As medidas praticadas privativamente pelo chefe do Estado são de tal natureza que escapam, que estão acima de qualquer responsabilidade legal...

Um Sr. Deputado: - Isso é metafísica.

O Sr. Ministro da Justiça: - Não é metafísica, é a positiva disposição constitucional: as atribuições do poder moderador, declara a constituição, são privativamente conferidas ao imperador, como chefe supremo do Estado, e primeiro representante da nação; **ora, as funções que exercem os representantes da nação não estão sujeitas à responsabilidade legal, porque sobre os representantes da nação brilha esse raio de soberania, a inviolabilidade, em o qual não estariam a par das altas funções de representantes, nem podiam exercer o mandato.**

Os membros da câmara dos deputados, e os senadores do império, não são responsáveis pelas opiniões que emitem, pelos votos que dão ou pelo exercício de qualquer das funções que lhes são conferidas [...] e portanto senhores, como se pode sustentar que haja responsabilidade legal perante as funções que competem privativamente ao primeiro representante da nação?!⁴⁹

Nos pressupostos do ministro estavam dois dogmas principais: 1) após o estabelecimento do pacto fundamental, não era mais à nação que os poderes deviam responsabilidade; e 2) sendo o primeiro representante da nação, era no imperador, e

⁴⁸ VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*; p. 26-27.

⁴⁹ ACD, 05/07/1861, grifos meus.

não na Câmara, que estava a peça principal do funcionamento do sistema representativo. A essa leitura conservadora, Zacarias contraporia uma definição de responsabilidade política que aparece pontualmente, bem de passagem na obra de 1860, e que foi melhor desenvolvida no decorrer dos debates com Saião Lobato. Em *Da Natureza*, após o trecho citado acima, no qual parecia aproximar-se da definição de responsabilidade moral, Zacarias desenvolveu o papel fundamental do Parlamento como meio de a nação influir nos negócios públicos. Sendo fonte da soberania, todos os poderes deveriam responsabilizar-se a ela:

Nas monarquias parlamentares a norma para se regerem os negócios públicos, quem a dá é a nação, mas, não podendo esta fazê-lo diretamente, consegue-o por um expediente indireto, porém eficaz, que lhe oferece o regime representativo, e vem a ser: influir por intermédio das câmaras na organização e dissolução dos gabinetes, e fazê-los tirar em geral do seio do parlamento, de modo que a opinião do país reflita-se nas câmaras, e a destas nos conselhos da coroa.

Ora, para a reforma [a supressão do Conselho de Estado pelo Ato Adicional] alcançar que a vontade do povo se traduzisse em governo do país na acepção mais ampla da palavra, segundo as máximas das monarquias parlamentares, era rigorosamente indispensável que, em vez de querer que os ministros não aconselhassem nem respondessem pelos atos de um poder tão importante, como o moderador, tivesse em vista acerca-los desse poder o mais que possível fosse, à semelhança da monarquia inglesa, da qual diz Macaulay: Nossos soberanos são obrigados a proceder de acordo com o parecer de ministros que tenham o apoio da câmara dos comuns.⁵⁰

Se uma monarquia fosse parlamentar, ela funcionaria sobre dois fundamentos, de acordo com os preceitos de Zacarias: 1) a soberania reside na nação e manifesta-se em seus representantes, principalmente no Parlamento; 2) não há poder irresponsável. Como resposta ao comentário de Saião Lobato de que não concordava com os desenvolvimentos de seu folheto, e provocado pelo liberal Felix da Cunha, que o acusou de aceitar facilmente a definição de responsabilidade moral dada pelo ministro da Justiça⁵¹, Zacarias discorreu dias depois detalhadamente sobre a efetividade do que entendia por responsabilidade política:

⁵⁰ Idem; p. 30-31.

⁵¹ Felix da Cunha: “Eu não admito a distinção que se pretende estabelecer entre responsabilidade moral e responsabilidade legal, como sendo aquela a única que cabe ao ministério pelos atos do poder moderador. Surpreendeu-me que o nobre deputado pelo Paraná concordasse, aceitasse como bastante a responsabilidade moral ou política que o nobre ministro da justiça entende que deve ser a única admissível quanto às funções do poder moderador. O nobre deputado pelo Paraná pensava diversamente em outra circunstância; nessa ocasião criticou, e muito concludentemente, esta chamada responsabilidade moral ou política que se queria substituir à responsabilidade legal. Disse S. Ex. então, e disse muito bem, refutando a mesma doutrina, também enunciada por um ministro: uma responsabilidade, pela qual um gabinete só está obrigado para com a opinião, uma

Essa questão, Sr. presidente, tem-se protraído além do que era conveniente, mas a culpa não é minha, que no meu anterior discurso havia procurado pôr-lhe um termo razoável. É inegável que os debates têm feito os amigos da liberdade constitucional ganhar muito terreno; mas, cumpre confessá-lo, ainda há alguns argumentos, derivados de ideias confusas e equívocas, que devem ser tomados em consideração.

É precisamente o que vou fazer, procurando antes de tudo, de acordo com o preceito filosófico que manda, para evitar equívocos, definir bem os termos da questão que se quer ventilar: procurando, digo, fixar a significação do que seja responsabilidade em geral, e qual seja a espécie ou quais as espécies dela que a matéria sujeita tem aplicação.

A responsabilidade ou é moral, civil, política, ou jurídica. A primeira resulta do juízo que se faz das ações de um ente racional, juízo de que depende a confiança ou falta de confiança nele, conforme as ações são boas ou más. A segunda é a daquele que sem cometer delito causa todavia um dano que deve reparar.

Essas duas primeiras espécies de responsabilidade são alheias ao objeto da questão proposta sendo que a responsabilidade moral de que nos debates se tem feito menção, definida nos termos que acima expendi, estende-se a todo o ente racional, e por consequência aos próprios monarcas, eleva-se mesmo, se pode-se dizê-lo sem blasfêmia, à razão incriada.

[...]

São a responsabilidade política e a jurídica as que unicamente cabem na ordem das ideias, que ora nos ocupa, e ambas a Constituição do Império reconhece e consagra, uma tácita, outra expressamente.

A responsabilidade política não há disposição expressa na lei fundamental que determine-a; ela subentende-se e deriva-se virtualmente dos artigos que declaram delegações da nação todos os poderes políticos e garantem a liberdade de pensar; porque é evidente, senhores, que, dada **a ideia de delegação, aquele que delega tem o direito de indagar como procede o delegado, e de censura-lo se ele aparta-se de seu dever.**⁵²

A responsabilidade jurídica era a explícita, “definida no art. 133 e seus parágrafos da Constituição do Império, e na Lei de 15 de outubro de 1827”. Já a política, embora não fosse definida em nenhum instrumento legal, seria a mais forte porque derivada da soberania da nação, diante da qual todos os poderes seriam responsáveis. A partir desse entendimento, Zacarias atacou a ideia de inviolabilidade como “raios de soberania”, sustentada anteriormente por Saião Lobato: “Com efeito, Sr. Presidente, a inviolabilidade do Deputado ou do Senador nada tem de comparável à do Primeiro Representante da Nação”.⁵³ Na leitura de Zacarias, a inviolabilidade só cabia à pessoa do imperante e não ao Poder Moderador, citando o artigo 99 da Constituição: “A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada; ele não

responsabilidade que não se traduz em atos, que não o pode levar até os tribunais, é uma coisa que não se compreende...”. (ACD, 05/07/1861)

⁵² ACD, 16/07/1861, grifos meus.

⁵³ Idem.

está sujeito a responsabilidade alguma”. Seguindo seu raciocínio, concluiu que nenhum poder constitucional tinha o privilégio da inviolabilidade e da irresponsabilidade: “todos eles, ou seja, o Legislativo ou o Moderador, o Executivo ou o Judiciário, como delegações da Nação, são-lhes responsáveis, a saber: o Legislativo pela censura, os outros pela censura, e, quando o caso é de processo, pela punição”.⁵⁴ Segue-se daí uma aberta defesa do Parlamento como lugar da soberania, apontando para a necessidade de um reequilíbrio entre os poderes:

Um ato legislativo, Sr. Presidente, não pode existir sem o concurso desta augusta Câmara, do Senado e da sanção; é um ato deliberado, por assim dizer, na presença da Nação, em razão de publicidade dos debates das Câmaras.

Nestas circunstâncias, para haver crime em um ato legislativo, seria mister o abuso e a conivência de todos os mandatários da Nação, e a mais decidida inércia da opinião pública, o que se não pode supor.

Daí vem, Sr. Presidente, que se o Poder Legislativo é sujeito à censura e à crítica, não são os seus atos sujeitos a nenhuma outra responsabilidade, tanto mais que não pode haver sobre a Terra autoridade constituída que seja superior à do legislador, para lhe tomar contas.

No mesmo caso, porém, Sr. Presidente, não estão os outros Poderes constituídos: o Moderador, o Executivo e o Judiciário. Em todos eles, o abuso é fácil e pode o delito ter lugar em dano, quer dos indivíduos, quer da sociedade, se não houver o freio da censura e da punição.⁵⁵

Não mais se limitando às relações entre Executivo e Moderador, abriu-se na Câmara toda uma discussão sobre responsabilidade dos poderes: Saião Lobato defendendo a inviolabilidade dos representantes da nação; Zacarias defendendo uma efetiva definição de responsabilidade política, sob a qual estariam todos os poderes. Ambos partiam de uma moderna concepção de soberania nacional, mas se distanciavam quanto à representação política: a visão conservadora de Saião Lobato insistiria no papel do imperador, no uso das atribuições do Poder Moderador, como principal “encarnação” da soberania e peça fundamental do sistema político; Zacarias continuaria defendendo a representação legislativa acima de tudo, apontando para a necessidade de privilegiar o Parlamento como motor do sistema.

Chegava-se em um ponto no qual, ao se desnudar os temas da soberania e da representação política, deixava-se o rei nu como peça de um sistema que tirava poderes do Parlamento. Essa constatação vai servir para aproximar ainda mais grupos que defendiam a ideia de que a soberania nacional só manifestava-se legitimamente na representação nacional parlamentar. Permaneceriam, então, duas

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem

questões fundamentais: a relação entre mandantes e mandatários e o direito de revolta. Se a doutrina liberal coloca que direito de revolta é um direito da nação, em um sistema de partidos, algum teria o direito de revoltar-se em nome da nação? Para os conservadores e sua definição de soberania nacional a resposta era ponto pacífico. Entre os defensores do Parlamento e do debate partidário seria preciso delimitar o problema. Zacarias apontaria o “justo meio” entre as posições de Saião Lobato e Teófilo Ottoni e paulatinamente deixaria de ser visto como mera “estatueta” no jogo político dos adversários, passível de ser deslocada conforme as conveniências, na visão dos liberais.⁵⁶

A estátua equestre e a estatueta parlamentar: delimitando a soberania nacional

Foi da definição da responsabilidade política como consequência da delegação de poderes – quem delega tem o direito de indagar o delegado e até de censurá-lo – que o ministro da Justiça tirou o argumento de que Zacarias fazia apologia do mandato imperativo e, em última instância, do direito de revolta, rotulando-o como insidioso “pregoeiro da revolução”. O representante do Paraná não deixou por menos e devolveu o que entendia das teorias de soberania política:

Há dois sistemas, Sr. presidente, um mais especioso do que o outro, porém ambos falsos, de explicar a posição dos poderes públicos em relação ao povo.

O primeiro é o dos doutores da escola de Rousseau, em que os poderes políticos se consideram, relativamente à nação, em circunstâncias semelhantes às do mordomo para com o proprietário cujos bens administra, ou a do servo para com o amo, quase enfim na posição de obedecer e não de governar. É essa a escola da posição *ativa e decisiva* do mandante sobre o mandatário, ou, o que vem a ser o mesmo, da anarquia.

O outro sistema a que aludo ensina que a soberania da nação, uma vez criados os poderes públicos, abdica, por assim dizer, neles, que a ficam representando em toda sua extensão. Essa é a escola do despotismo puro e simples e do direito divino.⁵⁷

Além de defender-se e negar a “escola de Rousseau”, Zacarias atacou o ministro, relacionando-o com outro extremo: “Era em virtude da *encarnação* da soberania do povo, no Poder, que Luiz XIV dizia: - *O Estado sou eu*. Era nessa *encarnação* que se firmavam Cromwell, a Convenção e Bonaparte. (*Apoiados*)”⁵⁸ Mesmo que Saião Lobato tivesse dito que a nação, como soberano primitivo, estava encarnada não em um, mas nos quatro poderes constitucionais, Zacarias expôs em

⁵⁶ A definição “grupo de estatuetas”, referindo-se aos que se acercavam de Zacarias, aparece no jornal *Atualidade* de 25/05/1861, n.130, ainda no contexto da verificação de poderes na Câmara.

⁵⁷ ACD, 25/07/1861.

⁵⁸ *Idem*.

sua resposta o destaque que os conservadores davam ao Poder Moderador no conjunto do sistema. Certamente fazia a memória dos deputados remeter-se ao que o ministro afirmara uma semana antes:

Mas tal é a verdadeira doutrina constitucional, tal é a excelência da nossa constituição, que esse direito de revolução não só não existe, como não é necessário, visto que sempre, em qualquer hipótese que se dê, há uma solução regular, pacífica e a mais conveniente ao bem estar da sociedade. Pela constituição os poderes políticos são intérpretes da opinião pública, e muito bem escolhidos foram eles.

O imperador, como chefe do Estado e primeiro representante da nação, foi escolhido como o primeiro intérprete da opinião pública.

A nação, esse soberano primitivo, que manifestou-se no momento da constituição, louvou-se na opinião da coroa, nos casos dados e definidos nas atribuições privativas do poder moderador, porque reconheceu que essa era a mais própria para interpretar essa opinião.

A opinião pública é também interpretada, e legitimamente, pelo corpo legislativo, pela câmara dos deputados, imediata delegação do voto popular, pelo senado, delegação igualmente do voto popular, combinado com a confiança da coroa.⁵⁹

Desdobrava-se daí uma hierarquia que tinha a vontade do imperador no topo do sistema político. Não havia nenhuma implicação de isonomia quando o ministro falava que a opinião pública “também” era interpretada pelo corpo legislativo: a opinião da Coroa, “nos casos dados e definidos nas atribuições privativas do poder moderador”, seria o mais importante intérprete da opinião pública, suplantando a delegação do voto popular. Nesse esquema, autonomia para a vontade imperial significava liberdade irrestrita para o Poder Moderador. Foi esse o pressuposto que Zacarias provocativamente associou à “escola do despotismo puro e simples” antes de apontar a sua alternativa para a oposição na Câmara.

No dia 16 de julho, enquanto falava da inviolabilidade dos representantes, o líder dos conservadores moderados emitiu esta opinião:

Demais, a inviolabilidade do Senador e Deputado diz respeito às opiniões que proferem no exercício de suas funções. A Coroa, porém, não profere; nem tem opiniões; o que ela pensa, o que sabe em matéria do Governo do Estado só se manifesta no interior dos seus Conselhos, não transpira fora deles senão sob a referenda de seus Ministros, e como atos pelos quais são responsáveis.⁶⁰

Na sua leitura, a definição constitucional do imperador como “Primeiro Representante da Nação” era acima de tudo um atributo simbólico. Ele não era inviolável por sua qualidade de representante nem por lhe ser delegado o Poder

⁵⁹ ACD, 17/07/1861, grifo meu.

⁶⁰ ACD, 16/07/1861.

Moderador, mas pela natureza da “Realeza Constitucional”, que o fazia ainda uma figura sagrada, irresponsável e digna de respeito e veneração.⁶¹ No exercício do Poder Moderador, a parte que caberia ao monarca seria a deliberação, ao passo que os atos deveriam consumir-se sempre sob responsabilidade dos ministros. No seu esquema, a primazia seria da Câmara, que, sendo o lugar por excelência da soberania nacional, deveria influenciar, inclusive, as deliberações do Poder Moderador. Seguindo a fórmula inglesa exposta em *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*: “Nossos soberanos são obrigados a proceder de acordo com o parecer de ministros que tenham o apoio da câmara dos comuns”.

Já para o ministro da Justiça, insistir na irrestrita liberdade do Poder Moderador era defender a manutenção do modelo saquarema de rodízio de ministérios pela vontade imperial. Por isso, era tão importante atrelar essa vontade com uma ideia de opinião pública como equivalente de soberania nacional:

[...] só por certo modo admitiria as palavras proferidas ontem pelo nobre deputado quando disse que o imperador não tem opinião. Entendo que o nobre deputado disse bem: isto é, o imperador não tem caprichos, **o imperador só tem uma opinião – a opinião pública, da qual ele é o primeiro intérprete e representante. Assim, as decisões que dá são asseladas, do modo mais solene e satisfatório, pelos ditames da opinião pública.** Neste sentido admito a palavra do nobre deputado, mas não em seu sentido lato, porque seria o mesmo que dizer que a coroa nem tinha pensamento.⁶²

Sendo o imperador “chave de toda a organização Política”, e sua opinião, a própria opinião pública, estariam legitimadas todas as trocas de gabinete, dissoluções de Câmaras, nomeações e controle de novas eleições. Zacarias acusou a lógica desse modelo ao apontar que a ideia de encarnação da soberania nos poderes constituídos engessava totalmente a relação entre Maioria e Minoria, ignorava o caráter mutável da opinião pública. Tão indesejável quanto “a soberania inquieta e turbulenta da Escola de Rousseau” seria a “escola do despotismo” que ele identificava no modelo conservador.

Justo meio entre tais extremos, o regime representativo, reconhecendo o direito de governar na inteligência, assinala ao Poder uma posição de superioridade, sem eximi-lo da necessidade de constantemente atender à opinião pública [...] e sendo certo que o poder constituído, por mais bem organizado que seja, não resume toda a soberania da Nação, daí resulta-lhe o dever de prestar atenção e acolhimento à voz da opinião pública, não debalde chamada *rainha do mundo* [...]⁶³

⁶¹ Idem.

⁶² ACD, 17/07/1861.

⁶³ Idem.

À encarnação da soberania no rei, Zacarias opunha a “rainha do mundo”. Na sua definição de “justo meio”, o regime representativo era uma alternativa dinâmica na qual a opinião pública não é equivalente mas, sim, manifestação da soberania nacional. Caberia aos representantes, como delegados do poder soberano, dar forma a essa opinião no ambiente parlamentar e ministerial: maioria e minoria, governo e oposição, o importante seria não anular o caráter conflituoso e mutante dessas relações, de forma a manter no horizonte de todos a possibilidade de assumir o poder:

No regime representativo, por esse modo entendido, combina-se perfeitamente o direito da Maioria com o da Minoria: aquela governa, porque supõe compreender melhor as necessidades do País e os meios de satisfazê-las, sem que esta deixe de ter o direito de mostrar que a Maioria está em erro, e sem que perca a esperança de trazer às suas ideias a opinião geral do país. Se, porém, prevalecesse o modo de pensar do nobre Ministro da Justiça sobre a *encarnação* da soberania da Nação nos poderes constituídos, não sei que papel ficaria reservado à Oposição: para a Maioria a *encarnação* do direito de governar o País, para a Minoria a *encarnação* permanente da derrota!

Sua defesa do “regime representativo” era uma forma de desvincular definitivamente da “vontade imperial” as trocas de governo. Os ministérios deveriam sair da Câmara, que, por sua vez, era formada pela manifestação da soberania nacional por meio dos votos. Acontece que a soberania não se encarnava em um poder estanque, e a opinião pública manifestada no momento das eleições podia transformar-se no Parlamento. Ao responder Saião Lobato, Zacarias teorizava e buscava dar inteligibilidade à aliança entre antigos conservadores e liberais contra o Ministério Caxias.

Essa leitura do contexto político tinha implicações sobre o direito de revolta, às quais Zacarias também usou para delimitar sua estratégia de ascensão parlamentar. Quando finalmente respondeu sobre esse tópico, começou notando que a intenção do ministro seria generalizar toda a oposição como radicais liberais:

Ora, Sr. Presidente, não tendo eu nem de leve aludido, quanto mais apregoado tal direito, e sendo, por outro lado, o nobre Ministro da Justiça tão ilustrado e incapaz de enunciar proposições de tal ordem a esmo, fiquei entendendo que o nobre Ministro, enunciando essa tese, teve em vista lançar sobre o tapete um cartel e ver quem o levantaria, se a Oposição ou se alguém do grupo que apoia o governo com reservas. Se a Oposição, Sr. Presidente, contestasse, nessa parte, o nobre Ministro da Justiça, diriam os seus adversários: - “Não perde as tendências de recorrer à força!”

Se algum membro do grupo a que me refiro contrariasse o honrado Ministro, dir-se-ia logo: “está *angariado*, mudou de partido!”⁶⁴

Os que esperaram um combate à tese na sequência surpreenderam-se. Retomando a doutrina liberal, Zacarias apontou que o ministro negava peremptoriamente um direito “atestado pela história de todos os tempos e nações, e reconhecido pela ciência” para uma nação em geral que não encontra segurança nem recurso em uma ordem estabelecida, e que isso poderia ser um problema. Evocando seu passado no magistério, disse sempre ter guardado maior reserva sobre esse tema e, posteriormente, desde a mesma tribuna que ocupava, ter combatido a “extrema franqueza” com que o direito de resistência era exposto nos compêndios das faculdades brasileiras. Porém, se havia inegável inconveniente na franqueza desse ensino, maior seria negá-lo por completo.⁶⁵ Citando uma passagem de Guizot relativa à independência dos Estados Unidos, demonstrou que os doutrinários franceses reconheciam “esse grande direito social”. Em seguida, mais consoante com sua interpretação do “regime representativo”, mostrou estar atento às mais recentes produções estrangeiras:

Também referirei as palavras com que Stuart Mill, no seu escrito este ano publicado sob o título de *Considerações sobre o governo representativo*, lacônica, mas concludentemente, reconhece o direito em questão dizendo – que com toda probabilidade não há de gozar por muito tempo da liberdade o povo que não tiver disposição de combater por ela, quando diretamente atacada.⁶⁶

Citando a obra do autor inglês, era certo que tinha em mente seus três primeiros capítulos, nos quais se encontram a dedução de que o governo representativo seria a ideal forma de governo.⁶⁷ Assim, Zacarias expunha à Câmara que o meio de evitar a resistência não era simplesmente negar esse direito, mas evitar a excitação dos ressentimentos zelando pelo governo ideal, o que, nos termos que defendia, significava respeito com o Parlamento e com a relação mutável de forças entre maioria e minoria. Antes de encerrar, entrou em um tema caro aos liberais, ficando definitivamente posição em um terreno do qual buscava deslocar Teófilo Ottoni:

Eu não compreendo, Sr. Presidente, o horror que a certas pessoas inspira a ideia de resistência contida nos termos que tenho definido, quando é

⁶⁴ ACD, 25/07/1861.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ ACD, 25/07/1861.

⁶⁷ MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. [1861] Brasília: Editora UnB, 1981; p. 5-38.

certo que, graças a esse recurso, somos Nação independente, e que, se não fora a resistência que produziu a Independência, não teríamos hoje liberais – é verdade –, teríamos só conservadores, mas conservadores de jugo e ferros coloniais.

Diz-se que, feita a delegação, não tem mais a soberania nacional ocasião de manifestar-se, e todavia aí está a manifestação de 7 de abril de 1831, com todos os seus efeitos!⁶⁸

Não era pouca coisa para alguém que, acima de qualquer diferença, ainda se identificava no campo conservador relacionar a memória da independência com o direito de resistência e a abdicação de Pedro I como resultado de um ato de soberania popular. Em sua interpretação, a resistência contra o jugo colonial produzira uma soberania que passou a conter um elemento liberal imprescindível, que certamente “manifestou-se” no 7 de abril. Mais um ato legítimo da nação.

Ao reconhecer a importância do princípio liberal na soberania e no desenvolvimento da história nacional, Zacarias apontava mais uma vez para o “justo meio” que pretendia alcançar. Era um esforço considerável para aparecer como liderança viável aos liberais da Câmara, colocando em evidência dois pontos controversos de Ottoni que certamente comprometeriam sua imagem como expoente de uma eventual aliança oposicionista: a defesa do mandato imperativo e a associação de sua imagem com ideias de revolta e revolução, desde os movimentos de 1842.

Aliás, havia uma coincidência cronológica que devia sobressaltar corações supersticiosos. Exatamente vinte anos depois, os mesmos componentes de uma guerra civil pareciam repetir-se: significativa vitória eleitoral liberal; reação dos conservadores por ações do Executivo; os liberais acusando os conservadores de despóticos, reclamando reformas e, inclusive, retomando o velho termo “oligarquia”. Visto desconfiadamente como “estatueta conservadora” por alguns liberais, Zacarias queria mostrar que, a despeito disso, poderia liderar um desfecho diferente desta vez, uma aliança parlamentar entre conservadores moderados e liberais, sem extrapolação da política para as ruas e para as armas. A escolha das palavras era importante: “manifestação” em vez de “revolução”. Na sessão de cinco de julho, quando foi pressionado justamente pelo representante paranaense para dizer se um partido poderia exercer o direito de revolta, Teófilo Ottoni não respondeu nem positiva nem negativamente. A escolha do silêncio era importante: a abstenção em vez de um “não”.

⁶⁸ Idem.

Todos reconheciam no liberal mineiro o articulador de argumentos de uma tradição política liberal distinta de todas as outras disponíveis no contexto político da legislatura que se iniciava em 1861. Apenas o jovem José Bonifácio se equiparava, desde o início, a ele na defesa dessa tradição.⁶⁹ O diferencial do segundo era que poderia imiscuir sua própria trajetória com a das demandas reformistas desde as regências, momento crucial para a produção de sua identidade como liberal, da forma que expôs em sua famosa *Circular aos eleitores mineiros*, em 1860. Como apontou Valdeci Araújo,

Uma análise do vocabulário político empregado por Ottoni ao longo de toda a sua trajetória mostrará que são nesses anos da Regência que seus temas centrais se cristalizam. Nem a Revolução de 1842, nem a experiência como empresário no Vale do Mucuri parecem ter acrescentado matizes significativas a esse vocabulário. Em 1860, quando retomar a atividade política de forma mais intensa, será ainda à experiência da luta contra Pedro I em 1831 que Ottoni recorrerá, talvez com a diferença de poder dar a ela a dimensão de uma tradição política coerente. É nesse momento que Ottoni parece assumir o grau mais elevado de consciência dos valores políticos que ele passava a representar, um herdeiro das lutas de 1831, entusiasta dos avanços obtidos nos primeiros anos do período regencial.⁷⁰

Nessa construção identitária, o 7 de abril era verdadeira revolução, porque marcava a transferência da soberania da Coroa para a nação por meio da luta, “povo e tropa reunidos”. Em 1831, a nação teria acabado com qualquer vestígio de monarquia tradicional, marcando de forma soberana as condições para o início do Segundo Reinado. Era importante afirmar esse momento revolucionário e fundador, pois ele percebia um esforço no sentido contrário, partindo inclusive do governo:

Pelos escritos da época atual publicados sob os auspícios do ministério se podem bem avaliar quantos erros funestos, infiltrando-se por todos os poros oficiais, têm procurado inocular-se no ânimo imperial. Vimos em 1860 em um folheto que saiu dos prelos da folha oficial com o título *Monarquia e democracia* proclamar-se que era tradicional a monarquia brasileira, derivados do campo de Ourique os seus direitos e anuladas consequentemente a nossa independência e emancipação. Na corte é teoria banal que o dia 7 de abril significa pura e simplesmente o princípio do segundo reinado pela ordem natural de sucessão. Não querem compreender que no dia 7 de abril de 1831 o povo e a tropa reunidos no campo da Honra ao grito significativo de – viva a federação! – quando simultaneamente se faziam pronunciamentos idênticos em

⁶⁹ A título de comparação geracional: Teófilo Ottoni (1807) era vinte anos mais velho que Bonifácio, o Moço (1827).

⁷⁰ Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. “A instrumentalização da linguagem”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*; p. 53-54.

Minas e Bahia, haviam consumado uma revolução como a de 1688 na Inglaterra.

Não querem compreender que a nação quebrou no dia 7 de abril o que podia haver de aspiração tradicional no primeiro reinado, e marcou soberanamente as condições de existência do segundo.

Não querem compreender que as instituições no dia 7 de abril receberam nova têmpera, e que nesse dia foi, por antecipação, inaugurada a reforma federativa ou ato adicional.

Não querem compreender que a abdicação publicada no ato do embarque para a nau inglesa Warspite foi uma inspiração feliz, mas não ato espontâneo, e que realmente nesse dia o Brasil tirou o trono ao príncipe português e o devolveu ao príncipe brasileiro.⁷¹

Na continuação de seu texto, mesmo fazendo certo *mea culpa* a respeito de 1842, não podia abrir mão do papel preponderante do partido liberal para as demandas justas da soberania nacional e – por que não? – do direito de resistência.⁷² Isso era importante, porque, na sua leitura, a luta pela verdadeira independência ainda não acabara em 1860, sendo que o despotismo pelo qual Pedro I havia sido combatido só se deslocara para o ilegítimo “governo pessoal” do Segundo Reinado, garantido pela permanência do Poder Moderador e fomentado pela lisonja:

O monarca do Brasil não tem ministros validos, mas Sua Majestade o Imperador tem política pessoal, e a política dos monarcas constitucionais outra não deve ser senão a do parlamento.

E, conforme as exigências da sua política, Sua Majestade ora se apoia sobre a facção áulica, ora sobre o partido liberal, ora sobre o partido conservador.

[...]

Não estamos e nunca estivemos sob o domínio da camarilha, favoritos ou validos, mas padecemos de doença muito mais grave do que essas todas: é o governo pessoal.

[...]

⁷¹ OTTONI. “A Circular de Teófilo Ottoni”, *op. cit.*; p. 353. Esse trecho encontra-se no capítulo “Ainda o Governo Pessoal”. A referência a “Monarquia e democracia” reforça que Ottoni estava posicionando-se na discussão recente sobre o papel do monarca na política que se seguiu ao retorno de Pedro II de sua viagem ao norte. Silvana Barbosa aponta que o panfleto anônimo “Monarquia e democracia”, atribuído a Justiniano José da Rocha, foi publicado em diversos artigos no Jornal do Comércio no fim de maio de 1860 e tinha como objetivo principal defender o monarca dos ataques do panfleto de Landulfo Medrado, *Os cortesãos e a viagem do imperador*. Sintetizava as propostas dos conservadores e do ministério de então. Cf. BARBOSA, Silvana. “Panfletos vendidos como canela”, *op. cit.*, p. 160-162.

⁷² “Creio sinceramente que mais teria ganho o sistema constitucional se, apesar da promulgação das leis inconstitucionais de 1841, apesar da dissolução prévia da câmara dos deputados, apesar de tudo, a oposição mineira, em vez do recurso às armas, de preferência empregasse contra o governo os meios pacíficos que ainda lhe restavam. Infelizmente a oposição era de tal modo provocada e arrastada para o terreno fora da lei que não havia meio de contê-la. O fato era, portanto, indeclinável.” *Idem*; p. 314. Depois, à p. 322, Ottoni reforça a legitimidade da causa liberal, lembrando que “a resistência de 10 de junho, discutida de mil modos perante os tribunais de Minas, ficou plenamente justificada como uma resistência legal. [...] Todos os chefes de alguma importância levados ao júri obtiveram absolvição e em muitos casos apoteose”.

Mas o certo é que os nossos homens de estado nunca dizem ao imperador a verdade. Não lh'a dizem porque lh'o proibem a ambição do poder e o temor de que lhes falem os graciosos sorrisos e boas graças. Desde o verdor dos anos o espírito do monarca tem estado perenemente exposto à ação corrosiva da lisonja.⁷³

Por mais que nesse ponto tenha relativizado a responsabilidade pelo predomínio do “governo pessoal”, Ottoni já identificara anteriormente os dois problemas principais da monarquia constitucional brasileira, reiterando dois tópicos muito utilizados pela oposição liberal de 1857-1860: a oligarquia e o mau uso do Poder Moderador. Atacava os defensores da irresponsabilidade desse poder, pois isso implicava pretender que ele não teria “no exercício de suas funções outra sanção senão o foro interno, para não dizer o capricho da prestigiosa individualidade a quem é delegado”.⁷⁴ Não por acaso, definia o Moderador como “filho do direito divino”, uma versão atualizada do despotismo. Em outra parte, no entanto, apontou que o “primeiro poder” do país estava em outras mãos. Voltou ao período regencial para explicar seu surgimento:

Mas enfim o ato adicional foi proclamado durante as exéquias do duque de Bragança.

Dessa circunstância nasceu que simultaneamente se delineassem as feições dos partidos do segundo reinado.

Um grupo de ambiciosos formou desde então essa oligarquia famosa, que no ministério ou fora dele tem sido o primeiro poder no presente reinado, e que separando-se dos simplórios que queriam ainda tomar ao sério a revolução de 7 de abril e as garantias dos cidadãos, avassalaram ministérios, regentes, regências e a própria majestade.⁷⁵

Por tudo isso, cabia a um liberal permanecer vigilante, e foi essa a identidade construída em sua circular. Agradecia a confiança dos eleitores mineiros nas últimas três eleições senatoriais e pedia o apoio para voltar a ser deputado. Bem diferente dos modelos tradicionais que os chefes partidários usavam para estabelecer listas provinciais, o documento de Ottoni era uma proposta de mandato “explícito e significativo”:

Mais uma vez ambiciono ser representante da nação.

Solicito uma cadeira na câmara temporária.

Aí pode colocar-me a vontade dos eleitores, sem dependência de referenda.

Se for eleito, tenciono empenhar-me na milícia ativa da política.

E não o poderei fazer com vantagem sem um mandato explícito e significativo.

⁷³ Idem; p. 352-353.

⁷⁴ Idem; p. 226.

⁷⁵ Idem; 235.

Este deve basear-se na enunciação franca das minhas aspirações.⁷⁶

Seu liberalismo se refletia em uma ideia de representação que conservadores, como o ministro Saião Lobato, taxariam de revolucionária, em que o mandante seria cada vez mais ativo sobre o mandatário, em que a verdade eleitoral se revelaria pela maior proximidade possível entre ambos:

Sou partidarista da eleição do campanário, como foi decretada em 1855. Quisera para aperfeiçoá-la, que a reforma abrangesse a eleição primária. Sem chegar à eleição direta, para ficar dentro da constituição, bem podia dividir-se cada freguesia em tantos quarteirões eleitorais quantos eleitores houvesse de dar.

A cada quarteirão eleitoral corresponderia um eleitor.

Este processo pelo menos havia de matar um sem número de fraudes.

E o corpo eleitoral, vera effigie da população, de que assim sairia regularmente, havia de escolher o deputado que melhor conhecesse as necessidades do distrito e melhor o representasse.⁷⁷

Após o período dedicado à empreitada do Mucuri, seu retorno à política causou alguns incômodos. As expressivas votações para o Senado e o sucesso de sua candidatura baseada na ideia de um “mandato explícito” somaram-se à sua atuação nas eleições cariocas, participando de meetings, conduzindo votantes de uma freguesia para outra, comandando a vitória da “liga constitucional”. Foi eleito em Minas e na Corte, optou pelo distrito de sua província, deixando aos governistas a impressão de que podia “agitar” as eleições nos círculos do coração do Império, vencer e sobranceiramente abrir mão dessa vaga. Por mexer com certos limites da política, regressou à Câmara como personificação da memória e da prática de um liberalismo que precisava ser contido no espaço parlamentar. Lá dentro, ainda quando reconhecia a “muralha de bronze” que deveria isolar a política representativa, não deixou de falar em nome do povo que dizia conhecer. Foi assim em uma das sessões preparatórias de 1861, diante da reprimenda do presidente da Casa a risadas vindas das galerias, no momento em que Ottoni e Francisco Otaviano trocavam provocações com Barbosa da Cunha. Após a leitura do regimento pelo 1º secretário, a palavra foi devolvida ao representante mineiro:

Sr. presidente, eu ouvi, é verdade, algum riso nas galerias, mas estou muito certo de que os espectadores não de atender à justa observação de V. Ex. (*Apoiados*). Não há a menor questão nem o menor receio.

O Sr. Lessa: - O povo brasileiro é muito ilustrado para não compreender a sua missão.

⁷⁶ Idem; p. 200.

⁷⁷ Idem; p. 381.

O Sr. Ottoni: - Sem dúvida. Conheço o povo do Rio de Janeiro, conheço o partido liberal do município neutro e sei que está na altura da sua missão.

As galerias sabem que entre o deputado e o espectador deve haver uma muralha de bronze. Mas note V. Ex. que o riso é muitas vezes um ato involuntário. Portanto, esteja V. Ex. tranquilo.

O Sr. Zacarias: E quem tem medo das galerias? (*Apoiados*)⁷⁸

Como sugeriu Zacarias, endossando nesse ponto o liberal do lenço branco, a prática política no interior do Parlamento estava protegida. No entanto, a retórica do perigo revolucionário ligado a Ottoni, no alto de seus 54 anos, continuou sendo utilizada no cenário político e facilitou, inclusive, a aceitação do “justo meio” que o deputado paranaense apontava para os opositores. Tal recurso alcançou seu grau máximo com a proximidade de um evento no qual memória e prática política colocaram-se no espaço público da capital no fim de março de 1862. Defendendo a sua tradição liberal, Ottoni continuou estigmatizado e colocado em segundo plano no momento da virada oposicionista na Câmara.⁷⁹

Em pleno carnaval, o *Diário do Rio de Janeiro* resolveu abordar alguns exercícios militares que, segundo o editorial, o governo ordenara acontecer na cidade. Aos leitores que esperavam desfrutar de algo mais ameno em data festiva, escusava-se o jornalista: “Se não estivéssemos no carnaval, não nos arriscaríamos a dar conta destes manejos ridículos”:

Há poucos dias o governo teve a bondade de explicar, ainda que capciosamente, os motivos por que está embalando cartuchame e afiando espadas.

Já antes dessa explicação oficial o público fora surpreendido por alguns rumores evidentemente propalados *oficiosamente*, rumores esses que chegaram até a algumas províncias, antes de serem aqui percebidos.

Por essas novelas da meia-noite constava o seguinte: que o Sr. T. Ottoni achava-se em Minas promovendo uma revolução e que até tinham sido apreendidos alguns caixões com armamento; que a 25 de março, ao inaugurar-se a estátua equestre do 1º imperador, igual movimento devia

⁷⁸ ACD, 25/04/1861. Os dois artigos regimentais lidos pelo secretário foram registrados pelo taquígrafo. Deixam claros os limites da política a ser praticada: “Art. 201. Todos os cidadãos e estrangeiros têm direito de assistir às sessões contanto que vão desarmados e guardem o maior silêncio sem dar o mais pequeno sinal de aplauso ou de reprovação do que se passar na câmara. Art. 202. Os espectadores que perturbarem a sessão se farão sair imediatamente das galerias, e se o caso assim o pedir, ter-se-á com eles a demonstração que câmara julgar conveniente”.

⁷⁹ Importante ter em vista que o ônus da perseguição política era parte importante de sua identidade. Na Circular, relembra um acontecimento de 1829: “Discuti com calor uma questão de ordem que afetava a pessoa do então ministro da guerra, o Sr. general Joaquim de Oliveira Alvares, que propus fosse multado. Se já não estava no *livro negro*, fui inscrito nesse dia, não só porque o meu discurso foi talvez inconveniente, como principalmente porque excitou os aplausos do povo liberal. Daí começou para mim a perseguição política que o primeiro reinado legou ao segundo, e que presentemente me atropela”. Cf. OTTONI. “A Circular de Teófilo Ottoni”; p. 202-203.

rebenotar aqui; finalmente, que o governo preparava-se com toda a energia para sufocar a revolta.⁸⁰

Aproximava-se, com efeito, o dia em que a Praça da Constituição ganharia o monumento em homenagem a Pedro I. Proposta pelo edil Roberto Jorge Haddock Lobo em 1854, a ideia começou a concretizar-se nas ações de uma comissão responsável por angariar recursos com “cidadãos influentes” da capital e da província do Rio, além de organizar o concurso artístico que definiria o projeto da estátua, esforços todos legitimados e presididos por Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Camara. Coube, então, à congregação de professores da Academia de Belas Artes escolher o modelo do Sr. J. M. Mafra, o qual, uma vez remetido à Europa para contratação da execução, foi confiado ao estatuário francês Louis Rochet. Houve uma viagem do artista ao Brasil em meados de 1856, quando aproveitou para propor algumas ligeiras modificações no desenho, e, a partir daí, “depois de quase cinco anos de insano trabalho, completou um dos mais gigantescos monumentos do gênero”.⁸¹

Proporcional às suas dimensões foi a expectativa para a inauguração em 12 de outubro de 1861, dia que marcava o aniversário do primeiro imperador, bem como sua aclamação. Quanto mais se aproximava a data, mais corriam notícias sobre comissões nomeadas por câmaras municipais e assembleias provinciais para participarem do evento, preparação frustrada pelo aviso de que o adiamento seria inevitável. Antes de erigir-se finalmente na urbe carioca, a estátua foi montada no Palácio da Indústria de Paris, para a Exposição de Belas Artes daquele ano. Provavelmente os percalços logísticos obrigaram a mudança no cronograma.

Escolheu-se 25 de março, aniversário da Constituição imperial, para homenagear quem a outorgou. Ficando para o próximo ano, o Gabinete Caxias poderia esmerar-se ainda mais para tirar o melhor proveito político da ocasião, de forma a fortalecer sua imagem antes da reabertura do Parlamento, em maio. Por outro lado, em meio a uma crise, qualquer tempo a mais acaba servindo também para os adversários armarem-se. No caso, o que se observou foi que, ao chegar o mês da inauguração, iniciou-se um verdadeiro duelo interpretativo sobre o que aconteceria em praça pública dali alguns dias e o que significava historicamente aquele monumento.

⁸⁰ Diário do Rio de Janeiro, 03/03/1862, n. 62.

⁸¹ Jornal do Comércio, 31/03/1862, n. 89.

Com toda pompa e circunstância criada em torno da obra de Rochet, esperava-se o concurso de uma multidão aos arredores do logradouro. Se para o governo sobrepunha-se a preocupação com a ordem pública, para alguns cidadãos aparecia a chance de lucrar com a pátria. Aos “senhores capitalistas” que, não tendo um lugar oficial no evento, também não imaginavam juntarem-se à maioria dos espectadores, anúncios ofereciam janelas “a famílias distintas” em edifícios adjacentes à praça, “mediante o que se convencionar”. Ademais, todo um comércio de produtos patrióticos como bandeiras, selos, peças musicais e uma novíssima litografia do monumento feita por Sebastien Sisson, o renomado editor da *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, encontrava-se principalmente nos anúncios do *Jornal do Comércio*. Já para a oposição, por meio do *Diário do Rio de Janeiro*, *Atualidade* e também do *Correio Mercantil*, colocava-se a oportunidade de denunciar quaisquer exageros do poder. Na véspera do evento, o jovem cronista do *Diário*, Joaquim Maria Machado de Assis, descreveu assim a expectativa em torno do evento e a apreensão do governo, sem dispensar a ironia:

É amanhã a inauguração da memória do Rocio. É também amanhã o aniversário da proclamação da nossa carta política. Por último, na opinião do ministério, é amanhã a realização de uma revolta popular, preparada pelos chefes liberais a bem de se apossarem do governo.

Nada direi do aniversário que festejamos, mesmo por não entrar na apreciação dos atos pecaminosos que hão desvirtuado o nosso código político. Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolo que o pacto fundamental é uma comédia.

[...]

Alguns fatos poderiam demover-me da opinião em que estou de que o ministério quer provar amores assoalhando calculadas fantasias. Tal é, por exemplo, o da apreensão de alguns barris de pólvora em várias casas. Mas a *Atualidade* explica a origem desta apreensão que tanto alarma causou, e com as quais quer o ministério afetar que descobriu os conspiradores. Foi apenas uma denúncia de proprietário incomodado pela vizinhança de fabricantes de fósforo.⁸²

Para o jornalista, era evidente que o ministério buscava reforçar “a confiança imperial na prevenção de revoltas imaginárias”. Era assim desde a época eleitoral, quando o discurso da agitação social tinha justificado a troca de gabinetes e uma política de prudência. Apontava-se principalmente para o ex-ministro do Império do Gabinete 10 de agosto, Almeida Pereira, e o ministro da Justiça em exercício, Saião

⁸² *Diário do Rio de Janeiro*, 24/03/1862, n. 82. Para uma análise das crônicas de Machado de Assis no jornal liberal, ver CAVALLINI, Marco Cícero. *O Diário de Machado*, op. cit.

Lobato. No entanto, a oposição não se contentou em denunciar ministros, a armação de um aparato repressivo e a indisposição com a figura de Ottoni. Percebe-se que nas páginas liberais articulou-se uma crítica e proposta de revisão da memória que estava sendo sacramentada na estátua equestre. Considerando que havia quase oito anos que se tratava do assunto, ao *Jornal do Comércio* pareceu estranha a mudança de abordagem dos periódicos da oposição. No artigo “A estátua equestre e o Mercantil”, apontou-se que nenhuma reclamação havia sido feita durante toda a realização do projeto:

[...]Sim, nem o *Mercantil*, nem folha alguma de importância, quer na corte, quer em alguma das províncias do império, opôs o menor protesto à ereção de uma estátua ao Sr. D. Pedro I, como um padrão do grande fato de nossa independência e unidade política formando uma nação na América Meridional. Foi porque todos compreenderam, e compreendem que o monumento de que se trata simbolizava uma época, e o acontecimento mais memorável nos fastos de um povo chamado à vida de nação livre.⁸³

Haveria, então, um consentimento prévio em torno da narrativa que seria monumentalizada, a qual o jornal do deputado da “liga constitucional” Francisco Otaviano vinha perturbar somente na véspera da cerimônia. Na edição de 24 de março, lê-se no editorial do *Mercantil* uma versão da independência que a interpreta como resultado de um processo conflituoso que a abertura das Cortes de Lisboa possibilitou, e não das escolhas de um herói:

A independência não proveio dos erros ou despotismos das cortes, nem dependeu do concurso de D. Pedro. Se ele tivesse ido para a Europa, como requereu a seu pai, as províncias fariam desassombradamente, sem ciúme de centralização no Rio de Janeiro, o que fizeram suspeitosas e com lentidão. A representação do povo fluminense, assinada a 29 de dezembro de 1821, ousou dizer com franqueza a D. Pedro que o navio que o transportasse a Portugal levaria também a independência do Brasil. No mesmo sentido e com a mesma energia se pronunciaram os governos provisórios e câmaras das províncias austrais.⁸⁴

Se o “Fico” parecia a alguns, além de uma decisão heroica, uma concessão espontânea e generosa do herdeiro do trono português, devia-se recordar que “os brasileiros pagaram-na com maior generosidade, concorrendo com o seu sangue e dinheiro para criarem exército e marinha que elevassem o *Fico* a um trono grandioso”.⁸⁵ O argumento do *Mercantil* pretendia desconstruir a versão oficial de que a monarquia havia sido a garantia da “revolução da independência”, apontando

⁸³ *Jornal do Comércio*, 25/03/1862, n. 83.

⁸⁴ *Correio Mercantil*, 24/03/1862, n. 82.

⁸⁵ *Idem*.

que, na verdade, a manutenção do regime foi uma opção brasileira. Por isso, era imprescindível apontar que o sete de abril de 1831 era data mais importante que a independência, o que exigia uma leitura diferente da estátua equestre:

[...] os brasileiros que na legislatura de 1830, na imprensa, nos clubs, em todos os círculos políticos e nos quartéis militares, prepararam, fizeram, dirigiram e defenderam a segunda revolução nacional, de 7 de abril de 1831, não podem ser vituperados com a feia pecha de ingratos.

Os custosos labores da arte estrangeira, pagos por uma contribuição, para a qual também se pediu o auxílio da bolsa estrangeira, hão de perpetuar, não a falsa glória que se quer atribuir ao primeiro monarca, mas sim a verdadeira glória de seu filho, perante o qual alguns dos juizes que condenaram seu pai vão amanhã pedir perdão ao bronze por terem sido infiéis à causa do despotismo.

Perdoe-lhes o bronze; mas a história cubra-lhes o rosto com um véu negro para que ninguém possa saber os nomes dos desertores da revolução de 1831.⁸⁶

A função de defensor da versão oficial da memória que o *Jornal do Comércio* assumiu foi ainda mais exigida até o fim de março. Na edição que foi a público na data tão esperada da inauguração do monumento, sustentou com veemência a ideia de Pedro I como protagonista da emancipação política e garantidor da unidade e legitimidade do Brasil independente, não apenas contra a leitura do *Mercantil*, mas também de dois panfletos intitulados *7 de Abril de 1831* e *Evaristo da Veiga*, os quais, de acordo com o jornalista, tinham aparecido havia alguns dias na Corte “para vergonha não só de quem o escreveu como de todos os Brasileiros”.⁸⁷ O *Jornal do Comércio* fazia com esmero o trabalho de legitimar o lugar de destaque que o antigo imperador, imortalizado em bronze, ocuparia no centro da Praça da Constituição.

Todavia, esse trabalho exigiria um combate político mais aberto nos dias seguintes, porque a imprensa liberal publicou um texto sobre a estátua que, dada a autoria de Teófilo Ottoni, era o manifesto político mais eloquente que a oposição poderia apresentar. Para completar, uma chuva torrencial acabou adiando mais uma vez a cerimônia, que ficou para o domingo, dia 30. Dessa forma, haveria mais cinco dias para que as ideias do liberal mineiro repercutissem antes do ato oficial. Se fosse verdade que alguns viam intenções conspiradoras no político mineiro, o clima de tensão só tendia a aumentar. A outros, o adiamento certamente foi motivo de celebração:

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ *Jornal do Comércio*, 25/03/1862, n. 83.

Felizmente o aniversário da constituição política do império deixou de ficar confundido com o da inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou. Cada um terá seu dia, como cada um tem seus adoradores.

A Providência permitiu que assim deixassem de ser confundidas duas ideias diametralmente opostas.⁸⁸

Tanto o *Diário* como o *Atualidade* deram espaço, no dia 25, para o artigo *A Estátua Equestre*, que se tratava, na verdade, de uma justificativa pública de Ottoni, datada do dia anterior:

Em nenhuma circunstância de minha vida me achei, como hoje, em tão embaraçosa posição.

Vai ter lugar a inauguração da estátua equestre do Sr. duque de Bragança, primeiro imperador do Brasil.

E estou encarregado de representar nesse ato solene duas assembleias legislativas provinciais, grande número de municipalidades e uma sociedade científica.

Em tão multiplicada quanto espontânea e obsequiosa lembrança, eu vi confundido de gratidão mais um mandato de honra que vinha enobrecer-me.

A mim, que para obtê-lo não posso exhibir outro título senão essa posição distinta onde a benevolência popular aprovou colocar-me.

Com tais sentimentos, é claro que só deveres muito imperiosos poderiam desaconselhar-me de aceitar pressuroso e desempenhar as comissões de obséquio com que se me distinguiu.

Mas alto bradou minha consciência, e força foi obedecer-lhe.⁸⁹

Seguindo a concepção de representação que embasara sua circular eleitoral, Ottoni dirigiu-se aos que o escolheram para, mais uma vez, buscar criar um “mandato explícito” – como propusera aos eleitores mineiros. Nessa nova oportunidade, foi incumbido de uma representação mais ampla para um evento de enorme significação política. Era o líder liberal, revolucionário para alguns, escolhido por diversas assembleias e câmaras, às quais ele se sentia obrigado a abrir sua consciência. É de supor-se que foi de maneira calculada, a fim de que a repercussão sobre o evento fosse certa, que esperou até a véspera para negar a missão. Para justificar-se, disse que compareceria sem problemas caso se tratasse de “cumprimentos e formalidades”. Havia para ele, entretanto, a questão mais grave do significado do monumento para o governo e para a Coroa. Apontou que a estátua equestre pretendia resolver, primeiramente, a quem se devia a independência proclamada em 1822; em segundo lugar, a quem se devia a constituição jurada em 1824; e, por fim, sentenciar o “ato de virilidade popular” praticado em sete de abril

⁸⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 26/03/1862, n. 84.

⁸⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 25/03/1862, n. 83.

de 1831. Reclamando a liberdade de articular sua defesa, enumerou os significados da estátua:

1º Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam sobre os dois reinos em que se dividiu a família portuguesa.

2º Que a constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às ideias liberais.

3º Que o 7 de abril de 1831 foi um crime de rebelião, de que o Brasil contrito deve pedir anistia, anulando por injusta a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado.

Ao menos é isto o que eu leio na praça da Constituição.⁹⁰

No restante do texto, desenvolveu uma análise histórica cujo principal objetivo era desabonar o protagonismo de d. Pedro em favor de Tiradentes, como o iniciador do ideal de emancipação, e José Bonifácio, verdadeiro defensor da independência.⁹¹ Por mais que a linha mestra de seu texto tenha o mesmo sentido que o editorial do *Mercantil* são as suas palavras, a entrada de seu espectro político no debate, que fazem com que o *Jornal do Comércio* responda ao que define como “receios e as invenções”:

Tem descido ao ridículo a insistência com que as folhas da oposição querem fazer acreditar que o governo receia uma revolução aqui na corte, e que tem feito aprestos para debelá-la.

Foram os escritores oposicionistas que levantaram essa balela, contra a qual fingem-se indignados, no ardor do *seu patriotismo*, arremetendo, novos Quixotes, contra fantasiados moinhos de vento.

Qual o fim de um tal plano eles lá o sabem: mas tudo induz a crer que escrevem especialmente para as províncias, e não para a corte.

[...]

Para as províncias sim, porque ali, segundo entendem, facilmente, com a propalação incessante que a imprensa oposicionista da capital do império faz desses falsos rumores, os ânimos chegarão a excitar-se, e a tomar uma atitude que amedronte os delegados do governo geral, e mesmo a este, produzindo assim alguma *feliz mudança* na administração superior do Estado.⁹²

A edição do dia 30 de março, data em que se esperava finalmente ver inaugurada a estátua, foi ainda mais contundente na associação dos ataques à memória de d. Pedro com um plano maior da oposição de tomar o poder:

Na ocasião solene de inaugurar a estátua do Sr. D. Pedro I concertaram-se as redações do *Mercantil* e *Diário*, debaixo da direção do Sr. Ottoni, para difamarem e amaldiçoarem a memória do fundador do Império [...]

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Para uma análise mais detalhada do documento, ver ARAÚJO, Valdei. “A instrumentalização da linguagem”, *op. cit.*

⁹² *Jornal do Comércio*, 28/03/1862, n. 86.

Ninguém o acreditara, se não fosse o testemunho da letra redonda, e o demonstrado propósito dos corifeus da alcunhada oposição *liberal* no empregar a mentira e a calúnia com audácia, mais audácia e sempre audácia! [...]

A se tomar ao sério esta farsa de feição política, é o caso de se inquirir – o que pretende a trindade oposicionista com tal desabrimento? – Querem seriamente conquistar as posições oficiais com vistas de felicitar o Brasil tornando uma realidade a constituição do Estado, que dizem letra morta? E principiam por corromper a opinião, perverter a doutrina e desprestigiar o princípio de autoridade, sem o mínimo comedimento, sem ao menos guardar as regras mais triviais da civilidade e cortesia!⁹³

Em mais três artigos nesse mesmo número, foi atacada a identidade de “proscrito político” que Ottoni pretendia passar, apontando que ela, na verdade, encobria a atuação de agitador do “antigo liberal de Santa Luzia”.⁹⁴ Além disso, denunciava-se que os oposicionistas queriam, com os “raios ottonianos”, criar uma indisposição na população em relação ao evento e ao governo:

[...] [a oposição] gritando-se ainda contra o ministério, porque continuava em suas medidas para debelar a revolução que inventava, dizia-se que o governo queria excluir injuriosamente do recinto da praça da Constituição as classes menos abastadas no dia da inauguração da estátua.

Finalmente, no dia 25 de março, depois de uma noite tempestuosa, logo depois do equinócio e em conjunção de lua, quando a chuva caía em catadupas, fazendo transferir a solenidade para outro dia que permitisse todo o brilhantismo e a concorrência do povo, na manhã do dia 25 de Março rebentaram os raios ottonianos no *Diário*, no *Mercantil* e na *Atualidade*.

Como se vê, por parte da oposição exaltada tudo havia sido encaminhado ao fim de produzir um grande efeito em sentido que fizesse minguar o mais possível (quando não fosse o de provocar algum louco pronunciamento popular) a solenidade do ato.⁹⁵

No fim das contas, tudo saiu bem na cerimônia do dia 30, sem ocorrências consideráveis, a não ser a inclemência das águas de março que molharam os presentes quando já anoitecera. Entretanto, o que era mais relevante naquele contexto nem era a efetividade das ameaças revolucionárias ou dos preparativos militares do governo, mas o que o monumento suscitou de embate interpretativo

⁹³ *Jornal do Comércio*, 30/03/1862, n. 88.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Idem*. Relacionado à acusação de exclusão do povo, há um artigo interessante do *Diário do Rio de Janeiro*: “Rogamos ao governo e a seus agentes que definam o que é – *decentemente vestido* – para que se alguém do povo quiser *penetrar* na praça do *Rocio*, na ocasião da comemoração do 7 de Abril, isto é, da inauguração da estátua, não seja repellido à discricção dos soldados policiais, a quem, supomos, se deixou a discriminação dos trajés. A praça é pública, mas ninguém poderá lá ir sem que traga *cartão* no vestiário”. Edição de 24/03/1862, n. 82.

acerca da memória e das possibilidades de intervenções políticas no espaço público.

O cronista Machado de Assis captou bem essas questões:

Está inaugurada a estátua equestre do primeiro imperador.
 Os que a consideram como saldo de uma dívida nacional nadam hoje em júbilo e satisfação.
 Os que, inquirindo a história, negam a esse bronze o caráter de uma legítima memória, filha da vontade nacional e do dever da posteridade, esses reconhecem-se vencidos, e, como o filósofo antigo, querem apanhar mas serem ouvidos.
 Já é de mau agouro se à ereção de um monumento que se diz derivar dos desejos unânimes do país precedeu uma discussão renhida, acompanhada de adesões e aplausos.
 O historiador do futuro que quiser tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio.
 A imprensa oficial, que parece haver arrematado para si toda a honestidade política, e que não consente aos cidadãos a discussão de uma obra que se levanta em nome da nação, caluniou a seu modo as intenções da imprensa oposicionista.
 Mas o país sabe o que valem as arengas pagas das colunas anônimas do *Jornal do Comércio*.⁹⁶

O cancelamento da inauguração em outubro de 1861 ocasionou um fato relevante para os desdobramentos políticos nacionais: a cerimônia acabou acontecendo a praticamente um mês da abertura do Parlamento. A Praça da Constituição tornou-se um verdadeiro palco de possibilidades políticas, de embate interpretativo, de acusações, de fortalecimento de identidades, uma verdadeira antessala do confronto que governo e oposição retomariam em maio. Foi também um palco de oportunidades. Se Ottoni fez da ausência o seu posicionamento político, outros aproveitaram para, em público, marcar o lugar que assumiam no espectro político. Foi o caso do senador Nabuco de Araújo, cujo discurso na cerimônia de 30 de março reforçava, na visão de alguns, as importantes transformações que vinham ocorrendo nas alianças políticas.

O brado da tribuna dos anciãos e o riso dos vencidos

O *Atualidade* de 13 de abril de 1862 ainda tratava da inauguração da estátua equestre, mas com o intuito de destacar a participação de um personagem que não merecera a mesma atenção em outros jornais. O texto da primeira página intitulado “A estátua e o Sr. Nabuco” começava relatando a normalidade com que tudo correu,

⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 01/04/1862, n. 90.

apesar das “horribéis cenas de anarquia imaginadas pelo Sr. Saião”. O povo enfim pudera “folgar e rir diante da estátua sem ouvir os clamores da revolta”.

Já se sabe que quando falamos em povo é no sentido ministerial, segundo a sábia doutrina do decreto de inauguração. Não nos referimos a essa gentilha que por aí anda sem mais nem menos; falamos da gente decente, da gente de gravata lavada, da gente boa que pode enfiar uma casaca.⁹⁷

A despeito da aparente normalidade dessa festa de “gravatas lavadas”, em que o cerimonial foi seguido à risca, comissões sucederam-se em homenagens ao imperador morto e ao vivo, o jornal ressaltou que algo chamava a atenção do público e dos ministros: “a posição especial que de dia para dia vai assumindo o Sr. conselheiro Nabuco; posição heterodoxa que ainda agora se manifesta na felicitação dirigida em nome da província da Bahia por ocasião da festa de 30 de março”.⁹⁸

O senador José Tomas Nabuco de Araújo fora escolhido para representar a Assembleia Provincial da Bahia, sua terra natal, na grande inauguração. Para o *Atualidade*, o discurso que proferiu na ocasião era prova incontestável não apenas de que vinha separando-se de seus correligionários conservadores, mas que também causava a ira do “Sr. Eusébio e sua gente”. Segundo o jornal, “seu catecismo é de uma edição correta e aumentada; e conquanto o papa já o tenha lançado no Index S. Ex. o lê impavidamente”.⁹⁹

O trecho que o *Atualidade* considerou mais acintoso foi este:

‘Certo, senhor, essa estátua não significa a *apoteose* de uma época política e transitória que varia com os interesses que sobrevivem e se sucedem: não é a *reação* ou a *contrarrevolução*; não é a *glorificação* de um reinado cujo julgamento pertence à história sem a palpitação das paixões do momento’.¹⁰⁰

Na “tradução fiel” do jornalista, “em outros termos” teria este sentido:

‘Não consideramos, senhor, a estátua como a justificação duradoura dos atos de vosso pai; não passamos a esponja sobre suas iniquidades; não prestamos adesão à política violenta dos sete anos de seu reinado; não renegamos as tradições sagradas; não murmuramos do passado; não abafamos a voz de um povo livre; não sacrificamos a verdade nua da história à lisonja de festas palacianas; finalmente, respeitamos e mantemos em sua integridade a heroica revolução de 7 de abril de 1831’.¹⁰¹

⁹⁷ *Atualidade*, 13/04/1862, n. 210.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ *Idem*. Há uma transcrição do discurso completo em NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, vol. 2, *op. cit.*; p. 84.

¹⁰¹ *Idem*.

Parece uma tradução livre demais do jornalista, que queria achar nas palavras do senador uma grande afronta ao grupo conservador. Provavelmente por ter identificado o afastamento de Nabuco durante a sessão de 1861, o *Atualidade* precisava enxergar coerência na sua intervenção, ainda mais porque os trabalhos legislativos logo recomeçariam. Tratou-se, com efeito, de uma leitura do monumento, feita frente à Pedro II e o ministério, que destoava da versão oficial que se viu tão defendida pelo *Jornal do Comércio*, por exemplo. Porém, longe de ser radical, deve ter soado conciliadora. Entre as duas versões que se digladiaram antes da inauguração, o discurso do político baiano parecia apontar para um meio termo, como Zacarias procedera dentro da Câmara no ano anterior. Além de estabelecer onde a política deveria ser feita, o “justo meio” era também uma forma de se estabelecer a leitura dos monumentos, de lidar com a memória e seu lugar na política.

Ao se abrirem as sessões de 1862, Nabuco de Araujo estabeleceu no Senado a posição que demonstrou na Praça da Constituição. Da tribuna, fez uma crítica mais acerba ao conjunto dos conservadores e tornou-se, ao lado dos deputados Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antonio Saraiva, um dos conservadores dissidentes artífices da derrubada do Gabinete Caxias. No dia 20 de maio, discursou mostrando a sua leitura da situação partidária:

[...] Em nome de que princípio político atual o partido conservador guerreia os liberais, exclui os moderados e despreza mesmo os conservadores independentes? Em nome de que princípios quer o partido conservador chamar a si a mocidade ambiciosa de servir e de glória? Não há senão o passado; revolve o passado, discute o passado, procura a tradição do passado para justificar a existência. Os outros dois partidos, o moderado e o liberal, também não têm programa definido, mas o fim comum de combater esse *uti possidetis* do partido conservador; *uti possidetis* de catorze anos, que eles consideram como uma tendência para a oligarquia, como um embaraço para o sistema representativo, que não pode viver senão com as vicissitudes das opiniões que porfiam. Mas, perguntar-se-á: *O que quereis?* Quero que os partidos se legitimem por meio de ideias; quisera que o partido conservador legitimasse o seu *uti possidetis*, que os outros legitimassem suas pretensões, porque só assim poderá o sistema representativo entrar em suas vias regulares.

Mas quais são as ideias? Aqui está a dificuldade.

O Sr. visconde de Jequitinhonha: - É o cardo rei!

O Sr. Nabuco: - O *desideratum* seria que os homens liberais e os homens moderados, os homens conservadores que não estão contentes com esse estado de coisas, com esses partidos pessoais, se reunissem para formar um grande partido.¹⁰²

¹⁰² AS, 20/05/1862.

Como definiu o *Atualidade* depois, ainda entusiasmado com as posições do senador baiano, esse discurso sobre o *uti possidetis* conservador equivaleu a um “brado soltado da tribuna dos anciões” que ecoou na câmara eletiva e empolgou o triunfo da oposição parlamentar.¹⁰³ Coincidência ou não, foi no dia 21 que a aliança oposicionista logrou vencer o gabinete em uma votação referente à Resposta à Fala do Trono. Uma vitória apertadíssima por um voto, mas significativa o suficiente para que o deputado José Saraiva interviesse desta forma em sua defesa:

Senhores, nós, conservadores moderados e liberais, ou antes nós que formamos hoje o partido progressista do Império... (*Murmúrio*)

(*O Sr. Paranhos e outros riem-se*)

O Sr. Saraiva: - Podem rir-se os nobres deputados. Acostumados nestes últimos anos a outros sucessos, devem seguramente rir-se em presença do espetáculo mais sério e mais grandioso que o país tem presenciado. Não quero continuar. (*Apoiados, muito bem*)

(*O orador é cumprimentado por grande número de Srs. Deputados*)¹⁰⁴

Saraiva nominou um novo partido com a autoridade de um dissidente que participou ativamente da crise do ministério conservador. Separava-se desde as eleições de 1860, pelo menos. Há uma carta de Nabuco de Araujo endereçada a ele que prenuncia o movimento que ambos vão fazer em 1862 e deixa evidente também a aversão com a política feita nas ruas:

O que há por aqui V. Ex. sabe, os vermelhos se constituíram em Consistório e dispõem como querem do Governo que os vai acompanhando como eles querem e para onde o levam. Se o partido popular se não organizar como convém, a situação correrá para o Ottoni, e não haveria meio termo, ou a oligarquia ou a revolução. Continuo no meu isolamento, mas desejoso de sair dele. Apesar de tudo, muito espero da eleição.¹⁰⁵

Depois, ingressou no governo e foi peça central na crise do Gabinete Caxias. No dia nove de julho de 1861, a situação começou a complicar-se para o governo com o anúncio de que o ministro do Império, justamente Saraiva, e o de Negócios Estrangeiros, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, deixariam seus cargos. De uma hora para outra, os responsáveis diretos pelos assuntos internos e externos do país demitiam-se sem uma razão explícita, o que era mais preocupante. O jornal *Atualidade* noticiou assim a modificação ministerial, mostrando como Saião Lobato transformava-se em alvo preferencial da oposição:

¹⁰³ *Atualidade*, 22/05/1862, n. 217.

¹⁰⁴ *ACD*, 27/05/1862.

¹⁰⁵ Carta de 02/11/1860. *Apud* NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, vol. 2, *op. cit.*; p. 71-72.

Quando o Sr. marquês de Caxias organizou o gabinete atual, dissemos que a obra de S. Ex. era infeliz, que o novo gabinete não tinha elementos de força, e que conseqüentemente em pouco seria dissolvido ou modificado.

Nossa predição, fundada sobre os fatos, começou hoje a converter-se em realidade. O Sr. Saraiva e o Sr. Sá e Albuquerque deixaram as suas pastas, e foram substituídos, o primeiro pelo Sr. conselheiro Souza Ramos, o segundo pelo Sr. Taques.

Este acontecimento produziu grande agitação na câmara. O Sr. Junqueira interpelou os ministros presentes. O Sr. Paranhos, respondendo-lhe, disse que os dois ministros retiraram-se no *mais perfeito acordo em vistas políticas*, e nas melhores relações pessoais com os seus colegas; *mas* que, receando que no *futuro* aparecessem divergências quanto a *questões secundárias*, tomaram a resolução de demitir-se.

[...]

O que, porém, é mais extraordinário ainda do que a explicação do Sr. Paranhos, são as palavras do Sr. Saião Lobato. Disse S. Ex. que *ignora* as causas da modificação...

Se o Sr. Saião Lobato ignora-as, o público é que há de conhecê-las?

O que é certo é que a situação é má, e que ninguém compreende os homens que governam.¹⁰⁶

Já os conservadores puritanos esforçavam-se para manter um ar de mudanças rotineiras, embora fosse praticamente impossível esconder as dissensões:

Quem ouvisse com atenção o discurso do Sr. Saraiva, quem atendesse a que o Sr. Sá e Albuquerque era amigo íntimo e companheiro da casa dos Srs. Paes Barreto e Rego Barros, devia pressentir que, embora não houvesse questão grave ou leve que provocasse dissidências entre os ministros, haveria necessariamente, e muito em breve, alguma modificação de gabinete. [...]

O ministério deve ser tão solidário, tão unido, que nunca paire a suspeita de menor divergência entre os seus membros. Ora, infelizmente a suspeita ia pairando, a oposição o havia percebido, e habilmente a fomentava.

[...]

A retirada desses Srs. poderia talvez magoar os seus colegas, que folgavam com a cooperação real que deles receberiam, mas nenhum momento abalou o gabinete: dois novos ministros substituíram os demissionários, e esses dois ministros da mesma cor, da mesma escola política, em nada modificam a homogeneidade do gabinete.¹⁰⁷

O artigo sugere que havia algum tempo que o ministro Saraiva dava sinais de incompatibilidades em seu discurso. Talvez por que as insinuações fossem mesmo

¹⁰⁶ *Atualidade*, 10/07/1861, n. 143, itálicos no original. (No cabeçalho desse número do jornal lê-se “Quarta-feira 9 de julho de 1861” mas o correto é “Quarta-feira 10 de julho de 1861”, como uma consulta ao calendário pode confirmar). Conforme já citado, a pasta do Império foi assumida por José Idelfonso de Souza Ramos e a de Estrangeiros, por Benevenuto Augusto de Magalhães Taques.

¹⁰⁷ O *Regenerador*, 11/07/1861. Lembre-se que os citados Paes Barretos e Rego Barros já eram símbolos de dissidência conservadora. Como deputados, opuseram-se à proposta de reforma bancária de Torres Homem e, depois, participaram do ministério Ferraz, dando alguma esperança à oposição liberal de que a política econômica viraria.

antigas, sentira necessidade de justificar-se aos deputados na sessão de dois de julho:

Tenho ainda necessidade de correr à tribuna para combater as apreensões dos ilustres oradores que procuram achar-me divergente do digno Sr. ministro da justiça.

Ninguém que conheça o mecanismo do sistema constitucional pode levar as suas exigências ao ponto de querer que os ministros se achem acordes em todas as questões.

Em qualquer organização ministerial o que cumpre examinar é:

1º Se os ministros apreciam do mesmo modo uma situação dada.

2º Se estão de acordo quanto aos meios de encaminhá-la e resolvê-la.

Asseguro à câmara que todos os ministros têm o mesmo juízo acerca da situação.

Nenhum deles vê em parte alguma perigos para a ordem pública (*muitos apoiados*), e para todos a situação é normal, e muito normal, ainda que digna de séria consideração.

O ministério não vê e não crê que possa haver no país um partido, ou mesmo uma fração de partido, que seja assaz insensata para inscrever na sua bandeira a turbulência e a agitação. (*Numerosos apoiados; muito bem*)¹⁰⁸

Referia-se ao clima de agitação eleitoral, que para alguns teria convulsionado a sociedade, e de exageros na imprensa, concordando que “a incontínência da palavra e o desregramento da censura, assim como a injúria e a calúnia, fazem muitas vezes mal ao princípio de autoridade”.¹⁰⁹ Fez um discurso apaziguador, abordando tópicos que estavam no discurso crítico de conservadores como Eusébio de Queirós – talvez o que mais tivesse motivos para se sentir injuriado pela imprensa liberal. Contudo, parecia protelar o assunto principal, o verdadeiro motivo pelo qual acusavam a ele e o ministério de incoerência e falta de homogeneidade de pensamento. Como último tópico, tratou da incontornável celeuma financeira:

Agora duas palavras acerca da questão bancária. Votei contra essa lei, porque a achei defeituosa. É porém fato que se não pode contestar o seguinte: o país, e, com o país, a câmara e o senado, acreditaram que essa lei era a melhor solução dada às nossas necessidades, ou antes à necessidade da reorganização do crédito em relação ao meio circulante.

Vencido, ainda que não convencido, cumpre-me acatar a lei, e reconhecer mesmo que tinham razão os meus adversários, enquanto a experiência não demonstrar o contrário.

Se a experiência mostrar que a lei precisa de retoques, acredito piamente que achar-se-ão então conosco aqueles mesmos que a elaboraram, e que foram guiados somente por seu patriotismo. (*Muitos apoiados*)¹¹⁰

¹⁰⁸ ACD, 02/07/1861.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

Era um arremate não muito convincente sobre seu bem estar no ministério. Indiretamente, desdizia toda a harmonia do início do discurso, como se esta fosse ensaiada a portas fechadas, e a confusa conclusão, a verdadeira mensagem a ser passada. Deixou em aberto a questão bancária, de uma maneira que ia diretamente de encontro aos dois pontos que, segundo ele mesmo, eram a prova de organização de um ministério. Uma semana depois, demitiu-se.

No dia 10, a mesma sessão em que Zacarias diferenciou-se de Barbosa da Cunha, a oposição interpelou os ministros presentes sobre as causas das demissões. “O parlamento tem o direito de saber isto claramente, sem rodeios. (*Apoiados*) Entendo, Sr. presidente, que as políticas tortuosas são aquelas que fazem mais mal ao país. (Muitos apoiados)”, declarou João Junqueira Júnior, representante da Bahia.¹¹¹ O ministro da Fazenda José Maria da Silva Paranhos interveio logo, resumindo a questão a um desligamento amigável da parte de Saraiva, motivado por “questões secundárias”, exatamente como divulgou o *Atualidade* no mesmo dia. Contemporizando, disse que o gabinete continuava por dever, não por falta de solidariedade aos ex-colegas:

A retirada de todos os ministros seria a solução da crise que ontem teve lugar se por acaso devêssemos consultar tão somente nossos interesses pessoais; entendemos porém que era do nosso dever não abandonar o posto que nos tinha sido confiado (*apoiados*), enquanto razões de outra ordem não nos obrigarem a isso. (*Apoiados*) Logo que nos faltar o apoio da opinião pública representada em ambas as casas do parlamento, resignaremos de muito bom grado o cargo que sem dúvida alguma outros podem melhor do que nós desempenhar. (*Não apoiados*)¹¹²

No fundo, Paranhos dizia que o ministério ainda contava com a confiança do imperador. Só resignariam se o Parlamento, como representante da opinião pública, retirasse a sua. A oposição aproveitaria bem a brecha aberta pela crise e a posição defensiva dos ministros. Foi a primeira vez que um grupo de liberais e conservadores descontentes aproximaram-se para pressionar efetivamente um ministério.

Com efeito, uma aliança já havia sido ensaiada na legislatura passada, durante o trâmite da “lei dos entraves”, mas viu-se como grandes defecções foram evitadas na sequência, com os debates da reforma eleitoral. Nessa situação de 1861, entretanto, o impasse emanava da própria organização do gabinete e seu

¹¹¹ ACD, 10/07/1861.

¹¹² *Idem*.

protagonista era o melhor exemplo da trajetória errática de alguns conservadores em relação às decisões do governo de seu partido nos últimos anos: José Antônio Saraiva, sempre se declarando conservador, compusera o Ministério Olinda de 1857 na pasta da Marinha. Três anos depois, como representante baiano, votou contra a lei bancária de Ferraz, mostrando uma tendência econômica mais próxima à “escola liberal” de Souza Franco. Todavia, alinhando-se à concepção de representação implícita no alargamento dos círculos eleitorais, ajudou em sua aprovação. Assumiu a estratégica pasta do Império no Gabinete 2 de março, uma formação na qual, além do presidente marquês de Caxias, o ministro da Justiça Saião Lobato passava credencial conservadora. Ao que tudo indica, desentendeu-se com o último, reforçando o diagnóstico de que havia, sim, uma ruptura fundamental entre conservadores puros e conservadores moderados. Principalmente pelas vozes dos deputados líderes da “liga constitucional”, a oposição insistiu que esse era um vício de origem do governo, o qual os ministros veementemente declaravam ter superado.

Bem que o visconde de Camaragibe, presidente da Casa, tentou dar andamento às votações ânuas, exigindo a observação da rígida “fórmula sacramental” do regimento a deputados em polvorosa que pediam a palavra. Obstava, assim, a intenção dos opositores de conseguir o adiamento da discussão acerca da fixação da força naval até que Saraiva se explicasse em plenário. Saldanha Marinho, no entanto, dando ordem uníssona aos anseios de muitos, conseguiu requerer a votação do adiamento por 24 horas, o qual seria aprovado, não sem antes analisar:

[...]

Quando, Sr. presidente, asseverávamos que um elemento de desordem viciava desde a origem o atual gabinete, afirmavam-nos os nobres ministros que nos enganávamos, e que ao contrário tinham toda a força, e que nenhum deles, presentemente divergia em coisa alguma de seus companheiros. (Apoiados)

Sendo assim, como avaliar a modificação que se acaba de operar? Que feição política será a do gabinete assim recomposto?

A câmara desconhece e, portanto, a discussão de uma lei de confiança é inoportuna neste momento.

[...]

É preciso que o governo nos venha dizer com franqueza o que é, e o que quer, para que a câmara o julgue, apoie, ou repila. (Apoiados) Enquanto ele não o faz, é impossível a discussão conveniente de uma lei de confiança. (Apoiados)¹¹³

¹¹³ Idem.

No momento em que tudo veio à tona, já havia ficado para trás a fase mais trabalhosa para um ministério, que eram as aberturas de sessões. Gomes de Souza, deputado pelo Maranhão, elencou: “Os Srs. Ministros já tinham falado; a câmara tinha já emitido a sua opinião sobre a maneira por que encarava os negócios públicos; a resposta ao discurso da coroa já tinha sido votada”.¹¹⁴ Tudo transcorria como uma situação sob controle ministerial quando se soube, nas palavras do mesmo deputado, que gabinete acabava de “dissolver-se em parte”.¹¹⁵ O adiamento foi uma marcante vitória, pois mostrava que liberais e conservadores moderados tinham em comum, pelo menos, a intenção de medir a força do gabinete em crise.

No dia seguinte, tentou-se diminuir a conquista da oposição, dizendo que o adiamento não significava “derrota ou desar” aos ministros que ficavam, que “o adiamento proposto não tinha uma tendência oposta ao pensamento dos nobres ministros. A sua aprovação foi mais um ato de lealdade que SS. Ex. praticaram para com seus ilustres colegas”.¹¹⁶ Poderia, de fato, não ser algo que desabonasse totalmente o ministério, mas abria, como em raras vezes no Parlamento imperial, um estado de incerteza na configuração dos grupos parlamentares, que possibilitava aproximações impensáveis anteriormente. Era o Legislativo impondo uma averiguação sobre o Executivo, expondo seus pontos fracos, e, mais do que isso, era a chance de se mudar o equilíbrio entre maioria e minoria parlamentar sem que houvesse dissolução da Câmara. José Bonifácio e Teófilo Ottoni, mais próximos da definição de liberais puros, mostravam total discernimento sobre o fato de estar em jogo contra seus antípodas políticos a cooptação dos dissidentes conservadores.

Aproveitando-se da forma pejorativa com que Barbosa da Cunha tratara a divisão de seu próprio partido, Bonifácio resolveu fomentá-la:

Nos governos representativos, nos governos da opinião, nos governos de publicidade, a política da surpresa é a pior de todas as políticas! Descontenta a amigos, irrita os adversários, e gera o ceticismo.

[...]

[...]Estas explicações são indispensáveis para que se conheça perfeitamente onde está a maioria e a minoria, os amigos e adversários do governo atual, para que se fique sabendo que o corpo legislativo no país em que vivemos não é uma excrescência que pode deixar de existir. (Apoiados)

Eis o ponto da questão; esta questão não foi colocada por nós em semelhante terreno; quem o escolheu foi o discurso do nobre deputado por S. Paulo [Barbosa da Cunha], que distinguiu nesta casa três grupos, -

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ ACD, 11/07/1861. Fala do deputado paulista Joaquim Nebias.

um de liberais, outro composto de homens que se deixam levar pelo interesse, e o terceiro de que fazem parte os homens extremos de crenças firmes.¹¹⁷

Momentos antes, Ottoni fora mais longe na leitura do quadro de indeterminação parlamentar aberto pela crise ministerial. Sem saber o que aconteceria com os ministros e, principalmente, como se comportariam os conservadores dissidentes em uma reconfiguração do governo, Barbosa da Cunha teria sugerido uma aproximação entre a bancada da direita e da esquerda da Câmara, enquanto hostilizava, na pessoa de Zacarias, os que se definiam moderados:

O nobre deputado por S. Paulo disse que queria extremar-se; que era preciso arredar do partido ministerial o que S. Ex. chamou o ventre, classificação em que pareceu colocar os nobres ex-ministros da marinha e da justiça [sic] e o nobre deputado pelo Paraná [Zacarias].

O Sr. Barbosa da Cunha: - Está enganado.

O Sr. Ottoni: Sr. presidente, tudo neste país é inesperado! Quem atendeu à sessão de ontem reconhecerá que o grupo de que é representante o nobre ministro da justiça, o grupo extremado que se senta à minha direita, o grupo em nome do qual discorria o nobre deputado por S. Paulo, não esperava a solução que apareceu ontem mesmo, e por isso rompera as hostilidades. A câmara viu os avanços que o nobre deputado dirigiu a estes bancos convidando-nos para fazermos causa comum nas hostilidades que iniciou. E contra quem? Não era só contra o nobre ex-ministro do império. (*Reclamações*)

Vozes: - Quem fez este convite?

O Sr. Ottoni: - Tudo neste país a respeito da organização de ministérios é imprevisto! Ontem de manhã contavam unir-se com a esquerda. (*Não apoiados, Reclamações*)

[...]

O Sr. Ottoni: - O que prova isto, Sr. presidente? Prova que ninguém sabia a solução da crise latente; ninguém sabia, não estavam nos segredos os nobres deputados de que é órgão o nobre deputado por S. Paulo, que agora sem dúvida assume, se o ministério tiver maioria na câmara, a posição de chefe da maioria.¹¹⁸

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ ACD, 11/07/1861. Todo o contexto do debate leva a crer que, na parte correspondente ao primeiro parágrafo da citação, houve um engano de Ottoni ou do taquígrafo. Ele se referia aos ex-ministros da Marinha e do Império (e não da Justiça), além do deputado Zacarias.

A referência ao convite de união entre os extremos era uma provocação de Ottoni. As falas de Barbosa da Cunha mais próximas desse sentido no dia anterior foram:

“Sr. presidente, eu peço licença nesta ocasião para dizer, e isto sem que me atribua intenção de ofender a quem quer que seja (se contudo houver algum colega que descubra essa linha divisória, que possa estabelecer essa diferença entre extremados e moderados), eu peço licença para dizer, repito, que ainda fico satisfeito com a minha denominação de extremado, e neste ponto nos achamos de acordo com os extremados do lado liberal, se lá os há...[...] Se bem compreendi as ideias expostas por S. Ex. [Zacarias], partido conservador é aquele que anhela, esforça-se sempre para conservar as instituições existentes, não negando o progresso, mas não tomando nunca a iniciativa do progresso; que o liberal é aquele que tende sempre a marchar n’uma senda contínua de inovações, sem contudo excluir a conservação. Sr. presidente, eu entendo que em uma sociedade nova como é a nossa os conservadores (tal qual nós somos no Brasil) nada têm de comum, senão em certos pontos, com os

Os liberais e conservadores moderados viram com empolgação a possibilidade de reverterem a situação. Sem a sombra de uma dissolução e com um descontentamento comum em relação ao ministério, grupos podiam rearranjar-se e constituir técnicas de pressão, como o insistente pedido para que Saraiva se explicasse mais detalhadamente na sessão seguinte. A expectativa era de que suas declarações comprometessem definitivamente a organização do ministério e ajudassem eventuais indecisos a tomarem uma posição na Câmara. O ex-ministro do Império não se esquivou da interpelação, mas, para frustração oposicionista, assumiu uma postura extremamente lacônica quando se dirigiu à tribuna na sessão de 11 de julho, embora não conseguisse esconder um ressentimento pessoal com um ex-colega de governo:

Sr. presidente, venho expor à câmara e ao país os motivos de minha retirada do gabinete de 2 de Março.

Esses motivos não serão seguramente muito graves para alguns, ou mesmo para muitos de meus honrados colegas. Afirmo porém que não são tão frívolos como se afiguram ao honrado Sr. ministro da justiça.

Sr. presidente, é minha opinião que tenho o direito de sair e o dever mesmo de abandonar um ministério em que não me acho bem. (*Muitos apoiados*)¹¹⁹

Mesmo quando leu a carta demissionária que entregara a Caxias no dia nove, a fim de manifestar completamente suas intenções e encerrar o assunto, manteve uma atitude totalmente protocolar ao citar falta de harmonia e desconfiança pessoal no ministério. Encerrou afirmando que também falava em nome de seu companheiro Sá e Albuquerque – que não tinha assento na Câmara: ambos retiraram-se por não se acharem bem e julgarem merecer melhor estima.

Era possível que o assunto terminasse aí, porém o ministro da Justiça Saião Lobato pediu a palavra. O presidente tentou restabelecer a ordem do dia, lembrando

conservadores dos velhos países da Europa; nós não temos questões dinásticas, nós não temos privilégios herdados das épocas do feudalismo, nós não temos uma aristocracia tal qual existe em Inglaterra...[...] É essa justamente a razão pela qual entendo que em nossa país a ideia de conservação importa a ideia de liberdade. [...] Parece-me que na posição em que se acham colocados os partidos hoje, desde que os liberais declaram ter abandonado as ideias de constituinte, o apelo às armas, o princípio de resistência, e certas reformas outrora apregoadas por seus corifeus, desde que eles se aproximam às ideias apregoadas e sempre sustentadas pelo partido conservador, a questão de partidos unicamente deve versar e existir por divergências na apreciação de questões administrativas, apreciação do estado financeiro do país, ou sobre esta ou aquela lei que lhe diz respeito, é isto o que pode constituir entre nós divergência e estado de luta...[...] O que eu lamento é que, quando têm desaparecido os pontos (ou ao menos aqueles mais essenciais) que outrora constituíam a divergência entre um e outro lado, seja esta justamente a época em que se venha fazer uma distinção de conservadores em moderados e extremados!"; ACD, 10/07/1861. Percebe-se, então, que, em sua provocação, Ottoni revertia a análise de Barbosa da Cunha, segundo a qual os liberais, ao abrirem mão de pressupostos mais radicais, caminhavam naturalmente em direção aos conservadores.

¹¹⁹ Idem.

que a discussão da fixação de força naval só fora interrompida para que o ex-ministro se explicasse. Colocado mais esse impasse, entrou em cena o outro líder da “liga constitucional”, Francisco Otaviano, requerendo urgência para se continuar na discussão. Saião Lobato abriu mais um flanco para os oposicionistas, a quem interessava muito que a discussão continuasse. O debate precisava ser franco, sem “esses pequenos expedientes de informações incompletas”, disse Otaviano antes de arrematar: “Insisto pois no meu requerimento de urgência para se ouvirem as explicações dos Srs. Ministros em discussão especial. (*Apoiados*)”.¹²⁰ Por mais que o presidente tenha insistido que os ministros poderiam falar de política durante a discussão da ordem do dia, já era tarde: a solicitação de uma discussão especial foi votada e aprovada.

Sucederam-se na tribuna Saião Lobato e o presidente do gabinete. O primeiro disse que ignorava as razões apresentadas pelos demissionários, “pois que da minha parte tinha a consciência de não haver faltado às devidas atenções para com aqueles nobres ex-colegas e estava persuadido de que era retribuído com a mesma benevolência”.

Não houve fato algum, não houve questão alguma de maior ou mesmo de menor importância, em que de positivo se pronunciasse desacordo entre mim, ou qualquer outro membro do gabinete, e os nobres ex-ministros.¹²¹

O marquês de Caxias discursou no mesmo sentido, aproveitando o ensejo para completar, na sua posição de presidente, que “completado como está, o ministério pretende desempenhar o programa que exibiu no parlamento, quando perante ele se apresentou logo depois de sua primeira organização, e que eu serei o fiador da execução desse programa (*Muito bem, muito bem*)”.¹²² Era mais uma brecha para que o visconde de Camaragibe forçasse a retomada da ordem do dia. No entanto, Teófilo Ottoni, José Bonifácio, Gomes de Souza insistiram em seus discursos na falta de clareza sobre a situação do ministério. Ainda iriam à tribuna os ministros Paranhos e Souza Ramos, mas o impasse só teria um desfecho com a provocação do conservador Nebias, demonstrando a posição dos que queriam ver a discussão encerrada, sem temer qualquer desdobramento de um posicionamento mais enfático de Saraiva:

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

Saíram do ministério dois membros conservadores, pois como tais foram sempre reconhecidos, e entraram para o ministério dois membros conservadores, igualmente reconhecidos.

À vista de tal solução, eu pergunto ao digno Sr. Saraiva por que saiu, e quais os pontos capitais de seus desgostos e dissidências. A ele, e não aos ministros que ficaram, cumpre dar resposta. [...]¹²³

O ex-ministro sentiu-se obrigado a abandonar suas vagas respostas. Feita a leitura da carta a Caxias, como a oposição insistisse em outro posicionamento, escusara-se novamente: “Ninguém me obrigará a correr o reposteiro da sala de nossas conferências ministeriais, e a revelar ao público os segredos de nossa vida íntima”.¹²⁴ Parecia mesmo apegado à confidencialidade do poder. Foi somente depois da provocação advinda de um conservador que resolveu ampliar suas explicações – sob a licença do presidente do conselho: “Pode dá-las com toda a franqueza”.¹²⁵

O nobre ministro da justiça expôs nesta câmara como opinião do ministério a sua opinião individual acerca de todas as questões levantadas pela ilustrada oposição.

Não admito, não tolero que ninguém arraste-me após si, e dê como minhas opiniões até que não tenho. (*Apoiados*). Minha dignidade repele semelhante tutela. (*Apoiados*)

[...]

O nobre ministro da justiça ponderou que o partido conservador me não reputava perdido para si por eu haver pertencido ao gabinete 4 de Maio, e procurou justificar-me desse passo, que qualificou um desvio. Justificar a mim, Sr. presidente, de um passo que considero o mais honroso da minha vida pública?! Chamar desvio um acontecimento que foi aprovado pela câmara dos Srs. Deputados e por uma maioria na qual figuravam caracteres dos mais distintos, dos mais leais, dos mais independentes do partido conservador? (*Numerosos apoiados*)¹²⁶

Era tudo o que a oposição queria ouvir, pois, ao admitir o desentendimento, Saraiva dava sentido aos que apontavam que o gabinete tinha problemas desde sua formação. A referência ao “desvio” remetia a uma sessão em que ficara bem patente as diferenças em confronto no ministério e na Câmara de 1861. Durante a discussão do voto de graças, opinando sobre a composição do Ministério 2 de março, Teófilo Ottoni disse que era inconcebível que Saraiva e Saião Lobato estivessem juntos: “Homens que professam opinião contraditória, que se repugnam, não podem fazer parte do mesmo ministério!” O ministro da Justiça respondeu na ocasião:

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵

¹²⁶ ACD, 11/07/1861.

Senhores, pasmei ao ouvir [...] que houvesse quem me pusesse em semelhante antagonismo com o meu nobre colega ministro do Império! [...] O único fato da vida política do nobre ministro do império que poderá parecer um desvio desta conformidade de pensamento político comigo, será a circunstância de S. Ex. ter entrado na organização de um ministério presidido pelo nobre marquês de Olinda. Mas, senhores, o fato de ter o nobre atual ministro do império aceitado uma pasta que lhe ofereceu o Sr. marquês de Olinda o constitui arredado, tão extremado do grupo conservador que para ele devesse ser considerado como perdido? Em que conceito têm os nobre deputados o venerável marquês de Olinda? Consideram-no tão abatido do seu caráter porque aceitou o ministério com companheiros do lado liberal? Podia-o fazer o nobre marquês em idade provecta, depois de longa carreira que percorreu sempre coerente nos princípios, nas ideias do partido conservador, de que foi e ainda o considero um dos mais conspícuos chefes? Para ele não valerá a razão do império das circunstâncias que tantas vezes leva o homem político a aceitar os ministérios de coalizão? O nobre ministro do império, então, pela primeira vez chamado a entrar na alta administração...¹²⁷

Nesse ponto, Teófilo Ottoni atropelou a fala do ministro para completar: “Inexperiente”. Sem perder o fio da meada, o orador remendou: “Inexperiente não; entrou devida e dignamente. (*Muitos apoiados*)” Apenas a essa altura, o taquígrafo registrou uma manifestação do próprio José Saraiva, que ouvia tudo atentamente e com certo desconforto: “Eu já pedi a palavra, e V Ex. sabe que posso explicar-me”.¹²⁸ Acontece que Saião Lobato estava mesmo disposto a continuar falando em seu lugar, dar a sua visão sobre a trajetória alheia e, assim, apresentar-se mesmo como o legítimo porta-voz do governo, mais ativo inclusive que o próprio presidente Caxias:

[...]É notável, senhores, que durante esse ministério[Olinda], no parlamento, o nobre ministro do império atual, sempre com toda a franqueza própria do seu caráter se declarou conservador (*apoiados*), conservador de véspera, conservador do dia...

O Sr. Ottoni: - Essas declarações não eram aceitas.

Um Sr. Deputado: - Foram sempre aceitas.

O Sr. Ministro da Justiça: - Suponho que valem mais essas declarações constantes do nobre ministro, do que as interpretações que lhe querem dar alguns nobres deputados...¹²⁹

Saião Lobato praticamente suprimira o direito de seu colega falar sobre si mesmo, com a intenção aparente de manter a coerência da identidade do ministério e da legitimidade de sua formação, questionada pelos opositores:

¹²⁷ ACD, 01/07/1861.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

Em que, portanto, Sr. presidente, se preteriram as regras da constituição na formação deste ministério? Onde aparece esse dedo oculto de uma entidade misteriosa que burla o sistema representativo no Brasil, e torna impossível que a verdadeira opinião se faça ouvir e decida dos negócios públicos?

O Sr. Ottoni: - *Dicant Paduani*.

O Sr. Ministro da Justiça: - Verdade é que podem haver faltas, podem haver imperfeições, porque verdadeiramente no Brasil ainda estamos no tirocínio do sistema parlamentar, assim como neste tirocínio estão países mais adiantados em civilização; pode-se bem dizer que todos eles, à exceção da Inglaterra, onde esta forma de governo está radicada em toda a sua perfeição, que todos eles estão em tirocínio; mas que se queira inferir daí que o exercício do poder moderador, que o modo por que no Brasil são nomeados os ministérios é uma burla do sistema representativo, é a maior das injustiças, Sr. presidente. (*Muitos apoiados*)¹³⁰

Na definição de “desvio” que Saraiva não pudera aceitar, estava implícito, além da questão bancária, o papel do Poder Moderador no sistema representativo brasileiro, como motor do rodízio de poder. Isso também transpareceu na sessão do dia 11, no ápice da crise envolvendo as demissões. Após Saraiva finalmente admitir seu descontentamento, o ministro da Justiça tomou a palavra mais uma vez:

Senhores, é mister que a câmara me acredite quando solenemente declaro que o que eu tive a honra de proferir por ocasião da discussão do voto de graças foi de acordo com meus colegas do gabinete, foi de conformidade com as suas opiniões manifestadas em diferentes conversas sobre um assunto aliás em si mesmo esclarecido [...]

Sr. presidente, em tudo quanto expus em meu discurso a câmara deve reconhecer que não houve nem podia haver divergência em pontos de doutrina...

O Sr. Saraiva: - Havia quanto às prerrogativas do poder moderador.

O Sr. Ministro da Justiça: - Agora diz o nobre deputado que havia discrepância quanto ao ponto de inteligência constitucional das prerrogativas do poder moderador.

Declaro à câmara que se por ventura havia alguma discrepância a este respeito, seria entre a doutrina que expendi e a que pela sua parte o nobre deputado considerava; porém com a minha opinião estavam conformes todos os membros do gabinete.¹³¹

Pode-se até imaginar que, no momento de sua formação, um consenso tivesse sido criado para homogeneizar a visão política do gabinete, e o assunto Poder Moderador colocado nos termos definidos pelo ministro da Justiça. Saraiva teria, então, concordando ou se resignado como voto vencido. O que importa observar, de fato, é que, ao romper com o ministério e, sobretudo, com Saião Lobato, o ex-ministro evocou a divergência, ampliando ainda mais a divisão entre

¹³⁰ Idem.

¹³¹ ACD, 11/07/1861.

puros e moderados. A questão bancária, desde 1857, tornara-se uma espécie de momento fundador dessa dissidência, conferindo, inclusive, certa identidade ao grupo: os conservadores que votavam por convicção própria. Na legislatura que se abria, pautas como intervenção nas eleições, representação, Poder Moderador, responsabilidade política são postas no Parlamento, diante das quais os conservadores dissidentes, quando decidem marcar posição, passam a mobilizar uma crítica e pensar alternativas de ação.

Na Câmara, como se mostrou, ninguém soube canalizar melhor essas pautas e alternativas que Zacarias de Góis e Vasconcelos. Em meio à crise ministerial e as questões ensejadas pelo mal estar entre Saraiva e Saião Lobato, posicionou-se e consolidou-se como um novo líder, que encabeçou a primeira ascensão oposicionista ao ministério a partir de uma vitória parlamentar. Naquele momento, o brado ecoava mais forte que as risadas.

Epílogo

Entre a cilada e a muralha:

o primeiro ministério da liga

Mas, se reconheço a existência de partidos, se os meus amigos não se suicidaram por uma renúncia impossível de seus princípios liberais, acaso estão eles impossibilitados de se unirem com os conservadores moderados, quando estes, não de hoje, mas de há muito, têm confessado na tribuna que é tempo de atender seriamente às ideias liberais e de aceitar-se o progresso como condição de vida para o próprio partido conservador? (*Apoiados*) E porque havemos de recuar diante de uma aliança com esse grupo ilustrado quando o governo também no-la veio solicitar, pedindo emprestadas algumas de nossas ideias? **Discurso de Francisco Otaviano. ACD, 21/05/1862.**

Eu respeito, senhores, as pessoas, as intenções e as luzes dos honrados cavalheiros cuja aliança constitui a liga. Mas permita ela que com a franqueza e a liberdade de apreciação que devem reinar nesta tribuna, eu declare que não a posso aceitar como partido político (*muitos apoiados*), nem reconhecer a influência da vitória de suas ideias no acontecimento de que se trata. Composta de elementos de origem e de natureza diversa, animada de aspirações diferentes e até contrárias, a liga oferece-se ante os olhos do país como uma variada coleção de cores e matizes do espectro solar. **Discurso de Francisco de Sales Torres Homem. ACD, 27/05/1862.**

O Gabinete 2 de março retirou-se em meio à discussão da Resposta à Fala do Trono – também conhecida como “voto de graças” – que fora apresentada ao Parlamento pela comissão responsável no dia 13 de maio e entrou em discussão na Câmara seis dias depois. Na ocasião, Zacarias de Góis e Vasconcelos propôs uma emenda ao projeto, o que equivalia ao mais forte questionamento possível ao governo no começo de uma sessão legislativa. Falando em nome da oposição, queria provar que o grupo tinha “razão de sobra não só para repelir o período final do projeto de resposta mas para desejar que o poder passe a outras mãos”.¹

Os desdobramentos dessa proposta foram assim destacados pelo jornal *Atualidade*:

O Sr. Zacarias, em nome da oposição, ofereceu ao voto de graças uma emenda para servir de base à questão de gabinete que se devia levantar. A sessão de 21 de maio de 1862 na câmara dos deputados nos mostra que o sistema representativo pode reabilitar-se em nosso país. Depois de 1848 é a primeira vez que a câmara se pronuncia contra a política do ministério.²

Conforme apontaram os editores do periódico, havia catorze anos que uma Câmara não enfrentava e vencida a política de um ministério. Poderiam ter sublinhado que 1848 fora não apenas a primeira, mas a única vez que isso acontecera e, ainda, que se tratara de uma maioria liberal que se dispôs com um ministério da mesma orientação.³ A votação de 21 de maio de 1862 marcou a primeira ascensão de uma aliança oposicionista que, embora saísse de uma minoria parlamentar, derrotou estrategicamente o governo. Ainda colhendo os louros da vitória, o mesmo jornal pôde elencar mais alguns pontos significativos na edição seguinte:

Os conservadores da oligarquia estão, como se imagina, desnorteados. O seu ministério foi derrotado – fato inaudito – pelo voto solene da câmara dos deputados. O cavalheiro, que a oposição apresentara como seu chefe nas discussões e nas eleições da mesa, é o incumbido de organizar o ministério; e esse cavalheiro é, não um medalhão, não um senador, mas um simples deputado. – Eis aí um tríplice triunfo do sistema representativo, do governo do país pelo país.⁴

A participação de Zacarias foi fundamental no golpe decisivo contra o governo, o que lhe valeu a oportunidade de montar um novo ministério no qual

¹ ACD, 19/05/1862.

² *Atualidade*, 22/05/1862, n. 217.

³ Cf. FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador* (1840-1889). Tese de doutoramento em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2012; p. 99-103.

⁴ *Atualidade*, 24/05/1862, n. 218.

prevaleceriam integrantes provindos da Câmara dos Deputados. Esforçou-se para colocar em prática tudo o que havia teorizado no ano anterior sobre responsabilidade política dos ministros e regime representativo:

No regime representativo, a responsabilidade que os publicistas julgam mais eficaz e poderosa é a que se exercita pela interpelação, pela censura. Por meio dela as assembleias podem fazer triunfar suas ideias, e o Governo do País pelo País tende a tornar-se uma realidade.⁵

No decorrer do debate com Saião Lobato, que determinou seu afastamento dos conservadores puros, coube a Zacarias intuir uma possibilidade de aliança que tiraria da própria Câmara a força para reequilibrar a relação entre maioria e minoria. Para isso, deslocou a discussão da responsabilidade ministerial sobre os atos do Poder Moderador para uma mais estratégica definição de responsabilidade política, com efetiva ação do Parlamento. Como notara, a responsabilização jurídica de ministros era um procedimento difícil não apenas no Brasil:

Por outro lado, estando já cometido, mais importa muitas vezes precipitar o Ministro do poder, mediante a divulgação e censura do seu procedimento, do que promover-lhe processo e castigo; donde vem que em todos os países constitucionais são tão raros os processos de responsabilidade contra Ministro.⁶

Pensando em assumir o governo, teria, portanto, que impor uma censura ao gabinete, para além do sentido moral, colocando em xeque sua responsabilidade política por meio de uma votação no Parlamento. O contexto da apresentação da Fala do Trono seria ideal, porque equivalia ao momento em que o discurso do ministério unia-se ao da Coroa:

Digo que nada tem o País que recear, porque a responsabilidade ministerial não só cobre com a referenda todos os atos da Realeza, mas até as palavras que profere em ocasiões solenes: refiro-me à Fala do Trono.⁷

Não era uma batalha simples, ainda mais contra um ministério que tinha reiteradas provas da confiança do imperador e que a reforçara em praça pública, na grande cerimônia de 30 de março. Somente uma nova relação de confiança, como a que surgiu naquela legislatura, seria capaz de desestabilizar o predomínio ministerial, uma relação recíproca entre um novo líder parlamentar e uma base dissidente. Em um sentido dessa relação, se Zacarias não recuou no plano de desafiar uma votação, foi por causa da leitura que fazia das novas alianças possíveis

⁵ ACD, 05/07/1861.

⁶ *Idem.*

⁷ *Idem.*

no ambiente parlamentar, vislumbrando a existência de um número suficiente de votos para vencer e constranger o governo. No outro sentido, os deputados oposicionistas, liberais e conservadores moderados, reconheceram nele o articulador capaz de conduzir uma transformação nos limites aceitáveis, sem suscitar no imperador a necessidade de um decreto de dissolução. Barreiras importantes estavam sendo derrubadas para se modificar a relação entre maioria e minoria dentro da Câmara; outras, porém, deveriam permanecer intocadas.

A sessão do dia 19 de maio marcou o início da discussão do voto de graças. Todos os ministros estavam presentes e viram Zacarias ser o primeiro a subir na tribuna para explicar o que entendia ser a “Resposta” e qual era o problema do projeto da comissão:

Sr. presidente, considerando o projeto de resposta à fala do trono como uma paráfrase da mesma fala, como um discurso em que os representantes da nação, ao mesmo tempo em que prometem tomar no devido apreço as medidas lembradas pela coroa, agradecem ao chefe do Estado o zelo e solicitude que mostra pelos interesses do país, a oposição da câmara provavelmente não teria dúvida de votar silenciosa pelo projeto de resposta que se discute se esse projeto se contivesse nos limites de uma paráfrase, reservando para outra ocasião o exame de marcha do governo e de suas tendências.

Mas, Sr. presidente, o projeto de resposta à fala do trono, desviando-se dos estilos de certo tempo a esta parte seguidos quer numa que noutra câmara, não se acha seguramente nas condições que indiquei.⁸

Em seguida, comparou o final da Fala do Trono, que se referia amplamente às “necessidades do país”, para as quais a Coroa invocava a “sabedoria e o patriotismo” dos representantes da nação, ao projeto da “Resposta” que restringia a amplitude das necessidades, equivocadamente interpretando que a Coroa referia-se somente às necessidades indicadas no decorrer da Fala. Parecia um detalhe de quem estava disposto a implicar, mas, na conclusão do orador, o que o projeto fazia era negar o compromisso extenso esperado pelo imperador. Assim, ao mesmo tempo em que Zacarias criticava as limitações do programa do gabinete, buscava forçar a Câmara a uma formulação mais decisiva e abrangente dos temas a serem tratados durante o ano.⁹

Já na conclusão do discurso citou genericamente alguns artigos do *Jornal do Comércio* que ele julgava terem origem oficial, o que de forma alguma foi negado.

⁸ ACD, 19/05/1862, Apêndice.

⁹ *Idem.*

Pelo contrário, o deputado maranhense Viriato Bandeira Duarte aparteu para observar que o ministro da Fazenda não tinha contestado essa origem dos artigos no dia anterior, ao que Teófilo Ottoni acrescentou que nem poderia fazê-lo. De acordo com Zacarias, os artigos cobravam da oposição um programa, os nomes para um eventual ministério; insistiam que dos bancos da oposição não poderia sair “uma formação ministerial que não seja híbrida” e, por fim, ameaçavam a Câmara com a dissolução.¹⁰

Para os conservadores, o hibridismo do grupo oposicionista estava longe de ser um elogio. Na edição do *Jornal do Comércio* de 17 de maio, encontram-se três longos artigos tratando da liga oposicionista. No texto “Ministério e oposição”, a liga é interpretada como uma “fusão aparente e danosa de princípios contraditórios”, que destrói os partidos:

À exceção do grupo exagerado liberal, na *liga* todos são trânsfugas, desde os antigos zeladores dos direitos do rei até os mais ardentes evangelizadores da soberania popular; e esses trânsfugas se converteram por um dogma comum?... Dogma negativo, porque é a ausência de todas as ideias e o sacrifício de todos os princípios de governo, havendo somente empenho de disputar fervorosamente o poder.

[...]

Se os partidos são uma necessidade no nosso sistema, porque ninguém pode negar que a verdade só se descobre com raciocínio, com a discussão, e consequentemente ela lucra com os debates, e se os partidos, pois, são, além de inevitáveis, de reconhecida utilidade, cumpre que sejam homogêneos, convictos, intolerantes na ideia, e só tolerantes no fato.¹¹

O artigo apontava que a homogeneidade só podia nascer da “identidade de credo político”, o que jamais seria observado na liga. Porém, mesmo que não alcançassem maioria na Câmara, o grupo, de acordo com o jornalista, existia para embarçar as medidas pedidas pela Coroa ao ministério, simplesmente para não deixar nada passar durante a sessão. “E é suportável que uma minoria vença no nosso sistema de governo, e mais ainda quando essa minoria se compõe dos elementos acima referidos?”¹² Governar seria sempre uma tarefa difícil, prosseguia o artigo, porque era natural que as oposições crescessem com a liberdade que servia de ambiente aos governos. Por mais que sugerisse e chegasse a afirmar que não se zangava com a oposição, que a considerava necessária ao sistema, o

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Jornal do Comércio*, 17/05/1862.

¹² *Idem.*

jornalista deixava exposto o jeito que os conservadores encaravam o regime representativo:

É pois nas sociedades que se regem por princípios mais ou menos democráticos que é absolutamente impraticável que toda a nação abdique nas mãos de um governo qualquer toda a sua vontade e todo o seu pensamento, e sacrifique espontaneamente as suas paixões em honra da felicidade comum.

O regime representativo, mais do que nenhuma outra modalidade dos governos de feição democrática, vive e atua no meio de outras dificuldades além das que derivam da índole universal dos indivíduos e das nações. O sistema parlamentar é uma aristocracia móvel, caprichosa, incessantemente renovada pelas influências que de novo intervêm para substituir as que perderam na luta a eficácia das suas armas. É ao mesmo tempo uma aristocracia do talento, de posição, de riqueza, um patriciato [sic] que nem chega a ser vitalício, e que imprime a cada momento, pela sua variação, novas feições aos elementos do problema do governo.

Todos nós sabemos quanto as circunstâncias estranhas à vontade dos governos tendem a criar-lhes dificuldades e a multiplicar os atritos no seu maquinismo, de si mesmo complicado e difícil de reger.¹³

Em outras palavras, a oposição era um empecilho ao sistema, ainda mais quando formada por uma liga, um grupo classificado como sem princípios, dirigido por homens que pregavam a revolução, conspiradores. Para evitar que os ministérios se sucedessem pela mesquinha intriga partidária, chegava-se ao desiderato:

A faculdade, que a constituição deu ao poder moderador para dissolver a câmara dos deputados tem por fim evitar que o espírito faccioso se possa demorar na representação nacional, influenciando na marcha dos negócios públicos; e esta hipótese dá-se atualmente, e a medida não deve ser demorada e só tomada depois que as explosões da ousadia e da loucura tiverem diminuído o prestígio da autoridade.¹⁴

Foi também a essas palavras que Zacarias reagiu no dia 19. Evocou-as na tribuna como se fossem oficiais, retrucou em nome da oposição e transformou a Resposta à Fala do Trono em questão de gabinete.

Quanto ao programa da oposição, declaro por mim e por meus amigos que a oposição tem, nem podia deixar de ter, o seu programa; mas que só a ela compete decidir quando é ocasião oportuna de apresentá-lo.

[...]

Que homens indica a oposição de sua parte para o ministério? Responderei primeiramente que a aspiração dos meus amigos não é precisamente substituir os atuais ministros: o seu grande desejo é ver o poder em mãos que inspirem confiança e levem a nau do Estado a porto de salvamento, qualquer que seja o lado a que pertençam. Digo isso em nome tanto dos conservadores moderados como dos liberais (*Apoiados*)

[...]

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

Uma observação, Sr. presidente. Quando o ano próximo passado eu aqui sustentavaque o ministério tem o direito de lembrar e pedir à coroa, como um meio de governo, o exercício das atribuições do poder moderador, e nomeadamente a de adiar e dissolver a câmara, o governo respondia-me por si e seus oradores – que não, visto que o poder moderador é delegado *privativamente* ao primeiro representante da nação. Hoje, porém, esqueceis o – *privativamente* – que vos servia de escudo, e andais ameaçando dissolução nas vossas conversações e nesses artigos a que acima referi-me, artigos que, bem analisados, não diferem muito do *Charivary* [...].¹⁵

O *Charivari* foi um periódico que, no seu número de 18 de maio, também defendeu a ideia de dissolução da Câmara dos Deputados, rebatendo os argumentos do *Diário do Rio de Janeiro*, que desaconselhara e condenara a medida dias antes. Uma verdadeira campanha pública de influência sobre o Poder Moderador, que envolvia o caráter mais oficial do *Jornal do Comércio*. Em seu diário, Pedro II registrou que não se deixava levar por esse embate de opiniões.

O imperador Pedro II fez importantes apontamentos políticos sobre os últimos dez dias de maio de 1862. No dia 20, anotou ter recebido a visita dos ministros com o tom oficial de darem-lhe os pêsames pela morte recente do cunhado. Como era costumeiro informar-se sobre o que ocorria nas Câmaras, não deixaria de fazê-lo em dias nos quais se iniciavam os debates mais sérios. Saião Lobato contou-lhe que Zacarias espalhava que ele prometera anuir à proposta de dissolução e que isso justificaria o *Charivari*. O ministro dos Estrangeiros, Benevenuto Taques, confirmou a informação para certa indignação do monarca, que fechou assim sua anotação:

Com efeito, se eu fizesse tal promessa não compreenderia meus deveres. Já espero que se for proposta a dissolução e eu não anuir se diga que eu faltei à palavra dada ao Caxias! Os partidários exagerados não podem gostar de minha política imparcial, que eu aliás capricho em fazer prevalecer unicamente pelos meios que permite a Constituição.¹⁶

Ao que tudo indica, Pedro II estava resoluto a fazer com que o ministério construísse sua maioria parlamentar sem a necessidade de uma eleição extemporânea. Fiando-se nisso e acusando os ministros de tramarem o contrário, a oposição foi para a luta na sessão do dia 21, que começou com uma contundente

¹⁵ ACD, 19/05/1862. O *Charivary* foi um periódico de curtíssima duração, que, ao que parece, circulou em maio de 1862 justamente para repercutir e defender, com uma linguagem mais satírica, a ideia de dissolução da Câmara dos Deputados. Uma verdadeira campanha pública de influência sobre o Poder Moderador que alcançava o caráter mais oficial do *Jornal do Comércio*.

¹⁶ 20 de maio de 1862. “Diário do Imperador D. Pedro II”. *Anuário do Museu Imperial*. V. XVII. Petrópolis, 1956.

defesa do projeto de Resposta feita pelo conservador cearense Bandeira de Melo, integrante da comissão. Além de rebater as críticas de Zacarias à redação do projeto, o orador concentrou-se na condenação dos conservadores dissidentes. Então, o representante do Paraná lembrou que seu interlocutor também rompera com uma situação conservadora, em 1852, quando se formou o “partido parlamentar” contra o ministério Rodrigues Torres. Fazendo uma ressalva, o pernambucano Pinto de Campos disse que, naquela ocasião, ninguém foi “procurar aliados em arraiais estranhos”.¹⁷ Justificando por si mesmo a experiência de 1852, Bandeira de Melo teve os apertes provocativos de mais dois oposicionistas, reveladores de uma sombra que pairava sobre a liga:

Combateemos com as nossas próprias forças, não fomos procurar auxílio estranho, tivemos a coragem necessária para resignarmos-nos a estar fora do poder até que pela adesão de novos amigos pudéssemos nos converter em maioria.

Esta resignação nos enobrecia aos nossos próprios olhos e aos olhos do país, porque um sentimento profundo nos dizia que fazíamos o bem do país. Caminhávamos sem sofreguidão, mas com a esperança de triunfo, esperança que nos dispensava de recorrer aos adversários.

O Sr. Saraiva: - V. Ex. tem medo dos liberais.

O Sr. Bandeira de Melo: - Sim, esperávamos constituirmo-nos algum dia em maioria, mas não ligando-nos aos nossos adversários para um fim passageiro...

O Sr. Saraiva: - V. Ex. tem medo dos liberais, e nós não.

O Sr. Bandeira de Melo: - O nobre deputado não tem medo dos liberais?

O Sr. F. Otaviano: - Pois é animoso!

O Sr. Bandeira de Melo: - Ouça V. Ex. o que dizem dali: - Pois é animoso!

O Sr. F. Otaviano: - O partido liberal é um partido monstruoso!

O Sr. Bandeira de Melo: - Sr. presidente, os nobres deputados fizeram uma liga com antigos adversários; mas as consequências de uma liga são demasiado graves, sacrificam-se à necessidade de um dia ideias que representam a necessidade de todos os dias, isto é, os princípios que sustentam uma certa ordem que temos consagrado com indispensável.

[...]

O Sr. Saraiva: - Os senhores não tiveram medo do Sr. Paranhos, e querem que o tenhamos do Sr. Ottoni?¹⁸

Bandeira de Melo não se referira a nenhum indivíduo em particular, mas a sombra de radical de Teófilo Ottoni avançava sobre toda conversa acerca da liga. Na maioria das vezes nem era preciso nominá-lo. Quando se fazia era com um sentido provocativo, como fizera Saraiva, de que limites estavam sendo ultrapassados, de que “princípios que sustentam uma certa ordem” eram questionados e que, no caso,

¹⁷ ACD, 21/05/1862.

¹⁸ *Idem*.

os conservadores moderados não se importavam com isso. O deputado cearense disse que não entraria em questões pessoais, apenas pedia para que reconsiderassem o passo que davam, que não seria nada além de pressa de conseguir uma maioria, “maioria de um dia, porque os amigos dos nobres deputados são ainda os que se acham nas antigas fileiras do partido conservador”.¹⁹

Foi essa acusação de maioria de ocasião que os conservadores continuaram a propagar depois que, na mesma sessão do dia 21, os opositores conseguiram aprovar a emenda de Zacarias ao voto de graças por um voto de vantagem. Os defensores do ministério começaram a dizer que o resultado só ocorrera devido a uma esperteza de Francisco Otaviano, que teria provocado o fim da discussão e a votação em um momento em que alguns deputados estavam ausentes do plenário:

Quando os nobres ministros acham a situação definida, e quando entendem pelo seu procedimento e pelas vozes de seus amigos que a discussão será um prejuízo dos interesses públicos, não queremos opor-lhes embaraço nem interromper a marcha do governo para realizar o ato, com que nos tem ameaçado, da dissolução. Devemos todos concorrer para que a coroa decida o que em sua sabedoria achar mais conveniente.
(*Apoiados*)

Assim, declaro que prescindimos de discutir com os nobres ministros.
(*Apoiados; muito bem*)²⁰

O ministro da Fazenda, José Maria Paranhos, estava representando o governo na sessão e aceitou o desafio, em uma atitude que pode ter sido um erro de cálculo, mas também resultado da empáfia:

Aqui se nos disse que a coalizão parlamentar não tinha por fim senão derrubar o ministério atual; no senado se disse ontem que a coalizão devia ter por fim a criação de um terceiro partido.
A situação política do país, pois, na opinião dos nobres deputados, e segundo as suas declarações, está definida. Voto, pois, pelo encerramento.²¹

Assim articulada por uma oposição que soube desafiar o ministério, juntar votos e aproveitar-se dos rituais regimentais que se construiu a primeira ascensão de um ministério constituído sobretudo por deputados. Colocada a questão de gabinete, chegou ao conhecimento do imperador pouco depois das três horas da tarde, por notícia telegráfica. O monarca passou o restante do dia pensando nas dificuldades que envolveriam a organização de eleições naquele momento, na inevitável “pecha de feita pelo governo”, nos receios que envolviam uma dissolução, apontados pelo

¹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

próprio Caxias, e resolveu que mudaria o ministério, chamando Zacarias para organizá-lo, “visto que se apresentou como chefe da liga”.²²

A noite seria agitada. Por volta das sete, recebeu os ministros, que não deixaram de propor a dissolução da Câmara pela voz de Caxias. Como este parecesse contrariado com a decisão já tomada, o monarca ainda se justificou, dizendo que fazia a mudança “por causa das circunstâncias do país e não porque retirasse a confiança que sempre depusitei no ministério”.²³ O marquês se recompôs e insistiu por duas vezes para que não se ventilasse a notícia de que deixava o gabinete como ministro demitido de seu cargo. Parecia importante manter a imagem de força diante da oposição, mas teve que aceitar a declaração de que se retirava porque precisava da dissolução para continuar. Antes de despedir-se, sugeriu que se chamasse também o senador Nabuco de Araujo para formar o novo gabinete, lembrando em seguida de que não gozava de “conceito de moralizado”.²⁴ Não mudava, de toda forma, a convicção do imperador naquele momento, de que o novo organizador deveria sair do âmbito da Câmara dos Deputados, construindo a maioria a partir de seu lastro de líder parlamentar.

Às nove e meia, foi a vez de Zacarias ser recebido. Diante do convite oficial para montar o próximo ministério, afetou humildade ao lembrar o costume de ser um senador o organizador, porém logo emendou que reconhecia a importância de que fosse escolhido entre deputados, visto que o “xeque ao ministério” partira da Câmara.²⁵ A antiga “estatueta dos conservadores” transformara-se em decisiva peça no xadrez do poder.

“Sob as condições apontadas”, d. Pedro garantiu inteira liberdade para a escolha dos integrantes. Mesmo que não tenham ficado registradas, é possível intuir que certamente essas condições escoravam-se na muralha da política. Tanto é que, depois de que avisar que ainda não havia um programa da parte dos coligados, Zacarias achou necessário sublinhar, como se tranquilizasse o monarca, que “apenas os liberais não tinham feito questão da entrada de algum dos seus para o ministério”. Ainda assim, pediu dois dias para conversar com os amigos e decidir, tempo que o

²² 21 de maio de 1862. “Diário do Imperador D. Pedro II”, *op. cit.*

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Idem.*

monarca julgou demasiado. Sem muita opção, prometeu voltar na noite seguinte e assim o fez.²⁶

Certamente a indicação mais ousada que Zacarias levou a tiracolo foi a do senador Bernardo de Souza Franco para a Fazenda. O retorno do homem forte da economia no Gabinete Olinda, em 1857, seria a recompensa de todo o esforço da “escola liberal” na oposição dos últimos anos. Esse foi, no entanto, um dos limites da “inteira liberdade” concedida ao organizador. Embora Zacarias tenha ressaltado que Souza Franco lhe prometera respeitar a legislação bancária aprovada entre 1859 e 60, d. Pedro desaconselhou sutilmente a nomeação, dizendo que a incoerência com sua posição passada só serviria para desacreditar o senador.²⁷ “Eram apenas observações”, dizia o monarca, mas Zacarias já esperava o recado, tanto que tinha o nome do senador Dias de Carvalho como alternativa na ponta da língua, e esperava poder contar com Souza Franco ao menos nos Negócios Estrangeiros.

Revelou-se certa dificuldade de completar-se o governo, ainda mais com as negativas de Sinimbu e Saraiva, ambos com pretextos domésticos.²⁸ A demora começou a deixar o imperador inseguro. Em um dia anotou a informação de Zacarias de que contava com 60 deputados, número que lhe garantia a maioria.²⁹ No seguinte, sábado 24 de maio, quando finalmente começou a correr a notícia sobre a confirmação dos nomes, d. Pedro não escondeu a angústia de imaginar-se obrigado a recuar, dando o braço a torcer aos conservadores e sendo atacado pelos liberais. Provavelmente entreviu o destino do ministério nas palavras que o conservador Luis Pedreira do Couto Ferraz, seu amigo e confidente, levou ao palácio naquele fim de semana.³⁰

Pedreira, como era chamado no diário, dirigiu-se a d. Pedro para avisar que faria oposição franca ao novo ministério e que pediria demissão do cargo de consultor que ocupava, por ser lugar de confiança. O imperador só viu coerência naquela atitude e retorquiu que era o dever do amigo, assim como compreendia que o seu era não anuir à dissolução da Câmara,

²⁶ *Idem.*

²⁷ 22 de maio de 1862. “Diário do Imperador D. Pedro II”, *op. cit.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ 23 de maio de 1862. “Diário do Imperador D. Pedro II”, *op. cit.*

³⁰ O lugar de amigo e confidente do imperador ocupado por Pedreira é destacado pela pesquisa biográfica de BEDIAGA, Begonha. “Discreto personagem do império brasileiro: Luis Pedreira do Couto Ferraz, visconde de Bom Retiro (1818-1886)”. In: *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017.

[...] que eu desejo que se mantenha até a época das eleições ordinárias; visto que entre nós a eleição é uma calamidade, devendo na época ordinária manifestar-se a Nação a favor dos conservadores ou liberais, sustentada a lei com energia por um ministério imparcial.³¹

Percebe-se uma preocupação de justificar-se com os conservadores, um pedido de compreensão com a decisão tomada, mostrando que a mobilização pela dissolução na imprensa tinha muito peso em suas ponderações. “Por ora não há solução da crise”, complementou o monarca, provavelmente esperando compreensão do interlocutor diante de seu dilema:

Disse ao Pedreira que eu declarara aos ministros passados que eles não se retiravam por falta de minha confiança. Receio que o novo ministério não tenha maioria, e me veja na necessidade de dissolver a Câmara. Os atuais ministros segundo ouvi ontem ao Zacarias parece que pedirão apenas sua demissão, e a lógica não exige que eu torne a chamar o Caxias? O ministério atual pelo que disse o Zacarias não terá razão para se queixar de mim; pois que chamei a atenção do Zacarias para o que possa suceder nesse caso; mas os liberais exaltados, que, cegos pela paixão política caluniam tantas vezes não dirão que eu armei cilada à liga? Mas também os conservadores que apoiavam o ministério passado não me chamarão pelo menos de ilógico se proceder de outro modo?³²

Contudo, Pedreira parecia não se comover com a situação do confidente. Insistiu que dissera a amigos já estar decidido que faria “oposição de princípios e moderada” ao novo gabinete e que, além disso, havia deputados, como alguns da Paraíba, que cobravam a presença de Eusébio e outros conservadores de maior influência na situação.³³ O partido precisava marcar posição.

Bem longe de impor sua vontade, d. Pedro buscava equilibrar-se em um complexo quadro de disputas. Nesse contexto, a conversa com um amigo tornava-se uma tentativa de negociação de apoio de todo um partido. Não bastasse a estabilidade institucional decorrente de evitar-se a dissolução, o imperador apontava para outra vantagem de apoiar o ministério coligado:

[...] desejo que o ministério atual tenha maioria, com a qual a maior parte dos que hão de compô-lo pode prestar bons serviços à Nação. A chamada do José Bonifácio é muito conveniente não só pelas qualidades do indivíduo como porque há de provavelmente formar sua posição entre os liberais moderados reconhecendo que meu anelo é que se executem a Constituição e as leis não havendo para mim senão duas classes de homens, a dos que querem concorrer comigo de consciência para o bem do país, e a dos que não procedem assim.³⁴

³¹ 24 de maio de 1862. “Diário do Imperador D. Pedro II”, *op. cit.*

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴

Era importante mostrar que os que seguiam as regras poderiam alcançar o governo. O discurso liberal de José Bonifácio era comparável ao de Teófilo Ottoni no interior da Câmara. Porém, diferentemente do líder mineiro, Bonifácio não procurava a praça pública. Alcançando o ministério, podia ser que se estabelecesse de vez no campo dos moderados. Além da muralha de bronze identificada por Ottoni, havia outras delimitando o centro do poder. A política estatal deveria ser encarada como uma verdadeira cidadela.

Na formação final, é significativo que nenhum dos três deputados da “liga constitucional” tenha sido nomeado, nem mesmo os senadores que participaram dos *meetings* eleitorais de 1860. A política das ruas estava proscrita. O único lembrado foi Souza Franco, que acabou declinando de convite que não fosse para a Fazenda. Teófilo Ottoni àquela altura estava momentaneamente confinado na segunda classe de homens delimitada pelo imperador. Não se acha nem mesmo um discurso seu nas discussões da “Resposta”. Francisco Otaviano, que fora tão decisivo quanto Zacarias na sessão do dia 21, precipitando a votação da emenda que derrubou o Gabinete 2 de Março, tampouco foi lembrado.

A grande inovação do Gabinete 24 de Maio foi ter uma maioria de representantes da Câmara em sua formação, incluindo o organizador Zacarias, que assumiu também a pasta do Império. Nomeou os deputados Francisco José Furtado, para a Justiça; Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, para a Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Manuel Marques de Sousa, para a Guerra; além do já citado José Bonifácio, na Marinha. Do Senado, Carlos Carneiro de Campos assumiu os Negócios Estrangeiros e José Pedro Dias de Carvalho, a Fazenda, pasta que deveria ser de Souza Franco.

Aos que lutavam para mudar a orientação do governo desde 1858, a decepção era inegável. O jornal *Atualidade*, comprometido com a oposição liberal desde a polêmica bancária de 1859, fez certo malabarismo retórico para definir a orientação política do ministério. Fiava-se nas individualidades, sobretudo em Bonifácio, “liberal por princípios e por tradição de família”, e Furtado, “liberal desde os princípios, homem que tem uma boa reputação a zelar, também não quereria figurar em uma comédia”.³⁵ No entanto, não se acha tanta convicção na explicação da política geral:

³⁵ *Atualidade*, 28/05/1862, n. 219.

O partido liberal e os conservadores moderados, acordes sobre as ideias capitais que devem prevalecer na política e na administração, coligaram-se e derrotaram o ministério.

[...]

É liberal ou conservador o gabinete de 24 de maio?

O programa que o presidente do conselho apresentou ontem na câmara dos deputados responde a questão.

O gabinete não é conservador. Pelo contrário pretende realizar algumas das ideias por que tem pugnado o partido liberal. Quer a realidade do sistema representativo; quer que o orçamento seja uma verdade, e entende que o poder não é privilégio de oligarquias.

O pessoal do ministério parece-nos que oferece garantias ao partido liberal.³⁶

Triste sina a do editor que, enquanto procurava garantias no novo gabinete, nem podia imaginar que seu fim já estava próximo. Como o *Atualidade* era publicado aos sábados e quartas-feiras, o intervalo entre a edição dos dias 24 e 28 de maio correspondeu exatamente a toda curtíssima existência do Gabinete Zacarias. Na primeira, encontra-se o pequeno texto já citado, em que a organização do novo ministério é anunciada como “um tríplice triunfo do sistema representativo, do governo do país pelo país”.³⁷ No dia 28, provavelmente ao mesmo tempo em que os leitores acompanhavam a análise pormenorizada (e indecisa) sobre o governo, os ministros em despacho no Palácio Imperial acertavam sua retirada. É possível encontrar o motivo de tão fulgurante fracasso nesse mesmo número do jornal.

Antes, vale reforçar que o ministério ficou definido em um sábado. Pelos *Anais*, é possível saber que a única atividade dos representantes neste dia foi acompanhar a nomeação de uma deputação que participaria do cortejo de pêsames ao imperador, em razão da morte de seu cunhado. Em seguida, por falta de número legal, não houve sessão. Passado o dia santo, a ata do dia 26 também registra número insuficiente de deputados. Apenas na terça-feira, portanto, os ofícios de nomeações dos ministros foram entregues à Mesa e Zacarias falou como presidente. Pelo que se viu na Câmara a partir de então, o esvaziamento do quorum nos dias anteriores bem pode ter sido tramado pelos conservadores puros.

Naquela edição do *Atualidade* de 28 de maio, fica-se sabendo que a oposição conservadora abriu combate ao Gabinete Zacarias no dia anterior, 27 de maio, pela voz do ex-Timandro:

³⁶ *Idem.*

³⁷ *Atualidade*, 24/05/1862, n. 218.

O Sr. Sales Torres Homem foi eleito para começar a oposição ao primeiro gabinete progressista que tem aparecido em 14 anos de governo constitucional.

Seria uma ironia dos puritanos?

Muita gente o creu. Com efeito, se quisessem demonstrar por um símbolo que a fé nas ideias que começam a subir ao poder tem sido atraçoada muitas vezes, ninguém melhor do que o orador podia fornecer esse símbolo.³⁸

Antes de ouvir Torres Homem atacar a formação do novo gabinete, Zacarias expôs alguns pontos do que considerava seu programa:

Coibir o abuso da prisão preventiva (*apoiados*), aliviar a guarda nacional, tanto quanto possível do serviço ordinário... (*Apoiados*)

O Sr. Rodrigo Silva: - É o programa do ministério passado.

(*Há outros apertes*)

O Sr. Presidente do Conselho: ... fazer na lei de 3 de dezembro algumas alterações, sobretudo na parte em que a polícia administrativa anda travada e confundida com a judiciária. (*Apoiados; muito bem*)

Além disso, senhores, conhecendo o gabinete os embaraços e dificuldades com que a lavoura e o comércio, essas duas fontes perenes da riqueza nacional, estão lutando, julga de sua rigorosa obrigação esforçar-se para melhorar-lhes o estado.³⁹

Em seguida, foi à tribuna o referido porta-voz da oposição. Nem tocou nos pontos elencados pelo presidente, só tinha em vista atacar a legitimidade da nova formação, insistindo na efemeridade da maioria constituída no dia 21:

Maioria de um dia, maioria de algumas horas talvez, maioria contestada como filha da surpresa. (*Apoiados*)

A superioridade numérica de um voto, eis o título de seu triunfo; eis a fonte única de sua pretensão de mudar a face política do país. (*Apoiados*)

Senhores, eu compreendo bem que um partido possa constitucionalmente tomar as rédeas da administração pública com uma maioria insignificante, ou mesmo em minoria no ramo temporário da legislatura, mas com a cláusula essencial de que o seu primeiro ato seja o apelo para as urnas eleitorais (*apoiados*), a fim de que estas o revistam do caráter de maioria parlamentar de que não pode prescindir.

O que porém não concebo, colocando-me no ponto de vista da constituição e do bom senso, é que o ministério que deixou de preencher esta condição, não obstante a consciência que devia ter de sua penúria numérica, apareça aqui dominado pelo estranho devaneio de viver com o apoio de uma câmara que ele está bem longe de representar. (*Apoiados; muito bem*)⁴⁰

Torres Homem discursou confiante de que a maioria do partido conservador estava a seu lado. Guardou para o dia seguinte, entretanto, o seu ataque mais incisivo. Na segunda parte da ordem do dia da sessão de 28 de maio, considerou que

³⁸ *Atualidade*, 28/05/1862, n. 219.

³⁹ *ACD*, 27/05/1862.

⁴⁰ *Idem*.

o objeto da discussão, as promoções da armada, importante demais para ser discutido na situação em que se encontrava a casa temporária: “não pode nem deve a Câmara com segurança cometer a execução desta lei a um ministério cujas vistas não se uniformizam com as suas. (*Muitos apoiados*).”⁴¹ Buscaria devolver na mesma moeda a derrota que os conservadores puros tinham sofrido havia uma semana:

Sr. Presidente, há questões de gabinete por sua própria natureza, e há questões de gabinete por convenção dos partidos e dos próprios ministros. (*Muitos apoiados*)

[...] Não se admirem, pois, que sobre um projeto de tamanha importância, qual o da promoção da armada, eu estabeleça essa questão, à vista do antagonismo em que está a Câmara com o ministério a tal respeito.

O Sr. Silveira Lobo: - V. Ex. traz a maioria na algibeira? (*Risadas*)⁴²

De acordo com o relato do *Atualidade*, impresso na tarde desse mesmo dia 28, a maioria, se não trazida na algibeira, vinha ao menos na ponta da caneta, em um rigoroso controle de votos e constrangimento dos “tímidos”. Uma movimentação que causou espanto ao jornalista liberal, e que deixa ver um pouco dos meandros parlamentares que não ficavam em registros oficiais:

Uma agitação desusada precedeu a sessão de hoje na câmara dos Srs. deputados.

Eram 11 horas, e já noventa deputados tinham feito entrada no edifício.

À uma das águas-furtadas da sala das comissões eram sucessivamente chamados os adeptos.

Aí se lhes anunciava que o ministério estava morto, e que as pastas iam ser restituídas a seus donos, os donos da terra.

Assim o Sr. Saião, o Sr. Sérgio e o Sr. Sales ajeitaram a assinatura de 46 deputados, segurando por esse modo a adesão dos tímidos – envolvendo um requerimento de adiamento do projeto sobre promoções da armada um voto de censura ao gabinete.

A moção motivada pelo Sr. Sales e sustentada pelo Sr. Paranhos e Pedreira passou por 49 votos contra 43.⁴³

Percebe-se que o amigo e confidente de Pedro II, deputado pelo Rio de Janeiro, era pessoa de palavra, envolvendo-se seriamente na oposição ao Ministério 24 de Maio.

Comparecendo a São Cristóvão na mesma tarde, os ministros ainda pediram a dissolução da Câmara para continuar, mas Pedro II negou, como já havia

⁴¹ ACD, 28/05/1862.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Atualidade*, 28/05/1862, n. 219.

estabelecido. Em 30 de maio, repousou mais uma vez sobre o marquês de Olinda a responsabilidade de organizar um ministério que se pretendia imparcial.

Apenas com a dissolução da Câmara em 1863, o partido progressista entrou em uma nova fase de sua experiência, valendo-se do chamamento de novas eleições e da construção de uma maioria no Parlamento. Ainda assim, a história dos gabinetes da Liga, até 1868, não deixaria de ser turbulenta. Mas essa é um outra história..

Na mesma página em que o *Atualidade* expôs os esforços de bastidores dos conservadores puros, há um outro artigo intitulado “Não há maioria parlamentar”.⁴⁴ Diferentemente do que o título sugere, o autor não tratou diretamente da situação partidária na Câmara. Comentou, na verdade, um trecho bem específico do primeiro volume do *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, que o visconde de Uruguai lançara havia pouquíssimo tempo. Com incontida indignação, o jornalista sublinhou a defesa que o conservador fez do costume inglês e norte-americano do “*executive patronage* – patronado executivo”, que, em resumo, significava fortalecer o próprio partido e enfraquecer o adversário por meio da distribuição do patronado – em outros termos, dos cargos públicos. Em sua opinião, tratava-se de “corromper a consciência dos representantes da nação para obter maioria”, o que, de acordo com suas informações, estava sendo veementemente combatido pelas recentes declarações de Dias de Carvalho e José Furtado, ministros da Fazenda e da Justiça – donos dos cofres e dos cargos policiais –, do Ministério 24 de Maio. Terminou com essa ponderação:

O Sr. visconde de Uruguai que não escreveria em um livro que ninguém lhe encomendou doutrinas contrárias a suas convicções e à lição de sua longa experiência, há de bater palmas de contente ao ler as declarações dos Srs. Dias de Carvalho e Furtado. Para ele decididamente os nobres ministros comprometeram a situação.

No entanto aproveitemos e registremos a ingênua confissão de um dos mais notáveis membros da oligarquia a respeito do meio que como mais eficaz empregam para arrebanhar maiorias.⁴⁵

Se havia mesmo motivos para o conservador aplaudir os ministros liberais, estes, por outro lado, logo teriam que reconhecer que não havia ingenuidade alguma nas formulações do veterano saquarema.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

Dependesse de algumas vontades, os risos conservadores ecoariam por muito tempo pelas galerias e águas-furtadas do Parlamento brasileiro. Quanto à muralha de bronze, permaneceria incólume. Das únicas vezes em que ela foi transposta nas décadas seguintes, no desenrolar do movimento abolicionista, especialmente durante o gabinete Dantas, e dos planos de reformas liberais do último gabinete do Império, a consequência foi o golpe militar que implementou a República.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes parlamentares – disponíveis online

Anais da Câmara dos Deputados, 1857-1832, disponível em

<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

Anais do Senado, 1857-1863, disponível em

http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp

Periódicos – disponíveis *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Actualidade, 1859-1864

Constitucional, 1862-1864

Correio Mercantil, 1859-1863

Diário do Rio de Janeiro, 1860-1863

Jornal do Commercio, 1860-1863

O Regenerador, 1860-1861

Tres de Maio, 1858-1859

Charivari 1862

Livros, programas e panfletos (Brasil, século XIX) – disponíveis online ou impressos

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “O Velho Senado”. In: *Páginas Recolhidas*. São Paulo: FTD, 2012 [1899].

ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão* (organização de TâmisParron). São Paulo: Hedra, 2008.

ALENCAR, José de. *O systema representativo*. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1868.

ALENCAR, José de. *Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1868.

ALENCAR, José de. *Ao Visconde de Itaborahy: carta de Erasmo sobre a crise financeira*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1866.

ALENCAR, José de. *Ao Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1866.

ALENCAR, José de. *Ao povo: cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1866.

- ALENCAR, José de. *Ao imperador: cartas*. Rio de Janeiro: Typ. de Mello, 1865.
- ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história contemporânea*. Rio de Janeiro: E.&H. Laemmert, 1867
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1975 [1862].
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976 [1861].
- BOCAIÚVA, Quintino Antônio Ferreira de Sousa. *A Opinião e a Coroa* (Panfleto publicado com o pseudônimo de Philemon. Rio de Janeiro, 1861). In: *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Rio de Janeiro/Brasília: Fund. Casa de Ruy Barbosa/Senado Federal, 1986.
- BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1979 [1878].
- CANAVARRO, David. *A Monarquia Constitucional e os Libelos*. Rio de Janeiro: Typografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.
- CARVALHO, Antônio Alves de Souza. *O Imperialismo e a Reforma*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1865.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A luneta mágica*. São Paulo: Paulus, 2008 [1869].
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 [1868].
- MENDONÇA, Salvador de Menezes Drummond Furtado de. *Regeneração por Demophilo*. Rio de Janeiro: Typ. Lisbonense, 1861.
- OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.
- OTTONI, Teófilo Benedito. *A estátua equestre*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no Quatriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo segundo Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima Legislatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil de M. Barreto Filho e Otaviano, 1860.
- PEDRO II (D.). “Diário do Imperador D. Pedro II”. *Anuário do Museu Imperial*. V. XVII. Petrópolis, 1956.

- ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação”. In: Raimundo Magalhães Júnior. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Brasileira, vol. 286. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
- ROCHA, Justiniano José da. *Monarquia e Democracia*. In: Revista de Ciência Política, vol. 29, n. 3, jul/set. 1986 (Publicado no *Jornal do Commercio* de 23, 24, 25 de maio de 1860).
- SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2 volumes. Rio de Janeiro, 1861.
- SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002 [1862].
- VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Brasília: Senado Federal, 1978 [1862].

Bibliografia

- ABREU, Eide Sandra Azevedo. *O Evangelho do Comércio Universal*. O desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872). Tese de Doutorado em História. Universidade de Campinas, 2004.
- AGULHON, Maurice. *1848 ou l'apprentissage de la République*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento pela abolição da escravidão no Brasil*, Tese de Livre-docência, São Paulo: FFLCH-USP, 2012.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Priscilla Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2011.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. “A instrumentalização da linguagem”. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 44, 2008; p. 51-62.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. In: Revista Almanack Braziliense, n. 7, maio/2008.
- AUBERT, Pedro Gustavo. “O Poder Moderador e a interferência do monarca no Poder Executivo”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em História, Campinas: Unicamp, 2003.
- BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860”. In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 295-324.
- BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos com canela: anotações em torno do debate político nos anos 1860”. In: José Murilo de Carvalho (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder Moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Campinas, 2001.
- BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BARMAN, Roderick J., *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. California: StanfordUniversity Press, 1994.
- BARROS, José D’Assunção. “História Política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface”. *Sæculum – Revista de História* [12], jan/jun. 2005.
- BARROS, José D’Assunção. “Rupturas entre o presente e o passado. Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt”. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 65-88, jul/dez. 2010.
- BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BEDIAGA, Begonha. “Discreto personagem do império brasileiro: Luis Pedreira do Couto Ferraz, visconde de Bom Retiro (1818-1886)”. In: *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017.
- BENTIVOGLIO, Julio Cesar. *O Império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. “A história conceitual de Reinhart Koselleck”. *Dimensões*, vol. 24, 2010.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil* (3a ed.), Brasília: Senado Federal, 2002, v. 2.

- BRASILIENSE, Américo, *Os programas dos partidos e o 2o Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- CARVALHO, José Murilo de. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. “Entre a autoridade e a liberdade”. In: _____ (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. “Liberalismo, radicalismo e republicanismismo nos anos sessenta do século dezenove.” Working Paper number 87. Centre of Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- CASCUDO, Luis da Câmara, *O marquez Olinda e seu tempo (1793 – 1870)*. São Paulo: 1938.
- CAVALLINI, Marco Cícero. *O diário de Machado: a política do Segundo Reinado sob a pena de um jovem cronista liberal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- CAVANI, Suzana. “Às urnas, cidadãos!”. Revista Brasileira de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-urnas-cidadaos>
- CERVO, A.L.; BUENO, C., *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, UnB, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CLAUDINO, Guilherme Pereira, “Uma verdadeira torre de babel”: entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). São João del Rei: dissertação de mestrado, UFSJ, 2011.
- CLAUDINO, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de babel”. Entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei, 2011.
- CONACHER, J. B. *The Aberdeen Coalition, 1852-1855: a study in mid-nineteenth century party politics*. Londres: Cambridge University Press, 1968.

- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888* (2a ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSER, I., *Visconde do Uruguai, Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- COSTA, Emília Viottida. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- COSTA, Emília Viottida. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- COSTA, Wilma Perez. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNICAMP, 1996.
- DANTAS, Monica Duarte. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito*, São Paulo, Faculdade de Direito/USP, 2009.
- DANTAS, Monica Duarte. “Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, no 10, nov. 2009, pp. 40-47.
- DIAS, Vera de Oliveira. *A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870*. Um estudo comparativo dos jornais *Opinião Liberal* e *A Reforma*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Império e governo representativo: uma releitura”. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 13-23, jan/abr. 2008.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Representação na monarquia brasileira”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, no 9, mai/2009.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do século XIX”. *Journal of Iberian and Latin American Research*, v. 20, 2014, pp. 66-82.
- DORATIOTO, Francisco, *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- ESTEFANES, Bruno Fabris; Alain El Youssef; TâmisParron. “Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil”. *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p. 137-159. 1º semestre de 2014.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: o Marquês de Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013.
- “FLÁVIO Farnese”. Revista do Arquivo Público Mineiro, n. 14, p. 545-546. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909
- FERES JÚNIOR, João; Marcelo Jasmin (orgs.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2012.
- FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória, política e negócios: a trajetória de TheophiloBenedicto Ottoni*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes (org.), *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro: 1850-1930*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FERREIRA, Gabriela Nunes, *Centralização e Descentralização no Império: o Debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERREIRA, Gabriela Nunes, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império — o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FONTANA, Laura Roberta. *José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado imperial*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “O debate político e o pensamento econômico no Império brasileiro: centralização de poder e monopólio de emissão no segundo Banco do Brasil (1852-1853)”. *Almanack*. Guarulhos, n. 09, p. 176-189, abril de 2015.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2010.

- GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860-1900)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.
- GREGÓRIO, V.M., *Uma Face de Jano: A Navegação do Rio Amazonas e a Formação do Estado Brasileiro (1838-1867)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.
- GUIMARAENS, Francisco de. “Direito de resistência e receptividade de doutrinas jurídicas”. In: Revista *Direito, Estado e Sociedade*, n. 30, jan/jun 2007.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862)”. *SÆculum*— Revista de História [29]; João Pessoa, jul/dez 2013; p. 231-259.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor&Companhia(1854-1866)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Henrique Fleiüss: a função cívica e pedagógica da caricatura nas páginas da *Semana Illustrada* (1860-1876)”. In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília (org.), *O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, Conceitos e Prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- HOFSTADER, Richard. *The idea of a party system. The rise of legitimate opposition in the United States, 1780-1840*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A letra e o espírito do regime”. In: _____ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª ed. Tomo II, vol. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império: manuscritos* (organização de Fernando A. Novais). São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.
- HORBACH, Carlos Bastide. “O parlamentarismo no Império do Brasil (I): origens e funcionamento”. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 43, n. 172, 2006
- IGLESIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 8ª ed. Tomo II, vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 57, 2005.
- JAVARI, B., *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1962.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano. O Poder Moderador e o pensamento político imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- LYRA, Heitor, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. 3 volumes. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.
- MANIN, Bernard. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARSON, Izabel Andrade. “Do Império das ‘Revoluções’ ao Império da ‘Escravidão’: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan/jun. 2009; p. 125-173.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ, 2005.
- MARX, Karl. *Luta de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889* (2ª ed.), Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. [1861] Brasília: Editora UnB, 1981.
- MONTERO, José R., GUNTHER, Richard e LINZ, Juan J. (org.). *Partidos políticos: viejos conceptos y nuevos retos*. Madri: Editorial Trotta, 2007.
- MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Legislação eleitoral e política regional: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2014.

- MOREL, Marco; Mariana Monteiro de Barros. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREL, Marco; Tânia M. T. Bessone da C. Ferreira; Lúcia M. B. P. das Neves (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MOTTA, Marcia M. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998.
- MUNIZ, Heitor, “Estadistas do Império (marquez de Paraná, visconde de Itaboraí, barão de Cotegipe, visconde de Ouro Preto, conselheiro Rodolfo Dantas)” in *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 151, 1925.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.
- NEDER, Gizlene. “‘Carretilhas’ em ação: reforma e conservadorismo no Segundo Reinado”. *Dimensões*. Vol. 28, 2012; p. 82-102.
- NEDELL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *AlmanackBraziliense*, n. 10, nov. 2009.
- NEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Victor Hugo Baptista. *O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o Marquês de Paraná (1853-1856)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA LIMA, M., *O Império Brasileiro (1821-1889)*. Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia-Edusp, 1989.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo/ Bragança Paulista: Icone/USF, 1999.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. *The transformation of the world: a global history of the nineteenth century*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- PALTI, Elías José. *El tiempo de la política*. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.
- PANG, Eul-Soo, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988.
- PARRON, Tâmis. “A ‘Galeria dos brasileiros ilustres’: Sisson e a elite imperial”. In: <https://www.bbm.usp.br/node/101>

- PARRON, Tâmis Peixoto. "Introdução". In: José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão* (organização de TâmisParron). São Paulo: Hedra, 2008.
- PARRON, Tâmis Peixoto. "O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX". In: Justiniano José da Rocha. *Ação; Reação; Transação: Duas palavras acerca da Atualidade Política do Brasil*. Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PARRY, Jonathan P. *The rise and fall of liberal government in Victorian Britain*. New Haven&Londres: Yale University Press, 1993.
- PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado*. Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2008.
- PIÑEIRO, Théo L. *Os "Simples Comissários": Negociantes e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkley, University of California. 1984
- POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRADO Júnior, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO Júnior, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RAPPORT, Mike. *1848: year of revolution*. New York: Basic Books, 2008.
- RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RIZZO, Ricardo Martins. *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007.
- ROAHNY, Lucas. *A Liga Progressista e a construção do Estado Imperial, 1860-1868*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2013.
- RODRIGUES, J. H. *O Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- RODRIGUES, J.H., *O Parlamento e a Consolidação do Império – 1840-1861*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1982.

- ROSANVALON, Pierre. *El momento Guizot. El liberalismo doctrinario entre la Restauración y la Revolución de 1848*. Buenos Aires: Biblos, 2015.
- ROSANVALON, Pierre. *La consagración del ciudadano. Historia del sufragio universal em Francia*. San Juan: Instituto Mora, 1999.
- SABA, Roberto N. *As Vozes da Nação: a atividade peticionária do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010
- SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas asas de Dédalo: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. *O tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 e 1866 nas principais instâncias decisórias*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2013.
- SALLES, Ricardo. “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Davi Roberto Bandeira da Silva. “A cachoeira do imperador”, disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/73/artigo326227-1.asp>
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SILVA, Weder Ferreira da. *Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009
- SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2013.
- SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: _____; James Tully (eds). *Meaning and Context*. Quentin Skinner and his critics. Cambridge: Polity Press, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

- SOUZA, Luana Batista de. *Grande é o poder do tempo: colação entre testemunhos de O Seminarista, de Bernardo Guimarães*. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, Otávio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1957.
- TAUNAY, Affonso de E., *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011
- TORRES, João Camillo de Oliveira, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- VELLOZZO, Julio César de Oliveira. *Constituição e responsabilidade no Império do Brasil: embates parlamentares sobre a responsabilização de ministros, magistrados e empregados públicos em geral (1826-1832)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2017.
- VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.
- VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968